# FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.330 SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00


## Regra fiscal prevê alta real de gastos e piso para investimento

Regida pela Constituição, despesa com saúde, educação e emendas poderá crescer acima das demais

A nova regra fiscal apresentada pelo governo Lula (PT) assegura crescimento real de despesas (acima da inflação) em todos os anos, estabelece um piso para investimentos públicos e conta com mais arrecadação para melhorar as contas públicas.

O princípio de limite para gastos se mantém, embora mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o teto de aumento real.

Atendendo a uma demanda política do PT, os investimentos ganham uma blindagem contra cortes e podem ser ampliados de forma extraordinária, fora do limite de gastos, caso a arrecadação supere as melhores expectativas do governo.

Despesas federais com saúde, educação e emendas poderão crescer acima das demais, pois a Constituição exige que esses gastos estejam atrelados à receita. Assim, a nova regra, a ser criada por projeto de lei, não terá como limitá-las.

Fernando Haddad (Fazenda) disse que a fórmula proposta não é uma "bala de prata" para resolver a situação das contas públicas. "Se quem não paga imposto passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros", afirmou. Mercado A17, A18 e A20

### Campos Neto vê 'boa vontade muito grande' da Fazenda

Mercado A20

### Divulgação da proposta faz Bolsa subir e dólar cair

Mercado A24

ANÁLISE
**Fernando Canzian**
Haddad quer cortar o que PT inflou A20

**Vinicius Torres Freire**
*Plano exige mais impostos e muita explicação* A24

### Sob pressão, Bolsonaro volta ao Brasil e mira Lula

Jair Bolsonaro (PL) voltou ao Brasil após 89 dias nos EUA e mirou suas primeiras declarações em Lula (PT) ao dizer que o adversário não poderá fazer "o que bem entender" com o país. O ex-presidente também descartou a chance de sua esposa, Michelle, disputar a Presidência e não vê motivos para ser declarado inelegível em razão de ações na Justiça. Política A4

### Ex-presidente ouve aplausos e grito de 'cadeia' em avião

Política A10

**Hélio Schwartsman**
*O que fazer com Jair Bolsonaro?*

Precisamos deixar claro de uma vez por todas que assumir o poder não significa receber cheque em branco. Se Bolsonaro não for punido pelos inúmeros abusos e delitos que cometeu, estaremos sinalizando aos políticos que, para ficar no poder, vale mais ou menos tudo. Opinião A2

Jair Bolsonaro acena para apoiadores por uma janela da sede do PL, em Brasília, após retorno ao país Gabriela Biló/Folhapress

### Fim da prisão especial para diplomados tem maioria no STF

O STF formou maioria para derrubar previsão de prisão especial a pessoas com diploma de ensino superior que não foram condenadas em definitivo. O julgamento da ação, de autoria do então procurador-geral Rodrigo Janot, deve acabar hoje. Cotidiano B3

### Partidos criam bloco de 142 deputados que racha centrão e desafia Lira A11

### Indiciado, Trump não deve perder direitos políticos

A Justiça de Manhattan aprovou o indiciamento de Donald Trump, acusado de subornar atriz pornô —decisão inédita contra um ex-presidente. Mesmo se condenado, ele não deve se tornar inelegível, pois os EUA não têm lei como a da Ficha Limpa. Mundo A14

### Rússia prende repórter do Wall Street Journal e o acusa de espionagem A15

EDITORIAIS A2

*Bolsonaro de volta*
Sobre dúvidas que cercam o futuro do ex-presidente.

*Novo rito*
Acerca de projeto que muda a lei do impeachment.

Rodrigo (que prefere não dar o nome completo), 22, foi abordado pela polícia com uma arma apontada para o rosto e teve de mostrar carteirinha da USP para ser liberado Eduardo Anizelli/Folhapress

### Justiça mantém validade de abordagem preconceituosa

Na falta de provas concretas, prevalece na Justiça a percepção individual de policiais a respeito de acusados de tráfico de drogas. E essa avaliação se dá por noções vagas e muitas vezes preconceituosas sobre a imagem e o comportamento dos réus, aponta estudo do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV (Fundação Getulio Vargas). Cotidiano B1

### Estados reduzirão novo ICMS da gasolina após acordo com STF

Mercado A26

ANÁLISE
**Bruno Gualano**
Debate sobre atletas trans é complexo, e ciência deve ser guia
Esporte B7

**ilustrada** C1
Adriana Calcanhotto lança álbum 'Errante', sobre o nomadismo do ofício de cantora



ISSN 1414-5723

opinião


# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

**Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.**

**PUBLISHER** Luiz Frias
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila
**SUPERINTENDENTES** Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
**CONSELHO EDITORIAL** Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
**DIRETOR DE OPINIÃO** Gustavo Patu
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*


Claudio Mor

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

# Bolsonaro de volta

### Ex-presidente teve recepção fria no aeroporto, mas mantém capital eleitoral de líder da oposição

Não foi o retorno apoteótico que Jair Bolsonaro sem dúvida almejava. No aeroporto de Brasília, onde o ex-presidente desembarcou, um esquema de segurança da Polícia Federal desmobilizou a maioria de seus apoiadores; na sede de seu partido, o PL, a concentração de pessoas não passou de irrisória.

Há bons motivos para a frieza na recepção. A viagem aos Estados Unidos, realizada antes de o mandato acabar e com o propósito mesquinho de evitar a passagem da faixa presidencial, soou mal entre seus eleitores moderados.

Os ataques tresloucados de 8 de janeiro ampliaram a fadiga com o radicalismo, enquanto os 89 dias que Bolsonaro passou em solo americano arrefeceram os ânimos de seus correligionários fervorosos.

Se existe algum simbolismo nessa chegada melancólica, ele diz pouco sobre o futuro de Bolsonaro. Dono de capital eleitoral imenso, ele ainda se apresenta como o principal nome da direita nacional.

Daí por que merecem ser tomadas com um grão de sal as suas declarações sobre a liderança da oposição. O ex-presidente até pode tergiversar quanto a isso e fingir que esse papel não lhe compete, mas seu plano de viajar pelo país indica a intenção inequívoca de galvanizar bolsonaristas Brasil afora.

Será uma situação inédita, porque ex-moradores do Palácio do Planalto sempre se mantiveram a uma distância respeitosa e protocolar do dia a dia oposicionista.

Quebrar protocolos é uma das marcas do bolsonarismo. Mesmo na Presidência da República, Bolsonaro fez questão de ignorar regras e desrespeitar liturgias, apenas para lapidar sua identidade de personagem antissistema.

Por baixo desse verniz, contudo, Bolsonaro não se diferencia de tantos outros políticos: desfruta vantagens de ex-deputado, receberá R$ 39.293 para assumir a presidência de honra do PL e acumula problemas em série na Justiça.

Contam-se, só no Supremo Tribunal Federal, seis inquéritos que podem resultar em ações criminais. No Tribunal Superior Eleitoral, há 16 processos em curso, os quais podem tornar Bolsonaro inelegível. De quebra, mais de uma dezena de investigações sobre o ex-presidente tramitam na primeira instância judicial —e nesses números nem se considera o valioso mistério das joias da Arábia Saudita.

Vêm daí, e não da recepção esvaziada ou das declarações de Bolsonaro, as incertezas quanto a seu futuro. Incertezas essas que, aliás, não se estendem ao bolsonarismo, corrente que parece capaz de se manter forte por muito tempo.

O bolsonarismo até poderia, se abandonasse a violência e o autoritarismo, liderar uma oposição saudável ao PT. Esse não é infelizmente, o desfecho mais provável.

# Novo rito

### Após 73 anos de sua criação, lei de impeachment recebe atualizações necessárias em projeto de lei

Tramita no Senado um projeto de lei que altera as regras do impeachment. Não há muita dúvida de que mudanças são necessárias. Afinal, o dispositivo é regido pela lei 1.079, de 1950, elaborada à luz da 5ª Carta brasileira (1946), e nós já estamos na 7ª Carta (1988).

De todo modo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei é compatível com a Constituição vigente e, assim, o país já afastou dois presidentes —Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff (PT).

Mas, nos últimos 70 anos, houve mudanças consideráveis nas práticas políticas, na técnica legislativa e na percepção popular. Uma adequação do diploma aos novos tempos é, portanto, bem-vinda.

O projeto não é mau, ainda que enfatize demais a dimensão jurídica em detrimento do aspecto político. O impeachment é um instituto híbrido, e a porção política tende a predominar no processo.

A comissão encarregada da atualização pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), teve êxito em reescrever os crimes de responsabilidade, tornando a tipificação mais precisa. Aqueles ridiculamente vagos, como atentar contra a "dignidade, honra e decoro do cargo", desapareceram.

Há marcas da gestão de Jair Bolsonaro (PL) na proposta, já que alguns de seus desmandos, como se omitir no combate à pandemia, foram convertidos em crimes de responsabilidade: "deixar de adotar as medidas necessárias para proteger a vida e a saúde da população em situações de calamidade pública".

Em outro sinal dos tempos, a comissão incluiu os comandantes das Forças Armadas entre as autoridades sujeitas a impeachment. No papel até faz sentido, mas não tanto na prática, dado que comandantes, assim como ministros de Estado, são demissíveis a qualquer tempo pelo presidente da República.

Um dos maiores méritos do projeto é solucionar o problema da abertura do processo.

Atualmente, pedidos de impeachment podem ficar eternamente na gaveta do presidente da Câmara, o que equivale a dar-lhe poder absoluto para decidir se o processo será ou não iniciado —uma distorção de princípios democráticos.

Se a lei for aprovada, o chefe da Casa terá um prazo de 30 dias para decidir se dá andamento ou se arquiva o processo. Optando-se pelo arquivamento, a manifestação de um terço dos deputados poderá reverter a decisão. Não faz sentido que um órgão colegiado fique refém de um único deputado.

# O que fazer com Jair Bolsonaro?

**Hélio Schwartsman**

Num mundo regido por uma ideia de Justiça platônica, Jair Bolsonaro teria sofrido impeachment pelos vários crimes de responsabilidade que cometeu e estaria na cadeia pelas múltiplas infrações penais comuns. Só que não vivemos neste mundo ideal; vivemos no Brasil mesmo. Nossa tarefa primordial agora é renormalizar a democracia. Demos o primeiro passo para isso ao negar, pelo voto, um segundo mandato a Bolsonaro, mas a tarefa está longe de concluída e ela é suficientemente complexa para gerar demandas contraditórias.

Para uma democracia funcionar, é preciso que o custo de deixar o poder não seja alto para os agentes políticos. Se o governante acha que ele será morto, preso ou comerá o pão que o diabo amassou depois de perder o cargo, fará tudo a seu alcance para que isso jamais aconteça. Na versão forte, isso significa dar golpes de Estado e recorrer a outras formas de violência; na light, violar as normas escritas e não escritas de condução de governo e de comportamento eleitoral para aferrar-se ao poder.

A contrapartida do baixo custo de o governante deixar o cargo é que, quando o ocupa, também tenha limitado seu poder de fazer o que bem entenda. A possibilidade de retorno, pelo voto, deve valer tanto para grupos como para programas políticos. O segredo sujo da democracia (leiam Adam Przeworski) é que, para ela dar certo, não pode promover mudanças muito radicais, daquelas que não tenham volta. É paradoxal, mas faz sentido.

Meter Bolsonaro no xadrez violaria o princípio do baixo custo, admito. Mas eu acredito que estejamos encalacrados numa fase anterior à da plena normalidade democrática. Precisamos deixar claro de uma vez por todas que assumir o poder não significa receber um cheque em branco. Se Bolsonaro não for punido pelos inúmeros abusos e delitos que cometeu, estaremos sinalizando para os políticos que, para ficar no poder, vale mais ou menos tudo.

helio@uol.com.br

# Adoçando o comprimido amargo

**Bruno Boghossian**

Michel Temer dizia que os rasos índices de aprovação ao governo lhe davam coragem para tomar o que chamava de "medidas impopulares", como o teto de gastos. Jair Bolsonaro, preocupado com seus próprios números e com uma reeleição em risco, abandonou a fantasia ultraliberal e abriu tantos buracos naquele mecanismo de controle de despesas que, na prática, ele foi demolido.

Não é trivial que a missão de refazer a regra recaia sobre um presidente de esquerda que fez campanha prometendo engordar o Orçamento. A elaboração do arcabouço fiscal levou em conta um equilíbrio complexo entre as desconfianças de investidores, o pacto de Lula com sua base fiel e a manutenção de um estoque de popularidade.

Fernando Haddad perseguiu uma regra que tivesse a marca do aperto nas contas depois de convencer Lula de que, do contrário, a política econômica seria um alvo constante. A contrapartida exigida pelo Palácio do Planalto foi uma modulação, para que o governo tivesse fôlego para atender a seus compromissos de campanha, e uma embalagem que permitisse amortecer possíveis acusações de estelionato eleitoral.

A criação de um limitador de despesas significa que, cedo ou tarde, Lula terá que dizer a sua base que não poderá cumprir alguma promessa de 2022. O governo faz um esforço para adiar esse momento incômodo ao estabelecer uma margem mais confortável do que o antigo teto, guardando espaço para gastos com saúde e educação.

No anúncio da nova regra, Haddad buscou adoçar o comprimido amargo do ajuste. Disse que o arcabouço permite a inclusão dos pobres no Orçamento, manifestou preocupação com as famílias e sinalizou que o custo do aperto seria pago pelos mais ricos que, segundo sua equipe, recebem benefícios indevidos.

Foi uma mensagem para os eleitores de Lula e para grupos do PT que rangem os dentes com a ideia de um aperto. Atender a esses grupos e acalmar agentes econômicos indóceis será um desafio permanente.

# Dois golpes, com e sem ódio

**Ruy Castro**

Entre as muitas imagens do quebra-quebra dos bolsonaristas no dia 8 de janeiro, em Brasília, há uma sequência que me intriga sempre que a vejo. Começa pelo vagabundo que joga ao chão e destroça o relógio de dom João 6º, depois derruba o móvel e, dando-se por flagrado, atira os extintores contra a câmera no teto. Há nesse elemento um visgo de ódio contra algo que não sabe o que é, mas, para glória maior de seu líder, ele sente que precisa destruir. Equivale ao outro vândalo que estripou a tela de Di Cavalcanti —o mesmo rancor contra um objeto apenas porque ele não faz parte do seu mundo.

Mas a cena a que me refiro é a que se segue ao destruidor do relógio. Estamos agora no salão de um dos palácios sob ataque e vemos um homem que passa por uma mesa de tampo de vidro. Ele constata a existência da mesa e aplica-lhe um golpe de picareta que estilhaça o vidro. É um golpe rijo, desferido contra um objeto do inimigo —e, até aí, faz sentido. É o ódio. Mas o homem continua andando e, agora sem sequer olhar para a mesa, desfere-lhe mecanicamente mais um golpe.

Não sei o que havia naquela mesa. Imagino que objetos ou documentos preciosos sobre alguma passagem da história do Brasil, merecedores de exposição, mas frágeis ou valiosos a ponto de exigir a proteção de um vidro. O depredador bolsonarista, no entanto, é indiferente ao conteúdo da mesa. Vibra-lhe o segundo golpe já sem ódio e vai em frente. É destruir por destruir.

Fico a fantasiar como seria se Bolsonaro, antes de fugir para os EUA, tivesse se esquecido de recolher suas joias sauditas, seus Rolexes incrustados de diamantes, seus anéis, canetas e abotoaduras de ouro, e os deixado em algum recôndito móvel ou vitrine no Planalto.

Quase posso ver aquele depredador espatifando-os a martelo, burocraticamente, sem ódio, sem olhar, sem saber a quem pertenciam, só porque estavam no seu caminho.

# Violência nas escolas

**Priscilla Bacalhau**

Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

Nesta semana vivemos mais uma vez o luto de perder uma vida para a violência brutal na escola. A professora Elizabeth Tenreiro, 71 anos, foi morta por um adolescente de 13 anos, aluno da escola em que ela lecionava, na zona oeste de São Paulo.

O sentimento de luto vai além da irreparável perda da vida da professora. A angústia se estende quando pensamos no futuro desse adolescente, no que o levou a executar tal ato, nos demais estudantes, professores e funcionários que vivenciaram a situação e conviverão com o trauma.

O caso torna-se ainda mais amargo quando nos damos conta de que não é um fato isolado. Desde agosto do ano passado, este foi o nono ataque a escolas executado por alunos ou ex-alunos, vitimando fatalmente sete pessoas dessas comunidades escolares.

O aumento vertiginoso do número de ataques evidencia a urgência da compreensão do problema. Apenas a partir do diagnóstico de suas causas será possível elaborar e fortalecer medidas de prevenção.

As causas, contudo, são múltiplas e complexas. Casos de ataques a estabelecimentos de ensino têm como pano de fundo o sofrimento na escola. Em geral, são alunos ou ex-alunos que sofreram bullying ou agressão e estão movidos por raiva e vingança. Eles sofrem calados, pois não se sentem pertencentes à escola ou à sua própria família.

Esses jovens acham acolhimento na cultura extremista e violenta. A radicalização e os discursos extremistas, facilmente encontrados em comunidades online, validam uma tendência de violência que esse jovem já apresenta.

Não existe solução simples para problemas complexos. Mas décadas de estudos sobre o tema, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, apontam caminhos para tentar evitar que a situação piore ainda mais.

Do ponto de vista da política educacional, deve haver o fortalecimento da formação de professores e gestores em mediação de conflitos. O objetivo deve ser viabilizar o sentimento de pertencimento, para que os alunos tenham a escola como um local de confiança. Mentoria entre pares pode ser uma estratégia eficaz, pois adolescentes tendem a dar menos credibilidade para adultos. Educação antirracista e contra a misoginia são essenciais para que jovens não sejam cooptados por discursos extremistas.

Além de políticas e ações dentro das escolas, cada adulto tem seu papel em dissipar a atual cultura de ódio que vivenciamos. As medidas se somam, visando resultados imediatos e de longo prazo. O tópico é doloroso, mas deve ser debatido. Todos somos responsáveis pela construção de um ambiente saudável e acolhedor para os jovens.

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## *Direitos humanos e sistema prisional: para quem?*

### Encarcerados são citados quando convém e demonizados em debates rasos

*Leonardo Biagioni e Paula Sacchetta*

Defensor público e mestre em direito penitenciário pela Universidade de Barcelona

Documentarista, dirigiu, entre outros, a série "Eu, Preso"

Sempre que começam as campanhas eleitorais, pessoas presas ascendem à pauta. Na última não foi diferente. Na guerra midiática, tão característica do período, Luiz Inácio Lula da Silva passou de "ladrão" a "ex-presidiário", sendo chamado assim por Jair Bolsonaro inclusive durante os debates presidenciais.

Já eleito, um vídeo com pessoas encarceradas comemorando com gritos e aplausos caiu nas redes. Afirmava-se que havia sido filmado quando se deu a virada em número de votos entre os dois candidatos e que os presos estariam apoiando Lula. Na verdade, as imagens são de 2016 e são só mais uma entre tantas fake news da campanha.

Do lado de cá, qualquer ligação com pessoas presas para depreciar a imagem do então candidato Lula. Do lado de lá, pessoas amontoadas em celas superlotadas, jogadas à própria sorte, sem itens de higiene dos mais básicos, comendo alimentos podres e vivendo sob condições desumanas.

O assunto do sistema carcerário pautou o debate presidencial, mas nunca foi feito de forma responsável.

Esse distanciamento em relação às pessoas presas não passa de uma metalinguagem do que ocorre todos os dias em nosso país. Isolada atrás dos muros, a população prisional luta pela sobrevivência sem qualquer direito garantido e, não raro, adoece e morre.

Pessoas presas são citadas quando convém, demonizadas, num debate sem nenhuma profundidade para logo depois serem esquecidas ao longo dos anos de tantos mandatos. Já o desencarceramento, tema que deveria fazer parte de debates e propostas dos candidatos, não foi jamais mencionado. Passado o período das eleições, porém, algo novo aconteceu. Uma semana depois da posse de Lula, outras pessoas subiram a mesma rampa, desta vez para depredar a sede do governo federal e o patrimônio público.

Ao serem presas por crimes contra o Estado democrático de Direito, essas pessoas que sempre fizeram parte da turma do "bandido bom é bandido morto" passaram, ao experimentar o cárcere, a clamar por direitos, sobretudo direitos humanos.

Que bom! Ao que parece, de fato, esse distanciamento e os altos muros dos presídios impedem que a população enxergue o que ocorre ali dentro. Isso porque o massacre midiático desinformado contrasta, desde sempre, com as características desse grupo e a realidade dos cárceres.

Longe de representarem o maior perigo à sociedade, do lado de lá das grades, na verdade, vivem sob condições degradantes. Segundo dados da Defensoria Pública de São Paulo, nenhuma unidade prisional do estado conta com equipe mínima de saúde; mais de 70% das unidades prisionais racionam água e, em 20%, ela é liberada somente uma hora ou menos por dia dentro das celas, que são, em sua grande maioria, superlotadas, comportando em média o dobro do número de pessoas da sua capacidade.

> [...]
>
> Espera-se que o sensacionalismo verificado durante a eleição não seja colocado como política do novo governo e que haja uma mudança radical com relação às ações para o sistema carcerário, efetivando o desencarceramento e proibindo o aprisionamento para certas condutas praticadas sem violência

Tudo isso leva à seguinte estatística: uma pessoa morre a cada seis horas nos presídios do Brasil. Não bastasse, essa necropolítica seletiva atinge a população jovem e negra do país, que é a maioria presa.

Os dados também mostram que essa violência é desproporcional com o crime que, em tese, foi praticado. Note-se que mais da metade das pessoas presas não praticaram crime com grave ameaça ou violência.

Assim, o alarde que se faz passa longe de uma discussão razoável sobre o tema, e as campanhas eleitorais, infelizmente, mostram um total desconhecimento no que se refere à população privada de liberdade.

A invisibilização dos espaços de privação de liberdade é uma entre muitas ferramentas para a manutenção desse estado de barbárie e desumanização. Espera-se, assim, que o sensacionalismo verificado durante a eleição não seja colocado como política do novo governo e que haja uma mudança radical com relação às ações para o sistema carcerário, efetivando o desencarceramento e proibindo o aprisionamento para certas condutas praticadas sem violência, somando-se à realização dos direitos das pessoas privadas de liberdade, para que tenhamos, então, uma sociedade com um mínimo de dignidade e civilidade.

Será que a turma dos "direitos humanos para humanos direitos" não concorda agora que eles devem ser, na verdade, universais, abarcando também as pessoas presas?

Pois temos um consenso. Mãos à obra.

## *Um dia para celebrar*

### Que 31 de março jamais seja esquecido, mas como um marco da democracia

*Flávia Pellegrino e Pedro Kelson*

Jornalista, é mestre em ciência política e coordenadora-executiva do Pacto pela Democracia

Mestre em cultura política e capital social, é coordenador de articulação do Pacto pela Democracia

Se em 31 de março de 1964 a democracia brasileira sofria o mais duro golpe de sua história, nesta mesma data, há 40 anos, florescia nas ruas do país a mais importante e decisiva mobilização popular do processo de redemocratização brasileiro, a campanha das Diretas Já. Em 31 de março de 1983, um comício no município pernambucano de Abreu e Lima inaugurava a série de manifestações que uniu e mobilizou, durante mais de um ano, setores sociais e a classe política do país em sua mais profunda diversidade, em uníssono, por eleições diretas para a Presidência da República.

Hoje, portanto, a única celebração possível, necessária e urgente é a da democracia.

Há quase três meses o país viveu uma nova tentativa de ruptura de seu regime democrático, em violentas invasões às sedes dos três Poderes durante as quais ecoaram inadmissíveis pedidos por intervenção militar. Estes não foram, porém, exclusividade do 8 de janeiro de 2023. Ao longo do governo Jair Bolsonaro (PL), demandas de tal natureza foram constantes e crescentes, assim como as tentativas de revisionismo histórico e o uso das instituições de Estado para enaltecer o autoritarismo a cada 31 de março.

Mas, além de rememorar e repudiar o golpe bem-sucedido 59 anos atrás, a data de hoje também evoca o início das manifestações das Diretas Já, tornando-se um marco da luta pela democracia na história brasileira. Uma batalha permanente em um país em que o enraizamento da cultura democrática se faz premente.

Não à toa, em 2022 o Brasil ressuscitou o espírito e a práxis das diretas. Na sociedade civil, atores dos mais diversos setores uniram-se em coalizões inéditas, mirando um grande e único objetivo: salvaguardar a integridade do processo eleitoral. Entre lideranças e partidos políticos, alianças tão plurais quanto improváveis prevaleceram e permitiram a composição de uma frente surpreendentemente ampla, que tinha o compromisso com a democracia como alicerce e a vitória sobre o autoritarismo como foco.

> [...]
>
> Além de rememorar e repudiar o golpe bem-sucedido 59 anos atrás, a data de hoje também evoca o início das manifestações das Diretas Já, tornando-se um marco da luta pela democracia na história brasileira. Uma batalha permanente em um país em que o enraizamento da cultura democrática se faz premente

As articulações do campo democrático em defesa da democracia, porém, tiveram início anos antes das explícitas ameaças às eleições de 2022. Importantes iniciativas na sociedade civil já emergiam mesmo antes da chegada de Bolsonaro ao Planalto, como o Pacto pela Democracia, e tantas outras valiosas iniciativas surgiam à medida que a escalada autoritária bolsonarista se consolidava. A centralidade da atuação da sociedade civil na resistência e na construção da democracia brasileira é notável, tanto no passado quanto no presente.

Há, entretanto, uma diferença importante entre as trincheiras de defesa da democracia nos anos 1980 e no século 21. Enquanto aquela tinha uma agenda positiva —eleições diretas—, os movimentos contemporâneos tiveram de assumir um caráter reativo e minimalista frente aos sistemáticos ataques à liberdades e direitos fundamentais entre 2019 e 2022.

Neste novo ciclo político-democrático iniciado no Brasil em 2023, a reconstrução da democracia é imperativa. Todavia, fazê-la requer que a sociedade brasileira finalmente enfrente a questão militar, encare com seriedade os processos de verdade, memória e justiça, e pavimente caminhos de aprimoramento e proteção de seu regime democrático. Que o dia 31 de março jamais seja esquecido, mas passe a ser, definitivamente, um marco de democracia —hoje e sempre.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O ministro da Justiça, Flávio Dino, fala aos deputados da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados Pedro Ladeira/Folhapress

**Espetáculo**

"Audiência de Dino na CCJ tem deboche sobre Terra plana e bate-boca entre base e bolsonaristas" (Política, 28/3). Fernando Collor instituiu no meio político o bate-boca e o deboche às claras. Desde então, infelizmente, muitos políticos têm adotado essa prática para atacar e defender. Isso é uma vergonha para as nossas instituições.

**Petrônio Alves Filho** (Três Lagoas, MS)

**Retorno**

"Bolsonaro chega ao Brasil após 89 dias nos Estados Unidos" (Política, 29/3). Tenho dó do PL. Para manter uma gorda verba partidária, virá refém do cidadão, tem que dar casa, comida e roupa lavada para família, mas o senhor Costa Neto fez por merecer, corre o risco de virar PSL. Ou seja, nada.

**Jose Celso Righi**
(São Bernardo do Campo, SP)

*

Melhor Jair encomendando a tornozeleira verde e amarela.

**Adriana Santos** (Macaé, RJ)

*

"Bolsonaro diz que joias 'caríssimas' foram presente por amizade com mundo árabe" (Política, 30/3). Além de larápio é debochado. Se um qualquer falar isso para a polícia, apanha.

**Patricia Floriano Pedrosa** (Brasília, DF)

**Diplomacia**

"Lula deve remarcar viagem à China para 11 de abril" (Mundo, 29/3). Viagem importantíssima, visita ao nosso principal parceiro comercial e um Estado com o qual podemos criar projetos de cooperação tecnológica, industrialização etc. A pauta do Brasil com a China tem que pensar em primeiro lugar nos brasileiros, debate que infelizmente nossa imprensa não consegue fazer. Parece que a pauta já vem pronta: só olham para onde Washington aponta. Qual é o nosso interesse nacional?

**Camila Kowalski** (Salvador, BA)

**Riqueza**

"Argentina já foi mais rica do que Alemanha, Itália e França" (Mercado, 29/3). Não foi o gasto público e investimento em programas sociais o que levou a Argentina ao estado de crise e afirmar isso seria desconhecer que é apenas sobre a base da equidade como um país pode desenvolver-se. Foi a falta de investimento em políticas estruturais, como a educação, que comprometeram a mobilidade social, além da amálgama de corrupção e instabilidade política por conta dos golpes.

**Sandra Lorena Flórez Guzman**
(Curitiba, PR)

*

O fator fundamental foi a estratégia de desenvolvimento industrial baseada em substituição de importações, a mesma do Brasil. Com o agravante do mercado interno argentino ser muito menor. É como se São Paulo fosse um país independente, sem ter o resto do país como mercado cativo para seus produtos.

**José Cardoso** (Rio de Janeiro, RJ)

**Terror**

"Mulher é enterrada viva em túmulo em MG por vingança, diz polícia" (Cotidiano, 28/3). Essas notícias ruins e gritantes, apesar de fartas, ainda não representam a imensa maioria da humanidade que busca o bem e o caminho da luz.

**Abdias Brito** (São Paulo, SP)

**Insalubridade**

"Saúde mental infantojuvenil piora no país, mas políticas públicas patinam no enfrentamento" (Cotidiano, 29/3). A saúde mental do país está pior. Não são só os jovens. A pandemia, a briga política, a miséria crescente entre os menos favorecidos e o relaxamento com a educação entre os mais abastados. Nada ajuda a melhorar.

**Ivo Ferreira** (Rio de Janeiro, RJ)

**Responsabilidade**

Lendo a coluna da Mariliz sobre responsabilizar a internet pela violência e distúrbios de comportamentos de jovens e depois de dias de leituras de análises sobre o porquê da violência entre crianças e adolescentes, fico me perguntando: onde está a responsabilidade da família na criação de crianças amorosas, com noção de bem comum e ética? Família que, quando estiver diante de crianças agressivas e com distúrbios de comportamentos, vá em busca de auxílio nas unidades de saúde, nas escolas e não fiquem a esperar que um milagre aconteça ("Internet produz jovens assassinos", Mariliz Pereira Jorge, 29/3).

**Jussara Helena Beltreschi**
(Ribeirão Preto, SP)

*

Concordo plenamente com o artigo. No que está se transformando o ser humano? Até quando vamos assistir passivamente a manipulação e abdução mental?

**Claudia Astrid Gregory Nunes Freire**
(Florianópolis, SC)

*

O termo não é internet. Os termos são racistas, supremacistas, fascistas, nazistas e sua estética da violência. No Brasil é conhecido como bolsonarismo.

**Hercilio Silva** (Brasília, DF)

**Desfrutar**

"Nunca é tarde para gozar" (Mirian Goldenberg, 29/3). Infelizmente a mulher nunca foi incentivada a sentir prazer e se conhecer como os homens são incentivados. O machismo conta muito na "falta de interesse" das mulheres também.

**Regiane Alencar** (São Paulo, SP)

*

Acho que o grande trunfo, a grande conquista das novas gerações está sendo consolidar a aceitação das pessoas, da forma que elas querem ser. Aprendi muito com meus filhos.

**Ricardo Lobo** (Terezópolis de Goiás, GO)

**Charge**

A genial Laerte nos dá aquele nó matinal na garganta com sua charge em que a morte é a nova personagem, o presente de nossas escolas. Que dor saber que, para expulsar Paulo Freire, fizeram isso com nossa sociedade.

**Renato Alessandro da Silva**
(Sumaré, SP)

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**MUNDO** (30.MAR., PÁG. A14) Leo Varadkar é chefe de governo da República da Irlanda, não da Irlanda do Norte, como afirmava o texto "Novo premiê da Escócia é 1º não branco e muçulmano no cargo".

# política

## PAINEL

**Fábio Zanini**
painel@grupofolha.com.br

### Especialista

A ação de três partidos aliados do governo Lula (PT) no STF que pede a suspensão do pagamento de multas de acordos de leniência de empresas alvos da Lava Jato terá o ministro André Mendonça como relator. Como assessor da CGU entre 2016 e 2018, ele participou da negociação de seis destes acordos. "Ele me ajudou muito, foi fundamental", diz o ex-ministro Wagner Rosário, que o requisitou da AGU, onde era servidor concursado, para coordenar essas negociações.

**SINAIS** Entre as empresas objeto de acordos assinados no período em que Mendonça estava na CGU estão empreiteiras como Odebrecht, UTC e Andrade Gutierrez, todas alvos da Lava Jato. Segundo pessoas que acompanham a questão, a designação de Mendonça como relator, feita por sorteio, indica que o tema não deve prosperar na corte. Isso a menos que ele se declare impedido.

**SOB NOVA...** O Brasil rejeitou duas recomendações feitas no ano passado no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que apoiavam posições em defesa do conceito tradicional de família e contra identidades de gênero. Os textos foram propostos pelo Egito e pela Rússia e eram parte da Revisão Periódica Universal pela qual passou o país.

**...DIREÇÃO** Na visão do governo Lula, as declarações não reconheciam a pluralidade e a diversidade da população brasileira. Além disso, o Brasil também assinou uma declaração proposta pela Argentina em defesa do reconhecimento à autoidentificação de gênero.

**SEM RECUO** Uma equipe do Ministério das Cidades visitará neste sábado (1º) regiões periféricas no Rio, incluindo o local no Complexo da Maré em que o ministro da Justiça, Flávio Dino, esteve há algumas semanas, o que lhe rendeu críticas de opositores. "É absurdo que a direita criminalize a favela como estão tentando fazer", diz o secretário de Territórios Periféricos da pasta, Guilherme Simões.

**BANDEIRA** O ex-deputado federal Décio Lima (PT-SC), que deve assumir a presidência do Sebrae Nacional em abril, promete uma gestão "com debate democrático" e sem autoritarismo. Ele substituirá Carlos Melles, forçado a renunciar após uma articulação do ex-presidente da instituição Paulo Okamotto, chancelada pelo Palácio do Planalto.

**GUIA** Lima diz que Okamotto será uma espécie de "consultor permanente" de sua gestão à frente do órgão, que tem orçamento de cerca de R$ 6 bilhões para este ano, e por isso costuma despertar a cobiça de partidos.

**GOSTINHO** O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) discutirá na segunda (3) seu roteiro de viagens pelo Brasil. Num primeiro momento, deve priorizar locais onde receberá homenagens. Um dos destinos prováveis é São Bernardo (SP), onde foi agraciado com o título de cidadão pela Câmara local. A honraria foi concedida pelo vereador Paulo Chuchu (PRTB), ex-assessor de Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Ir à cidade teria um significado especial para o ex-mandatário, por ser o berço do PT e de Lula.

**PASSA LÁ EM CASA** Distanciado de Bolsonaro, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que foi seu vice, não esteve presente no retorno dele ao Brasil. Mas desejou boas vindas ao antigo chefe. "Welcome back [bem-vindo de volta]", disse ao Painel. "Na primeira oportunidade, nós vamos conversar", afirmou.

**PONTO DE VISTA** O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), minimizou a fala de Bolsonaro favorável à candidatura de Ricardo Salles (PL-SP) para o cargo em 2024. "A questão do PL lançar candidato ou apoiar é uma decisão interna deles, e a fala do presidente Bolsonaro me parece ir nessa linha", disse Nunes, que é candidato à reeleição, ao Painel. O ex-presidente também afirmou que não dará ordem e que a decisão final será da bancada do PL em SP.

**ALENTO** A presidente do STF, Rosa Weber, derrubou liminares que suspendiam projetos da Prefeitura de SP referentes às operações urbanas Arco Jurubatuba e Arco Pinheiros. Ambas são consideradas estratégicas para a gestão de Nunes. Com a decisão, elas poderão passar por segunda votação na Câmara Municipal.

**VISITA À FOLHA 1** Guilherme Afif Domingos, secretário de Projetos Estratégicos do Estado de São Paulo, esteve no jornal nesta quinta-feira (30). Acompanhavam-no Pedro Rubez Jehá e Carolina Blandino, assessores.

**VISITA À FOLHA 2** Bernardo Silva, diretor-executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), esteve no jornal nesta quinta-feira (30). Acompanhava-o Fabiola Pessoa, assessora de comunicação.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
**FOLHA DE S.PAULO** ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

**Redação São Paulo**
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
**Ombudsman** ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
**Atendimento ao assinante** (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
**Assine a Folha** assine.folha.com.br | 0800-015-8000

| EDIÇÃO DIGITAL | Digital Ilimitado | Digital Premium |
|---|---|---|
| PLANO MENSAL | R$ 29,90 | R$ 39,90 |

| EDIÇÃO IMPRESSA | Venda avulsa seg. a sáb. | dom. | Assinatura semestral* Todos os dias |
|---|---|---|---|
| MG, PR, RJ, SP | R$ 6 | R$ 9 | R$ 942,90 |
| DF, SC | R$ 7 | R$ 10 | R$ 1.189,90 |
| ES, GO, MT, MS, RS | R$ 7,50 | R$ 11 | R$ 1.501,90 |
| AL, BA, PE, SE, TO | R$ 11,50 | R$ 14 | R$ 1.618,90 |
| Outros estados | R$ 12 | R$ 15 | R$ 2.008,90 |

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

**CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)**
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Divulgação PL/AFP

# Bolsonaro retorna ao Brasil sob pressão, mira Lula e rebate ação no TSE

**Após 89 dias nos EUA, ex-presidente terá que lidar com apurações e processos na Justiça e descarta Michelle candidata à Presidência**

**Marianna Holanda, Renato Machado e Anna Virginia Balloussier**

**BRASÍLIA E ORLANDO** O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) retornou ao Brasil na manhã desta quinta-feira (30) após uma temporada de 89 dias nos Estados Unidos. Ele viajou à Flórida no final de dezembro para evitar passar a faixa presidencial a seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro, que segundo aliados deve comandar a oposição a Lula, mirou no petista em suas primeiras declarações após o retorno. Disse que o petista está "por pouco tempo no poder" e não poderá fazer o que quiser "com o destino da nossa nação".

Também afastou a possibilidade de sua esposa, Michelle Bolsonaro, disputar a Presidência da República, e disse não ver motivos para ser declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O ex-presidente pousou em Brasília num voo da Gol proveniente de Orlando. Um grupo de apoiadores o esperava no saguão de desembarque, mas eles não conseguiram saudar Bolsonaro por causa do esquema de segurança montado pela Polícia Federal.

Citando que tumultos no terminal poderiam prejudicar o funcionamento do aeroporto, a PF determinou que Bolsonaro deveria desembarcar antes dos demais passageiros. Ele foi levado de carro diretamente para a sede do Partido Liberal, onde foi recebido por Michelle e aliados políticos.

Dezenas de simpatizantes se aglomeraram em frente ao prédio comercial em Brasília onde funciona o PL. O ex-presidente foi rapidamente ao local onde estavam os apoiadores; acenou para os presentes e ouviu gritos de "mito".

Ao chegar no PL, Bolsonaro elogiou o perfil do Congresso empossado no início do ano e sugeriu que os parlamentares serão uma contenção a políticas de Lula.

"Eu lembro lá atrás quando alguém criticava o Parlamento, Ulysses Guimarães dizia: 'espera o próximo'. Desta vez, o próximo melhorou e muito. O Parlamento tem nos orgulhando pelas medidas, pela forma de se comportar, agir lá dentro, fazendo o que tem que ser feito e mostrando para esse pessoal que, por ora, pouco tempo, está no poder, eles não vão fazer o que bem querem com o destino da nossa nação", afirmou.

Mais tarde, em entrevista à rádio Jovem Pan, o ex-mandatário criou a primeira polêmica direta com o novo governo, criticando a equipe de Lula por não lhe ter fornecido veículos blindados. Bolsonaro afirmou que viu essa iniciativa como "um recado".

A Casa Civil afirmou em nota que nenhum ex-presidente tem direito à utilização de carro blindado e que foi disponibilizada a Bolsonaro a mesma estrutura dada a outros ex-mandatários.

Na mesma entrevista, Bolsonaro afirmou que Michelle não tem a vivência política necessária para ser candidata à Presidência ou para outro cargo no Executivo. Ele afirmou que a ex-primeira-dama tem que ter "algo mais".

"Com todo o respeito, a senhora Michelle não tem essa vivência [política] para aguentar uma batida dessas", disse.

"Alguém lançou o nome dela. Ela já falou que não quer saber de cargo no Executivo, está fora disso, até porque não tem a vivência. Até para você ser prefeito não é fácil. Eu vejo alguns prefeitos que, quando terminam o mandato, apesar de ter feito um bom trabalho, se arrependem dado o número de processos que respondem por improbidade administrativa", completou.

Michelle viajou com Bolsonaro para os Estados Unidos, mas retornou antes ao Brasil. Ela assumiu a presidência do PL Mulher e é vista por aliados como um ativo político importante —tanto por sua conexão com os evangélicos como por seu potencial de reduzir a resistência de Bolsonaro entre as mulheres.

Além de atuar como líder da oposição, Bolsonaro terá que lidar no Brasil com uma série de apurações e processos na Justiça. Só no STF (Supremo Tribunal Federal), seis inquéritos apuram condutas de Bolsonaro que podem configurar crimes. Além disso, há outras 16 ações no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que podem torná-lo inelegível.

Há também mais de uma dezena de pedidos de investigação contra Bolsonaro que foram mandados por ministros do Supremo para a primeira instância da Justiça devido à perda do foro especial com a saída dele da Presidência. Esses pedidos começaram a ser enviados a esferas inferiores no dia 10 de fevereiro.

Bolsonaro ainda pode ser investigado no caso das joias da Arábia Saudita. Na quarta (29), ele e seu ex-ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid, foram intimados pela Polícia Federal a depor em 5 de abril —por enquanto, na condição de testemunha.

À Jovem Pan, o ex-presidente disse não ver motivos para o TSE torná-lo inelegível.

"A questão do Tribunal Superior Eleitoral os advogados do partido estão tratando. Não vejo materialidade em nada. A ação mais forte contra mim é uma reunião que fiz com embaixadores em meados do ano passado. Não vejo motivo para me julgar inelegível por causa disso", declarou.

No campo eleitoral, a principal ação em análise foi apresentada pelo PDT e tem como foco a reunião convocada pelo então presidente com embaixadores em julho de 2022.

Naquela ocasião, ele repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas e promoveu ameaças golpistas.

Bolsonaro é investigado no STF em inquéritos que têm o ministro Alexandre de Moraes como relator.

Há apurações relacionadas ao ex-presidente nos inquéritos das fake news e das milícias digitais, por exemplo. Ele também é alvo de investigação que apura vazamento de dados sigilosos de investigação de suposto ataque ao sistema do TSE.

Continua na pág. A5

**+ BOLSONARO DEFENDE SALLES CANDIDATO EM SP**

Jair Bolsonaro (PL) defendeu o nome de Ricardo Salles para concorrer à Prefeitura de São Paulo em 2024. Questionado se preferia o ex-ministro ou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o ex-presidente disse que não descartava seu filho da disputa, mas que Salles era mais preparado para enfrentar os problemas paulistanos. Bolsonaristas disputam nos bastidores quem será o candidato do grupo contra o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB). "Eu vejo que Ricardo Salles é mais experiente, mais vivido para isso. É o terceiro maior orçamento do Brasil, é uma cidade grande, com seus problemas e o Ricardo Salles conhece muito mais do que o Eduardo. Não estou descartando o Eduardo, não. Mas acredito que o Eduardo tem que pagar um... Tem que ficar mais um tempo no Legislativo, para disputar um cargo no Executivo".

Fotos Pedro Ladeira/Folhapress

2

Sergio Lima/AFP

3

4

1 O ex-presidente Jair Bolsonaro em reunião com parlamentares do seu partido, o PL, nesta quinta-feira (30), em Brasília; 2 Eduardo Bolsonaro, ao centro, no aeroporto da capital federal, espera a chegada do pai; 3 e 4 bolsonaristas se aglomeram no saguão do aeroporto Juscelino Kubitschek para recepcionar o ex-presidente, na manhã desta quinta

# Governo Lula minimiza volta e ofusca rival com regra fiscal

## Palácio do Planalto trabalha para demonstrar normalidade e evitar embates diretos do presidente

**Catia Seabra e Renato Machado**

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) minimizou os efeitos políticos do retorno de Jair Bolsonaro (PL) ao Brasil, nesta quinta-feira (30), e adotou a estratégia de deixar transparecer normalidade na rotina do Palácio do Planalto e evitar embates diretos com o ex-mandatário.

Além disso, interlocutores do governo e aliados fizeram a leitura de que a chegada de Bolsonaro, após 89 dias nos Estados Unidos, não teve o impacto planejado; e que o clima de apoteose que muitos bolsonaristas vinham vendendo não se concretizou. Isso acabou permitindo até zombarias nas redes sociais, embora tenha ficado acertado que Lula não seria envolvido nessas manifestações.

Bolsonaro aterrissou em Brasília pouco antes das 7h, encerrando assim a sua temporada na Flórida. Dezenas de apoiadores o aguardaram no saguão do aeroporto e em frente ao complexo de torres comerciais onde está localizada a sede do PL. A mobilização não impressionou interlocutores de Lula.

O esquema de segurança montado pelas autoridades do Distrito Federal impediu que Bolsonaro se juntasse a militantes no aeroporto ou mesmo desfilasse pelas ruas.

Desde o início da manhã, Lula recebeu relatos de seus ministros sobre a recepção a Bolsonaro. Um deles chegou a informar, em tom jocoso, que havia dois policiais para cada apoiador em frente ao prédio onde fica o PL.

Aliados afirmaram que o petista evitou dar importância e recomendou que se imprimisse ar de naturalidade ao dia. Segundo aliados, Lula afirmou que a melhor resposta seria mostrar que o atual governo está em movimento e trabalhando.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que a volta do ex-presidente "não é fato relevante que mereça ser comentado".

Embora tenham minimizado a chegada de Bolsonaro, aliados admitiram que a divulgação da nova regra fiscal poucas horas depois acabou por ofuscar as ações dos bolsonaristas. Um interlocutor apontou que o trabalho apresentado pela equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda), de grande repercussão no mercado, acabou ocupando os principais espaços noticiosos.

Oficialmente, governistas negaram que a definição do momento da divulgação da regra tenha levado em conta o desembarque de Bolsonaro. No entanto, reconheceram que houve uma antecipação. Aliados apontaram nos bastidores que a apresentação oficial de Haddad estava prevista para sexta (31).

Um líder do governo no Congresso complementou que a decisão era fazer a divulgação após Haddad conversar com os presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL). A apresentação a Pacheco e demais senadores aconteceu apenas por volta das 9h desta quinta —e horas depois a nova regra fiscal já vinha a público.

Além disso, há a avaliação de que Bolsonaro consumiu parte do dia em explicações sobre joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita.

Lula buscou dar um aspecto de normalidade e retomou os eventos públicos, que não vinham acontecendo desde a semana passada, quando ele recebeu diagnóstico de pneumonia e precisou suspender a sua viagem à China. O petista vinha apenas realizando reuniões internas com alguns ministros no Palácio da Alvorada.

Ainda na manhã desta quinta, o governo organizou um evento com a presença de Lula para a apresentação da taça da Copa do Mundo de futebol feminino e assinatura de um decreto que cria estratégia desenvolvimento da modalidade entre as mulheres. Inicialmente, apenas fotógrafos e cinegrafistas poderiam acompanhar. No entanto, de última hora, o evento acabou aberto para toda a imprensa.

Lula ficou incomodado com as reclamações de Bolsonaro sobre o carro a que tem direito na condição de ex-presidente. Bolsonaro reivindica um automóvel blindado. Mas, segundo seus interlocutores, ao saber dessa queixa, Lula lembrou que nenhum ex-presidente teve direito a veículo blindado.

Uma das únicas manifestação do governo sobre a volta de Bolsonaro foi justamente para rebater essa informação. A Casa Civil divulgou uma nota afirmando que o ex-presidente estaria usufruindo de dois veículos com motoristas, como previsto na legislação; e ainda acrescentou que nenhum ex-presidente teve direito a carro blindado.

Apenas um integrante do governo aproveitou a baixa adesão ao ato de chegada de Bolsonaro para ironizar o ex-presidente. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, aproveitou uma entrevista sobre a nova regra fiscal para chamar o ex-presidente de "líder pé de barro" e para afirmar que a sua recepção fracassou.

"Mais uma vez ele [Bolsonaro] se demonstrou um líder de pé de barro, quando fugiu do país. Agora, fez uma semana inteira de mobilização e [mesmo assim] flopou a recepção no aeroporto", disse o petista.

A equipe de Lula, no entanto, afirmou que se tratou de uma manifestação espontânea de Padilha e negou que o ministro palaciano tenha sido escalado para a missão de entrar em embate com os bolsonaristas.

**Não é fato relevante que mereça ser comentado**

**José Guimarães**
líder do governo na Câmara (PT-CE), sobre a volta de Bolsonaro

Continuação da pág. A4

Um inquérito que tramita no Supremo também apura a conduta de Bolsonaro na live em que afirmou falsamente que a vacinação contra a Covid-19 está ligada ao risco de contrair o vírus da Aids.

Além disso, o ex-presidente é investigado no inquérito que apura a conduta de suspeitos de incitarem e serem os autores intelectuais dos ataques às sedes dos três Poderes, no dia 8 de janeiro deste ano.

## Ex-presidente afirma que ganhou joias por amizade com árabes

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou nesta quinta-feira (30) que recebeu presentes de elevado valor da Arábia Saudita por causa da relação de amizade que construiu com o mundo árabe.

"Agora [são] joias caras? Sim, caríssimas, até pela relação de amizade que eu tive com o mundo árabe", afirmou o ex-mandatário à Jovem Pan.

O ex-presidente reconheceu que as joias eram para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e que ele tentou reavê-las. No entanto, ressalta que "não foi na mão grande".

"Entregamos ali o primeiro conjunto que chegou na Presidência. Cadastrei. E, tentando recuperar o outro conjunto da Michelle, foi via ofício, não foi na mão grande. Não sei porque essa onda toda. Se estão achando isso como algo que eu fiz errado eu fico até feliz, não têm do que me acusar", afirmou.

Questionado sobre qual motivo para os árabes darem um presente de R$ 16 milhões, Bolsonaro disse que "eles têm dinheiro" e que é um "prazer deles" presentear.

"A rainha da Inglaterra, ela já é falecida, ganhou de R$ 50 milhões. Eles têm dinheiro, pô. É o prazer deles dar esse presente", disse Bolsonaro. "Esse xeque lá, ele me convidou, fui na casa dele... Fiquei na casa dele. Tem coisa que nós não temos, três esposas, por exemplo", continuou, sob risadas.

O ex-presidente disse ainda que a riqueza deles não é só advinda do petróleo, como também de comércio, turismo e tecnologia. "São riquíssimas [cidades dos Emirados Árabes] e procuram agradar as pessoas. Eu sou um cara que continuo com meu relojinho aqui, graças a Deus."

Bolsonaro se defendeu da acusação de que teria se apropriado dos presentes oficiais argumentando que todos já estavam cadastrados pela Presidência da República.

"Quem classifica se é acervo pessoal ou público não sou eu. Tem um pessoal na presidência da República, são servidores de carreira que classificam. E na lei fala que eu posso até usar, não posso vender. Mas, como criou-se o problema, estou à disposição. E o TCU [Tribunal de Contas da União] disse por liminar que eu poderia ter a posse dessas joias. Depois foi julgada essa liminar na frente, ela caiu. Qual a decisão final? As joias foram entregues para a Caixa Econômica Federal e as duas joias foram entregues para a Polícia Federal", afirmou.

O ex-presidente mais tarde disse que só ficou chateado por devolver o "HK", o fuzil que ele recebeu de presente, argumentando que é apaixonado por armas. **RM e MH**

**"Alguém lançou o nome dela [Michelle, para a Presidência]. Ela já falou que não quer saber de cargo no Executivo, está fora disso, até porque não tem a vivência**

**Jair Bolsonaro (PL)**
ex-presidente, após chegar ao Brasil

# Ex-presidente e petista apostam na polarização em momento em que enfrentam cenário adverso

**ANÁLISE**

**Igor Gielow**

SÃO PAULO Após o inédito duplo abandono da Presidência, contando aí os dois meses em que ficou amuado no Palácio da Alvorada após perder a reeleição e a fuga para a Flórida dois dias antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL) voltou ao Brasil.

Passados três meses, seu desembarque esteve longe da consagração aeroportuária que marcou sua marcha à Presidência —na sede do PL, havia uma concentração pífia de apoiadores, mesmo Brasília sendo uma ilha bolsonarista. Mas esse é o menor de seus problemas.

A questão central para ele é análoga à de seu ídolo político e modelo comportamental, o também ex-presidente americano Donald Trump. Após ser derrotado em 2020, o republicano não reconheceu a vitória de Joe Biden e instigou uma sublevação popular que levou destruição ao Capitólio no 6 de janeiro de 2021.

Agora, Trump se prepara para tentar voltar à Casa Branca no ano que vem, mas a realidade política à sua volta é bastante adversa. Evidentemente, tem votos e conta com seu poder midiático, mas enfrenta uma renovada concorrência em seu partido e um leque de pendências judiciais graves.

Resta-lhe, como mostrou o discurso amalucado que fez em Waco, cidade ícone de uma certa direita americana pelo cerco trágico de forças federais contra uma seita religiosa, redobrar a aposta na polarização que o elegeu em 2016.

Adaptando uma ou outra coisa, é a história de Bolsonaro após a derrota de outubro passado: sem reconhecer a vitória de Lula, incentivando os golpistas que criaram o 8 de janeiro de Brasília, vendo emergir lideranças no seu campo de jogo e enfrentando problemas que poderão tirar seus direitos políticos.

Assim, caberá ao ex-presidente a radicalização, apostar naqueles 25% que, em dezembro passado, disseram ao Datafolha se considerar bolsonaristas. Quantos são agora, após a reação institucional ao golpismo esposado pelo grupo, é algo a aferir, mas é ilusão achar que desapareceram.

O que parece certo é que são uma força reduzida da quase metade do eleitorado que votou nele no segundo turno, não menos porque aquele contingente abarcava antipetistas que reprovam o 8/1 e a lambança das joias árabes.

Bolsonaro voltar ao país para liderar a direita, como quer o presidente de seu partido, cioso do enorme Fundo Partidário que os votos bolsonaristas lhe deram, é outra história. Como ele mesmo disse ao embarcar de volta a Brasília, esqueçam.

Basta olhar para sua Presidência. Não faz parte de seu repertório a construção política, ao contrário. O que não quer dizer que ele não tenha voto. Resta saber o uso que será feito disso —nem montar a própria sigla, a tal Aliança, ele conseguiu no ápice do poder.

Este é um momento de readequação de forças, e a saída do Republicanos do centrão clássico com PL e PP rumo ao novo centrão de Lula, ao formar o maior bloco da Câmara (142 deputados) com o PSD, MDB e Podemos, é sinal disso.

O cérebro por trás da operação é Gilberto Kassab, o presidente do PSD e secretário de Governo paulista, que quer transformar o seu governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em liderança nacional de uma centro-direita que agregue o voto conservador e também bolsonarista, de alguma forma convencido a deixar de lado o radicalismo e a tosquice.

Sinal do pragmatismo adotado, PSD e MDB estão no ministério de Lula, mas de olho no comportamento do presidente, que promete começar de fato seu governo no momento em que Bolsonaro desembarca, com a apresentação do novo arcabouço fiscal.

Se fracassar em convencer o mercado e o Congresso de sua viabilidade, o governo Lula arrisca permanecer em estado letárgico ou coisa pior. Se funcionar, dificilmente o novo centrão largará seu quinhão do governo, sobrando ao modelo original o papel de oposição e lago para pescar dissidentes.

Bolsonaro terá de se manter no palanque para evitar a sangria de apoio. Para Lula, que sempre manteve relação simbiótica com o ex-presidente, é ótima notícia. Foi da lavra do bolsonarismo que saíram vários temas que ajudaram o governo a manter o foco na polarização, enquanto se digladia entre dificuldades de articulação política e a verborragia extremada do presidente.

Houve o 8/1, a crise yanomami (que é perene, mas ficou na conta de Bolsonaro por seu desdém por indígenas), as joias da Arábia Saudita, a demonização do Banco Central independente herdado de seu governo. Agora, haverá o ex-presidente em pessoa.

Como notou o colunista Elio Gaspari, será uma situação inédita em que um ex-presidente fustigará diretamente o sucessor, de olho em sua cadeira. Se a agressividade de Lula contra seus antecessores já era deletéria do ponto de vista institucional, nada de bom deve sair de um cenário de guerra aberta.

# Foco no paciente é chave para a qualidade hospitalar

**Especialistas apontam a importância de construir uma cultura de qualidade e de acompanhar indicadores inclusive após a alta**

Ao buscar assistência à saúde, seja para check-ups de rotina ou para procedimentos mais complexos, que exigem internação e até cirurgia, o paciente muitas vezes não sabe o que esperar do atendimento, do tratamento ou do pós-alta. A divulgação de indicadores de qualidade e segurança ajuda a empoderar o paciente em sua escolha num momento que é, muitas vezes, de fragilidade. No entanto, a transparência precisa ir além.

"Se um paciente tem um problema, é internado, faz uma cirurgia e vai para casa, ele precisa saber: qual é a taxa de melhora, o que ele deve ou pode esperar da sua recuperação? Os resultados do cuidado vão além do ambiente hospitalar e esses também são dados que precisam ser analisados e compartilhados", afirmou Vanessa Teich, diretora de Economia da Saúde do Einstein, em um debate promovido pela organização na última semana, que reuniu especialistas em saúde do Brasil e do exterior.

> Uma organização que busca a entrega do melhor desfecho deve saber informar seus indicadores de maneira adequada e usar todos os recursos para que essa informação seja compreensível
>
> **Sidney Klajner,** presidente do Einstein

Para responder à pergunta principal do seminário —o que todo paciente precisa saber sobre qualidade nos serviços hospitalares?—, os integrantes dos quatro painéis destacaram a necessidade de envolver cada vez mais o paciente nas decisões sobre seu tratamento e de transparência na divulgação de dados pelas organizações de saúde.

"Uma organização que busca a entrega do melhor desfecho [resultado da assistência em saúde] deve saber informar seus indicadores de maneira adequada e usar todos os recursos para que essa informação seja compreensível, visando unicamente o benefício do paciente", afirmou Sidney Klajner, cirurgião do aparelho digestivo e presidente do Einstein.

Os especialistas também apontaram a importância de os hospitais investirem continuamente não só em novas tecnologias e tratamentos, mas na formação de suas equipes multidisciplinares e de fomentarem uma cultura interna de qualidade e segurança no cuidado.

"A qualidade e a segurança não são adquiridas voluntariamente, pela própria complexidade do tema. É preciso ter métodos para organizar e ordenar os processos. E uma forma de fazer isso é por meio dos processos de acreditação", disse Heleno Costa Júnior, superintendente do Consórcio Brasileiro de Acreditação, associado da Joint Commission International (JCI), o mais importante reconhecimento em processos de qualidade e segurança em saúde. "Os programas de acreditação, quando bem implantados, proporcionam processos de melhoria de qualidade", completou.

No caso do Einstein, o investimento na jornada que o levou aos 17 selos de acreditação que possui hoje, sendo 14 deles internacionais, teve início na inauguração do hospital, na década de 70, e se aprimorou com o tempo, envolvendo o engajamento de toda a equipe responsável pelo cuidado. "Quando começamos a ouvir falar em indicadores, fomos atrás e experimentamos de tudo, até descobrirmos os modelos de acreditação. A acreditação, hoje, é o nosso piso e não o nosso teto em termos de qualidade. É o mínimo que devemos fazer e, a partir disso, vamos atrás das inovações", disse Miguel Cendoroglo, diretor médico do Einstein.

O Einstein foi a primeira organização fora dos EUA a receber o reconhecimento da JCI, em 1999, e é a primeira na América Latina a conquistar a designação de hospital Magnet, a de maior excelência na enfermagem e no cuidado. "Isso significa que a instituição observa e segue normas de segurança para que o paciente tenha desfechos positivos, com redução potencial de eventos adversos", explicou Karen Wentzel, analista sênior do programa de reconhecimento Magnet, do American Nurses Credentialing Center (EUA).

No Einstein, a existência da Central de Monitoramento Assistencial (CMOA) garante um uso eficiente do controle e monitoramento de dados. "A implantação do prontuário eletrônico oferece informações da assistência do paciente em tempo real. A partir desses dados, algoritmos capturam os riscos de falhas e eventos adversos e enviam alertas à central, que comunica imediatamente a equipe da linha de frente do cuidado. A intenção é que a eventual falha seja corrigida antes de atingir o paciente", explica Claudia Laselva, diretora da Unidade Hospitalar Morumbi e de Práticas Assistenciais do Einstein.

**PACIENTE NO CENTRO**

As referências mundiais em saúde mostram que todo o cuidado técnico precisa estar aliado a uma cultura de acolhimento e escuta do paciente, que deve ser protagonista no seu tratamento.

"A melhor maneira de avaliar a perspectiva do paciente é fazer levantamentos sobre a experiência do atendimento. Não para avaliar a satisfação com alimentação ou estacionamento, mas a percepção de qualidade e segurança em relação ao cuidado recebido", ressaltou Tejal Gandhi, diretora de Segurança e Transformação da Press Ganey, empresa norte-americana de assistência médica que desenvolve pesquisas de satisfação dos pacientes.

Um desafio é inovar na busca de indicadores que permitam um olhar mais amplo, além do intra-hospitalar, garantindo melhor qualidade de vida durante toda a jornada do paciente —diagnóstico, internação, tratamento e pós-doença, com evolução do quadro clínico e avaliação da experiência.

Em 2012, o Einstein criou a Célula de Desfechos, destinada a acompanhar pacientes com 23 diferentes condições clínicas, aplicando questionários antes da realização de procedimentos ou tratamentos e até mais de dez anos depois da alta hospitalar. Os resultados estão presentes no Dossiê de Valor, documento divulgado pelo Einstein durante o evento, e compõem um conjunto de dados importante para mensurar a qualidade do tratamento.

No Brasil, uma iniciativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) lançada em 2021 também ajuda a munir os pacientes de indicadores hospitalares na rede privada: o SiHosp (Sistema de Indicadores Hospitalares). "O Sihosp conta com a participação de 131 hospitais gerais, que possuem acreditação em nível máximo e certificações. A participação voluntária demonstra empenho das lideranças em saúde na melhoria da capacidade de governança e transparência das informações", afirmou Angélica Carvalho, diretora-adjunta de Desenvolvimento Setorial da ANS, na segunda mesa de debates.

> A inovação tem a ver com o uso inteligente de uma tecnologia por profissionais de saúde que avaliam a situação e entendem o que é melhor para o paciente
>
> **Yuman Fong,** chefe do Departamento de Cirurgia do City of Hope (EUA)

Pedro Delgado, vice-presidente do Institute for Healthcare Improvement (IHI), organização voltada para a melhoria da assistência em saúde em todo o mundo, reforçou, em sua fala, que "a capacitação técnica, a transparência no compartilhamento de dados e a confiabilidade da instituição são fundamentais" para assegurar qualidade. "Mas o paciente precisa saber que a sua voz importa, sentir empatia e compaixão ao ser atendido. Se isso acontecer, significa que ele está em uma instituição inspiradora e segura", concluiu.

Evento promovido pelo Einstein com especialistas brasileiros e estrangeiros discutiu os fatores que fazem um hospital ter qualidade e segurança

## Cultura de inovação potencializa os avanços da tecnologia na medicina

A implantação de avanços tecnológicos e a capacitação de especialistas são pontos fundamentais para oferecer a estrutura necessária para cuidar de pacientes de alta complexidade. "Para fazer a diferença, é preciso o uso correto da tecnologia, com o objetivo principal de beneficiar o paciente", afirmou o médico Sidney Klajner, presidente do Einstein, durante um painel que discutiu a qualidade na cirurgia e nos procedimentos de alta complexidade.

"Estamos falando de tecnologias cada vez menos invasivas, potencialmente menos traumáticas para o paciente, que possam trazer desfechos melhores, com menor taxa de complicação e menor custo, para que o paciente retorne mais rapidamente às suas atividades. Essa é a cultura da inovação", completou.

Para Yuman Fong, cirurgião oncológico e chefe do Departamento de Cirurgia do City of Hope (EUA), a classificação do Einstein no ranking The World's Best Hospitals, da Newsweek, como o melhor hospital da América Latina e o 34º melhor do mundo, é um exemplo de cultura de inovação.

"Existe uma grande diferença entre cultura de tecnologia e cultura de inovação. Tecnologia são todos os 'brinquedinhos' disponíveis no mercado. Mas eles realmente ajudam no cuidado do paciente? A inovação tem a ver com o uso inteligente dessa tecnologia por profissionais de saúde que avaliam a situação e entendem o que é melhor para o paciente", disse.

Rodrigo Gobbo, diretor médico do Centro de Medicina Intervencionista do Einstein, concorda: "A tecnologia por si só não significa muita coisa. O diferencial está na forma de integrar, incorporar e usar a tecnologia."

Gobbo destacou que o apelo da alta tecnologia é intenso, mas nem sempre ela é a melhor opção no tratamento. "Instituições como o Einstein, que formam profissionais, médicos e enfermeiros, têm um papel essencial no ensino adequado de como usar determinada tecnologia para que possamos fazer a melhor opção de tratamento chegar ao paciente."

A coordenação do cuidado, com integração de múltiplas especialidades, também é fundamental para garantir a qualidade em atendimentos de alta complexidade. "A habilidade do cuidado coordenado entre as especialidades é essencial. Na maior parte desses procedimentos tecnológicos não existe só um chefe, um capitão", afirmou o chefe de cirurgia vascular e endovascular da Universidade do Texas (EUA), Gustavo Oderich. "A expertise do cirurgião é valiosa, mas precisamos de engajamento de todo o time da anestesia, enfermagem e de outros especialistas."

## Personalizar tratamento e envolver paciente são armas contra o câncer

Os avanços na medicina diagnóstica e de precisão, com terapias inovadoras para o tratamento dos pacientes com câncer e problemas cardiovasculares, resultam de investimentos contínuos em pesquisa e inovação. Mas a necessidade de formação das equipes multidisciplinares e de instalação de uma cultura de escuta do paciente é tão importante quanto os avanços nas técnicas e nos equipamentos.

"O câncer exige uma cadeia de cuidados impecável, que inclui diagnóstico, tratamento e pós-tratamento. Daí a dificuldade de criar centros de oncologia avançados, pois essa cadeia de excelência deve ser ancorada em eficácia e segurança", afirmou o oncologista Fernando Maluf, membro do Comitê Gestor do Centro de Oncologia do Einstein.

O Einstein é o melhor hospital da América Latina também em Oncologia, segundo o ranking World's Best Specialized Hospitals, da Newsweek, e toda a expertise já adotada, que une medicina de precisão, big data, pesquisa e capacitação, ganhará ainda mais impulso com a inauguração, em 2025, do novo Centro de Cuidados e Terapias Avançadas em Oncologia e Hematologia, no complexo do Parque Global, em São Paulo.

Para Linda Bosserman, oncologista do City of Hope, dos Estados Unidos, a personalização do tratamento é um caminho irreversível na Oncologia. "É preciso explicar claramente quais são as opções de tratamento, com seus efeitos colaterais. É preciso entender as necessidades de cada paciente, para que seja tomada uma decisão compartilhada", pontuou.

No mesmo painel, o cardiologista Edward Fry, que presidiu a American College of Cardiology no último ano, destacou que um dos avanços mais importantes em termos de qualidade na sua área de atuação foi "dar um passo para trás nos indicadores técnicos e focar os resultados reportados pelos pacientes". "Se você acha que a cirurgia foi um sucesso, mas o paciente se sente péssimo, isso não é qualidade. Então precisamos ouvir dos pacientes o que é qualidade para eles", disse.

No Einstein, essa escuta é feita por meio da Célula de Desfechos e, entre 2017 e 2022, 99% dos pacientes admitidos com infarto agudo do miocárdio ou com insuficiência cardíaca que participaram da avaliação disseram estar "satisfeitos ou muito satisfeitos" com o resultado dos tratamentos. "Avançamos muito nessas duas doenças específicas, em que temos protocolos gerenciados, enfermeiras gerenciadoras, busca ativa dos casos, identificação da melhor prescrição e orientação e acompanhamento pós-alta, evitando reinternações", explicou Fernando Bacal, coordenador do Programa de Insuficiência Cardíaca e Transplante do Einstein.

# QUALIDADE EM NÚMEROS

**Seja em indicadores sobre a internação ou sobre os resultados após a alta, o Einstein tem desempenho comparável aos melhores padrões internacionais**

### INDICADORES

**Satisfação com o resultado do tratamento, medida em entrevista até 12 meses após alta**

Relataram estar satisfeitos ou muito satisfeitos:

**99%** dos pacientes admitidos com infarto agudo do miocárdio ou com insuficiência cardíaca

**94%** dos pacientes admitidos com acidente vascular cerebral (AVC)

**98%** dos pacientes submetidos a artroplastia de quadril

**86%** dos pacientes submetidos a cirurgia bariátrica

### Complicações evitáveis

Einstein | Referência internacional | Referência nacional

(quanto menor a porcentagem, melhor)

**Infarto**
Reinternação não planejada 30 dias após alta em caso de infarto agudo do miocárdio

10%
15% (A)

**Insuficiência cardíaca**
Reinternação não planejada 30 dias após alta

9,8%
21% (A)

**Ortopedia**
Taxa de reoperação em 6 meses após cirurgia de joelho

0%
2,5% (B)

# Melhor atendimento exige mudança de cultura nos hospitais

## Einstein investe, há cinco décadas, na busca por práticas de qualidade que são referências mundiais

Ter a segurança de que, ao entrar pela porta do hospital, você receberá o melhor tratamento e terá a mais eficiente recuperação possível, para retornar para suas atividades com qualidade de vida o quanto antes. Os caminhos que levam a garantir essa tranquilidade ao paciente exigem das organizações de saúde anos de investimento na formação dos profissionais e na mudança de cultura interna, envolvendo todos que são responsáveis pelo cuidado ao paciente.

A qualidade e a segurança do paciente sempre foram uma preocupação desde a fundação do Hospital Israelita Albert Einstein, em 1971. Nas décadas que se seguiram, o Einstein foi atrás das práticas adotadas nos melhores hospitais do mundo com o propósito de prover vidas mais saudáveis.

Assim, se tornou a primeira organização fora dos Estados Unidos a ser acreditada, em 1999, pela Joint Commission International, que atesta processos de qualidade e de segurança em saúde, e a primeira na América Latina a conquistar a designação de hospital Magnet, que reconhece a excelência na enfermagem. Hoje o Einstein possui 17 selos de acreditação, sendo 14 deles internacionais.

Garantir a excelência em qualidade e segurança se tornou uma obrigação, e o desafio atual do Einstein é avançar cada vez mais, com inovação e inteligência, na busca de indicadores que permitam olhar para toda a jornada do paciente, do diagnóstico até o pós-doença, considerando a sua satisfação e uma melhor qualidade de vida. Tudo isso com transparência na divulgação de todas as métricas referentes à assistência.

Essa é uma preocupação do Einstein para as unidades que gerencia tanto no sistema privado quanto no público. Com o propósito claro de buscar a equidade em saúde, a organização adota os mesmos protocolos e parâmetros de seu serviço privado nos três hospitais e 26 unidades ambulatoriais do SUS (Sistema Único de Saúde) que administra.

O compromisso do Einstein é ampliar o acesso à saúde ao maior número de pessoas, sem perder a qualidade e a excelência garantidas por seu ecossistema, que envolve assistência, ensino, pesquisa e inovação.

### QUALIDADE DE VIDA APÓS CIRURGIA OU TRATAMENTO

**Cardiologia**
**82%** dos pacientes com insuficiência cardíaca relataram qualidade de vida boa a excelente 12 meses após a alta hospitalar

**Ortopedia**
**88%** relataram melhora funcional em relação à coluna lombar 12 meses após cirurgia

**Transplantes**
**82%** obtiveram melhora na qualidade de vida 6 meses após o transplante de pulmão

(quanto maior a porcentagem, melhor)

**Câncer de próstata**
Pacientes sem incontinência urinária após 12 meses de cirurgia para tratamento do câncer de próstata

96%
90% (C)

**Transplante de fígado**
Taxa de sobrevida em 1 ano

81%
70% (D)

**Cânceres hematológicos**
Sobrevida em 2 anos após transplante de células-tronco hematopoéticas autólogo*

86%
61% (E)

**Referências internacionais e nacionais:**
**A** - Centers for Medicare & Medicaid Services (EUA)
**B** - Australia Arthroplasty Clinical Outcomes Registry National
**C** - Hospital Martini Klinik, hospital de referência em câncer de próstata no mundo
**D** - Estado de São Paulo (2009-2021) vs Einstein (2013-2021)
**E** - Polish Archives of Internal Medicine, 2022
**F** - NHSN- National Healthcare Safety Network - CDC (EUA)
**G** - Associação Nacional dos Hospitais Privados (ANAHP)
**H** - Benchmarking via Epimed solutions, resultado apenas entre hospitais com acreditação internacional

*Pacientes adultos, com doenças malignas

### QUALIDADE E SEGURANÇA INTRA-HOSPITALAR

(quanto menor a porcentagem, melhor)

**Infecção de corrente sanguínea** associada a cateter em todas as internações (por 1.000 cateteres/dia)

0,26
0,91 (F)

**Infecção de trato urinário** associada a sonda em todas as internações (por 1.000 cateteres/dia)

0,31
0,93 (F)

**Pneumonia** associada a ventilação mecânica (por 1.000 dias de ventilação)

0,5
4,44 (G)

**Permanência em UTI**
Tempo médio (quanto menor, melhor)

4 dias
6 dias (H)

### QUALIDADE NA REDE PÚBLICA

O Einstein faz a gestão de três hospitais públicos no Brasil (o Hospital Municipal Vila Santa Catarina e o Hospital Municipal M'Boi Mirim, em São Paulo, e o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia, em Goiás), além de outras 26 unidades, como AMAs, UBS e UPAs, na capital paulista. A organização adota os mesmos protocolos e métricas nas redes pública e privada, o que se reflete na qualidade reconhecida pela ONA (Organização Nacional de Acreditação). São acreditados pela ONA Nível 3 o Vila Santa Catarina e o M'Boi Mirim, o primeiro da rede municipal a conquistar esse nível de acreditação. Em 2022, o M'Boi conquistou o 1º lugar entre hospitais municipais no prêmio Melhores Hospitais Públicos do Brasil.

### NEWSWEEK

O Hospital Israelita Albert Einstein é o melhor da América Latina, segundo o ranking The World's Best Hospitals, da Newsweek, pelo quarto ano consecutivo. O Einstein é o único hospital brasileiro entre os 100 melhores do mundo, na 34ª posição.

Também é o melhor latino-americano em Gastroenterologia (10º melhor do mundo), Oncologia (16º) e Ortopedia (24º), e o primeiro da região a entrar na lista do World's Best Smart Hospitals (que lideram em tecnologias inteligentes).

### ACREDITAÇÕES: RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

O Einstein possui 17 selos de acreditação, sendo 14 deles internacionais. Confira alguns deles:

**Joint Commission International (JCI)**

- Einstein foi a primeira organização de saúde fora dos EUA a receber; foi acreditada pela 8ª vez consecutiva em 2021
- JCI é a mais importante acreditação em qualidade e segurança na saúde

**Magnet**

- Primeiro hospital na América Latina a conquistar a designação Magnet, maior reconhecimento da excelência na enfermagem e no cuidado com a saúde

**Foundation For The Accreditation Of Cellular Therapy (Fact)**

- Único hospital da América Latina acreditado pelo Fact, que atesta boas práticas nos serviços de hemoterapia e transplante de medula óssea

**Planetree**

- Única organização no Brasil a ter a Credencial Ouro (o mais alto nível), que reconhece o cuidado centrado na pessoa

Aponte a câmera de seu celular ou tablet para o QR code acima e conheça mais indicadores do Einstein no Dossiê de Valor

# Bolsonaro é aplaudido e ouve grito de 'cadeia' em voo de volta

Ex-presidente fez rodada de fotos e tomou espumante na 'nave do Harry Potter'

**Anna Virginia Balloussier**

ORLANDO (EUA) E BRASÍLIA Depois de três meses morando a meia hora da Disney, Jair Bolsonaro (PL) está de volta.

Ele chegou nesta quinta (30) ao país que deixou dois dias antes de concluir seu mandato, desgostoso com a vitória de Lula (PT). Desembarcou às 6h38 em Brasília, epílogo de uma temporada na Flórida em que viveu numa zona de conforto que dificilmente se reproduzirá na terra natal.

As últimas horas em solo americano lhe foram gentis. No aeroporto de Orlando, recebeu muitas abordagens, quase todas simpáticas a ele. Uma mulher chorou com a oportunidade de abraçá-lo.

Ganhou aplausos quando entrou num avião de carreira da Gol, a "nave do Harry Potter", com a fuselagem coberta por cenas da saga do bruxinho. Só uma voz hostil rompeu o clima, com um único grito: "Cadeia!".

Bolsonaro esperou a partida do voo no Premium Plaza Lounge, área vip do terminal. Ficou numa área separada das demais por um cartaz onde se lia "reserved". Lá, posou para fotos com funcionários da Azul, animados com sua presença. Petiscou um biscoito de pasta de amendoim e café adoçado com açúcar.

Mais amarga foi a reação a repetidas tentativas da reportagem de ouvir o que tinha a dizer sobre a volta ao Brasil e alguns fantasmas que o rondam, como a possibilidade de ser condenado numa das investigações de que é alvo e a intimação da Polícia Federal para depor sobre as joias milionárias que a Arábia Saudita supostamente deu de presente a ele e à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, em 2021.

Antes de passar pelo raio-X, Bolsonaro disse à **Folha** que não queria conversa, nem com um repórter do jornal O Globo que também o aguardava. "Vocês falaram muito de mim, agora, nas eleições", justificou.

Novas investidas da imprensa foram ignoradas. No máximo, sorriu, quando instado a dar nota de 0 a 10 para o governo Lula. A certa altura, um dos assessores que o acompanhava colocou um biombo para barrar a visão dos jornalistas.

Sérgio Rocha Cordeiro, que foi seu assessor especial na Presidência, disse que ele só daria entrevista no formato ao vivo, porque do contrário suas palavras poderiam ser distorcidas.

Com a CNN, foi mais generoso. Falou com o repórter da emissora por cerca de meia hora, numa transmissão em tempo real conduzida no lounge.

Falou mal de Lula e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disse que não pretendia "liderar nenhuma oposição", mas "colaborar com aqueles que assim desejarem". E sugeriu que deve ir presencialmente depor à PF sobre o presente dos sauditas.

Na primeira fila da classe econômica premium, aceitou o copo de espumante oferecido pela comissária. Depois escolheu para o jantar nhoque ao sugo e um pouco de vinho branco Seival, safra 2022.

Uma ida ao banheiro rendeu mais uma rodada de fotos com ao menos 30 pessoas. Passageiros da classe econômica chegaram a fazer fila para tirar retrato após o café da manhã, pão com queijo e rosbife.

O investidor e empresário Rafael Danigno, 38, o interpelou sobre uma alternativa: eleitor de Luiz Felipe D'Ávila (Novo) no primeiro turno, e de Bolsonaro no segundo, quis saber se respaldaria, na próxima eleição, um nome com menos resistência pela mídia.

Assim, explicou, cairia o risco de a esquerda seguir no poder. Bolsonaro respondeu, segundo Danigno, que está aberto e que é muito difícil sobreviver na cadeira em que sentou por quatro anos.

Após o pouso, uma mulher puxou mais palmas: "Deus o abençoe, Bolsonaro". Alguém disse amém. Uma passageira fez um L, referência a Lula. Era Mariana, 24, estudante de enfermagem que estava a trabalho nos EUA e prefere omitir o sobrenome, por ter uma família bolsonarista.

"Me senti mal por estar rodeada de pessoas que apoiam Bolsonaro", contou ao lado da melhor amiga — que perdeu o pai para a Covid semanas antes de começar a campanha de vacinação, com atraso. "A presença dele me traz algo ruim. Que mito, velho?"

Ao viajar à Flórida, Bolsonaro driblou a passagem da faixa presidencial a seu grande rival, Lula, um rito democrático.

Passou o primeiro trimestre de ex-presidente num condomínio em Kissimmee, perto da Disney. Ficou inicialmente na casa do lutador de UFC José Aldo, um admirador seu.

Antes mesmo da estadia de Bolsonaro, o endereço já havia sido notícia pela decoração: salão de jogos, sala de cinema e nove quartos. Um com o desenho "Minions" como motivo.

Bolsonaro depois se mudou para outra casa no mesmo condomínio. A família às vezes compartilhava sua rotina nas redes sociais, como a ex-primeira-dama Michelle exibindo o marido lavando morangos para ela.

Acima, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) usa o celular no voo de volta ao Brasil. Ao lado, a aeronave com imagem do Harry Potter na fuselagem Ana Virginia Balloussier e Pedro Ladeira/Folhapress

**+ Do Val diz que forjou história de golpe**

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) afirmou nesta quinta (30) que forjou uma história sobre tentativa de golpe de Estado, em fevereiro, para tentar afastar o ministro Alexandre de Moraes, do STF, de investigação contra Bolsonaro. "Não tinha golpe de Estado nem nada", disse o senador a apoiadores em vídeo gravado pelo portal Metrópoles. Naquele mês, o senador deu versões diferentes sobre uma reunião com Bolsonaro e um suposto plano de gravar o ministro do Supremo para reverter o resultado das eleições de 2022.

## Recepção em Brasília tem ataques a Lula e divisão de claque

**Marianna Holanda e Renato Machado**

BRASÍLIA Dezenas de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) se reuniam para recepcioná-lo no saguão do aeroporto de Brasília na manhã desta quinta (30). Mas não sabiam que ele sairia pelo hangar da Polícia Federal, a quilômetros dali.

Apoiadores cantavam o hino nacional e gritavam "mito", "ei, Bolsonaro, cadê você, eu vim aqui só pra te ver". Alguns xingavam Lula e a Globo.

"Onde eu vou para abraçar meu presidente?", perguntou Tania Rocha Cezar, 77. A dona de casa foi de ônibus de São Vicente (SP) a Brasília só para acompanhar seu retorno.

"Tô achando ótimo que ele está nos nossos braços outra vez e vamos levar ele para Presidência novamente", disse ela, que perguntou se a reportagem era lulista ou bolsonarista, pois não fala com eleitores de Lula.

Como Tania, Fernando Orlandi também foi a Brasília só para tentar ver o ex-presidente.

O empresário de 30 anos carregava o filho Kemuel de 1 ano nos braços, enquanto esperava Bolsonaro sair pelo desembarque internacional.

"Ele motivou muito o agronegócio, pequenos e grandes [empresários]. A gente tem que dar uma força [para ele]. A terra dele é aqui, com vitória ou derrota, ele tem que ficar aqui no Brasil", disse.

Cada vez que a porta do desembarque abria, aplaudiam na expectativa de ser o ex-presidente. Um passageiro deixou o local fazendo o 'L' com as mãos, em referência a Lula. Foi xingado e vaiado, sob gritos de "Lula ladrão".

Ainda que Bolsonaro tenha saído discretamente do terminal, sua chegada mudou a rotina do aeroporto. Houve bloqueio da Polícia Militar na avenida que leva ao local, mas os carros não eram parados.

O policiamento no aeroporto também foi ostensivo, com ônibus e agentes desde cedo.

Autoridades só eram esperadas no PL. No aeroporto, só estava o ex-secretário de comunicação da Presidência, Fabio Wajngarten.

Depois, chegou o filho 03 do ex-presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), causando tumulto no saguão. Os apoiadores o tietavam e perguntavam pelo pai. Eles só começaram a se desmobilizar por volta das 8h, quando o deputado federal deixou o local.

Apoiadores também esperaram Bolsonaro em frente ao complexo hoteleiro onde fica a sede do PL, na região central de Brasília. Os bolsonaristas vibravam e se aglomeravam para tirar selfies com ex-ministros e aliados de Bolsonaro.

O ex-presidente chegou ao local por volta de 8h, mas frustrou os apoiadores ao entrar pela garagem.

O PL divulgou um vídeo que mostra o presidente descendo do carro, dentro do prédio, sendo recebido pelo presidente da sigla, Valdemar Costa Neto; por seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o general e ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, que foi candidato a vice em sua chapa nas eleições presidenciais.

Bolsonaro apareceu na janela do restaurante de um hotel do complexo, para acenar brevemente aos apoiadores. Os bolsonaristas cantaram na sequência o hino nacional.

Foram receber o ex-presidente ministros do seu governo, como Ciro Nogueira (Casa Civil), Gilson Machado (Turismo), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Eduardo Pazuello (Saúde).

O general, agora deputado federal, disse que o papel do presidente em seu retorno será "agregar a direita, manter agregada a direita".

# Vizinhos do ex-presidente expõem bandeiras do Brasil e de Lula

BRASÍLIA Depois de quase três meses fora do Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se mudou para uma casa na tranquila vizinhança de um condomínio de alto padrão no Jardim Botânico, bairro a cerca de 14 km do Plano Piloto — a região central de Brasília.

As manifestações políticas dos novos vizinhos do ex-presidente se dão vez ou outra por grupo de WhatsApp dos condôminos ou por bandeiras expostas nos portões das casas. Na maioria, são bandeiras do Brasil ou da campanha bolsonarista do ano passado.

Há ainda algumas bandeiras pró-Lula. Duas foram estendidas na rua em que o próprio Bolsonaro começa a morar nesta quinta-feira (30). Nos grupos de WhatsApp de vizinhos, os moradores do condomínio também discutiram se seria ou não positiva a chegada dele e como isso afetaria a rotina do local.

Ao deixar o Palácio da Alvorada no final do mandato, a família do ex-presidente optou por um condomínio fechado em Brasília por segurança e para evitar protestos.

Não houve grandes mudanças no esquema de vigilância do condomínio de Bolsonaro. Segundo moradores, nenhum equipamento novo que aumente os custos foi comprado, tampouco houve alteração na taxa condominal por algum novo serviço necessário.

Nesta quinta, com a chegada do ex-mandatário, um carro da Polícia Militar do DF amanheceu fazendo ronda nas ruas do condomínio. Ele deixou o local ainda na manhã.

O condomínio escolhido por Bolsonaro tem três quadras, com centenas de casas. As quadras são cercadas por grade, com controle de entrada e saída de carros, e rondas de segurança privada. Muitos moradores são funcionários públicos, e alguns militares e policiais.

Apesar da recepção de dezenas de bolsonaristas tanto no aeroporto como em frente à sede do PL, na nova casa de Bolsonaro apenas alguns curiosos passaram na manhã desta quinta para fazer fotos.

Ao chegar, Bolsonaro entrou direto na residência, sem falar com jornalistas que o esperavam na porta. Pouco depois, uma criança chegou para entregar um desenho da bandeira do Brasil desejando boas vindas — ela mora com sua família na mesma quadra.

O desenho foi levado para dentro do imóvel pela enteada de Bolsonaro, Letícia Firmo, que estava chegando em casa no mesmo momento. Dois seguranças também acompanharam o ex-presidente e ficaram na entrada da casa.

Dentre as prerrogativas por ter ocupado a função, Bolsonaro tem direito a uma pequena assessoria, além de dois carros pagos pelo erário.

O ex-presidente ainda não havia estado na sua casa neste ano, uma vez que ele havia deixado o Brasil antes do término do mandato para evitar a passagem de faixa a Luiz Inácio Lula da Silva.

Na garagem em frente à nova residência dos Bolsonaro, há um buggy de dois lugares, bicicletas e a moto que ele usava para motociatas. A casa é de dois andares e passou por reformas para receber a família.

Há película escura nas janelas da casa, o que impossibilita ver o interior. Além disso, a casa é monitorada por uma empresa de alarme 24 horas.

Foi a própria ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro que escolheu a casa e tocou os preparativos, segundo relatos. Ela própria disse nas redes sociais que eles alugaram o imóvel, apesar de terem casa própria no Rio de Janeiro.

Os dois agora têm cargos no PL: Bolsonaro como presidente de honra e ela, presidente do PL mulher. Michelle recebe do partido cerca de R$ 33 mil, enquanto Bolsonaro acumula uma renda sem descontos de R$ 86,5 mil com três fontes: remuneração do PL, pagamento como militar reformado e aposentadoria parlamentar.

Da legenda, ele ganhará a partir de abril R$ 39.293. Como militar reformado, recebe R$ 11.945. Também embolsa mensalmente R$ 35.223 de aposentadoria parlamentar.

Nas negociações para que Bolsonaro fosse presidente de honra do PL, discutiu-se a possibilidade de o partido arcar com as despesas da casa alugada pelo ex-presidente. A hipótese, no entanto, não se concretizou.

Oficialmente, o casal não divulgou quanto paga mensalmente com o aluguel da casa. Mas uma busca nos portais de aluguel de imóveis em Brasília mostra que os preços no condomínio variam de R$ 11 mil a R$ 30 mil.

O condomínio existe desde 2002 e foi expandindo para o atual tamanho longo dos anos. A região ficou ainda mais valorizada a partir da inauguração da Ponte JK, que permite uma conexão mais rápida com o centro de Brasília.

Há um pequeno comércio na região, segundo relatos, já frequentado por integrantes da família. Michelle, por exemplo, costuma ir na confeitaria de uma amiga que fornecia doces e boles para festas no Palácio da Alvorada. **MH**

À esq., bandeira de vizinho apoiador de Bolsonaro em casa do condomínio onde ele vai morar; à dir., cartaz pró-Lula em outro imóvel do mesmo condomínio Fotos Gabriela Biló/Folhapress

# Novo bloco de 142 deputados racha centrão e desafia poder de Arthur Lira

Republicanos, que compunha o grupo com PL e PP, se junta agora a MDB, PSD, Podemos e PSC

**Ranier Bragon**

**BRASÍLIA** Cinco partidos de centro e de direita criaram formalmente na Câmara dos Deputados um bloco que reúne 142 dos 513 deputados, num racha do centrão que desafia o poder do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Até então integrante do trio que formava o centrão ao lado do PL de Jair Bolsonaro e do PP de Lira, o Republicanos aderiu a MDB, PSD, Podemos e PSC, formando a maior força política da Casa: MDB e PSD integram a base de apoio do governo Lula (PT) e, juntos, ocupam seis ministérios.

A movimentação tem reflexos no cotidiano das votações no Congresso, na montagem da base de Lula e na sucessão de Lira em fevereiro de 2025.

Segundo parlamentares ouvidos pela **Folha**, o governo, que tem trabalhado até agora em alinhamento com o presidente da Câmara, não influenciou na montagem do bloco.

A notícia da criação do bloco foi antecipada pela Coluna do Estadão, do jornal O Estado de S. Paulo.

Após a formalização da união, líderes de Republicanos, MDB, PSD e Podemos se reuniram com Lira, na quarta, (29) para sinalizar que não há intenção de afronta.

O presidente da Câmara postou uma foto em suas redes sociais parabenizando os partidos e afirmando que sempre defendeu a redução de siglas, fortalecendo-as "e dando à sociedade confiança no nosso sistema partidário".

A união do Republicanos aos governistas PSD e MDB teve como objetivo formal fazer frente às articulações de Lira para formar uma federação entre PP e União Brasil, o que acabou não ocorrendo.

Os dois partidos podem ainda formar um bloco. Porém, somariam 108 deputados, ficando atrás dos 142 do novo bloco capitaneado por MDB, PSD e Republicanos.

A criação da nova força política na Câmara não significa que Lira deixe de ser peça fundamental no Congresso. Na cadeira da presidência, tem o poder de pautar matérias e influenciar na distribuição de verbas do Orçamento, com ascendência inclusive sobre parlamentares do bloco recém-formado.

Além do simbolismo político de reunir o maior contingente de cadeiras, a união dá poder ao bloco na composição das comissões mistas (de Câmara e Senado) que devem ser retomadas para a análise das medidas provisórias, na Comissão de Orçamento e nas votações em plenário.

Alguns integrantes do novo bloco afirmam que a união pode ser um estímulo para adesão futura de parte do Republicanos a Lula, embora dois componentes conspirem contra: 1) a avaliação consensual de que nenhum partido de centro e de direita deve dar apoio fechado ao governo e 2) o fato de o partido abrigar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos nomes cotados para a disputa presidencial de 2026.

Outra implicação, a longo prazo, diz respeito à sucessão do presidente da Câmara.

O líder da União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), é considerado por vários parlamentares como o candidato de Lira à sua sucessão.

Com o novo bloco, ganham força outros nomes do centro e da direita, como o presidente do Republicanos e vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (SP), e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

Dois anos é tempo mais do que suficiente para bruscas mudanças na política, mas, se a eleição para o comando da Câmara fosse hoje, Elmar teria um apoio potencial de cerca de 200 deputados —a soma de PP, União Brasil e o oposicionista PL— contra 142 do candidato do novo bloco. Os cerca de 120 votos do PT e demais partidos de esquerda, nesse caso, seriam decisivos para um dos dois lados.

O movimento que esvazia o poder interno de Lira ocorre no momento em que ele trava uma disputa com o Senado em torno da tramitação das MPs —que são o principal mecanismo do governo para legislar, mas precisam ser validados pelo Congresso.

Lira defende um modelo que mantenha em suas mãos o poder sobre a tramitação dessas medidas, mas o Senado quer retomar o que está previsto na Constituição: a formação inicial de comissões compostas meio a meio por deputados e senadores.

Lira já cedeu em seu pleito inicial, propondo que essas comissões tenham três deputados para cada senador, mas essa proposta de proporcionalidade deve ser recusada pelos senadores.

O imbróglio persiste, com potencial de estrago para os interesses do governo. Alguns aliados de Lira dizem reservadamente que o presidente da Casa forçou a mão nesse episódio e que agora será obrigado a ceder.

Eleito com uma base de partidos de esquerda que ocupam apenas um quarto das cadeiras da Câmara, o presidente Lula buscou em um primeiro momento atrair para a base do governo PSD, MDB e União Brasil, distribuindo três ministérios para cada uma dessas legendas de centro e de direita.

A União Brasil —fruto da fusão do DEM (ex-PFL, partido arquirrival do PT) e PSL, que elegeu Bolsonaro— projeta-se como a sigla com potencial de ter o maior número de dissidentes contra o Planalto.

Na votação de quarta-feira, por exemplo, a sessão da Câmara foi derrubada a pedido da própria liderança do governo por receio de derrota, já que Elmar Nascimento, o líder da bancada da União Brasil, havia orientado os deputados a entrar em obstrução.

Mesmo que haja uma adesão majoritária de PSD, MDB e União, o governo terá uma base que não é considerada folgada. Para isso, precisaria de um apoio que superasse com relativo conforto o mínimo necessário para aprovação de emendas à Constituição, que são 308 das 513 cadeiras. Por isso, Lula busca também a adesão de dissidentes do centrão.

**Base de Lula na Câmara e no Senado**

**Relação com o Congresso***

Câmara
Votos para aprovação de um projeto 257
Votos para aprovação de uma PEC 308
Quadro atual Base + independentes 411
222 Base de governo

Senado
Votos para aprovação de um projeto 41
Votos para aprovação de uma PEC 49
Quadro atual Base + independentes 68
42 Base de governo

* Os números consideram a capacidade caso todos os independentes acompanhem a base de governo, o que pode variar conforme o tema discutido

# Senado rejeita proposta do presidente da Câmara de novo formato para comissão mista

**João Gabriel, Danielle Brant e Victoria Azevedo**

**BRASÍLIA** Após reunião entre os líderes do Senado na manhã desta quinta-feira (30), o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que foi recusada a proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que as comissões mistas para apreciação de medidas provisórias tivessem três deputados para cada senador.

Segundo Pacheco, a ideia é que as comissões para tratar das MPs apresentadas pelo governo Lula sejam instaladas já na próxima semana.

"Nenhum líder apoiou essa ideia [de Lira]. Então não é possível de nossa parte concordar com essa ideia de uma alteração do regimento que estabelece o mesmo número de senadores e deputados nas comissões mistas, à exceção é a comissão mista de orçamento", afirmou.

"Esse ponto específico creio que seja um ponto de difícil construção e de acordo. O Senado não concorda com essa alteração que desequilibra o bicameralismo", completou.

Já a proposta de Lira para estabelecer um limite de tempo em cada etapa da apreciação das MPs —na comissão mista, na Câmara e no Senado— é vista com bons olhos pelos senadores, que já reivindicavam essa alteração.

"É algo que podemos construir, porque é o nosso pensamento também, ter uma delimitação de prazo nessas instâncias", afirmou Pacheco.

O presidente do Senado disse que aguarda a indicação dos partidos para compor as comissões de análise as MPs. Se não houver indicação, os membros serão designados.

A ideia é que elas sejam instaladas na semana que vem. Segundo Pacheco, a conversão de algumas medidas provisórias em projetos de lei depende do governo. Ele afirmou que as matérias irão avançar independentemente do formato. "Esse é o caminho da Constituição."

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a medida provisória que alterou o Carf é uma das prioridades, pois ajuda a criar a estrutura econômica necessária para o funcionamento do novo arcabouço fiscal.

"Continuamos prontos para instalar quatro comissões mistas", disse Randolfe, sugerindo que pelo menos parte das demais MPs pode ser convertida em projetos de lei.

As quatro seriam as da reestruturação dos ministérios, a do Bolsa Família, a do Minha Casa, Minha Vida e a do Carf.

Rodrigo Pacheco chega ao plenário do Senado para iniciar sessão deliberativa desta quinta (30) Pedro França/Agência Senado

"O governo tem como alternativa em discussão tanto com a Câmara quanto com o Senado que algumas dessas medidas provisórias possam ser transformadas em projeto de lei de urgência constitucional, porque a tramitação é mais rápida e não precisaria da comissão mista", afirmou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

"O governo estimula essa construção conjunta para que ninguém saia derrotado. Não tem derrotado, não tem quem foi beneficiado, não beneficiado. Nós vamos instalar as comissões mistas, o líder do governo no Congresso está trabalhando nisso", completou.

O principal ponto de desacordo com a proposta de Lira é a proporção de ter três deputados para cada senador nas comissões mistas. A ideia foi apresentada a Pacheco em uma reunião entre os dois na terça-feira (28).

"Uma coisa que eu gostaria de ressaltar é que, nas comissões mistas, a paridade de 12 senadores e 12 deputados existe há mais de duas décadas", disse o presidente do Senado, após o encontro.

Ele afirmou ainda que a paridade é "não é quantitativa, mas sim qualitativa, com peso igual entre as duas Casas", e destacou que o Senado "quer que o acordo obedeça estritamente a Constituição Federal".

À tarde, Lira afirmou que a Câmara "vai contribuir" para votar as MPs que o governo determinar que são "importantíssimas para o funcionamento do país", mesmo com a Casa sendo contra as comissões mistas.

"A Câmara, mesmo pensando contrário, contra todas as questões técnicas e problemas que as comissões mistas produziram e vão produzir, ela vai contribuir. No mais, a gente espera que o Senado dê alguma sugestão."

Já o líder da União Brasil, Elmar Nascimento, afirmou que as comissões mistas "não vão funcionar" e defendeu que o Executivo use com menos frequência o mecanismo das MPs, que seja mais "protagonista" nesse impasse e decida qual o melhor modelo para seus interesses.

"Se eu fosse o presidente, chamaria o Arthur ou o Pacheco e pediria para abrir mão de sua posição. Quem é o interessado nisso? O governo tem que decidir o que é melhor para ele. Qualquer um dos dois abre. Arthur não vai negar isso para o governo, muito menos o Pacheco."

Em meio ao impasse entre as duas Casas, sete MPs estão paradas no Congresso há mais de 50 dias. O rito de apreciação das medidas provisórias foi alterado temporariamente em 2020, com a redução das atividades no Congresso em meio à pandemia de Covid.

## Procuradoria pede a cassação de Renan Filho

**BRASÍLIA** O Ministério Público Eleitoral em Alagoas pediu nesta quarta-feira (29) a cassação do diploma de senador de Renan Filho (MDB), atualmente titular do Ministério dos Transportes no governo Lula.

Segundo o documento enviado ao TRE-AL (Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas), Renan foi beneficiado por indevido da máquina pública nas eleições de 2022 por meio do programa do governo estadual Pacto Contra a Fome, de cestas básicas.

A Procuradoria afirma que a prática constitui abuso de poder político e econômico e pede, além da cassação do diploma de senador, inelegibilidade e aplicação de multa. Defendeu igualmente a cassação de diploma do governador Paulo Dantas (MDB) e do vice, Ronaldo Lessa (PDT).

A defesa de Renan e Dantas afirmou que provará na Justiça que a acusação, "originária de denúncia da coligação que não aceita o resultado das urnas [ao governo do estado] em 2022, não se sustenta". A assessoria do ministro disse que a denúncia "tem motivações puramente políticas" e que Renan não ocupava público no período focado na investigação. **Marcelo Rocha**

# *Arcabouço é prudentemente conservador*

Num furo de enfoque, antecipo o balanço dos cem dias do governo Lula

**Reinaldo Azevedo**

Bio: Jornalista, autor de "O País dos Petralhas".

*Pronto! Estão definidas as balizas ao menos da proposta de novo arcabouço fiscal. Há certo constrangimento entre os que esperavam um troço destrambelhado. "Não vai dar certo; esse arcabouço depende necessariamente de receitas elevadas." É? Por quê? Com baixa arrecadação, também cai a despesa. Não sei se notam, mas se anuncia o oposto do que os falcões do fiscalismo esperam "da esquerda": usar o Estado para bombar a economia em momentos de crise. Ao contrário: se as coisas vão bem, gasta-se mais, mas com limites, o que permitiria fazer um acolchoado para eventuais dias de inverno; se não, o contrário. Até acho que sou mais "progressista" do que o governo nesse caso… Se também isso não serve, então serve o quê?*

*No 89º dia da gestão Lula, procedo a um furo de enfoque e faço um balanço dos cem. Eis que a apresentação do tal arcabouço coincide com a volta do biltre que estava homiziado em Orlando. Ainda pode tempestivamente comemorar a marca dos 700 mil mortos de Covid. Afinal, todos morrem um dia. Noto esforços para normalizar o bolsonarismo como contraponto ao petismo. Não há virtude nos territórios da morte. Ponto, parágrafo.*

*No mundo paralelo "Duzmercáduz", houve um atraso na apresentação do texto. No mundo dos fatos, ele veio à luz com cinco meses de antecedência. Segundo a PEC da Transição, a data-limite era 31 de agosto. É aquela PEC que antecipava o Armagedom, mas com a vitória dos desenvolvimentistas iníquos contra o Deus da Responsabilidade Fiscal. Chegou-se a antever para este ano um déficit primário de até R$ 261,6 bilhões. Hoje, estima-se que possa ficar em R$ 100 bilhões, coisa de 1% do PIB.*

*Sempre gosto de ler, em retrospecto, essas previsões "fimdomundistas", oriundas, geralmente, do que chamam "analistas", que são operadores que comandam corretoras cujos nomes merecem um estudo de linguistas. As que recorrem a vocábulos conhecidos em alguma língua apelam a supostos dons premonitórios, anunciando aos clientes amanhãs sorridentes. Quando se trata, no entanto, de analisar contas públicas, o tom é quase sempre lúgubre.*

*Uma proposta de arcabouço impondo que as despesas podem crescer, no máximo, o equivalente a 70% da elevação das receitas, estabelecendo um limite mínimo (0,6%) e máximo (2,5%) para tal expansão concilia a responsabilidade fiscal com um tanto de "responsabilidade social", expressão que provoca arrepios em alguns. Mais: educação e saúde recebem, respectivamente, 18% e 15% da Receita Corrente Líquida. Não há como subordiná-las à regra dos 70%; logo, as outras despesas têm de crescer menos.*

*O ponto fulcral, parece, de algumas discordâncias é aquele piso de 0,6% para o crescimento das despesas e a busca de uma garantia para um mínimo de investimento público. A direita resolveu invocar com a idade de Lula e com o seu suposto passadismo. O ódio ao Estado é o que pode haver de mais velho, bolorento, ultrapassado e, acima de tudo, hipócrita. Quando é que esses valentes vão invocar com os juros camaradas do Plano Safra? Nota: recomendo que não o façam. Seria uma burrice.*

*O texto do governo é bom para as circunstâncias. É mais conservador do que eu gostaria e do que esperavam "Uzmercáduz". A palavra final será do Congresso. Se o país partir de um déficit primário neste ano de 1% e chegar a um superávit de 1% em 2026, saindo do vermelho já no ano que vem, será um grande feito. Do meu balanço antecipado dos cem dias, constam ainda a vitória sobre a tramoia golpista, a ação contra o genocídio yanomami, a correta reestruturação do Bolsa Família, a retomada do Minha Casa, Minha Vida, o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos e a volta do Mais Médicos. É um bom caminho. Se eu estiver errado, os certos que se fartem com as batatas.*

*Ah, sim: Roberto Campos Neto, presidente do BC, parece disposto a dar um voto inicial de confiança. Bom rapaz! Em entrevista coletiva nesta quinta (30), disse que, para cumprir a meta de inflação deste ano, os juros deveriam estar em 26,5% — uma taxa real, pois, de uns 20%. Já imaginaram? Mataria de fome os que não morreram de Covid, aquela do Senhor dos Territórios da Morte. É um sinal de que não há arcabouço fiscal possível que comova o coração do nosso faraó.*

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | **SÁB. Demétrio Magnoli**

# Exército ameaça punir militar que celebrar aniversário do golpe

Estratégia segue decisão do Ministério da Defesa de ignorar data e evitar crises com o Palácio do Planalto

**Cézar Feitoza**

BRASÍLIA O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou a interlocutores que a Força punirá oficiais que comemorarem o aniversário do golpe militar nesta sexta-feira (31) ou participarem de eventos organizados por militares da reserva.

Segundo relatos à **Folha**, a orientação foi repassada a oficiais-generais. A maior preocupação é com movimentos previstos entre reservistas no Rio de Janeiro.

Oficiais da Força ficarão atentos à movimentação no Clube Militar —grupo de integrantes da reserva que promoverá um almoço, no Rio, para celebrar o golpe de 1964.

O evento é convocado sob o lema "Movimento Democrático de 1964", com ingresso a R$ 90 e restrito a sócios e convidados. Generais ouvidos pela **Folha** afirmam que não é rara a presença de oficiais da ativa em eventos do Clube Militar, especialmente pelo fato de reservistas terem familiares na ativa.

A iniciativa de Tomás não decorre de orientação direta do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, mas foi tomada depois que a pasta decidiu se manter em silêncio no aniversário do golpe de 1964.

Apenas o plano de ignorar a data foi acertado entre Múcio, Tomás e os comandantes Marcos Olsen (Marinha) e Marcelo Damasceno (Aeronáutica), em conversas informais.

A pasta confirmou à reportagem que não emitirá notas sobre o dia. "O Ministério não divulgará nenhum comunicado ou ordem do dia sobre a data", disse a assessoria.

Integrantes da cúpula do Ministério da Defesa afirmam que a decisão de ignorar a data é uma forma de evitar crises tanto com os militares quanto com o governo Lula (PT).

O silêncio ainda é o meio-termo entre as comemorações feitas nos quatros anos do governo Jair Bolsonaro (PL) e a divulgação de comunicado em repúdio ao golpe militar —que, avalia a Defesa, poderia desgastar a relação de Múcio especialmente com oficiais de baixa patente.

Outras áreas do governo decidiram ignorar a data. O Ministério de Direitos Humanos, por exemplo, não emitirá nenhum comunicado em repúdio ao golpe militar.

As manifestações contra a ditadura têm sido feitas pela EBC (Empresa Brasil de Comunicação), que planejou programação especial nesta semana para exibir filmes e organizar debates sobre o "verdadeiro caráter ditatorial do golpe militar de 1964", segundo um de seus avisos.

"Entendemos que é importante que os que não viveram esse período da história do Brasil conheçam os males causados pelos regimes autoritários e entendam os benefícios da democracia", disse a EBC em nota.

Nos últimos quatro anos, o Ministério da Defesa publicou ordens do dia em celebração ao golpe militar de 1964, seguindo ordem de Bolsonaro.

"Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente", disse em 2019 o então porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros.

Depois disso, os então ministros Fernando Azevedo e Braga Netto divulgaram comunicados sobre o dia, que foram lidos nos quartéis e nos eventos militares marcados para 31 de março.

Em 2020, Azevedo escreveu que "o Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. Muito mais pelo que evitou". E completou: "A sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes previsíveis".

Braga Netto, em 2021, foi ainda mais incisivo em sua manifestação. Ele disse que a ditadura militar merecia ser celebrada. "O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março", foram as palavras encerrando seu comunicado.

O Exército chegou a celebrar a ditadura de 1964 em comunicados oficiais, lidos em quartéis, antes do governo Bolsonaro.

Nos primeiros mandatos de Lula, o comandante militar escreveu quatro manifestações em comemoração ao aniversário do golpe.

Em 2006, por exemplo, o comandante Francisco Albuquerque emitiu um comunicado para o Exército "orgulhar-se do passado".

"O 31 de Março insere-se, pois na história pátria e é sob o prisma dos valores imutáveis de nossa Força e da dinâmica conjuntural que o entendemos. É memória, significado à época pelo incontestável apoio popular, e une-se, vigorosamente, aos demais acontecimentos vividos, para alicerçar, em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional".

À época, o ministro da Defesa Waldir Pires disse que respeitava a posição do comandante do Exército. "Não tenho nada a contestar à posição de quem interprete dessa forma [o 31 de Março]. Tenho que respeitar a posição de cada um", afirmou.

O Exército deixou de divulgar comunicados oficiais em comemoração ao golpe militar em 2007. Nos últimos 16 anos, as únicas citações oficiais foram feitas pelo Ministério da Defesa.

Logo após assumir a Presidência, em 2011, Dilma Rousseff (PT) determinou que as Forças Armadas não citassem a ditadura militar nas ordens do dia. Naquele ano, o Exército chegou a vetar uma palestra do general Augusto Heleno que seria realizada em comemoração ao golpe.

Plateia acompanha sessão da Comissão de Anistia Clarice Castro/Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

## Comissão retoma perdão a perseguidos pela ditadura e se opõe a Bolsonaro

**João Gabriel e Carolina Moraes**

BRASÍLIA "Tenho a honra de pedir desculpas à senhora, em nome do Estado brasileiro, por essa perseguição, para que isso nunca mais aconteça, e declarar a senhora anistiada política."

Assim, e com as mãos no rosto, Cláudia Arruda Campos recebeu da presidente da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz e Almeida, o deferimento de seu pedido de indenização por ter sido perseguida politicamente e presa durante a ditadura militar.

Foi a segunda vez que o caso foi a julgamento. Na primeira, em 2019, a indenização foi negada pela gestão Damares Alves, então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro (PL). Na ocasião, o voto vencedor foi do general Rocha Paiva, autor do prefácio da biografia do general e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A sessão desta quinta (30) marcou o reinício dos trabalhos do grupo e foi repleta de críticas à gestão bolsonarista —que aparelhou o grupo com militares e apoiadores do regime ditatorial.

Para a reunião, às vésperas do aniversário do golpe de 1964, foram selecionados casos considerados simbólicos, por serem pedidos de anistia negados em julgamentos considerados injustos.

Foram anistiados Ivan Valente, deputado federal pelo PSOL-SP preso e torturado, que teve pedido indeferido por Damares; José Pedro da Silva, preso pelo regime, que teve o requerimento barrado no governo Temer; e Romário Schettino, sequestrado e preso, que chegou a ter indenização aprovada pela comissão em 2018, mas nunca publicada no Diário Oficial e não efetivada —Schettino está internado e passa por cirurgias para resolver um edema cerebral.

No novo regimento do colegiado, além da previsão inédita de concessão de anistia para coletivos, também é retomado o dever de se registrar formalmente um pedido de desculpas por parte do Estado pelos crimes da ditadura.

O pedido de perdão era comum nas declarações da comissão até o governo Temer, quando passou a ser cada vez menos usado, até ser deixado de lado na gestão Damares. Agora, passa a ser uma obrigação regimental.

Na sessão, o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e outras autoridades presentes afirmaram que o trabalho em torno da memória do período de repressão é fundamental para enfrentar o fenômeno que levou aos ataques do 8 de janeiro —e para combater os casos de apologia à ditadura no país.

"As fantasias de que era o melhor naquele período, afinal, não passam disso, fantasias, são facilmente derrotadas pelas evidências. A falta da memória, da verdade e da justiça como políticas de Estado, contudo, não só permitem a reprodução dessas ilusões, fantasias, delírios autoritários, como também uma nostalgia golpista propagada por aparelhos de desinformação que precisam ser enfrentados pelo bem desse país", afirmou o ministro.

Eneá disse que a comissão vai ser protagonista num processo de reparação histórica —e não mais só reagir a movimentos que negam ou elogiam a ditadura militar.

"É importante ter uma palavra de acolhimento, principalmente para todos aqueles e aquelas que tiveram a infeliz e desagradável surpresa de serem revitimizados, de serem novamente culpados pela perseguição que sofreram", afirmou Eneá, em referência aos pedidos de anistia negados pelo governo Bolsonaro.

Os números da repressão são pouco precisos, pois a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontaram para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Houve casos em que as sessões de tortura levaram à morte das vítimas.

Em 2014, a comissão listou 191 mortos e 210 desaparecidos. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente, num total de 434 pessoas.

# Lewandowski antecipa saída do Supremo e pede sucessor corajoso

Ministro anuncia que deixará a corte em 11 de abril e afirma que cotados têm reputação ilibada e trajetória impecável

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, dá entrevista sobre anúncio de sua aposentadoria Nelson Jr./Divulgação STF

Constança Rezende

**BRASÍLIA** O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski anunciou nesta quinta (30) que se aposentará em 11 de abril, um mês antes do prazo máximo para que ele deixe a corte.

No dia 11 de maio, ele completa 75 anos, idade-limite para permanecer no tribunal.

Lewandowski participou nesta quinta de sua última sessão no STF e, em seguida, entregou ofício à ministra Rosa Weber, presidente da corte, anunciando a data e pedindo que encaminhasse o pedido de antecipação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Depois, disse à imprensa que a medida se deve a compromissos acadêmicos e profissionais, que encerra um ciclo de sua vida e que espera iniciar outro.

"Saio daqui com a convicção de que cumpri a minha missão, estou com o gabinete praticamente zerado de processos. Só existem aqueles que estão pendentes de alguns despachos de natureza administrativa, mas parto para novas jornadas", disse Lewandowski, que não quis responder se foi convidado para ocupar algum ministério de Lula.

Ele destacou, em seus 33 anos na magistratura —incluindo o período como desembargador—, a defesa pelos direitos fundamentais dos acusados. E disse que, ao longo de toda a sua carreira como magistrado, sempre se pautou por esses princípios e valores.

"Fui advogado durante muito tempo, professor e ainda sou. E especialmente na minha vida acadêmica tenho me dedicado ao estudo e à pesquisa sobre os direitos fundamentais. A minha judicatura, desde quando eu entrei no Tribunal de Alçada Criminal, em 1990, sempre se pautou por essa visão, uma visão garantista, uma visão que prestigia os direitos fundamentais", declarou.

Também ressaltou ter contribuído para que fossem implantadas as audiências de custódia no país. O instrumento prevê que todo preso em flagrante deve ser levado à presença da autoridade judicial em até 24 horas e foi implantado quando presidiu o Conselho Nacional de Justiça e o STF.

"Isso foi um avanço civilizatório. É algo que não só contribui para evitar os encarceramentos que não são devidos e que podem ser tratados com outras medidas penais de natureza cautelar, mas também é um instrumento para que se possa prevenir e mesmo impedir a tortura daqueles que estão sob a custódia do estado juiz ou do estado polícia. Esta é uma das iniciativas das quais muito me orgulho", afirmou.

Lewandowski também disse que não conversou com Lula sobre quem o sucederia na corte e que não sugeriu nomes. Mas, nos bastidores, ele tem sinalizado preferência pelo ex-secretário-geral do STF Manoel Carlos de Almeida Neto.

"Apenas tive a oportunidade, de maneira muito informal, de comunicar ao presidente a antecipação da minha aposentadoria. Não tive nenhum encontro com ele para tratar desse assunto [substituição] e claro que essa é uma decisão exclusiva do presidente da República e nem ousaria fazer alguma sugestão nesse sentido", disse.

Disse que seu sucessor precisa ser "fiel à Constituição" aos direitos e às garantias fundamentais. "E precisa, antes de mais nada, ser corajoso: enfrentar as enormes pressões que um ministro do Supremo Tribunal Federal tem que enfrentar em seu cotidiano."

Seu substituto será o primeiro ministro indicado por Lula em seu terceiro mandato. Até outubro, Rosa Weber também terá que se aposentar.

O favorito do presidente é Cristiano Zanin, seu advogado na Operação Lava Jato.

Sobre Zanin, só disse que "todos os nomes que estão aparecendo como candidatos são nomes de pessoas com reputação ilibada e com a trajetória jurídica impecável".

Lula já disse que "todo mundo compreenderia" se indicasse seu advogado ao STF.

Ministros do STF não têm mandato, são indicados pelo presidente da República, sabatinados pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e aprovados pelo plenário da Casa.

# USP promove seminário sobre democracia e plataformas digitais

**SÃO PAULO** A Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) promove nesta sexta-feira (31) uma série de debates para discutir democracia e plataformas digitais. O seminário, que acontecerá no auditório Rubino de Oliveira das 9h às 19h30, será também transmitido pelo canal da faculdade no YouTube.

O seminário será dividido em cinco painéis.

Na abertura, será debatida liberdade de expressão, limites e alternativas em tempos de pós-verdade. Participam da mesa Celso Fernandes Campilongo e Ana Elisa Liberatore Bechara, diretores da Faculdade de Direito da USP; Eugênio Bucci, docente da ECA-USP; e o ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

"Os representantes da faculdade têm desempenhado esforços e promovido ações para combater a desinformação, como a leitura da Carta às Brasileiras e aos Brasileiros e o Ato em Repúdio aos ataques de 8 de janeiro contra os prédios dos Três Poderes", informou em nota a faculdade.

A partir das 11h, será realizada uma mesa sobre "Fake news, news e contra-fakes", que contará com a jornalista da **Folha** Patrícia Campos Mello, o também jornalista Pedro Doria, Estela Aranha, assessora especial do gabinete do ministro da Justiça e Segurança Pública, e Pablo Ortellado, docente da EACH-USP.

"Moderação de Conteúdo: regulação, desregulação ou autorregulação das redes" será o tema do painel das 14h. A mesa será composta por Floriano de Azevedo Marques Neto, professor e ex-diretor da Faculdade de Direito; Ricardo Campos, do Legal Grounds Institute; Laura Schertel Mendes, do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público); e Mônica Steffen Guise, da Meta.

A quarta mesa discutirá o tema "Direcionamento, remuneração de conteúdo e mensageria privada", às 16h, com a participação de Juliano Maranhão, docente da FD-USP; Alanna Rizzo, do YouTube; Fernando Gallo, do TikTok; e Dario Durigan, do WhatsApp.

Para finalizar, às 18h, ocorrerá o painel "O papel das redes: espaço democrático ou antidemocrático", que será composto pelos docentes Floriano Marques e Maria Paula Dallari Bucci; Alexandre Freire, da Anatel, e pelo deputado Orlando Silva (PC do B-SP), que é o relator do projeto de lei 2630, que prevê a regulamentação da internet.

**Democracia e Plataformas Digitais**
Sexta-feira (31), das 9h às 19h30, no auditório Rubino de Oliveira (largo de São Francisco, 95, centro). Haverá transmissão pelo canal do YouTube da FDUSP (youtube.com/@FaculdadedeDireitodaUSP).

# mundo

# Justiça dos EUA indicia Trump em caso sobre atriz pornô

## Republicano é 1º ex-presidente a se tornar alvo de acusação criminal na história do país

**Thiago Amâncio**

WASHINGTON Donald Trump é o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos indiciado por um crime, após decisão desta quinta-feira (30) da Justiça de Nova York.

Em meio a uma pré-campanha à eleição presidencial do ano que vem, o republicano poderá ser detido para que as autoridades façam uma foto sua e colham suas impressões digitais no caso que apura seu envolvimento na compra do silêncio de uma atriz pornô com quem supostamente teve um caso.

O indiciamento sem precedentes ocorre após dias de especulação e ainda não foi anunciado formalmente, o que deve acontecer na próxima semana, quando ficará claro exatamente por quais suspeitas de crime Trump está sendo acusado. O próprio ex-presidente chegou a escrever em rede social que seria preso na semana passada e convocou a militância para protestos em massa, que não se concretizaram.

No caso em questão, Trump teria pago pelo silêncio da atriz pornô Stormy Daniels durante a campanha de 2016, quando ela afirmava que teve um caso com o então candidato anos antes. O montante, de US$ 130 mil, foi pago pelo advogado Michael Cohen e reembolsado no ano seguinte por Trump que, já na Casa Branca, registrou a despesa como gasto jurídico. A suspeita da promotoria é de que o pagamento se tratou de um gasto de campanha não declarado.

Um "grande júri especial" —espécie de júri popular que não tem o poder de condenar ou absolver alguém, mas analisa as provas apresentadas por um promotor e determina se há evidência suficiente para seguir com o processo criminal— considerou que o material apresentado pelo promotor Alvin L. Bragg, de Manhattan, é robusto o suficiente e que agora Trump deverá responder à Justiça.

O episódio chamou a atenção por ser, em comparação com as demais investigações judiciais que podem levar Trump ao banco dos réus, um dos mais banais. Diferentes instâncias nos EUA, afinal, investigam a tentativa de fraude no resultado das eleições de 2020, quando o republicano perdeu para Joe Biden, sua responsabilidade no ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e o fato de ter levado para casa documentos secretos do governo após deixar a Presidência.

O assessor sênior de Trump Jason Miller afirmou à **Folha** que o caso "é uma caça às bruxas política, e Trump é completamente inocente".

Em comunicado nesta quinta, Trump afirmou que o indiciamento "é perseguição política e interferência na eleição no nível mais alto na história" para destruir o movimento trumpista.

Ele dirigiu ataques ao promotor Bragg, como já vinha fazendo há semanas. "Em vez de impedir a onda de crimes sem precedentes que toma conta da cidade de Nova York, ele está fazendo o trabalho sujo de Joe Biden, ignorando assassinatos, roubos e agressões nos quais ele deveria se concentrar."

Bragg também é responsável pelo caso em que as Organizações Trump foram condenadas por um esquema de fraudes fiscais e falsificação de registros. Seu gabinete disse que entrou em contato com os advogados para coordenar uma rendição —o que deve acontecer no início da próxima semana.

Mais tarde, Trump fez um apelo a seus apoiadores para levantar fundos para sua defesa. De acordo com sua equipe, foram arrecadados mais de US$ 2 milhões desde que o ex-presidente convenceu seus seguidores de que estava prestes a ser preso.

Michael Cohen, ex-advogado que testemunhou contra Trump no caso, disse nesta quinta ser bom lembrar do ditado de que ninguém está acima da lei. "Nem mesmo um ex-presidente."

O indiciamento esquenta a corrida eleitoral e pode aglutinar apoio ao ex-presidente, que já é favorito para obter a indicação do Partido Republicano na eleição à Casa Branca do ano que vem. Ele já disse a aliados que quer transformar o indiciamento em um "espetáculo" e que pretende usar algemas em uma possível detenção.

O ex-presidente dos EUA Donald Trump cumprimenta apoiadores durante comício em Waco, no Texas Brandon Bell - 25.mar.23/AFP

## Decisão não é empecilho para candidatura do ex-presidente à Casa Branca em pleito de 2024

WASHINGTON O indiciamento de Donald Trump pelo escândalo da compra do silêncio de uma atriz pornô com quem supostamente teve um caso e mesmo sua possível condenação não impedem o republicano de concorrer novamente à Casa Branca.

Os EUA não têm lei equivalente à Ficha Limpa, que impede no Brasil a candidatura de pessoas que foram condenadas por um órgão colegiado (mais de um juiz), tiveram o mandato cassado ou renunciaram para evitar a cassação.

"Você pode estar preso por homicídio e ainda concorrer", explica Mark A. Graber, professor de direito constitucional da Universidade de Maryland. "Já tivemos candidato na prisão que recebeu 1 milhão de votos." O professor se refere a Eugene Debs, líder sindicalista que se candidatou cinco vezes à Casa Branca no começo do século passado, as quatro primeiras em liberdade.

Em 1918, porém, Debs foi preso por sedição ao condenar a participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial e concorreu à Presidência pelo Partido Socialista da América em 1920 da prisão. Curiosamente foi nessa ocasião que ele teve seu maior número de votos, 914 mil, o que o deixou em terceiro lugar na disputa —deixou a cadeia no Natal de 1921 e foi recebido na Casa Branca um dia depois.

Nos Parlamentos locais isso ainda acontece. O hoje senador da Virgínia Joe Morrissey, do Partido Democrata, foi reeleito deputado estadual em 2015 enquanto passava as noites na prisão, em liberdade condicional, após condenação por manter relações sexuais com uma adolescente de 17 anos.

Isso significa que Trump pode não ser impedido mesmo no caso de avançarem outros processos considerados mais graves, como tentar fraudar a eleição na Geórgia em 2020 ou manter caixas de documentos secretos em sua casa na Flórida após deixar a Presidência.

A Constituição dos Estados Unidos exige apenas que, para se eleger presidente, a pessoa tenha ao menos 35 anos, seja americana nata e esteja no país há pelo menos 14 anos.

Em 1868, porém, três anos após a Guerra Civil Americana, a 14ª Emenda Constitucional foi aprovada proibindo que ocupe qualquer cargo civil ou militar em governos federal ou estadual quem "tiver se envolvido em uma insurreição ou rebelião" contra o governo.

Está aí a brecha para que Trump, já em pré-campanha, seja impedido de concorrer no ano que vem, afirmam Graber e parte dos constitucionalistas americanos.

O comitê da Câmara dos EUA que investigou o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 recomendou, em dezembro no ano passado, que o Departamento de Justiça indicie Trump, entre outras coisas, por "incitar, assistir ou auxiliar uma insurreição", e recomendou que ele seja proibido de ocupar cargos públicos com base na 14ª Emenda. O comitê, porém, não tem poder para indiciar ou condenar o ex-presidente.

Não há sinais até agora de que o conselheiro especial Jack Smith, responsável por supervisionar os casos envolvendo Trump no Departamento de Justiça, vá indiciar o ex-presidente por insurreição, avalia Josh Blackman, professor de direito constitucional do South Texas College of Law Houston e pesquisador do Cato Institute.

"Mesmo os membros da milícia de extrema direita Proud Boys não foram indiciados por insurreição, mas por conspiração sediciosa, um grau abaixo. Portanto é improvável que algum tribunal federal condene Trump por isso", diz Blackman.

Caso isso aconteça, porém, a previsão do especialista é de um cenário de caos jurídico porque os Estados Unidos não têm um órgão equivalente ao brasileiro Tribunal Superior Eleitoral, que supervisiona as eleições em âmbito federal. Ou seja, seriam os funcionários de órgãos estaduais os responsáveis por decidir se Trump deveria ou não estar nas cédulas de votação.

"Teríamos cédulas diferentes pelo país, algumas com o nome de Trump e outras não, um caos completo. Nesse caso, [o imbróglio] deveria subir rapidamente para a Suprema Corte, que resolveria o litígio", diz.

A decisão sobre o indiciamento de Trump no episódio que envolve a compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels foi revelada nesta quinta-feira (30) pela imprensa americana e deve ser anunciada nos próximos dias.

Na eleição de 2016, ela recebeu um cheque do advogado de Trump de US$ 130 mil para não levar a público a afirmação de que teve um relacionamento com o então candidato anos antes. Já na Casa Branca, Trump reembolsou o advogado e registrou o pagamento nas contas de sua empresa como despesa jurídica.

O episódio já havia sido analisado por procuradores federais em 2018, quando o escândalo veio à tona. Os investigadores consideraram o caso uma violação das regras de financiamento de campanha, e o advogado Michael Cohen se declarou culpado. Procuradores chegaram a escrever que Cohen "agiu em coordenação e sob direção" do então presidente, mas Trump nunca foi processado na esfera federal. Agora, o promotor de Manhattan Alvin L. Bragg retomou as investigações.

Em comício no Texas no sábado (25), o republicano afirmou que é investigado "por algo que não é crime, não é contravenção, não é um affair". **TA**

> Você pode estar preso por homicídio e ainda concorrer [nos EUA]. Já tivemos candidato na prisão que recebeu 1 milhão de votos
>
> **Mark A. Graber**
> professor de direito da Universidade de Maryland

TODA MÍDIA | **Nelson de Sá**
nelson.sa@grupofolha.com.br

## Visto dos EUA, Bolsonaro retorna para 'futuro incerto'

A cobertura americana voltou a dar atenção ao país com a saída do ex-presidente dos EUA. No título do New York Times, "Bolsonaro retorna ao Brasil, encerrando exílio auto-imposto", mais o subtítulo "Ex-presidente voltou para um cenário político tenso no qual está sendo investigado por espalhar desinformação eleitoral e por inspirar o ataque de 8 de janeiro na capital".

No Washington Post, "Bolsonaro chega em casa —e encara um futuro incerto", mais "Ex-presidente enfrenta uma longa lista de investigações relacionadas ao seu mandato". No Wall Street Journal, "Bolsonaro retorna do exílio na Flórida", acrescentando que o "político popular" está voltando "para multidões de apoiadores em adoração e para dezenas de investigações criminais".

A CNN não viu multidões, salientando que "Bolsonaro é recebido por pequeno grupo de apoiadores no retorno ao Brasil pela primeira vez desde os tumultos" de 8 de janeiro, com a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo.

Nos Estados Unidos, a saída de Bolsonaro do país coincide com a cobertura desalentada da nova Cúpula pela Democracia de Joe Biden. No relato do NYT, o evento "começa em meio a crises em vários países aliados" americanos.

Por exemplo, com foto de 8 de janeiro, "o Brasil, onde a derrota do autocrático Bolsonaro foi seguida por uma rebelião orquestrada por seus apoiadores contra prédios de governo em Brasília". Biden condenou então "o assalto à democracia".

Vice da organização Americas Society/Council of the Americas, mantida por empresas americanas com interesse na região, Brian Winter reportou visita ao Palácio do Planalto, concluindo que Lula "e seus aliados estão agindo como se vissem ameaças existenciais em toda parte. Eles não estão errados":

"Pode haver pouco risco de golpe amanhã, mas acreditar que a página foi virada magicamente com Bolsonaro fora do cargo parece ingênuo. Lula está certo em se preocupar com o que está por vir: em todo o mundo, vemos países onde a democracia está sob coação, o crescimento é difícil e sociedades polarizadas querem mais do que seus líderes podem entregar."

**What Lula Sees**

Sob o título 'O que Lula vê', quadro de Di Cavalcanti depredado no 8 de Janeiro Americas Quarterly

# Brasil deixa de assinar declaração contra Rússia

Lula não participou de Cúpula da Democracia organizada por Biden, mas enviou carta com menções ao 8 de Janeiro

GUERRA DA UCRÂNIA

Thiago Amâncio

WASHINGTON O Brasil não assinou a declaração final da segunda edição da Cúpula da Democracia, evento promovido pelo governo Joe Biden e organizado em conjunto com Costa Rica, Holanda, Coreia do Sul e Zâmbia.

O texto traz uma série de críticas à invasão da Ucrânia pela Rússia, que já dura mais de 13 meses. "Lamentamos as terríveis consequências humanitárias e de direitos humanos da agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, incluindo os ataques contínuos contra infraestrutura crítica em toda a Ucrânia com consequências devastadoras para os civis, e expressamos nossa grande preocupação com o alto número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças, o número de deslocados internos e refugiados que precisam de assistência humanitária, e violações e abusos cometidos contra crianças", diz o documento.

A declaração levanta ainda preocupações com o impacto da guerra em áreas como segurança alimentar e energética, proteção nuclear e meio ambiente. "Exigimos que a Rússia retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia e pedimos o fim das hostilidades", continua o texto, pedindo responsabilização por crimes que violam o direito internacional.

Ao todo, 76 países assinaram o comunicado, 16 deles apontando discordâncias. Três países signatários, por exemplo, não concordam integralmente com o parágrafo que cita a Rússia: Índia (membro do Brics, ao lado de Moscou, Brasil, China e África do Sul), Armênia e México. A avaliação do governo brasileiro, segundo diplomatas ouvidos pela **Folha**, foi de que o fórum adequado para discutir o tema seria a ONU, não a Cúpula da Democracia.

O evento, que começou na terça-feira (28) e se encerra nesta quinta-feira (30), serviu como uma espécie de fórum online com discursos feitos por líderes via videoconferência. O governo americano convidou 120 países para participar, mas apenas 85 lideranças enviaram discursos, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não estava entre eles. O presidente estaria na China — país não convidado para a cúpula — e iria enviar um vídeo gravado, o que não foi possível por questões de saúde depois que ele recebeu diagnóstico de pneumonia, segundo fontes do governo brasileiro.

Lula, porém, enviou uma carta aos organizadores em que lembrou do ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro e ressaltou a importância de fortalecer a democracia. "As instituições democráticas precisam ser capazes de resistir a atentados violentos, a campanhas de desinformação e a discursos de ódio, que frequentemente se valem das redes sociais. Estamos diante de um desafio civilizatório, da mesma forma que a superação das guerras, da crise climática, da fome e da desigualdade no planeta", escreveu ele.

Lula defendeu a importância de "instituições sólidas, lideranças determinadas e cooperação internacional" para combater "inimigos da democracia" para além das fronteiras nacionais. "Na América Latina e no Caribe, apostamos na integração regional e no diálogo como plataformas para o enfrentamento coletivo desses desafios e fortalecimento da democracia."

Questionado sobre as ausências de assinaturas na declaração da cúpula, uma autoridade sênior do governo americano afirmou que "em qualquer declaração conjunta as negociações podem ser intensas" e que as assinaturas são preliminares, uma vez que mais países podem aderir ao documento.

A declaração da cúpula não é centrada na Guerra da Ucrânia, mas é uma espécie de compromisso dos signatários com a promoção da democracia e com o fortalecimento de instituições. O texto, porém, foi assinado por líderes criticados por ações consideradas antidemocráticas, como Narendra Modi, da Índia, Binyamin Netanyahu, de Israel, e Andrzej Duda, da Polônia.

## Repórter americano do WSJ é preso por Moscou sob acusação de espionagem

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O FSB (Serviço Federal de Segurança) da Rússia anunciou nesta quinta-feira (30) a prisão de um repórter do jornal americano The Wall Street Journal sob a acusação de espionar segredos militares para Washington.

Evan Gerchkovitch, um cidadão americano de origem russa de 31 anos, foi detido pelo FSB em Iekaterinburgo, cidade na divisa entre as porções europeia e asiática do país. O órgão disse que ele estava "colhendo informações classificadas como segredo de Estado sobre uma fábrica militar".

Não foram apresentadas provas. O WSJ "nega veementemente as alegações do FSB e busca a imediata libertação de nosso confiável e dedicado repórter", disse o jornal em nota.

Uma corte moscovita determinou que ele fique preso pelo menos até 29 de maio, quando haverá audiência sobre o caso. Seu advogado, Daniil Berman, disse que não teve acesso ao tribunal, que alegou já haver um representante da defesa indicado pelo Estado.

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, criticou Moscou. "Nos mais duros termos possíveis, nós condenamos as contínuas tentativas do Kremlin de intimidar, reprimir e punir jornalistas e vozes da sociedade civil", afirmou ele, dizendo que está tentando resolver o caso.

Segundo a agência Reuters, o cientista político Iaroslav Chirchikov, de Iekaterinburgo, disse que foi entrevistado por Gerchkovitch há duas semanas acerca de atitudes locais ante o grupo mercenário Wagner, que luta pela Rússia na Ucrânia. Pelo relato, ele iria visitar a cidade vizinha de Níjni-Tagil, onde há uma fábrica de tanques, mas para falar com moradores sobre o Wagner. "Ele não era um inimigo da Rússia", afirmou.

Evan Gerchkovitch, repórter do Wall Street Journal
Divulgação/Wall Street Journal/Reuters

É o mais grave caso do gênero envolvendo um jornalista estrangeiro desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, em fevereiro do ano passado. Houve assédio a alguns repórteres e um grande contingente deixou o país, com suas funções sendo assumidas por russos, que já conviviam com uma crescente repressão interna à liberdade de imprensa.

O governo de Vladimir Putin fez pouco do caso. "É um assunto do FSB", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, ressaltando que tudo indicava que o jornalista havia sido "pego em flagrante". Já Maria Zakharova, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, afirmou que a apuração de Gerchkovitch "não era relacionada a jornalismo" e que é usual o emprego de disfarce de repórter para espionagem.

Gerchkovitch trabalha na Rússia desde 2017, tendo sido empregado pelo jornal virtual The Moscow Times e pela agência de notícias francesa AFP. Foi contratado pelo WSJ em janeiro do ano passado.

O problema para o repórter é a legislação russa, que foi endurecida brutalmente depois do início do conflito. As autoridades ganharam mandato para processar qualquer um que considerem difamar o esforço de guerra. Nesses casos, a pena pode chegar a 15 anos de cadeia. Se a acusação for de espionagem, caso do repórter, até 20 anos.

Escritório de Gestão de Risco da Cidade de Isabela/AFP

### INCÊNDIO EM BALSA NAS FILIPINAS DEIXA AO MENOS 31 MORTOS

**Ao menos 31 pessoas morreram, incluindo duas crianças e um bebê de seis meses, depois de um incêndio em uma balsa no sul das Filipinas na noite de quarta-feira (29). A informação é das autoridades locais, que acrescentaram que é possível que a cifra de mortes cresça, uma vez que o número de passageiros superava os 205 registrados na lista de embarque da balsa. O Lady Mary Joy 3 viajava da cidade de Zamboanga para a ilha de Jolo, na província de Sulu. A embarcação estava próxima da ilha de Baluk-Baluk, na província de Basilan, quando o fogo começou a se espalhar, por volta das 23h do horário local (12h no horário de Brasília). Vários passageiros então se jogaram no mar — alguns se afogaram, inclusive as três crianças, e outros morreram no incêndio.**

MUNDO OUVIU | Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

## Podcast discute papel de águas fluviais em guerras e crise climática

João Batista Natali

SÃO PAULO Vejamos dois exemplos sobre o uso internacional das águas fluviais. No noroeste da África, o rio Senegal é dividido fraternalmente entre Mauritânia, Senegal, Guiné e Mali. São países bem díspares que até entram em guerra por política. Mas não pela água, bem arbitrada por uma entidade regional.

Do outro lado da África, a Etiópia começou há 12 anos a construir uma barragem no rio Nilo. O Egito e o Sudão puseram o punhal entre os dentes. Até o Conselho de Segurança da ONU entrou como árbitro. Mas não há no horizonte a divisão pacífica das águas do rio.

Esses são dois dos casos tratados neste mês em conferência da ONU, em Nova York, sobre águas doces. E foram também tema de podcast com quatro especialistas reunidos em Paris pela emissora pública France Culture.

Os rios passaram a ter um novo estatuto com as mudanças climáticas. Tendem a armazenar uma água mais rara e mais poluída para irrigar territórios com maior densidade demográfica. "O arsênico usado nos agrotóxicos está contaminando os lençóis freáticos em muitos pontos do planeta", diz Christophe Jeffrelot, chefe de um centro de pesquisas franco-alemão.

E há também a maldição da guerra, diz Marie-Laure Vercambre, coordenadora de ONGs francesas de usuários de bacias hidrográficas. Ela acusa a Rússia de estar destruindo com mísseis as estações de tratamento de água na Ucrânia, o que é um crime previsto pela Convenção de Genebra de 1949.

Esse conjunto de exemplos já demonstra que os rios não são mais locais piscosos e bucólicos. São também um instrumento de dominação para os chamados "povos hidrodominantes", como a Turquia. Ela vem reduzindo em no mínimo 30% o curso das águas do Eufrates, antes que elas entrem no território da Síria, diz o escritor Erik Orsenna. O regime turco usa a água como instrumento de pressão contra a ditadura vizinha, envolvida em interminável guerra civil.

Tais abusos poderiam ser arbitrados por uma espécie de ombudsman das águas doces, cargo que a União Europeia e os EUA querem instituir na estrutura da ONU. Mas tem gente contra. Como a China, que rejeita qualquer controle bilateral sobre os rios que penetram em seu território. Ou a Índia, que construiu uma barragem no Ganges pertinho da fronteira com Bangladesh. Até o Brasil era contra e não assinou petição pela oficialização desse árbitro. "Mas foi quando do Bolsonaro ainda era o presidente", ressalva Vercambre.

Os participantes do podcast pouco disseram da Ásia e nada da América Latina, onde tais problemas se repetem. Foi talvez por uma ligação privilegiada com ex-territórios coloniais, que também estão inscritos no complexo político de culpa dos europeus.

A última vez que a comunidade internacional discutiu seriamente a água doce foi numa conferência de 1977, lembra Galland. Desde então, foram gastos 15 anos para se chegar a um tratado sobre as águas salgadas do mar. Com os rios e lagos, é preciso desencadear negociações já agora para evitar que divergências deixem os países de mãos vazias com a nova realidade do clima.

Uma realidade que chega aos poucos com duas caras: a seca, ou as inundações provocadas por chuvas cada vez mais intensas. Que o diga Bangladesh, cujas províncias mais ao sul ficaram com água até a cintura a partir de junho do ano passado. Mais ou menos como no município paulista de São Sebastião, com desabamentos e muitas mortes.

**Les Guerres de L'eau**
Podcast da Radio France (59 min.). Disponível em bit.ly/3zkjWVn

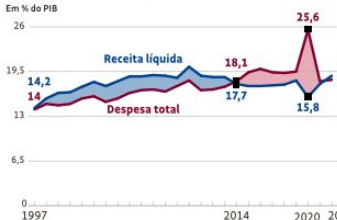
Pessoas dedicadas a fazer a diferença para nossos clientes, colaboradores e investidores.

Hoje, com orgulho, após 20 anos, entregamos mais de 2.200 unidades em 39 empreendimentos e construímos 252.000 metros quadrados.

Inovar e evoluir diariamente é o nosso compromisso. Fazemos o que gostamos e transformamos sonhos em conquistas.

Esta é a nossa missão, nosso orgulho e o motivo dos nossos sorrisos.

WWW.FRATTA.COM.BR

**Resultado primário do governo central**

* Previsão do Orçamento de 2023 ** Previsão do governo a partir da nova regra fiscal Fonte: Ministério da Fazenda

# Nova regra fiscal prevê aumento real de gastos e piso para investimentos

## Se resultado primário ficar acima do teto da meta, o excedente poderá ser usado para investir

**Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Alexa Salomão**

BRASÍLIA O novo arcabouço fiscal proposto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assegura um crescimento real das despesas (acima da inflação) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhora nas contas públicas.

O desenho mantém o princípio de um limite para gastos, mas em formato mais flexível. O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o limite máximo de alta real dos gastos sob a nova regra.

Os investimentos, por sua vez, ganham uma blindagem contra cortes e podem ser ampliados de forma extraordinária, fora do limite de despesas, caso o ingresso de receitas supere as melhores expectativas do governo. A previsão de um patamar mínimo para aplicação em investimentos atende a uma preocupação política do PT de que esses gastos não sejam comprimidos ao longo do tempo.

O desenho foi anunciado em entrevista coletiva nesta quinta-feira (30) pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e por técnicos do Ministério da Fazenda.

Logo na abertura, Haddad afirmou que a fórmula proposta pelo governo não é uma "bala de prata" para resolver a situação das contas públicas e adiantou que haverá um novo pacote com medidas para ampliar a arrecadação do governo em até R$ 150 bilhões.

"Isso aqui [regra fiscal] não é uma bala de prata que resolve tudo. É o começo de uma longa jornada. Mas esse é o plano de voo", disse o ministro da Fazenda.

A sinalização de que boa parte do ajuste se dará pelo lado das receitas frustrou a expectativa de analistas que ainda esperavam uma regra fiscal mais dura pelo lado das despesas. Haddad, porém, vinha sendo pressionado por alas do próprio PT a propor um arcabouço com patível com uma trajetória mais gradual de ajuste nas contas públicas.

Na entrevista, o ministro afirmou que o governo atuará para recompor a base tributária, que garante a arrecadação do governo, mas negou que isso vá representar um aumento da carga sobre os contribuintes. Ele defende a maior cobrança sobre aqueles que hoje quase não pagam imposto.

"Essa regra não vai ser impedimento para que se cumpra aquilo convencionado pela sociedade. Apenas o que foi convencionado tem que ter a contrapartida dos setores mais abastados", disse. Segundo ele, é preciso reverter a "tendência patrimonialista de apropriação do Estado".

"Se quem não paga imposto passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros."

Tebet reconheceu que o foco principal da nova regra não é diminuir despesas, mas sim ampliar a qualidade dos gastos. "Estamos tranquilos e convictos de que conseguiremos atingir a meta, diminuir as despesas dentro do possível, mas esse não é o foco principal, o foco principal é gastar com qualidade", disse.

Como antecipou a **Folha**, o governo propõe uma regra fiscal em que o crescimento real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos 12 meses até junho do ano anterior —dado disponível no momento da elaboração do Orçamento, apresentado em agosto de cada ano.

O princípio central da regra é permitir o aumento das despesas, mas em ritmo menor do que a alta da arrecadação. Essa combinação é considerada crucial para zerar o déficit público, melhorar a situação das contas públicas e estabilizar a trajetória da dívida pública nos próximos anos.

Além disso, o arcabouço estipula uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo —a exemplo do sistema de metas para inflação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas. Hoje, há uma meta única, definida anualmente.

A ideia da banda de flutuação é dar maior flexibilidade ao gestor caso as previsões de receita sejam frustradas, evitando cortes repentinos que poderiam paralisar a máquina pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, seja zerado já em 2024, conforme mostrou a **Folha**. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecadação maior do que gastos) equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB.

Caso o resultado das contas venha melhor do que a banda superior da meta anual, o excedente poderá ser usado para financiar os investimentos.

Por outro lado, se o governo não conseguir atingir sequer o piso da meta de primário, será acionado um gatilho: no ano seguinte, o crescimento das despesas ficará limitado a 50% da alta das receitas.

A redução dessa proporção, porém, é a única sanção prevista no desenho até o momento. O governo ainda estuda se vai incluir no projeto de lei medidas específicas de ajuste que deverão ser adotadas pelo governo para ajudar na contenção de gastos.

Hoje, o teto de gastos prevê congelamento de concursos e de reajustes acima da inflação.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirma que o rigor da regra não é determinado por essa lista de medidas e que a redução do percentual já é suficiente para induzir o ajuste, dando flexibilidade para que o gestor faça as escolhas políticas de qual política será preservada ou reduzida.

De acordo com ele, o desenho evita a repetição do processo de desgaste sofrido pelo teto de gastos —que foi mudado diversas vezes pela gestão anterior e pelo Congresso.

"O país viveu muito tempo de blefe, em que você promete aquilo que não vai ser cumprido e cria regras que parecem que vão resolver alguma coisa de uma forma absurda, [mas é] completamente inexequível. E depois o país não atende, você faz PECs [propostas de emenda à Constituição] em cima de PECs para poder alterar isso", disse o secretário do Tesouro.

*Continua na pág. A18*

**Ponto a ponto da proposta da nova regra fiscal**

**1. Crescimento anual do gasto**

**Limitação**
Independentemente do ritmo da receita, a alta da despesa ficará sempre entre 0,6% e 2,5%

Teto 2,5%
Piso 0,6%

**Objetivo**
Evitar gastos públicos crescendo demais em momentos bons da economia (que têm boa receita) e caindo em momentos ruins (com baixa receita), o que geraria o chamado efeito pró-cíclico

**Exceções**
Despesas com saúde e educação e emendas parlamentares crescem junto com a receita, sem a limitação de 70%, pois têm vinculações constitucionais

**2. Resultado primário**

Estabelece compromisso de trajetória de resultado primário até 2026, com meta e banda de variação tolerável

Resultado primário **acima do teto da banda** permite usar excedente para investimentos, que **passam a ter piso** (item 3)

Em % do PIB

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|---|---|---|---|
| Banda superior | -0,25 | 0,25 | 0,75 | 1,25 |
| Compromisso de resultado primário | -0,5 | 0 | 0,5 | 1 |
| Banda inferior | -0,75 | -0,25 | 0,25 | 0,75 |

Se o aumento de receitas e a redução de despesas resultarem em primário **abaixo da banda**, o limite de alta de gastos **cai de 70% para 50%** da variação real das receitas

**3. Piso de investimentos**

Próximo a R$ 75 bilhões, a ser corrigido pela inflação a cada ano

Fonte: Ministério da Fazenda

**+ Entenda a mudança nas regras fiscais**

**O QUE É O NOVO ARCABOUÇO FISCAL?**
É o conjunto de regras de controle para as contas públicas. A proposta do governo busca substituir o atual teto de gastos, criado no governo de Michel Temer (MDB)

**POR QUE A SUBSTITUIÇÃO DO TETO?**
Na avaliação do governo, o teto de gastos limitou a capacidade do Estado de promover políticas públicas. Apesar disso, reconhece que não é possível ficar sem uma regra de controle para as despesas

**O QUE É NECESSÁRIO PARA O TETO SER SUBSTITUÍDO?**
Emenda constitucional promulgada no fim de 2022 estabelece que o governo deve apresentar, até 31 de agosto, uma nova proposta de regra fiscal via projeto de lei complementar. Uma vez aprovada a proposta pelo Congresso, ela substituirá o teto de gastos —que será automaticamente revogado

**COMO É HOJE**

**Teto de gastos** Regra inserida na Constituição e que está em vigor desde 2017. Ela impede que as despesas federais cresçam mais do que a inflação na passagem de um ano para o outro

**Meta de resultado primário** É estipulada em valor numérico a cada ano. O resultado é obtido a partir da diferença entre receitas e despesas no ano. Hoje, é uma meta única

**COMO É A PROPOSTA DO GOVERNO**

**Trava para gastos** Em vez do teto, a despesa poderá crescer o equivalente a 70% da alta nas receitas (por exemplo, se a arrecadação subir 2%, a despesa poderá subir até 1,4%). Haverá, porém, limites mínimos e máximos para essa variação nos gastos. O percentual mínimo evita que uma queda brusca ou temporária na arrecadação obrigue o governo a comprimir despesas. Já o limite máximo afasta o risco de o Executivo expandir gastos de forma exagerada quando há um pico nas receitas

**Meta de resultado primário** Em vez da meta única de resultado a ser perseguido, haverá um intervalo projetado para o exercício e o Executivo precisará encerrar o exercício dentro dessa banda

# PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

## Bom humor

A nova regra fiscal proposta pelo governo Lula nesta quinta-feira (30) levantou reações positivas no empresariado. O arcabouço veio "melhor do que o esperado", na avaliação de Ricardo Lacerda, fundador do banco de investimentos BR Partners. "As metas estabelecidas pelo governo de déficit zero em 2024 e superávit em 2025 são muito acertadas e surpreenderam positivamente. Agora é importante mostrar credibilidade no cumprimento delas", afirma o banqueiro.

**HORIZONTE** Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, diz que a proposta é robusta e traz previsibilidade ao orientar o governo para uma boa gestão das contas públicas. Ele avalia que os parâmetros são saudáveis para a trajetória da dívida, determinando expectativas positivas aos investidores.

**DESCOMPRESSÃO** "Ao ser criativa, flexível e simples, a nova regra fiscal representa avanço. E mantém os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto de gastos. Seu conceito é a combinação de restrição de despesas e geração de superávits, o que aumenta a perspectiva de menos pressão fiscal, abrindo espaço para a queda dos juros", diz Trabuco.

**BALANÇA** Para Luiz Fernando Figueiredo, da Jive Investments, o mercado já vinha respondendo bem às informações que vazaram nos últimos dias e a avaliação está mais para o lado positivo.

**VICE-VERSA** "É uma regra que demora alguns anos, mas nos leva para essa sustentabilidade a partir de 2026. Ela é calcada mais no lado da receita do que no da despesa. O ideal seria o contrário, mas ela limita a despesa, o que é razoável", afirma Figueiredo.

**ALÔ** João Camargo, do grupo Esfera, diz que Haddad fez trabalho excepcional. "Todos com quem eu conversei no mercado gostaram e estão alinhados. Foi muito bom falar que o aumento de impostos não está no horizonte", diz.

**LENTE** Para o empresário Frank Geyer Abubakir, controlador da Unipar, o primeiro ponto positivo do arcabouço é gerar visibilidade e encerrar expectativas negativas. "Destaco também a indicação de voltar a ter superávit primário e a previsão de redução de despesa no caso de não atingimento de níveis de receita."

**VEJA BEM** Flávio Rocha, dono da Riachuelo, diz que lhe pareceu "bastante razoável" a trava que limita o crescimento das despesas federais a 70% do avanço da receita primária líquida, mas faz ressalva. "O risco é uma voracidade tributária. Para elevar as despesas tem de haver um aumento de arrecadação", afirma.

**ADIANTAMENTO** O grupo de trabalho montado pelo governo para discutir a valorização do salário mínimo terá sua primeira reunião na segunda (3). Na mesa estarão os representantes de sete ministérios do governo, além de sete indicados por centrais sindicais, como CUT e Força Sindical.

**HOLERITE** A expectativa dos sindicalistas é montar as diretrizes de uma política de reajuste para 2024. Estuda-se a possibilidade de recuperar a regra de correção unindo variação do PIB e INPC (índice de preços ao consumidor). A medida foi estabelecida por Lula em 2007 e vigorou até o primeiro ano de Bolsonaro, quando passou a não dar mais reajuste real, retomando a fórmula só no último ano do mandato.

**GATILHO** O Conar recomendou ao AliExpress a suspensão de um anúncio que exibia um adesivo com foto de arma. Em julho do ano passado, o órgão tomou a mesma decisão em um caso semelhante também no ecommerce. Assim como na denúncia anterior, o relator considerou que a propaganda não deixava claro que se tratava de um adesivo e não de uma arma real.

**PONTO** O STF permitiu nesta quarta-feira (29) que a outorga de serviços de transporte rodoviário interestadual seja feita só por autorização, sem a necessidade de licitação. O modelo que libera a atividade sem o procedimento licitatório era praticado desde 2014.

**PEDÁGIO** Em 2019, Bolsonaro editou normas que flexibilizaram ainda mais a abertura de mercado. Porém, as empresas que já atuavam no segmento reclamaram. A autorização foi questionada pela PGR e pela Anatrip, associação do setor, sob o argumento de que a licitação daria mais igualdade entre os concorrentes.

**BOLSO** O custo de vida da região metropolitana de SP registrou nova alta em fevereiro, segundo o monitoramento da FecomercioSP. De acordo com a entidade, o indicador, que acumula aumento anual de 5,8%, apresentou variação de 0,6% no mês passado, em relação a janeiro. Os preços foram pressionados por grupos como alimentos e educação.

**com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix**

## INDICADORES

### Juros
Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

| | Mínimo | Máximo |
|---|---|---|
| Cheque especial | 7,73 | 8,00 |
| Empréstimo pessoal | 4,72 | 9,77 |

Fonte: Procon-SP

### Contribuição à Previdência
Competência março

**Autônomo e facultativo**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Valor mín. | R$ 1.302,00 | 20% | R$ 260,40 |
| Valor máx. | R$ 7.507,49 | 20% | R$ 1.501,49 |

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

**MEI (Microempreendedor)**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Valor mín. | R$ 1.302 | 5% | R$ 65,10 |

| Assalariado | Alíquota |
|---|---|
| Até R$ 1.302,00 | 7,5% |
| De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29 | 9% |
| De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94 | 12% |
| De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49 | 14% |

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

### Imposto de Renda

| Em R$ | Alíquota, em % | Deduzir, em R$ |
|---|---|---|
| Até 1.903,98 | Isento | |
| De 1.903,99 até 2.826,65 | 7,5 | 142,80 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15 | 354,80 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 636,13 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 869,36 |

### Empregados domésticos
Considerando o piso na capital e Grande SP

| R$ 1.433,73 | Valor, em R$ |
|---|---|
| Empregado | 109,50 |
| Empregador | 286,71 |

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

## Nova regra fiscal prevê aumento real de gastos e piso para investimentos

Continuação da pág. A17

O mecanismo de ajuste prevê que o governo só retome a proporção de 70% se voltar a cumprir suas metas de primário. Além disso, segundo Ceron, uma vez fixada a meta de primário, ela não poderá ser alterada ao longo do exercício —justamente para evitar que um gestor, na iminência de descumprir a meta e ser obrigado a frear a alta de gastos, modifique a meta para fugir da punição.

As projeções do governo de atingir superávit de 1% do PIB até 2026, disse, são sinalizadoras do compromisso firmado pela atual equipe para a trajetória das contas. No entanto, o alcance delas depende do pacote de medidas do lado da arrecadação, isto é, o arcabouço não é suficiente por si só para assegurar seu cumprimento.

Entre técnicos da área fiscal e analistas do mercado, a avaliação é que uma análise mais profunda da regra vai depender do texto legal do projeto de lei complementar, que ainda não está pronto.

Na entrevista, Haddad disse que a minuta começa a ser redigida agora que Lula validou a proposta, e a previsão é ter o documento fechado na Fazenda ao longo do fim de semana. A expectativa é apresentar o texto oficialmente ao Congresso na semana que vem.

Com o texto protocolado, o governo poderá incorporar as novas regras à proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, a ser enviada até 15 de abril. O projeto da nova regra, por sua vez, iniciará a tramitação pela Câmara, onde deve ser analisado nas comissões e depois pelo plenário. Se aprovado, o texto seguirá para o Senado.

> **Isso aqui [regra fiscal] não é uma bala de prata que resolve tudo. É o começo de uma longa jornada. Mas esse é o plano de voo**
>
> **Fernando Haddad**
> ministro da Fazenda

No projeto, o percentual de vinculação entre despesas e receitas será fixo, mas a cada ano sua aplicação sobre as novas estimativas levará a números diferentes de espaço no Orçamento. Segundo Ceron, a regra permite um "espaço fiscal crescente" para dar um horizonte de estabilidade às políticas públicas.

No cenário em que a alta da arrecadação nos 12 meses até junho seja de 2% em termos reais, por exemplo, a elevação na despesa total poderia ser de até 1,4%. Algumas despesas, porém, não seguirão essa variação de forma direta. Com o fim do teto de gastos, serão retomados os mínimos constitucionais de saúde e educação como eram até 2016: 15% da RCL (receita corrente líquida) para a saúde e 18% da receita líquida de impostos no caso da educação.

# Fazenda promete déficit menor em 2023, mas dívida sobe até o fim do governo

**Rombo deve ser de 0,5% do PIB neste ano; antes, projeção da equipe econômica era resultado negativo de até 1%**

Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Alexa Salomão

**BRASÍLIA** Oito dias após estimar um déficit de R$ 107,6 bilhões para este ano, a equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu reduzir esse rombo à metade, para algo próximo de R$ 50 bilhões —o equivalente a 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto)—, mas ainda não detalhou como isso será feito.

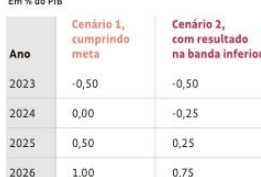
A sinalização foi dada pela Fazenda ao apresentar a proposta de nova regra fiscal, que permitirá a alta real de gastos e conta com um impulso na arrecadação para conseguir melhorar a trajetória das contas públicas.

O dado indica que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, almeja um ajuste mais ambicioso do que vinha sendo sinalizado até então, que era um rombo de até 1% do PIB neste ano. Os detalhes, porém, tendem a ser analisados com lupa pelos economistas, que já questionavam a capacidade do governo de reduzir o déficit a 1% do PIB.

Como mostrou a **Folha**, a estimativa divulgada na semana passada foi obtida graças a uma manobra para excluir do Orçamento a previsão de alta de R$ 4,5 bilhões nos gastos devido ao novo reajuste do salário mínimo, de R$ 1.302 para R$ 1.320.

Além disso, o Banco Central, órgão responsável pelas estatísticas oficiais de finanças públicas (incluindo o resultado primário), discorda do governo e não considera como receita primária os R$ 26 bilhões resgatados de contas abandonadas do Fundo PIS/Pasep. Ou seja, o rombo oficial já é pelo menos R$ 26 bilhões maior do que o estimado pela equipe de Haddad.

Nesta quinta (30), o ministro disse que anuncia na próxima semana um novo pacote com medidas para elevar a arrecadação do governo de R$ 100 bilhões a R$ 150 bilhões. Sem dar muitos detalhes, ele disse que a ideia é rever benefícios tributários e passar a cobrar impostos de setores e empresas que, por falta de regras, hoje não pagam, como o segmento de apostas eletrônicas.

No novo arcabouço fiscal proposto pelo governo, a meta fiscal terá bandas de flutuação: a nova meta de 0,5% do PIB para este ano teria um intervalo de 0,25 ponto percentual para mais ou menos. O resultado efetivo poderia ficar entre déficit de 0,25% e 0,75% do PIB. A mesma lógica valerá para os próximos anos.

Em 2024, a meta melhora para um déficit zero, mas o intervalo permite oscilar de resultado negativo de 0,25% a um positivo de 0,25% do PIB.

Em 2025, o intervalo vai de 0,25% a 0,75% do PIB, tendo como centro a meta de 0,5%. Em 2026, a expectativa é chegar a um superávit de 1% do PIB, oscilando entre 0,75% e 1,25%. Essas bandas ainda servem de gatilho para disparar sanções ou bônus.

O governo também apresentou estimativas de como pode se comportar a dívida pública, caso a equipe econômica consiga entregar os esforços fiscais prometidos a cada ano.

O diagnóstico central, porém, é de que o governo Lula entregará uma dívida bruta maior do que encontrou no fim de 2022 (72,87% do PIB).

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse não ver isso como um problema. "É um processo de recuperação fiscal, de previsibilidade, gradualidade", disse. "Mesmo nos piores cenários, [a regra] coloca o país numa trajetória sustentável de dívida."

Ceron também negou que o governo atual ampliará gastos, jogando no colo do próximo governo a tarefa de reduzir a dívida pública a um patamar mais condizente com a média dos países emergentes (em torno de 60% do PIB).

Em suas projeções, a Fazenda traçou dois cenários. Um deles prevê o alcance do centro da meta de primário nos quatro anos de governo Lula. Nesse contexto, a DBGG (dívida bruta do governo geral, hoje em 73,1% do PIB) terminaria este ano em 75,11% do PIB, subindo até 76,54% em 2026.

Em outro cenário, em que os resultados primários efetivos se situam na banda inferior da meta entre 2024 e 2026, a dívida sobe de maneira mais significativa. Neste ano, a DBGG ficaria em 75,11% (pois o governo considerou o déficit de 0,5% do PIB), mas subiria a 76,43% em 2024 e 77,34% em 2026.

A equipe econômica, porém, conta com uma redução dos juros de médio e longo prazo com a nova regra fiscal.

### Projeções da dívida bruta do governo geral
Em % PIB

**Cenário base**

**Projeção para dívida com redução de 1pp* na curva de juros**

**Projeção para dívida com redução de 2 pp na curva de juros**

### Projeção de resultado primário do governo central que baliza projeções da dívida
Em % do PIB

| Ano | Cenário 1, cumprindo meta | Cenário 2, com resultado na banda inferior |
|---|---|---|
| 2023 | -0,50 | -0,50 |
| 2024 | 0,00 | -0,25 |
| 2025 | 0,50 | 0,25 |
| 2026 | 1,00 | 0,75 |

*Ponto percentual
Fonte: Tesouro Nacional a partir da grade SPE

# Campos Neto diz ver 'boa vontade muito grande' da Fazenda

**Para presidente do BC, que ainda não viu versão final, proposta mostra preocupação com trajetória da dívida**

**Nathalia Garcia**

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (30) que, embora não tenha visto a proposta final da regra fiscal, há uma "boa vontade muito grande" do Ministério da Fazenda em fazer um arcabouço "robusto".

Os detalhes da nova regra fiscal foram anunciados no mesmo horário em que Campos Neto participava da apresentação do relatório trimestral de inflação, na sede da autoridade monetária, em Brasília.

"Nós entendemos que existe uma boa vontade muito grande do Ministério da Fazenda de fazer um arcabouço robusto", disse o presidente do BC, que viu uma exposição prévia do marco fiscal quando o desenho ainda estava em elaboração pelo governo.

"A gente ainda não olhou os detalhes, [o arcabouço] está sendo divulgado agora. A gente teve uma exposição ao arcabouço entendendo que havia ainda calibragem nos parâmetros, a gente vai olhar e analisar o que está sendo anunciado."

Segundo o chefe da autarquia, a regra parecia "bastante razoável" antes da definição da calibragem dos parâmetros e mostrava uma preocupação com a trajetória da dívida pública.

"Quando nós olhamos o arcabouço sem a calibragem dos parâmetros, parecia bastante razoável. Mas faz algum tempo, de lá para cá, não tive nenhuma atualização, não quero fazer um comentário sem saber exatamente como é o arcabouço", afirmou.

"Quero dizer que a gente reconhece o esforço que está sendo feito pela Fazenda. É um projeto que é duro em um governo que tem bastante divisões, acho que denota claramente uma preocupação com a trajetória da dívida."

Na ata divulgada na terça (28), o Copom disse que uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros.

"Não existe relação mecânica entre o arcabouço e uma desinflação. Na ata, a gente trouxe essa visão de que o canal expectacional [de expectativas] é o que tem maior impacto para a desinflação", afirmou Diogo Guillen, diretor de Política Econômica do BC.

Campos Neto reiterou ainda que política fiscal não é um trabalho do BC, mas que esse é um elemento que contribui para a decisão da autoridade monetária sobre os juros. "A gente precisa avaliar como vai ser a nova trajetória depois de anunciada [a regra]", disse.

## Lira fala em aprovar arcabouço em abril, mas cita ajustes

**Victoria Azevedo, Danielle Brant e João Gabriel**

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que vai trabalhar para aprovar a nova regra fiscal ainda em abril, mas citou a necessidade de ajustes.

"É um bom começo, faz parte daquilo que ele vinha já tratando. Lógico que com mais alguns detalhes do que pretende fazer, das metas, todos os efeitos. O arcabouço vai ser uma diretriz, mais flexível do que o teto de hoje. Mas o 'X' vão ser as nossas negociações para ver que projetos e que votações nós vamos ter que fazer após para ajustar o arcabouço", afirmou.

"Por exemplo, na tese que o governo defende de não aumentar impostos e fazer com que hoje quem não paga impostos passe a pagar."

Lira afirmou, no entanto, que não poderia se posicionar sobre o arcabouço antes de o texto ser enviado ao Congresso. "Tem que esperar que [o texto] venha, não posso falar nada. Ele [ministro da Fazenda, Fernando Haddad] explicou ontem [quarta], explicou para o Senado, ficou de fazer uns ajustes no texto e mandar para o Congresso. Quando ele mandar, a gente se posiciona."

Lira participou de reunião com Haddad e líderes da Câmara na noite de quarta (29). Ele disse que no encontro não foi discutido quem será o relator da regra fiscal, mas afirmou que será alguém do seu partido, o Progressistas. "Mas ainda não está acertado o nome."

Nos bastidores, deputados citam quatro nomes do PP como candidatos para a tarefa: André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Júlio Lopes (RJ) e Cláudio Cajado (BA). Alguns parlamentares, no entanto, lembram que isso concentraria relatorias importantes nas mãos de um único partido —o relator da reforma tributária é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Mais cedo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a necessidade de esperar o debate no Legislativo e também citou mudanças no texto.

"Senti de todos os líderes do Senado, inclusive da oposição, compromisso absoluto com uma pauta que é fundamental para o Brasil, que é a disciplina e o equilíbrio fiscal em substituição ao teto de gastos."

### Passos para aprovar a nova regra fiscal no Congresso

**Onde começará a tramitação?**
Por se tratar de projeto de lei complementar encaminhado pelo Poder Executivo, o texto começará a tramitar na Câmara. A Casa terá a palavra final sobre o conteúdo, caso o Senado promova alterações durante a apreciação

**Por onde a proposta de regra fiscal pode passar na Câmara?**
Um projeto de lei complementar normalmente é encaminhado para análise das comissões especializadas em temas contemplados pela proposta —chamadas comissões de mérito. Há ainda as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, que podem analisar o mérito e/ou a admissibilidade dos projetos de lei complementar, isto é, se eles estão de acordo com regras orçamentárias e preceitos constitucionais. Todos devem passar também pelo plenário

**O que é preciso para a proposta ser aprovada no Congresso?**
Projetos de lei complementar exigem maioria absoluta de votos favoráveis, isto é, mais da metade dos integrantes de cada Casa. Isso significa reunir ao menos 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado

Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Fernando Haddad (Fazenda) durante entrevista para explicar a nova regra fiscal Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

## Regra prevê mais recursos para saúde, educação e emendas

BRASÍLIA A nova regra fiscal fará com que algumas despesas cresçam acima de outras, como recursos para saúde, educação e emendas.

Como a Constituição exige que esses gastos sejam atrelados à receita, a nova regra (a ser criada por projeto de lei) não pode limitá-las. A proposta não pode modificar a Constituição, então o governo terá que cumprir os valores mínimos dessas destinações.

Hoje, os pisos de saúde e educação são corrigidos por um percentual da receita. Na saúde, 15% da RCL (receita corrente líquida, que é a arrecadação federal menos as transferências constitucionais e legais a estados e municípios, além de algumas contribuições). Na educação, o piso é de 18% da receita líquida de impostos.

No caso das emendas, a Constituição prevê que, no mínimo, 2% da RCL irão para emendas individuais —a que todo deputado e senador tem direito e o Executivo é obrigado a liberar.

Ficarão fora do novo teto os repasses do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e a ajuda para estados e municípios bancarem o piso da enfermagem.

O reajuste individualizado desse grupo poderá pressionar o aumento dos demais gastos, porque a proposta de Haddad prevê um percentual de expansão geral das despesas públicas.

Se a ampliação das despesas de saúde, educação e emendas ficar acima dessa média, outros gastos precisarão ter reajuste menor para cumprir a nova regra.

"Se ele continuar vinculado à receita, que é uma escolha da sociedade e política, significa que as outras áreas, que não são saúde e educação, precisam crescer menos", disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

## Proposta estabelece R$ 75 bi para obras e possível bônus

Alvos preferenciais dos cortes de despesas nos últimos anos, investimentos públicos terão blindagem no Orçamento na nova regra.

A proposta prevê um piso para esses gastos, que ficará perto dos R$ 75 bilhões programados para 2023, corrigido pela inflação a cada ano.

Haverá ainda um bônus: se o resultado primário (diferença entre receitas e despesas) for melhor que o cenário mais favorável esperado, o excedente poderá ser usado para ampliação temporária dos investimentos.

Segundo Ceron, o mínimo para investimentos será obtido a partir do patamar programado para 2023 —de R$ 70 bilhões a R$ 75 bilhões, já considerando o Minha Casa, Minha Vida.

O dispositivo atende à preocupação política do PT de que esses gastos não sejam cortados. Mas engessa a gestão ao impedir que essas despesas sejam revisadas se for preciso conter gastos.

Haverá ainda o bônus para investimentos extras. O governo terá direito ao adicional se o resultado primário superar a banda superior da meta do ano.

Mas a fatia do excedente que irá para investimentos ainda é ponto aberto e deve ser definido no projeto de lei a ser enviado ao Congresso. **Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Alexa Salomão**

## Governos petistas aumentaram benefícios que agora Haddad quer cortar

**ANÁLISE**

**Fernando Canzian**
Repórter especial, foi secretário de Redação, editor de política, do Painel, do programa TV Folha, na TV Cultura, e correspondente em NY e Washington. Vencedor de quatro prêmios Esso

O Brasil deixa de arrecadar mais de R$ 350 bilhões ao ano com a concessão de benefícios tributários a empresas e setores, além de incentivos creditícios.

Na apresentação da nova regra fiscal, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) deixou claro que o governo buscará diminuí-los para "colocar o pobre no Orçamento", como costuma dizer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ironicamente, esses benefícios tributários, financeiros e creditícios chegaram a dobrar nos governos Lula e Dilma Rousseff (2003-2016); atualmente, equivalem a cerca de 3,5% do PIB. Embora o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) tenha prometido reduzi-los, não houve alteração significativa.

Análise do Banco Mundial sobre políticas de incentivos em Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Holanda e México concluiu que só o caso brasileiro resultou na combinação de aumento dos gastos tributários e queda na arrecadação —sugerindo que eles não aceleraram o crescimento.

Os benefícios tributários no Brasil representam quase um quarto das receitas administradas pela Receita Federal e, do ponto de vista regional, também são fontes de desigualdades.

Estudo do Ministério da Economia (na gestão Paulo Guedes) mostrou que estados mais pobres, como Maranhão, Piauí, Acre, Alagoas e Pará, receberam menos de um terço da média nacional dos benefícios tributários per capita em 2018.

Já Amazonas (por causa da Zona Franca de Manaus), Santa Catarina e São Paulo se beneficiaram mais de renúncias tributárias do que contribuíram, proporcionalmente, para o crescimento do PIB.

De acordo com relatório de avaliação do TCU (Tribunal de Contas da União), "os benefícios fiscais, em geral, representam distorções ao livre mercado e resultam, de forma indireta, em sobrecarga fiscal maior para os setores não beneficiados".

"Em um contexto de restrição [orçamentária], como o enfrentado pela União, os valores associados a esses benefícios devem ser considerados com maior atenção, em virtude do impacto nas contas públicas", diz o TCU.

Para o economista Alexandre Manoel, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, embora um eventual corte dos benefícios tributários possa resultar em aumento da carga tributária, isso seria positivo, pois deixaria de haver tratamento privilegiado a alguns setores.

Manoel suspeita que boa parte da diminuição da capacidade do governo nos últimos anos de produzir superávits primários (economia para reduzir a dívida pública) tenha relação com o aumento dos benefícios tributários, que diminuíram a receita federal.

A maior fatia dos benefícios tributários é dirigida ao Simples (cerca de 25%), e Haddad afirmou que esse mecanismo de simplificação tributária não será alterado.

No passado, várias tentativas de diminuir os incentivos tributários foram seguidas de forte lobby de seus beneficiários. Mexer com esses grupos não será tarefa política fácil do governo no Congresso.

SICOOB CREDICOM
Bons resultados o tempo todo.

# SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.**

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDICOM.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

**1. Contexto Sicoob**

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

**2. Sustentabilidade**

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

**3. Nossa cooperativa**

O SICOOB CREDICOM é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

Dr. João Augusto Oliveira Fernandes – Presidente
Dr. Antônio Carlos Cioffi – Vice-presidente
Dr. Fábio Botelho de Carvalho – Diretor Administrativo
Dr. Orestes Miraglia Júnior – Diretor Comercial
Dr. Múcio Pereira Diniz – Diretor Financeiro
Dr. Paulo César Gomes Guerra – Diretor de Expansão
Dr. Eduardo Antônio Vilaça Duarte – Conselheiro de Administração
Dr. Gláucio Galeno Ribeiro de Carvalho - Conselheiro de Administração
Dr. Luiz Adelmo Lodi Neto - Conselheiro de Administração
Dr. Luiz Antônio Ferreira - Conselheiro de Administração
Dra. Maria Inês de Miranda Lima - Conselheiro de Administração
Dra. Maria Virginia Furquim Werneck Marinho - Conselheiro de Administração
Dr. Nisio Gomes de Souza - Conselheiro de Administração
Dr. Reinaldo Pimenta de Pádua - Conselheiro de Administração
Dr. Rômulo Augusto Pinheiro - Conselheiro de Administração

**4. Política de Crédito**

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,53% nos níveis de "AA" a "C".

**5. Governança Corporativa**

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda uma Gerência de Compliance e Controles Internos, subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMGE e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**6. Sistema de Ouvidoria**

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDICOM registrou o total de 229 (duzentos e vinte e nove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente **(ao cartão, Central de Cartões, Contestação de Despesas, atendimento gerente/agência, crédito/negociação e resgate do capital social)**. Das 188 (cento e oitenta e oito) reclamações, 83 (oitenta e três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

**7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito**

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

**8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa**

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Milhares de reais.

| Grandes números | % de variação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Resultados financeiros, após Remuneração Capital Social** | 20,44% | 90.548 | 75.183 |
| **Patrimônio Líquido** | 24,90% | 768.658 | 615.414 |
| **Ativos** | 24,84% | 5.475.312 | 4.386.029 |
| **Depósitos na Centralização Financeira** | 24,74% | 2.056.647 | 1.648.748 |

| Número de cooperados | % de variação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Total** | 14,18% | 79.982 | 70.049 |

| Carteira de Crédito | % de variação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Carteira Rural** | 121,05% | 463.920 | 209.873 |
| **Carteira Comercial** | 25,71% | 2.693.030 | 2.142.192 |
| **Total** | **34,22%** | **3.156.950** | **2.352.064** |

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 33,97% da carteira, no montante de R$ 1.073.714.

| Captações | % de variação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Depósitos à vista** | -9,75% | 653.870 | 724.470 |
| **Depósitos sob aviso** | 4,36% | 30.370 | 29.101 |
| **Depósitos a prazo** | 9,12% | 2.780.094 | 2.547.765 |
| **LCA** | 145,72% | 426.446 | 173.547 |
| **LCI** | 253,66% | 418.954 | 118.462 |
| **Total** | **19,94%** | **4.309.734** | **3.593.345** |

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 19,72% da captação, no montante de R$ 837.789.

| Patrimônio de referência | % de variação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| | **24,79%** | **718.671** | **575.867** |

**9. Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

**Conselho de Administração e Diretoria.**

**BELO HORIZONTE-MG, 27 de março de 2023.**

**Diretoria Executiva**

Dr. Fábio Botelho de Carvalho - Diretor Administrativo
Dr. Múcio Pereira Diniz - Diretor Financeiro
Dr. Orestes Miraglia Júnior - Diretor Comercial
Dr. Paulo César Gomes Guerra - Diretor de Expansão

**Conselho de Administração**

Dr. João Augusto Oliveira Fernandes - Presidente
Dr. Antônio Carlos Cioffi - Vice-Presidente
Dr. Eduardo Antônio Vilaça Duarte
Dr. Gláucio Galeno Ribeiro de Carvalho
Dr. Luiz Adelmo Lodi Neto
Dr. Luiz Antônio Ferreira
Dra. Maria Inês de Miranda Lima
Dra. Maria Virginia Furquim Werneck Marinho
Dr. Nisio Gomes de Souza
Dr. Reinaldo Pimenta de Pádua
Dr. Rômulo Augusto Pinheiro

## BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares

| | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | **5.475.312** | **4.386.029** |
| **DISPONIBILIDADES** | 4 | **7.417** | **7.844** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** | | **5.555.275** | **4.358.035** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 210.011 | 642 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 6 | 85.225 | 325.074 |
| Relações Interfinanceiras | 4 | 2.056.647 | 1.648.748 |
| Centralização Financeira | | 2.056.647 | 1.648.748 |
| Operações de Crédito | 7 | 3.156.950 | 2.352.064 |
| Outros Ativos Financeiros | 8 | 46.442 | 31.507 |
| **(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO** | | **(109.547)** | **(63.666)** |
| (-) Operações de Crédito | 7.e | (104.710) | (62.590) |
| (-) Outras | 8.1 | (4.837) | (1.076) |
| **ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS** | 9 | **3.419** | **2.862** |
| **OUTROS ATIVOS** | 10 | **5.088** | **2.268** |
| **INVESTIMENTOS** | 11 | | **65.948** |
| **IMOBILIZADO DE USO** | 12 | **33.619** | **31.132** |
| **INTANGÍVEL** | 13 | **5.247** | **5.296** |
| **(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES** | 12 e 13 | **(25.204)** | **(23.689)** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **5.475.312** | **4.386.029** |

| | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **5.475.312** | **4.386.029** |
| **DEPÓSITOS** | 14 | **3.464.334** | **3.301.336** |
| Depósitos à Vista | | 653.870 | 724.470 |
| Depósitos Sob Aviso | | 30.370 | 29.101 |
| Depósitos a Prazo | | 2.780.094 | 2.547.765 |
| **DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** | | **1.160.240** | **401.334** |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | 15 | 845.400 | 292.009 |
| Relações Interfinanceiras | 16 | 305.127 | 103.008 |
| Repasses Interfinanceiros | | 305.127 | 103.008 |
| Outros Passivos Financeiros | 17 | 9.713 | 6.318 |
| **PROVISÕES** | 19 | **21.835** | **18.621** |
| **OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS** | 20 | **6.988** | **3.244** |
| **OUTROS PASSIVOS** | 21 | **53.257** | **46.080** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 22 | **768.658** | **615.414** |
| CAPITAL SOCIAL | 22.a | 530.487 | 411.537 |
| RESERVAS DE SOBRAS | | 84.173 | 68.625 |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | | 153.997 | 135.252 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **5.475.312** | **4.386.029** |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares

| | Notas | CAPITAL SUBSCRITO | CAPITAL A REALIZAR | RESERVA LEGAL | RESERVAS PARA EXPANSÃO | SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | TOTAIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2020** | | **345.538** | **(1.244)** | **51.264** | - | **115.718** | **511.276** |
| **Destinações das Sobras do Exercício Anterior:** | | | | | | | |
| Ao FATES | | - | - | - | - | (3.000) | (3.000) |
| Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior | | - | - | - | - | (300) | (300) |
| Constituição de Reservas | | - | - | 7.000 | 67.400 | (74.400) | - |
| Distribuição de sobras para associados | | 22.858 | - | - | - | (38.018) | (15.160) |
| **Constituição de reservas por Incorporações** | | - | - | **2.926** | - | - | **2.926** |
| **Movimentação de Capital:** | | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 38.157 | (398) | - | - | - | 37.759 |
| Por Devolução ( - ) | | (10.020) | - | - | - | - | (10.020) |
| Estorno de Capital | | (5) | - | - | - | - | (5) |
| **Reversão/Realização de Reservas** | | - | - | - | **(67.400)** | **67.400** | - |
| **Reversão/Realização de Fundos** | | - | - | - | - | **4.653** | **4.653** |
| **Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital** | | - | - | - | - | **92.105** | **92.105** |
| **Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:** | | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | - | - | - | - | (16.922) | (16.922) |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 16.650 | - | - | - | - | 16.650 |
| **Destinações das Sobras do Período:** | | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | - | - | 7.435 | - | (7.435) | - |
| FATES - Atos Cooperativos | | - | - | - | - | (3.718) | (3.718) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | - | - | - | - | (830) | (830) |
| **Saldos em 31/12/2021** | | **413.178** | **(1.642)** | **68.625** | - | **135.252** | **615.414** |
| **Saldos em 31/12/2021** | | **413.178** | **(1.642)** | **68.625** | - | **135.252** | **615.414** |
| **Destinações das Sobras do Exercício Anterior:** | | | | | | | |
| Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior | | - | - | - | - | (500) | (500) |
| Constituição de Reservas | | - | - | 7.000 | 76.400 | (83.400) | - |
| Distribuição de sobras para associados | | 51.080 | - | - | - | (51.352) | (272) |
| **Movimentação de Capital:** | | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 29.311 | (1.176) | - | - | - | 28.135 |
| Por Devolução ( - ) | | (12.579) | - | - | - | - | (12.579) |
| Estorno de Capital | | (7) | - | - | - | - | (7) |
| **Reversão/Realização de Reservas** | | - | - | - | **(76.400)** | **76.400** | - |
| **Reversão/Realização de Fundos** | | - | - | - | - | **4.938** | **4.938** |
| **Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital** | | - | - | - | - | **145.878** | **145.878** |
| **Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:** | | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | - | - | - | - | (55.331) | (55.331) |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 52.322 | - | - | - | - | 52.322 |
| **Destinações das Sobras do Período:** | | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | - | - | 8.548 | - | (8.548) | - |
| FATES - Atos Cooperativos | | - | - | - | - | (4.274) | (4.274) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | - | - | - | - | (5.066) | (5.066) |
| **Saldos em 31/12/2022** | | **533.305** | **(2.818)** | **84.173** | - | **153.997** | **768.658** |
| **Saldos em 30/06/2022** | | **422.222** | **(2.004)** | **68.625** | - | **197.486** | **686.329** |
| **Destinações das Sobras do Exercício Anterior:** | | | | | | | |
| Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior | | - | - | - | - | (500) | (500) |
| Constituição de Reservas | | - | - | 7.000 | 76.400 | (83.400) | - |
| Distribuição de sobras para associados | | 51.080 | - | - | - | (51.352) | (272) |
| **Movimentação de Capital:** | | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 14.881 | (814) | - | - | - | 14.067 |
| Por Devolução ( - ) | | (7.195) | - | - | - | - | (7.195) |
| Estorno de Capital | | (4) | - | - | - | - | (4) |
| **Reversão/Realização de Reservas** | | - | - | - | **(76.400)** | **76.400** | - |
| **Reversão/Realização de Fundos** | | - | - | - | - | **4.938** | **4.938** |
| **Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital** | | - | - | - | - | **83.645** | **83.645** |
| **Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:** | | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | - | - | - | - | (55.331) | (55.331) |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 52.322 | - | - | - | - | 52.322 |
| **Destinações das Sobras do Período:** | | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | - | - | 8.548 | - | (8.548) | - |
| FATES - Atos Cooperativos | | - | - | - | - | (4.274) | (4.274) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | - | - | - | - | (5.066) | (5.066) |
| **Saldos em 31/12/2022** | | **533.305** | **(2.818)** | **84.173** | - | **153.997** | **768.658** |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - Em milhares

| | Notas | 2° Sem. 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| **INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | **374.180** | **663.787** | **300.646** |
| Operações de Crédito | 24 | 242.429 | 429.618 | 219.160 |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos | 4 | 121.736 | 212.274 | 73.364 |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 7.491 | 7.578 | 24 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | | 2.525 | 14.316 | 8.098 |
| **DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | 25 | **(248.366)** | **(436.114)** | **(142.280)** |
| Operações de Captação no Mercado | 14.d | (204.924) | (360.292) | (116.164) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | 16.b | (9.558) | (13.053) | (1.410) |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | | (33.883) | (62.769) | (24.706) |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | | **125.815** | **227.673** | **158.366** |
| **OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS** | | **(40.808)** | **(77.552)** | **(60.856)** |
| Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços | 26 | 16.224 | 30.318 | 29.276 |
| Rendas de Tarifas | 27 | 5.151 | 9.986 | 9.573 |
| Dispêndios e Despesas de Pessoal | 28 | (33.476) | (63.768) | (53.254) |
| Outros Dispêndios e Despesas Administrativas | 29 | (31.490) | (61.508) | (53.213) |
| Dispêndios e Despesas Tributárias | 30 | (1.392) | (2.601) | (2.266) |
| Outros Ingressos e Receitas Operacionais | 31 | 8.705 | 17.891 | 14.104 |
| Outros Dispêndios e Despesas Operacionais | 32 | (4.530) | (7.869) | (5.075) |
| **PROVISÕES** | 33 | **(666)** | **(1.686)** | **(1.472)** |
| Provisões/Reversões para Contingências | | 20 | 20 | 56 |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | | (686) | (1.706) | (1.528) |
| **RESULTADO OPERACIONAL** | | **84.340** | **148.435** | **96.038** |
| **OUTRAS RECEITAS E DESPESAS** | 34 | **1.665** | **1.604** | **(121)** |
| **SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES** | | **86.005** | **150.039** | **95.917** |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | | **(161)** | **(161)** | **(12)** |
| Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados | | (92) | (92) | (6) |
| Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados | | (68) | (68) | (6) |
| **PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS** | | **(2.200)** | **(4.000)** | **(3.800)** |
| **SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL** | | **83.645** | **145.878** | **92.105** |
| **JUROS AO CAPITAL** | | **(55.331)** | **(55.331)** | **(16.922)** |
| **SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES** | | **28.314** | **90.548** | **75.183** |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares

| | Notas | 2° Sem. 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| **SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL** | | **83.645** | **145.878** | **92.105** |
| **OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES** | | - | - | - |
| **TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE** | | **83.645** | **145.878** | **92.105** |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares

| | Notas | 2° Sem. 2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| **SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES** | | **86.005** | **150.039** | **95.917** |
| Distribuição de Sobras e Dividendos | | - | (1.160) | (538) |
| Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | | 33.883 | 62.769 | 24.706 |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | | 686 | 1.706 | 1.528 |
| Provisões/Reversões Não Operacionais | | 72 | 131 | - |
| Provisões/Reversões para Contingências | | (20) | (20) | (56) |
| Atualização de Depósitos em Garantia | | (363) | (659) | (234) |
| Depreciações e Amortizações | | 1.992 | 4.081 | 3.991 |
| **SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO** | | **122.256** | **216.887** | **125.314** |
| **(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais** | | | | |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | (191.754) | (209.369) | (58) |
| Títulos e Valores Mobiliários | | 85.238 | 305.797 | (93.211) |
| Operações de Crédito | | (613.960) | (819.222) | (502.803) |
| Outros Ativos Financeiros | | (8.294) | (16.828) | (13.084) |
| Ativos Fiscais Correntes e Diferidos | | (53) | (556) | (1.019) |
| Outros Ativos | | (873) | (2.951) | (797) |
| **Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais** | | | | |
| Depósitos à Vista | | 44.527 | (70.600) | 106.419 |
| Depósitos sob Aviso | | 919 | 1.269 | (993) |
| Depósitos a Prazo | | 292.529 | 232.329 | 201.246 |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | | 294.408 | 553.391 | 172.280 |
| Relações Interfinanceiras | | 199.424 | 202.120 | 96.116 |
| Outros Passivos Financeiros | | 6.141 | 3.395 | (874) |
| Provisões | | 1.056 | 1.528 | 839 |
| Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas | | 4.368 | 3.744 | 1.104 |
| Outros Passivos | | (80.417) | (52.154) | (10.084) |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES | | - | - | (3.000) |
| FATES - Atos Cooperativos | | (4.274) | (4.274) | (3.718) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | (5.066) | (5.066) | (830) |
| Outras Destinações | | (500) | (500) | (300) |
| Imposto de Renda Pago | | (127) | (92) | (6) |
| Contribuição Social Pago | | (94) | (68) | (6) |
| **CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | **145.453** | **338.779** | **72.535** |
| **Atividades de Investimentos** | | | | |
| Distribuição de Dividendos Recebidos | | - | 1.146 | 251 |
| Distribuição de Sobras da Central Recebidos | | - | 15 | 288 |
| Aquisição de Intangível | | (10) | (131) | (402) |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | | (3.713) | (4.872) | (2.040) |
| Aquisição de investimentos | | - | - | (8.958) |
| **CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | **(3.723)** | **(3.843)** | **(10.863)** |
| **Atividades de Financiamentos** | | | | |
| Aumento por novos aportes de Capital | | 14.067 | 28.135 | 37.759 |
| Devolução de Capital à Cooperados | | (7.195) | (12.579) | (10.020) |
| Estorno de Capital | | (4) | (7) | (5) |
| Distribuição de Sobras Para Associados Pago | | (272) | (272) | (15.160) |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 52.322 | 52.322 | 16.650 |
| Aumento nas reservas por incorporações | | - | - | 2.926 |
| Reversão/Realização de Fundos | | 4.938 | 4.938 | 4.653 |
| **CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | **63.855** | **72.536** | **36.803** |
| **AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | **205.585** | **407.472** | **98.476** |
| **Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período | | 1.858.480 | 1.656.592 | 1.558.116 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período | | 2.064.065 | 2.064.065 | 1.656.592 |
| **Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **205.585** | **407.472** | **98.476** |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Em Milhares de Reais**

**1. Contexto Operacional**

O **SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.**, doravante denominado **SICOOB CREDICOM**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **25/08/1992**, filiada à **CCE CRED EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDICOM, sediado à **AVENIDA DO CONTORNO, Nº 4265, SÃO LUCAS, BELO HORIZONTE - MG**, possui 38 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BELO HORIZONTE - MG, CONTAGEM - MG, MONTES CLAROS - MG, NOVA LIMA - MG, DIVINÓPOLIS - MG, JUIZ DE FORA - MG, IPATINGA - MG, CORONEL FABRICIANO - MG, TIMÓTEO - MG, OURO PRETO - MG, CONSELHEIRO LAFAIETE - MG, ITABIRA - MG, MARIANA - MG, JOÃO MONLEVADE - MG, SÃO JOÃO DEL REI - MG, BARBACENA - MG, BETIM - MG, UBERLÂNDIA – MG; em São Paulo na cidade de **SÃO PAULO;** na Bahia em **SALVADOR.**

O SICOOB CREDICOM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

I - Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a sua produção e a sua produtividade;

II - A formação educacional de seus associados, visando estimular o cooperativismo, com a difusão de informações técnicas que auxiliem no aprimoramento de sua produção e da sua qualidade de vida, pela prática da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

III - A prática, em conformidade com os normativos vigentes, das seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo - com ou sem emissão de certificado - e fundos de investimento, visando a preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos, obter empréstimos ou repasses de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;

IV - Conceder créditos e prestar garantias, somente a cooperados;

V - Contratar serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pelo SICOOB CREDICOM aos cooperados;

VI - Prestar os seguintes serviços, além de outros, visando ao atendimento aos cooperados e aos não cooperados:

a) Cobrança, custódia e recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, entidades públicas ou privadas;

b) Correspondente no país, nos termos da regulamentação em vigor;

c) Aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por esta última, inclusive os relativos a operações de câmbio;

d) A instituições financeiras, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante, destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento sujeitos à legislação ou regulamentação específica, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos e;

e) Distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas, observada, inclusive, a regulamentação aplicável editada pela CVM.

VII - Participar do capital social de outras cooperativas, instituições financeiras e entidades, conforme legislação vigente;

VIII- Realizar, conforme legislação vigente, qualquer outra operação que seja do interesse do SICOOB CREDICOM e de seus cooperados.

Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social.

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 27/03/2023.

**2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**

**a) Mudanças em vigor**

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir do exercício de 2022.

**Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020:** a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

**Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020:** a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

**Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020:** a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

I) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

II) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

**Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

**Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021:** a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

I) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

II) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

III) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 41.

**Consolidação do Cosif:** no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

**Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022:** a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

**b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

**Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

**Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022:** dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

**Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

**Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes

SICOOBCREDICOM
Bons resultados o tempo todo.

# SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.
Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.
**Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022**: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.
Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

**2.2 Continuidade dos Negócios**
A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.
O SICOOB CREDICOM contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.
Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**
**a) Apuração do Resultado**
Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.
As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.
Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.
De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.
**b) Estimativas Contábeis**
Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.
**c) Caixa e Equivalentes de Caixa**
Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.
**d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.
**e) Títulos e Valores Mobiliários**
A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.
**f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**
Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.
**g) Operações de Crédito**
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.
**h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**
Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.
As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.
**i) Depósitos em Garantia**
Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.
**j) Investimentos**
Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.
**k) Imobilizado de Uso**
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.
**l) Intangível**
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.
**m) Ativos Contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.
**n) Obrigações por Empréstimos e Repasses**
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.
**o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**
Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".
**p) Outros Ativos**
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.
**q) Outros Passivos**
Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.
**r) Provisões**
São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
**s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**
São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.
**t) Obrigações Legais**
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.
**u) Tributos**
Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ (no exercício de 2022 a alíquota de CSLL no período de agosto a dezembro foi de 16%, conforme Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022). Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.
Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.
O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.
O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.
**v) Segregação em Circulante e Não Circulante**
No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).
**w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment***
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.
Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.
**x) Partes Relacionadas**
São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).
Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.
**y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**
Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.
**z) Instrumentos Financeiros**
O SICOOB CREDICOM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.
**aa) Eventos Subsequentes**
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

**4. Caixa e Equivalente de Caixa**
O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Caixa e depósitos bancários | 7.417 | 7.844 |
| Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) | 2.056.647 | 1.648.748 |
| **TOTAL** | **2.064.064** | **1.656.592** |

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Rendimentos da Centralização Financeira | 121.736 | 212.274 | 73.364 |

**5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Ligadas (a) | 203.343 | 6.668 | 642 | - |
| **TOTAL** | **203.343** | **6.668** | **642** | **-** |

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 100,00% e 101,00% do CDI.
Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

| Tipo | Até 90 | De 90 a 360 | Acima de 360 | Total |
|---|---|---|---|---|
| CDI-POS-CDICE - BANCOOB | - | 203.343 | 6.668 | 210.011 |
| **TOTAL** | **-** | **203.343** | **6.668** | **210.011** |

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 7.491 | 7.578 | 24 |

**6. Títulos e Valores Mobiliários**
a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Participação Em Cooperativa Central De Crédito | - | 67.696 | - | - |
| Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito | - | 14.038 | - | - |
| Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa. Central De Crédito | - | 27 | - | - |
| Outras Participações | - | 3.464 | - | - |
| **TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS (a)** | **-** | **85.225** | **-** | **-** |
| **TOTAL** | **-** | **85.225** | **-** | **-** |

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.
b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Títulos de Renda Fixa | - | - | 325.064 | - |
| Cotas de Fundos de Investimento | - | - | 2 | - |
| Títulos dados em Garantia - Outros | - | - | 8 | - |
| **TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** | **-** | **-** | **325.074** | **-** |
| **TOTAL** | **-** | **-** | **325.074** | **-** |

**7. Operações de Crédito**
a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

| Descrição | 31/12/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 820.438 | 1.772.642 | **2.593.080** | 613.305 | 1.445.785 | **2.059.090** |
| Financiamentos | 41.269 | 58.681 | **99.950** | 36.584 | 46.517 | **83.101** |
| Financiamentos Rurais | 348.022 | 115.898 | **463.920** | 131.550 | 78.323 | **209.873** |
| **Total de Operações de Crédito** | **1.209.729** | **1.947.221** | **3.156.950** | **781.439** | **1.570.625** | **2.352.064** |
| (-) Provisões para Operações de Crédito | (44.522) | (60.189) | **(104.710)** | (25.132) | (37.458) | **(62.590)** |
| **TOTAL** | **1.165.207** | **1.887.033** | **3.052.240** | **756.307** | **1.533.167** | **2.289.474** |

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | | | Empréstimo / TD | Financiamentos | Financiamentos Rurais | Total em 31/12/2022 | Provisões 31/12/2022 | Total em 31/12/2021 | Provisões 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AA | - | Normal | 2.030 | - | - | 2.030 | - | 1.775 | - |
| A | 0,5% | Normal | 760.880 | 35.465 | 274.273 | 1.070.618 | (5.353) | 1.058.674 | (5.293) |
| B | 1% | Normal | 637.381 | 22.611 | 109.744 | 769.736 | (7.697) | 519.879 | (5.199) |
| B | 1% | Vencidas | 743 | 127 | - | 870 | (9) | 1.427 | (14) |
| C | 3% | Normal | 993.556 | 34.609 | 77.190 | 1.105.354 | (33.161) | 641.584 | (19.248) |
| C | 3% | Vencidas | 4.141 | 33 | - | 4.174 | (125) | 11.385 | (342) |
| D | 10% | Normal | 127.464 | 4.050 | 1.542 | 133.056 | (13.306) | 74.762 | (7.476) |
| D | 10% | Vencidas | 8.099 | 473 | - | 8.571 | (857) | 2.989 | (299) |
| E | 30% | Normal | 12.069 | 546 | - | 12.615 | (3.785) | 11.096 | (3.329) |
| E | 30% | Vencidas | 3.573 | 15 | - | 3.588 | (1.077) | 3.294 | (988) |
| F | 50% | Normal | 4.491 | 300 | - | 4.791 | (2.395) | 1.573 | (787) |
| F | 50% | Vencidas | 4.029 | 255 | - | 4.284 | (2.142) | 5.029 | (2.515) |
| G | 70% | Normal | 2.092 | 326 | - | 2.418 | (1.692) | 2.045 | (1.432) |
| G | 70% | Vencidas | 5.720 | 49 | - | 5.769 | (4.038) | 2.941 | (2.059) |
| H | 100% | Normal | 11.266 | 105 | 771 | 12.142 | (12.142) | 5.358 | (5.358) |
| H | 100% | Vencidas | 15.546 | 986 | 400 | 16.932 | (16.932) | 8.253 | (8.253) |
| **Total Normal** | | | **2.551.229** | **98.011** | **463.520** | **3.112.760** | **(79.531)** | **2.316.746** | **(48.120)** |
| **Total Vencidos** | | | **41.851** | **1.939** | **400** | **44.190** | **(25.180)** | **35.318** | **(14.469)** |
| **Total Geral** | | | **2.593.080** | **99.950** | **463.920** | **3.156.950** | **(104.710)** | **2.352.064** | **(62.590)** |
| **Provisões** | | | **(94.906)** | **(3.695)** | **(6.109)** | **(104.710)** | | **(62.590)** | |
| **Total Líquido** | | | **2.498.175** | **96.255** | **457.810** | **3.052.240** | | **2.289.474** | |

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

| Tipo | Até 90 | De 91 a 360 | Acima de 360 | Total |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e Títulos Descontados | 247.142 | 573.296 | 1.772.642 | **2.593.080** |
| Financiamentos | 11.593 | 29.676 | 58.681 | **99.950** |
| Financiamentos Rurais | 44.073 | 303.948 | 115.898 | **463.920** |
| **TOTAL** | **302.808** | **906.920** | **1.947.221** | **3.156.950** |

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

| Descrição | Empréstimos/TD | Financiamento | Financiamento Rurais | 31/12/2022 | % da Carteira |
|---|---|---|---|---|---|
| Setor Privado - Comércio | 118.763 | 434 | 86.735 | 205.932 | **6,52%** |
| Setor Privado - Indústria | 48.126 | - | 20.038 | 68.165 | **2,16%** |
| Setor Privado - Serviços | 1.908.879 | 37.396 | 33.833 | 1.980.108 | **62,72%** |
| Pessoa Física | 337.894 | 61.994 | 190.025 | 589.913 | **18,69%** |
| Outros | 179.418 | 126 | 133.288 | 312.832 | **9,91%** |
| **TOTAL** | **2.593.080** | **99.950** | **463.920** | **3.156.950** | **100,00%** |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | 62.590 | 45.421 |
| Constituições/ Reversões no período | 56.456 | 27.873 |
| Transferência para prejuízo no período | (14.336) | (10.704) |
| **Saldo Final** | **104.710** | **62.590** |

f) Concentração dos principais devedores:

| Descrição | 31/12/2022 | % Carteira Total | 31/12/2021 | % Carteira Total |
|---|---|---|---|---|
| Maior Devedor | 131.352 | 4,16% | 103.874 | 4,42% |
| 10 Maiores Devedores | 718.433 | 22,73% | 527.634 | 22,43% |
| 50 Maiores Devedores | 1.692.690 | 53,55% | 1.264.544 | 53,76% |

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **48.165** | **35.360** |
| Implantação de saldo por incorporação | - | 5.053 |
| Valor das operações recuperadas no período | (3.932) | (3.857) |
| Valor das operações transferidas no período | 16.888 | 11.609 |
| **Saldo Final** | **61.121** | **48.165** |

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

**8. Outros Ativos Financeiros**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Créditos por Avais e Fianças Honrados (a) | 5.965 | - | 1.462 | - |
| Rendas a Receber (b) | 24.916 | - | 15.488 | - |
| Títulos e Créditos a Receber (c) | 782 | - | 618 | - |
| Devedores por Depósitos em Garantia (d) | - | 14.779 | 18 | 13.920 |
| **TOTAL** | **31.663** | **14.779** | **17.587** | **13.920** |

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
(b) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas a receber de serviços prestados aos cooperados pelo recebimento de Convênios diversos no valor de R$ 2.213 mil; o rendimento mensal sobre o saldo médio mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE em Dez/2022 no valor R$ 22.584 mil e Outras Rendas a receber no valor de R$ 119 mil.
(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas no valor de R$ 782 mil;
(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais no valor de R$ 14.779 mil estão registrados os depósitos judiciais para PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/ Trabalhista e processos fiscais na Receita Federal.
Os Depósitos Judiciais relativos aos processos trabalhistas montam o valor de R$ 27 mil. Os depósitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Fiscais montam o valor de R$ 12.956 mil, são atualizados mensalmente pela SELIC, em atendimento ao disposto no § do artigo 32º da Lei nº 6.830 de 22.09.1980. Considera-se, também, para a referida atualização, o que prevê na redação dada pela Medida Provisória 449/2008. Em contrapartida a cooperativa possui passivo constituído para suportar o montante acima.
Através da Lei nº 11.051, de 30 de dezembro de 2004, em seu artigo 30, as Cooperativas de Crédito ficaram dispensadas do recolhimento do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos. Desta forma a Cooperativa, a partir da competência dezembro de 2004, deixou de depositar judicialmente o valor da contribuição do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos, passando a recolher junto à Secretaria da Receita Federal as contribuições para o PIS e a COFINS apenas sobre os atos não cooperativos.
O SICOOB CREDICOM questiona judicialmente a legalidade destas contribuições, anteriores a dezembro de 2004, desta forma a mesma possui passivo constituído de PIS e COFINS, em 31/12/2022, no montante de R$ 12.864 mil, tendo por garantia depósitos judiciais que totalizam o mesmo valor.
Além disso, questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL no valor de R$ 92 mil, oriundo do processo de incorporação do Sebraecoop, e que também são atualizados mensalmente pela correção da taxa referencial – Selic.
A cooperativa possui também um processo judicial junto à Receita Federal no valor de R$ 139 mil oriundo da incorporada Unicred BH. Ressaltamos que a cooperativa possui um passivo constituído no mesmo valor, tanto para o processo do IRPJ/CSLL do Sebraecoop (R$ 92 mil), quanto para os processos junto à Receita Federal que montam o total de R$ 231 mil.
Em março/2017 a cooperativa passou a recolher o PIS sobre a Folha de salários por meio de Depósito Judicial, com fundamento no art. 2º, § 1º da Lei 9.715/1998. Em 31/12/2022 os valores recolhidos montam R$ 1.656 mil, possuindo passivo constituído no mesmo valor.

**8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros**
A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisões para Avais e Fianças Honrados | (4.837) | - | (1.076) | - |
| **TOTAL** | **(4.837)** | **-** | **(1.076)** | **-** |

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | | | Avais e Fianças Honrados | Total em 31/12/2022 | Provisões 31/12/2022 | Total em 31/12/2021 | Provisões 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| E | 30% | Vencidas | 879 | 879 | (264) | 353 | (106) |
| F | 50% | Vencidas | 714 | 714 | (357) | 182 | (91) |
| G | 70% | Vencidas | 520 | 520 | (364) | 161 | (113) |
| H | 100% | Vencidas | 3.852 | 3.852 | (3.852) | 767 | (767) |
| **Total Vencidos** | | | **5.965** | **5.965** | **(4.837)** | **1.462** | **(1.076)** |
| **Total Geral** | | | **5.965** | **5.965** | **(4.837)** | **1.462** | **(1.076)** |
| **Provisões** | | | **(4.837)** | **(4.837)** | | **(1.076)** | |
| **Total Líquido** | | | **1.128** | **1.128** | | **386** | |

**9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Impostos e Contribuições a Compensar | 91 | 3.327 | 91 | 2.771 |
| **TOTAL** | **91** | **3.327** | **91** | **2.771** |

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: registrado IRPJ sobre Atos Não Cooperativos a compensar no valor de R$ 2.220 mil e CSLL sobre Atos Não Cooperativos a compensar no valor de R$ 1.108 mil.

**10. Outros Ativos**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Adiantamentos e Antecipações Salariais | 201 | - | 155 | - |
| Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta | 16 | - | 25 | - |
| Adiantamentos por Conta de Imobilizações | - | - | 2 | - |
| Devedores Diversos – País (a) | 812 | - | 178 | - |
| Material em Estoque | 4 | - | - | - |
| Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b) | - | 390 | - | 606 |
| (-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c) | - | (72) | - | - |
| Despesas Antecipadas (d) | 1.924 | 1.812 | 1.189 | 115 |
| **TOTAL** | **2.958** | **2.130** | **1.547** | **721** |

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ 82 mil); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R$ 357 mil); e outros (R$ 373mil);
(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".
(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

**11. Investimentos**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Participação em Cooperativa Central De Crédito | - | 52.327 |
| Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito | - | 11.528 |
| Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito | - | 27 |
| Outras Participações | - | 2.065 |
| **TOTAL** | **-** | **65.948** |

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

**12. Imobilizado de Uso**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

| Descrição | Taxa Depreciação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Imobilizado em Curso (a) | | 4.614 | 638 |
| Terrenos | | 264 | 407 |
| Edificações | 4% | 716 | 2.420 |
| Instalações | 10% a 50% | 11.150 | 11.288 |
| Móveis e equipamentos de Uso | 10% | 4.977 | 4.976 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 9.010 | 7.710 |
| Sistema de Segurança | 10% | 629 | 639 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | | 2.259 | 3.053 |
| **Total de Imobilizado de Uso** | | **33.619** | **31.132** |
| (-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações | | (621) | (1.325) |
| (-) Depreciação Acumulada de Instalações | | (8.933) | (7.318) |
| (-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso | | (9.958) | (9.018) |
| (-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | | (1.037) | (1.483) |
| **Total de Depreciação de Imobilizado de Uso** | | **(20.548)** | **(19.144)** |
| **TOTAL** | | **13.070** | **11.988** |

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

**13. Intangível**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Sistemas De Processamento De Dados | 3.370 | 3.436 |
| Sistemas De Comunicação E De Segurança | 493 | 476 |
| Licenças E Direitos Autorais E De Uso | 1.384 | 1.384 |
| **Intangível** | **5.247** | **5.296** |
| (-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis | (4.656) | (4.545) |
| **Total de Amortização de ativos Intangíveis** | **(4.656)** | **(4.545)** |
| **TOTAL** | **591** | **751** |

**14. Depósitos**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Depósito à Vista (a) | 653.870 | - | 724.470 | - |
| Depósito Sob Aviso (b) | 30.370 | - | 29.101 | - |
| Depósito a Prazo (c) | 2.691.321 | 88.773 | 2.521.740 | 26.025 |
| **TOTAL** | **3.375.561** | **88.773** | **3.275.312** | **26.025** |

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.
Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".
c) Concentração dos principais depositantes:

| Descrição | 31/12/2022 | % Carteira Total | 31/12/2021 | % Carteira Total |
|---|---|---|---|---|
| Maior Depositante | 137.140 | 3,00% | 94.436 | 3,00% |
| 10 Maiores Depositantes | 593.158 | 14,00% | 496.706 | 14,00% |
| 50 Maiores Depositantes | 1.147.659 | 27,00% | 925.958 | 26,00% |

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.
d) Despesas com operações de captação de mercado:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Despesas de Depósitos de Aviso Prévio | (1.898) | (3.424) | (1.255) |
| Despesas de Depósitos a Prazo | (156.541) | (286.594) | (101.451) |
| Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio | (19.503) | (29.797) | (5.541) |
| Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário | (24.073) | (34.868) | (3.060) |
| Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos | (2.909) | (5.609) | (4.856) |
| **TOTAL** | **(204.924)** | **(360.292)** | **(116.164)** |

**15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**
Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI | 418.954 | - | 118.462 | - |
| Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA | 390.861 | 35.585 | 155.952 | 17.594 |
| **TOTAL** | **809.815** | **35.585** | **274.414** | **17.594** |

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14 d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

**16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses**
São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:
a) Repasses Interfinanceiros:

| Instituições | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Recursos do Banco Sicoob | 298.320 | 30.588 | 76.448 | 33.898 |
| (-) Despesas a Apropriar Bancoob | (20.371) | (3.410) | (4.791) | (2.548) |
| **TOTAL** | **277.949** | **27.178** | **71.657** | **31.351** |

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob em 2022 correspondem a taxas de 8% a 12% ao ano, conforme estabelecido pelo Plano Safra, sendo a taxa de até 8% a.a. para Médios Produtores e de até 12% a.a. para Grandes Produtores. Os vencimentos são até dezembro de 2024. Estas operações possuem concentração de vencimentos no curto prazo, sendo o prazo máximo de 24 meses.
b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob | (9.558) | (13.053) | (1.410) |
| **TOTAL** | **(9.558)** | **(13.053)** | **(1.410)** |

**17. Outros Passivos Financeiros**
Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Recursos em Trânsito de Terceiros (a) | 6.725 | - | 5.031 | - |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 354 | - | 152 | - |
| Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b) | 2.635 | - | 1.135 | - |
| **TOTAL** | **9.713** | **-** | **6.318** | **-** |

(a) Referem-se a convênios recebidos dos cooperados e repassados posteriormente às empresas conveniadas (Liberty Seguros, Mapfre etc.) e à cheques administrativos emitidos pela cooperativa a pedido dos cooperados e ordens de pagamento de proventos a não cooperados pendentes de pagamento.
(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 2.557 mil), e Operações com Títulos e Valores Mobiliários (R$ 78 mil).

**18. Instrumentos Financeiros**
O **SICOOB CREDICOM** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2022** e **2021**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**19. Provisões**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a) | 5.626 | 241 | 4.097 | 64 |
| Provisão Para Contingências (b) | - | 15.968 | - | 14.460 |
| **TOTAL** | **5.626** | **16.209** | **4.097** | **14.523** |

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Coobrigações Prestadas | 279.820 | 232.608 |
| **TOTAL** | **279.820** | **232.608** |

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais
Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.
Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Provisão para Demandas Judiciais | Depósitos Judiciais | Provisão para Demandas Judiciais | Depósitos Judiciais |
| PIS (a) | 2.254 | 2.254 | 2.168 | 2.168 |
| PIS FOLHA | 1.656 | 1.656 | 1.169 | 1.169 |
| COFINS (a) | 10.610 | 10.610 | 10.206 | 10.206 |
| Trabalhistas | 922 | 27 | 394 | 27 |
| Outras Contingências (b) | 526 | 231 | 524 | 369 |
| **TOTAL** | **15.968** | **14.779** | **14.460** | **13.938** |

a) Do montante acima de R$ 15.968 mil aproximadamente 81% (R$ 12.864 mil) equivale à provisão para PIS e COFINS, decorrente de ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes dos atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme já detalhado anteriormente, inclusive com contrapartida de depósitos em juízo, contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia, conforme citado na **Nota nº 8 item d**.
b) O valor citado em "Outras Contingências" (R$ 526 mil) refere-se: PERDCOMP (R$ 140 mil) oriundo da incorporada Unicred BH; questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL oriundo do processo de incorporação do Sebraecoop (R$ 92 mil); Bloqueios judiciais da incorporada Credmed (9 mil) e Provisão para perda provável de processo de natureza Civil (R$ 285 mil).
Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICOM, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando 32 (Trinta e dois) processos no montante de R$ R$ 431 mil.
O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

**20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros | 178 | - | 141 | - |
| Impostos e Contribuições sobre Salários | 2.358 | - | 1.972 | - |
| Outros | 4.452 | - | 1.131 | - |
| **TOTAL** | **6.988** | **-** | **3.244** | **-** |

**21. Outros Passivos**
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

| Transações | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Sociais e Estatutárias (a) | 33.412 | - | 26.209 | - |
| Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b) | 3.742 | - | 4.188 | - |
| Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c) | 13.556 | - | 12.378 | - |
| Credores Diversos – País (d) | 2.547 | - | 3.304 | - |
| **TOTAL** | **53.257** | **-** | **46.079** | **-** |

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

| Descrição | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão para Participações nas Sobras (a.1) | 4.000 | - | 3.800 | - |
| Cotas de Capital a Pagar (a.2) | 11.996 | - | 9.395 | - |
| FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3) | 17.417 | - | 13.014 | - |
| **TOTAL** | **33.412** | **-** | **26.209** | **-** |

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

# SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas e Encargos de Pessoal (R$ 5.956 mil) e Provisão de Despesas Administrativas (R$ 7.600 mil);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R$ 728 mil), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R$ 60 mil), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 92 mil); Fundo Garantidor de Depósito (R$ 539 mil) e outros (R$ 1.127 mil).

**22. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O capital social integralizado, pertencente integralmente aos cooperados, está representado, em 31/12/2022, por 141.463.200 cotas de R$ 3,75 cada uma, totalizando R$ 530.487 mil (em 31/12/2021, por 109.743.200 cotas de R$ 3,75 cada uma, totalizando R$ 411.537 mil). De acordo com o Estatuto Social do SICOOB CREDICOM, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Capital Social (R$ mil) | 530.487 | 411.537 |
| Associados | 79.982 | 70.049 |

**b) Fundo de Reserva**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. O saldo da Reserva Legal em 31/12/2022 é de R$ 84.173 mil.

**c) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

- 5,17% para Fundo de Reserva, no valor de R$ 7.000;
- 37,97% para Conta Capital, no valor de R$ 51.352;
- 56,49% para Fundo de Reserva para Expansão, no valor de R$ 76.400;
- 0,37% para o Instituto Sicoob Credicom, no valor de R$ 500.

**d) Destinações Estatutárias e Legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Sobra líquida do exercício** | 90.547 | 75.182 |
| (-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES | (5.066) | (830) |
| (+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários | - | - |
| (-) Absorção Estatutária | - | - |
| **Sobra líquida, base de cálculo das destinações** | **85.481** | **74.352** |
| (-) Destinação para o Fundo de Reserva – 10% | (8.548) | (7.435) |
| (-) Destinação para o FATES - atos cooperativos – 5% | (4.274) | (3.718) |
| (-) Destinação para Outras Reservas | - | - |
| (+) Reversão de Reservas de Expansão | 76.400 | 67.400 |
| (+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários | 4.938 | 4.653 |
| **Sobra à disposição da Assembleia Geral** | **153.997** | **135.252** |

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

**e) Juros ao Capital Próprio**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R$ 55.331**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

**23. Resultado de Atos Não Cooperativos**

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| (+) Sobra/Perda líquida do exercício | 90.708 | 75.194 |
| (-) Resultado de Atos com associados | (75.190) | (66.478) |
| (-) Ajustes de Resultados com não associados | (161) | (12) |
| (-) Outras deduções (Conforme Resolução do Sicoob 129/16 e Res. 145/16) | (10.291) | (7.874) |
| **(=) Resultado de Atos Não Cooperativos** | **5.066** | **830** |

**24. Receitas de Operações de Crédito**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes | 172 | 299 | 171 |
| Rendas de Empréstimos | 213.570 | 382.693 | 196.527 |
| Rendas de Direitos Creditórios Descontados | 1.412 | 2.314 | 1.440 |
| Rendas de Financiamentos | 7.131 | 12.406 | 8.620 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres | 2.149 | 2.633 | 5.073 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista | 7.939 | 10.837 | 1.011 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural | 943 | 1.106 | 121 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA | 6.177 | 11.682 | 1.810 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas | 287 | 570 | 298 |
| Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados | - | 5 | - |
| Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo | 2.649 | 5.071 | 4.088 |
| **TOTAL** | **242.429** | **429.618** | **219.160** |

**25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Despesas De Captação | (204.924) | (360.292) | (116.164) |
| Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses | (9.558) | (13.053) | (1.410) |
| Reversões de Provisões para Operações de Crédito | 24.773 | 42.216 | 39.570 |
| Reversões de Provisões para Outros Créditos | 300 | 475 | 255 |
| Provisões para Operações de Crédito | (54.939) | (98.673) | (62.981) |
| Provisões para Outros Créditos | (4.017) | (6.788) | (1.550) |
| **TOTAL** | **(248.366)** | **(436.114)** | **(142.280)** |

**26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Rendas de Cobrança | 3.927 | 7.873 | 7.558 |
| Rendas de Serviços de Custódia | - | - | - |
| Rendas de Garantias Prestadas | 3 | 13 | 10 |
| Rendas de Convênios | 423 | 889 | 897 |
| Rendas de Comissão | 4.080 | 8.124 | 5.113 |
| Rendas de Cartões | 5.399 | 10.101 | 9.628 |
| Rendas de Outros Serviços | 2.392 | 3.319 | 6.069 |
| **TOTAL** | **16.224** | **30.318** | **29.276** |

**27. Rendas de Tarifas**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Rendas de Pacotes de Serviços - PF | 1.281 | 2.473 | 2.212 |
| Rendas de Serviços Prioritários - PF | 645 | 1.230 | 1.224 |
| Rendas de Serviços Diferenciados - PF | 56 | 106 | 199 |
| Rendas de Tarifas Bancárias - PJ | 3.168 | 6.177 | 5.939 |
| **TOTAL** | **5.151** | **9.986** | **9.573** |

**28. Dispêndios e Despesas de Pessoal**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Despesas de Honorários - Conselho Fiscal | (392) | (783) | (601) |
| Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (1.061) | (2.040) | (2.094) |
| Despesas de Pessoal - Benefícios | (5.707) | (11.074) | (9.459) |
| Despesas de Pessoal - Encargos Sociais | (6.165) | (11.860) | (9.783) |
| Despesas de Pessoal - Proventos | (20.047) | (37.830) | (31.185) |
| Despesas de Pessoal - Treinamento | (100) | (168) | (114) |
| Despesas de Remuneração de Estagiários | (3) | (14) | (17) |
| **TOTAL** | **(33.476)** | **(63.768)** | **(53.254)** |

**29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Despesas de Água, Energia e Gás | (385) | (898) | (866) |
| Despesas de Aluguéis | (3.958) | (7.665) | (6.843) |
| Despesas de Comunicações | (2.069) | (4.070) | (3.500) |
| Despesas de Manutenção e Conservação de Bens | (488) | (896) | (735) |
| Despesas de Material | (163) | (347) | (457) |
| Despesas de Processamento de Dados | (2.282) | (4.567) | (4.627) |
| Despesas de Promoções e Relações Públicas | (1.689) | (2.239) | (1.798) |
| Despesas de Propaganda e Publicidade | (1.125) | (2.967) | (1.754) |
| Despesas de Publicações | - | (49) | (23) |
| Despesas de Seguros | (207) | (384) | (430) |
| Despesas de Serviços do Sistema Financeiro | (7.279) | (14.149) | (12.316) |
| Despesas de Serviços de Terceiros | (2.783) | (5.415) | (4.257) |
| Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança | (2.109) | (4.221) | (3.864) |
| Despesas de Serviços Técnicos Especializados | (1.194) | (2.974) | (2.082) |
| Despesas de Transporte | (637) | (1.164) | (1.127) |
| Despesas de Viagem no País | (777) | (1.190) | (723) |
| Despesas de Amortização | (179) | (292) | (210) |
| Despesas de Depreciação | (1.813) | (3.790) | (3.780) |
| Outras Despesas Administrativas | (2.351) | (4.231) | (3.819) |
| **TOTAL** | **(31.490)** | **(61.508)** | **(53.213)** |

**30. Dispêndios e Despesas Tributárias**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Despesas Tributárias | (282) | (581) | (577) |
| Desp. Impostos s/ Serviços - ISS | (443) | (786) | (623) |
| Despesas de Contribuição ao COFINS | (431) | (786) | (690) |
| Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP | (236) | (448) | (376) |
| **TOTAL** | **(1.392)** | **(2.601)** | **(2.266)** |

**31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 124 | 377 | 855 |
| Dividendos | - | 1.146 | 251 |
| Distribuição de sobras da central | - | 15 | 288 |
| Atualização depósitos judiciais | 363 | 659 | 234 |
| Rendas de Repasses Interfinanceiros | 130 | 187 | 99 |
| Outras rendas operacionais | 295 | 1.045 | 786 |
| Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência | 7.792 | 14.463 | 11.593 |
| **TOTAL** | **8.705** | **17.891** | **14.104** |

**32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações | (165) | (169) | (64) |
| Outras Despesas Operacionais | (2.740) | (4.182) | (2.276) |
| Desconto/Cancelamento de Tarifas | (672) | (1.245) | (1.088) |
| Outras Contribuições Diversas | - | - | (7) |
| Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas | (210) | (879) | (498) |
| Perdas - Fraudes Externas | (349) | (349) | (245) |
| Perdas - Falhas de Gerenciamento | (1) | (1) | (2) |
| Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social | (394) | (1.044) | (895) |
| **TOTAL** | **(4.530)** | **(7.869)** | **(5.075)** |

**33. Despesas com Provisões**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Provisões/Reversões para Contingências** | **20** | **20** | **56** |
| Reversões de Provisões para Contingências | 20 | 20 | 56 |
| **Provisões/Reversões para Garantias Prestadas** | **(686)** | **(1.706)** | **(1.528)** |
| Provisões para Garantias Prestadas | (4.019) | (7.604) | (4.842) |
| Reversões de Provisões para Garantias Prestadas | 3.333 | 5.899 | 3.314 |
| **TOTAL** | **(666)** | **(1.686)** | **(1.472)** |

**34. Outras Receitas e Despesas**

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda | 1.736 | 1.736 | 11 |
| Ganhos de Capital | 27 | 31 | 55 |
| (-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda | (14) | (17) | (121) |
| (-) Perdas de Capital | (12) | (15) | (66) |
| (-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda | (72) | (131) | - |
| **TOTAL** | **1.665** | **1.604** | **(121)** |

**35. Resultado Não Recorrente**

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**36. Partes Relacionadas**

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

**36.1 Pessoal Chave da Administração**

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

| Montante das Operações Ativas | Valores | % em Relação à Carteira Total | Provisão de Risco |
|---|---|---|---|
| P.R. – Vínculo de Grupo Econômico | 225 | 0,0079% | 3 |
| P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico | 393 | 0,0137% | 2 |
| **TOTAL** | **620** | **0,0216%** | **5** |
| **Montante das Operações Passivas** | **245.537** | **5,1497%** | - |

**PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022**

| | |
|---|---|
| Empréstimos e Financiamentos | 0,0229% |
| Títulos Descontados e Cheques Descontados | 0,0045% |
| Aplicações Financeiras | 5,1497% |

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

| Natureza da Operação de Crédito | Valor da Operação de Crédito | PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) | % da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total |
|---|---|---|---|
| Cheque Especial | 3 | - | 0,0136% |
| Conta Garantida | 1 | - | 0,0041% |
| Empréstimos | 8.009 | 48 | 0,3170% |
| Financiamentos | 50 | 1 | 0,0492% |
| Direitos Creditórios Descontados | 26 | - | 0,1844% |

| Natureza dos Depósitos | Valor do Depósito | % em Relação a Carteira Total | Taxa Média - % |
|---|---|---|---|
| Depósitos a Vista | 6.887 | 1,0593% | 0% |
| Depósitos a Prazo | 48.653 | 1,7311% | 1,1395% |
| Letra de Crédito Agronegócio - LCA | 1.931 | 0,4527% | 1,0311% |
| Letra de Crédito Imobiliário - LCI | 4.137 | 0,9876% | 1,0430% |

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

| Natureza das Operações Ativas e Passivas | Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m. | Prazo médio (a.m) |
|---|---|---|
| Direitos Creditórios Descontados | 1,7300% | - |
| Empréstimos | 1,7697% | - |
| Financiamentos | 0,7500% | - |
| Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI) | 94,5909% | - |
| Letra de Crédito Agronegócio - LCA | 1,0626% | - |
| Letra de Crédito Imobiliário - LCI | 1,0441% | - |

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

| Natureza da Operação de Crédito | Garantias Prestadas |
|---|---|
| Cheque Especial | 6 |
| Empréstimos | 124.957 |
| Financiamentos | 5.513 |

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

| Submodalidade Bacen | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Beneficiários de Gar. Prestadas para Operações Com Outras Pessoas | - | 20.504 |
| Beneficiários de Outras Coobrigações | 939 | 663 |

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| INSS Diretoria/Conselheiros | (291) | (625) | (539) |
| Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (1.061) | (2.040) | (2.094) |

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

| 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|
| 3.614 | - |

**36.2 Cooperativa Central**

A SICOOB CREDICOM, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICOM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira | 2.056.647 | 1.648.748 |
| Ativo - Investimentos | - | 52.327 |
| Ativo – Participação em Cooperativa Central (nota 6) | 67.696 | - |
| **Total das Operações Ativas** | **2.124.343** | **1.701.075** |

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos | 121.736 | 212.274 | 73.364 |
| **Total das Receitas** | **121.736** | **212.274** | **73.364** |
| Rateio de Despesas da Central | - | - | (153) |
| **Total das Despesas** | - | - | **(153)** |

**37. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Patrimônio de referência (PR) | 718.671 | 575.867 |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 3.361.708 | 2.829.150 |
| Índice de Basiléia (mínimo 12%) (a)% | 21,38 | 20,35 |
| Imobilizado para cálculo do limite | 13.070 | 14.080 |
| Índice de imobilização (limite 50%) % | 1,82 | 2,45 |

(a) Em 31/12/2021 o índice mínimo era de 11% em razão da redação dada pela Resolução CMN 4.813/2020, e em 31/12/2022 voltou a ser de 12%.

**38. Benefícios a Empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). O plano é administrado pela Unimed Seguradora S/A e as contribuições da cooperativa são limitadas a 3% (três por cento) do salário base dos funcionários.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

| Descrição | 2º sem/22 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Contribuição Previdência Privada | (412) | (699) | (555) |
| **TOTAL** | **(412)** | **(699)** | **(555)** |

**39. Gerenciamento de Risco**

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

**39.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

**39.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

**39.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico ("EVE"): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
b) resultado de intermediação financeira ("NII"): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
b) os limites máximos do risco de mercado;
c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

**39.4 Risco de Liquidez**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez;
a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cenários de estresse;
a.4) definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

**39.5 Riscos Social, Ambiental e Climático**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

**39.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

**39.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

**40. Seguros Contratados – Não Auditado**

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**41. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021**

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

**a) Resumo do Plano de Implementação**

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

**Fase 1 - Avaliação (2022):** Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

**Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

**Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

**Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

**Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

**Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da norma.

BELO HORIZONTE-MG, 27 de março de 2023.

Dr. João Augusto Oliveira Fernandes
Presidente do Conselho de Administração
Dr. Antônio Carlos Cioffi
Vice-presidente do Conselho de Administração
Dr. Fábio Botelho de Carvalho
Diretor Administrativo
Dr. Orestes Miraglia Júnior
Diretor Comercial
Dr. Múcio Pereira Diniz
Diretor Financeiro
Dr. Paulo César Gomes Guerra
Diretor de Expansão
Denilson da Costa Porto
Contador – CRCMG nº 66.917 - CPF: 028.463.956-75

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda, CNPJ: 42898825
Belo Horizonte - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICOM em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 24 de março de 2023.

CNAC
Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do **SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.**, reunidos extraordinariamente para analisar o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras Acumuladas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e para emitir o seu parecer sobre estas demonstrações, declaram, para os devidos fins legais e estatutários, que examinaram, conferiram as contas, inspecionaram os documentos atinentes, constatando estar tudo devidamente correto e em ordem. Assim, e considerando também o parecer sem ressalvas emitido pela Auditoria da CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa se pronunciam de forma unânime, favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício 2022.

Belo Horizonte, 29 de março de 2023.

DRA. CLÁUDIA TEIXEIRA DA COSTA LODI
DRA. DINALVA APARECIDA MENDES
DR. GIOVANNI BOSCO TEIXEIRA LAGES
DR. LAURO PINHEIRO FERREIRA DE ARAUJO
DRA. MARIA MERCEDES ZUCHERATTO CASTRO
DR. SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA JÚNIOR

# O plano Lula-Haddad

Plano exige alta de impostos e pode conter crise sob Lula 3, mas é flexível demais

**Vinicius Torres Freire**

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

*A pré-estreia do plano fiscal Lula-Haddad teve um relativo sucesso de público. Mais difícil é saber do sucesso de crítica ou fazer uma análise.*

*Não passaram o filme inteiro ou faltam pedaços na sinopse. Imaginem aí um filme em que o vilão é um Arnold Schwarzenegger, que tenta acabar com a vida da Margot Robbie. Não é preciso dar "spoiler", mas fica estranho se o Schwarzenegger não aparece pelo menos no trailer. A falta de detalhes do plano é exasperante, para ser ameno.*

*Ainda não dá para saber se o novo limitador de despesas, o "arcabouço fiscal" relaxado, faz sentido a curto prazo (até fins de Lula 3). Pode haver problemas ruins mais adiante. Vai exigir muito aumento de impostos pelo menos até 2025, por aí —esse é o Schwarzenegger.*

*Isto posto, o primeiro impacto do plano Lula-Haddad é positivo. Permite ao menos projetar o que Lula 3 em tese pretende fazer de despesa e dívida. Mesmo com imprecisões ou flexibilidades excessivas, é melhor do que não haver previsibilidade alguma a não ser a de que a dívida passaria fácil de 90% do PIB.*

*Quanto ao plano propriamente dito, faltam dados para saber como vai fazer sentido, mesmo durante Lula 3. Isto é, dadas as regras de aumento de despesa, as metas de resultado primário (receita menos despesa) e algumas projeções mais ou menos realistas (otimistas) para a economia, será preciso que o aumento de arrecadação seja maior do que o crescimento do PIB.*

*O ajuste proposto (transformação de déficit em superávit) é muito agressivo nos primeiros anos.*

*O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse logo nesta quinta-feira (30) que vai dar um jeito de arrumar uns R$ 100 bilhões ou R$ 150 bilhões extras (algo de 1% a 1,5% do PIB, em dinheiro de hoje). Se arrumar, parece possível chegar ao superávit primário projetado pelo governo, dadas algumas projeções adicionais não muito doidas. Isto é, economia crescendo a 2% e demais receitas crescendo no ritmo do PIB.*

*Dados esse superávit primário de 1% do PIB e outras projeções, a dívida pública pouco ou nada cairá ao longo da próxima década (superávit: receita maior que despesa, desconsiderados gastos com juros).*

*O que é "projeção realista (otimista)"? Economia crescendo a 2,5% ao ano. Taxa de juro real média da dívida pública ("taxa implícita") de 3,5% (ora está em 4,9%).*

*É realista dizer que a receita vai crescer tanto quanto o PIB? Na média dos últimos 20 anos, deu mais ou menos isso. De um ano para outro, a variação é enorme.*

*É realista achar que a taxa real de juros será de 3,5% (esse é o custo de financiar a dívida pública)? Difícil, ainda mais se a relação dívida/PIB continuar em uns 76% do PIB por uma década.*

*Qual o problema de a dívida não cair? Um problema, por exemplo, é que, em caso de nova alta de juros, a dívida aumentará ainda mais. Isto é, a não ser que sobrevenha um esforço radical de corte de despesas ou aumento de receita, que é justamente o nosso problema de agora.*

*O plano Lula-Haddad tem uma inclinação para o aumento de gasto. Sim, a despesa só pode aumentar, por ano, o equivalente a 70% do aumento da receita anual. De resto, a despesa pode aumentar no máximo 2,5% ao ano. Isto é, mesmo que a receita aumente 3,6% ou mais, há um "teto" de variação de gasto. Mas, mesmo que a receita não cresça nada, a despesa pode aumentar em 0,6%.*

*Esses limites atenuam o caráter "pró-cíclico" da despesa, mas ainda permitem que tenhamos um efeito Dilma-Cabral: aumento excessivo de gasto em tempos bons, vários deles gastos permanentes, e algum aumento de gasto mesmo em anos ruins (sem aumento de receita). Esses aumentos excepcionais de receita ocorrem durante grandes altas de preços de commodities e crescimento mundial forte, por exemplo. Quando a maré baixa, ficamos pelados. Logo, é possível que tenhamos déficits ruins em anos ruins.*

*O resultado primário fica a critério do governo. Não há regra para fixá-lo no plano Lula-Haddad (ou não se viu tal regra). Um governo mais consciencioso pode vir a fazer o que é preciso (superávit) a fim de evitar aumentos perturbadores da dívida pública. Mas fica a seu critério. Hum.*

*De qualquer modo, pelo plano Lula-Haddad, o governo pode descumprir a meta de superávit que fixou e deixar o problema para o ano seguinte. Se assim for, a autorização para o aumento de despesa cai de 70% para 50% do aumento da receita. Mas ainda é uma norma solta demais.*

*Outro problema, mais sútil, é o que o "teto" de Lula, mesmo flexível, tem problemas similares ao do velho e falecido teto de Michel Temer. Algumas despesas vão crescer tanto ou mais do que o PIB (benefícios do INSS, previdenciários e assistenciais). Outras vão crescer no ritmo da receita: despesas obrigatórias em saúde e educação. Outras devem ficar estáveis em relação ao PIB (gastos com servidores).*

*Dado o limite de aumento de gastos de Lula-Haddad, ainda que flexível, haverá alguma compressão de despesas não obrigatórias, a não ser que se façam revisões profundas do gasto público.*

*Imagine-se agora que a despesa obrigatória cresceu e que a economia passa por um período fraco, assim como a arrecadação do governo; que o governo não cumpriu a meta de resultado primário do ano anterior; que a dívida pública ainda é grande. Vai fazer o quê? Cortes profundos de gastos, em geral de má qualidade, se feitos de hora para outra?*

*É um dos problemas que temos agora.*

*Enfim, o plano e o "arcabouço" Lula-Haddad dependem, pelo menos de início, de um aumento de impostos, seja aumento de alíquotas, seja criação de tributos, seja fim de isenções tributárias etc. Vai passar pelo Congresso? Isso não vai complicar a reforma tributária?*

*O governo ainda tem muito o que explicar.*

vinicius.torres@grupofolha.com.br

# Proposta parece ser pouco factível, avaliam economistas

Dependência de alta forte nas receitas dificulta cumprir metas, dizem analistas

**Thiago Bethônico e Douglas Gavras**

**SÃO PAULO** A nova regra fiscal está longe de ser uma unanimidade entre economistas.

Um ponto, no entanto, aproxima os especialistas: a avaliação de que o governo conta com aumento de arrecadação expressivo para equilibrar as contas no prazo almejado.

Nelson Marconi, professor da FGV-Eaesp e coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo na FGV, diz que a proposta dá uma sinalização importante para o mercado. "Agora, se ela é crível e se realmente vai ser apoiada pela sociedade, vai depender muito das outras medidas que o governo anunciar", afirma.

Em texto publicado na **Folha** em dezembro de 2022, Marconi e outros especialistas defenderam um novo regime fiscal no Brasil, dizendo que o teto de gastos em vigor era uma obra de ficção.

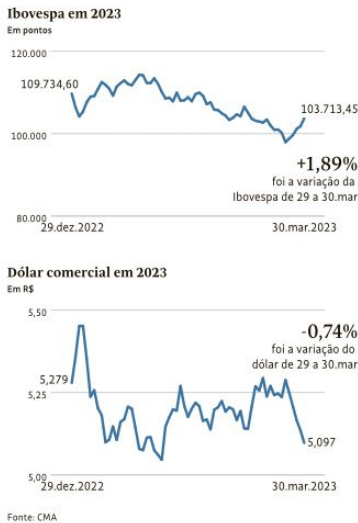
Segundo o economista, o desenho proposto é melhor e mais flexível, mas alguns pontos ainda precisam ser esclarecidos. O principal é como aumentar a arrecadação.

"Se pensarmos num cenário de inflação a 4%, para que a despesa cresça na mesma magnitude, a receita precisaria subir 5,7% acima da inflação. Então o que o governo está apostando no fundo é que vai [conseguir] aumentar a receita", diz.

Ele lembra que Lula e seus ministros têm prometido uma atenção maior em questões sociais. Por isso, embora as despesas com saúde e educação estejam fora do limite de gastos, há maior expectativa de desembolso para políticas públicas.

O problema, ele diz, é que a única forma de entregar as promessas, considerando o modelo apresentado, é cortando investimentos ou aumentando o caixa. Como é improvável que o governo adote o primeiro caminho, resta saber qual estratégia será usada para captar mais recursos.

**Reação do mercado às novas regras fiscais**

Fonte: CMA

Nesta quinta, Haddad disse que vai apresentar um pacote de medidas para elevar a arrecadação federal entre R$ 100 bilhões e R$ 150 bilhões por ano. A ideia é rever benefícios tributários e passar a cobrar impostos de setores que hoje não pagam, como o de apostas eletrônicas.

A regra fiscal foi pensada para que as despesas tenham um aumento real, mas em ritmo mais moderado do que o avanço das receitas —combinação considerada crucial para obter uma redução gradual do déficit e estabilizar a dívida pública.

A previsão do governo é que o déficit, projetado em 1% do PIB neste ano, seja zerado já em 2024. Em 2025, a estimativa indica superávit (arrecadação maior do que gastos) equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, 2026, o saldo positivo seria de 1% do PIB.

> “As primeiras simulações indicam que, com as regras de correção de despesa propostas, não se chega ao superávit primário que o governo sinalizou como desejável, e que já são baixos
>
> **Marcos Mendes**
> economista, pesquisador associado do Insper e colunista da **Folha**

Segundo Marconi, essas metas também só são factíveis se a arrecadação for consideravelmente crescente.

"Combinando o que o governo pretende fazer com o objetivo de superávit, a única forma de alcançar isso é através de crescimento de receita. A não ser que vá cortar recursos para saúde, educação, segurança e fiscalização. Aí chega no superávit", diz.

Para Felipe Salto, economista-chefe da corretora Warren Renascença e ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, a trajetória para redução do déficit apresentada é muito ambiciosa. "Isso dependeria de um volume de receita que hoje não existe", afirma.

O cenário que ele simula não bate com as projeções do governo. Com o controle de gastos proposto, a expectativa é chegar a um déficit menor do que está sendo projetado atualmente.

Nesse sentido, Salto diz que a regra é positiva, pois, ainda que não seja suficiente para atingir as metas, ela produzirá resultados melhores, o que ajuda a estabilizar a dívida antes do previsto. Segundo ele, o marco traz ganhos em relação às regras que o Brasil teve anteriormente.

O economista elogia a forma como os gastos serão controlados. De acordo com a proposta, mesmo que haja uma arrecadação extraordinária, as despesas só poderão avançar até um teto de 2,5% ao ano.

"Para mim, já estava claro que o modelo fiscal deste governo seria baseado mais em medidas pelo lado da receita. O lado positivo é que [a regra] não deixa de contemplar a limitação do gasto", afirma.

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da **Folha**, a avaliação inicial é que o marco fiscal não deve conseguir cumprir o que propõe.

"As primeiras simulações indicam que, com as regras de correção de despesa propostas, não se chega ao superávit primário que o governo sinalizou como desejável, e que já são baixos. Boa parte da apresentação foi para dizer que se os juros baixarem o problema estará resolvido", diz Mendes, um dos pais do teto de gastos.

## Bolsa sobe 1,89% e dólar fecha abaixo de R$ 5,10 após anúncio

**Renato Carvalho**

**SÃO PAULO** A Bolsa subiu 1,89%, para 103.713 pontos, e o dólar encerrou esta quinta-feira (30) abaixo de R$ 5,10, após a apresentação das novas regras fiscais. As cotações oscilaram bastante, com a Bolsa chegando a superar os 104 mil pontos na máxima e o dólar atingindo os R$ 5,07 na mínima.

De modo geral, os agentes de mercado elogiaram o novo arcabouço. Termos como "previsibilidade" e até mesmo "criatividade" foram utilizados pelos na classificação da proposta do governo.

O Ibovespa teve a quinta sequência que não acontecia desde o início de janeiro. O dólar recuou 0,74%, a R$ 5,097.

Nos mercados futuros, os juros apresentam quedas mais acentuadas nos vencimentos mais longos. No vencimento em janeiro de 2024, a taxa saiu de 13,22% do fechamento de quarta-feira (29) para 13,18%. Nos contratos para janeiro de 2025, os juros caíram de 12,16% para 11,99%. Para janeiro de 2027, a taxa recuou de 12,29% para 12,08%.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, afirma que a proposta apresentada pelo governo é "robusta".

"Ao ser criativa, flexível e simples, a nova regra fiscal representa um avanço. E mantém os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto."

Para Fabrício Gonçalvez, presidente da BOX Asset Management, afirma que o projeto traz mais estabilidade e previsibilidade para os agentes de mercado.

"Os investidores terão maior clareza sobre os gastos e possíveis investimentos, o que permitirá que eles ajustem seus investimentos de acordo com as novas regras."

## BC vê 83% de chance de inflação estourar meta pelo 3º ano

**Nathalia Garcia**

**BRASÍLIA** O Banco Central calcula que a probabilidade de a inflação ficar acima do teto da meta neste ano é de 83%. O dado consta no relatório trimestral, divulgado nesta quinta (30). Em dezembro de 2022, era de 57%.

A projeção de inflação do BC para este ano, em seu cenário de referência, é de 5,8%. Pelo sistema de metas, o alvo do CMN (Conselho Monetário Nacional) para 2023 é 3,25% —com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

Em cenário alternativo, com a taxa básica de juros (Selic) constante ao longo do horizonte relevante (que inclui 2023 e, em grau maior, 2024), a estimativa de inflação é de 5,7% para este ano.

Se confirmado o estouro, será o terceiro ano consecutivo que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) fica acima do limite perseguido pelo BC.

Quando a inflação anual fica fora do intervalo de tolerância, o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, precisa explicar ao ministro da Fazenda as razões para o descumprimento do objetivo.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o índice oficial de inflação do Brasil acelerou em fevereiro a 0,84%, com os reajustes na área de educação. Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 5,60%.

Na prévia de março a inflação desacelerou, mas a pressão do preço dos combustíveis compensou o aumento menor dos alimentos.

Segundo o BC, no trimestre encerrado em fevereiro, o IPCA variou 0,42 ponto percentual abaixo do cenário de referência do relatório anterior. "Foi determinante para a surpresa que a reoneração dos impostos federais sobre combustíveis, então prevista para ocorrer no início de janeiro, só viesse a ocorrer em março, parcialmente", afirma.

CARUANA
FIDES - HONOR - LABOR

# Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

## Relatório da Administração

**Prezados Acionistas e Administradores,** Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**Cenário:** O ano de 2022 se encerrou com diversos indicadores positivos, como PIB e emprego, ainda assim, o exercício de 2023 permanece com grandes incertezas, com empresas e setor financeiro avaliando as primeiras propostas apresentadas pelo novo governo, tentando buscar a direção para tomada de decisão de investimentos.

**Inflação:** O BC elevou suas projeções de inflação para 2023, 2024 e 2025, em 5,96%, 4,02% e 3,8% (Fonte: Relatório Focus – 10/03/2023).

**Taxa de juros (Selic):** Espera-se queda da taxa SELIC ao longo dos próximos períodos, com início já no segundo semestre de 2023. Para o ano, projeta-se a taxa SELIC movendo-se em direção a patamares menos restritivos, próximos a 12,75%, 10,00% em 2024 e 9,00% em 2025 (Fonte: Relatório Focus – 10/03/2023).

**Produto Interno Bruto (PIB):** O BC elevou sua projeção para o PIB de 2023 para 0,89%. A autoridade monetária destaca que incertezas domésticas e no exterior permanecem elevadas, especialmente para esse exercício, de forma que as projeções de crescimento são mais incertas que o usual. Estima-se crescimento do PIB em 1,50% em 2023 e 1,80% em 2025 (Fonte: Relatório Focus – 10/03/2023).

**Transporte:** O setor de transporte coletivo de passageiros sofreu significativos impactos desde o início da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social. Observou-se nesse período, inclusive estendendo-se no primeiro semestre de 2022, o forte apoio do poder público com injeção de recursos nas empresas operadoras de mobilidade urbana por meio de subsídios visando mantê-las em operação (e saudáveis financeiramente), garantindo assim o adequado nível de serviço à população. Importante observar que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estes apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente. O ano de 2022 marcou a retomada das atividades do setor, com melhora nos indicadores de desempenho dos operadores, especialmente no segundo semestre. Para o exercício de 2023, é esperado aquecimento do setor considerando-se a demanda reprimida ainda dos anos de Pandemia.

**Resultados:** A Caruana encerrou o exercício de 2022 com um total de ativos de R$ 932.421 mil (R$ 833.706 mil em 31 de dezembro de 2021), dos quais as operações de crédito representam R$ 666.629 mil (R$ 684.043 mil em 31 de dezembro de 2021), indicando redução de 2,55% no período. A Sociedade encerrou o exercício com resultado positivo de R$ 9.664 mil (contra prejuízo de R$ 1.443 mil no exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R$ 121.358 mil (R$ 112.234 mil em 31 de dezembro de 2021). Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, resultando no crescimento de 14,61% no exercício, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R$ 11.287 mil no exercício de 2022 contra R$ 9.848 mil no exercício de 2021). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 16,47% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50% em 31/12/2022). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

**Destaques:** A Caruana manteve no exercício de 2022 sua classificação de ***Investment Grade***, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável. A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado. Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de Disponibilidade. Alinhado a sua estratégia, a Caruana se habilitou, no primeiro semestre de 2022, para operar com garantia do Fundo Garantidor de Investimento **(FGI – Tradicional)**, configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação. A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 30 de março de 2023.
*A Administração*

## Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

| Ativo | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **464.846** | **401.086** |
| **Disponibilidades** | 4 | **385** | **2.010** |
| **Instrumentos Financeiros** | | **397.557** | **318.807** |
| **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** | 5 | **9.996** | **19.807** |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | | **25.465** | **13.306** |
| Cotas de Fundos de Investimento | 6 | 509 | – |
| Operações swap | 6.1 | 276 | – |
| Vinculados a prestação de garantias | 6 | 24.680 | 13.306 |
| **Relações Interfinanceiras** | | **24.283** | **4.493** |
| **Operações de Crédito** | 7 | **335.767** | **277.608** |
| Setor privado – Empréstimos | | 267.233 | 236.243 |
| Setor privado – Financiamentos | | 87.143 | 77.477 |
| (-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito | | (18.609) | (36.112) |
| **Outros Créditos** | 9 | **2.046** | **3.593** |
| Valores a receber relativos a transações de pagamento | 7 e 7g | 823 | 1.487 |
| (-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 7 | (13) | (16) |
| Diversos | | 1.236 | 2.122 |
| **Outros Valores e Bens** | | **66.904** | **80.269** |
| Outros valores e bens | 3l | 68.268 | 76.475 |
| (-) Provisão para desvalorização | 3l | (6.627) | (7.210) |
| Despesas antecipadas | | 5.263 | 11.004 |
| **Não Circulante** | | **464.391** | **432.620** |
| **Instrumentos Financeiros** | | **402.635** | **365.310** |
| **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** | 5 | **85.043** | – |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | 6 | **19.101** | **23.014** |
| Vinculados a prestação de garantias | | 19.101 | 23.014 |
| **Operações de Crédito** | 7 | **298.491** | **342.296** |
| Setor privado – Empréstimos | | 196.721 | 268.836 |
| Setor privado – Financiamentos | | 114.709 | 100.000 |
| (-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito | | (12.939) | (26.540) |
| **Outros Valores e Bens** | | **2.372** | **3.046** |
| Despesas antecipadas | | 2.372 | 3.046 |
| **Outros Créditos** | 9 | **59.384** | **60.337** |
| Créditos Tributários | 9 e 9a | 59.384 | 60.337 |
| **Investimentos** | | **513** | **465** |
| Outros Investimentos | | 513 | 465 |
| **Imobilizado de Uso** | | **667** | **771** |
| Outras imobilizações de uso | | 3.204 | 3.371 |
| (-) Depreciações acumuladas | | (2.537) | (2.600) |
| **Intangível** | | **2.004** | **2.691** |
| Ativos intangíveis | | 7.446 | 7.187 |
| (-) Amortização acumulada | | (5.442) | (4.496) |
| **Total do Ativo** | | **932.421** | **833.706** |

| Passivo | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **311.466** | **273.680** |
| **Instrumentos Financeiros** | | **300.017** | **262.812** |
| **Depósitos** | | **180.869** | **177.201** |
| Depósitos a prazo | 10 | 151.742 | 162.259 |
| Outros depósitos | | 29.127 | 14.942 |
| **Recursos de Aceites Cambiais** | 10 | **119.148** | **85.611** |
| Recursos de aceites cambiais | | 116.001 | 85.234 |
| Recursos de aceites letras imobiliárias | | 3.147 | 377 |
| **Relações Interfinanceiras** | | **2.335** | **2.647** |
| Transações de pagamento | | 2.335 | 2.647 |
| **Outras Obrigações** | | **9.114** | **8.221** |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 387 | 419 |
| Fiscais e previdenciárias | 11a | 810 | 1.949 |
| Provisão para riscos | 11c e 12b.1 | – | 241 |
| Diversas | 11c | 7.917 | 5.612 |
| **Não Circulante** | | **499.597** | **447.792** |
| **Instrumentos Financeiros** | | **471.343** | **424.496** |
| **Depósitos** | 10 | **372.894** | **231.666** |
| Depósitos a prazo | | 372.894 | 231.666 |
| **Recursos de Aceites Cambiais** | 10 | **98.449** | **192.775** |
| Recursos de aceites cambiais | | 97.630 | 189.305 |
| Recursos de aceites letras imobiliárias | | 819 | 3.470 |
| **Instrumento Financeiros Derivativos** | | – | **55** |
| Operações de swap | | – | 55 |
| **Outras Obrigações** | | **28.254** | **23.296** |
| Provisão para riscos | 11c e 12b | 3.396 | 1.690 |
| Dívidas subordinadas | 11b | 24.858 | 21.606 |
| **Patrimônio Líquido** | | **121.358** | **112.234** |
| Capital Social | 13 | 126.439 | 123.379 |
| Prejuízo Acumulado | | (5.081) | (11.145) |
| **Total do Passivo** | | **932.421** | **833.706** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022
*(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)*

| | Nota | 2º Semestre 2022 | Exercício 2022 | Exercício 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas de Intermediação Financeira** | | **85.123** | **150.289** | **117.204** |
| Operações de crédito | 7h e 8b | 78.876 | 140.073 | 114.530 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 6 | 3.275 | 5.423 | 1.818 |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | 5 | 2.960 | 4.462 | 856 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | | 12 | 331 | – |
| **Despesas de Intermediação Financeira** | | **(44.443)** | **(84.903)** | **(68.527)** |
| Operações de captação no mercado | 10 | (43.434) | (79.369) | (46.501) |
| (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 7f | (1.009) | (5.534) | (22.026) |
| **Resultado Bruto da Intermediação Financeira** | | **40.680** | **65.386** | **48.677** |
| **Outras Receitas/(Despesas) Operacionais** | | **(23.888)** | **(47.949)** | **(45.094)** |
| Receitas de prestação de serviços | 14 | 5.758 | 11.287 | 9.848 |
| Despesas de pessoal | | (2.860) | (5.346) | (5.977) |
| Outras despesas administrativas | 16 | (23.704) | (48.345) | (43.909) |
| Provisões para riscos | | (341) | (528) | (462) |
| Despesas tributárias | | (1.801) | (3.413) | (3.884) |
| Outras receitas operacionais | 15a | 397 | 914 | 1.064 |
| Outras despesas operacionais | 15b | (1.337) | (2.518) | (1.774) |
| **Resultado Operacional** | | **16.792** | **17.437** | **3.583** |
| **Resultado Não Operacional** | | **(1.322)** | **(3.452)** | **(4.451)** |
| **Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro** | | **15.470** | **13.985** | **(868)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | 18 | **(4.912)** | **(4.321)** | **(575)** |
| Provisão para imposto de renda | | (843) | (2.025) | (2.999) |
| Provisão para contribuição social | | (609) | (1.343) | (2.457) |
| Impostos diferidos | | (3.460) | (953) | 4.881 |
| **Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício/Semestre** | | **10.558** | **9.664** | **(1.443)** |
| **Quantidade de Ações – Média Ponderada** | | **80.212.805** | **80.212.805** | **80.212.805** |
| **Lucro/(Prejuízo) por Lote de Mil Ações – Básico e Diluído – R$** | 3k | **131,6310** | **120,4849** | **(17,9853)** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais)*

| | Semestre 2022 | Exercício 2022 | Exercício 2021 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício/semestre** | **16.219** | **21.592** | **24.468** |
| Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado do exercício/semestre | 10.558 | 9.664 | (1.443) |
| **Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido** | **5.661** | **11.928** | **25.911** |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 1.009 | 5.534 | 22.026 |
| Depreciações e amortizações | 555 | 1.191 | 1.346 |
| Provisão para desvalorização de outros valores e bens | (1.805) | (583) | 1.717 |
| Impostos diferidos e correntes | 4.912 | 4.321 | 575 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 990 | 1.465 | 247 |
| **Variação de ativos e passivos operacionais** | **(16.295)** | **(22.228)** | **(21.853)** |
| (Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | (63.842) | (75.232) | 12.624 |
| (Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários | (5.979) | (8.235) | 664 |
| (Aumento) em Relações Interfinanceiras | (22.781) | (19.790) | (1.897) |
| (Aumento) em operações de crédito | (39.800) | (19.888) | (53.900) |
| Redução em outros créditos | 7.581 | 6.665 | 1.956 |
| Redução/(Aumento) em outros valores e bens | 10.573 | 14.622 | (16.571) |
| Aumento/(Redução) em outras obrigações | 1.489 | (2.234) | (9.046) |
| Aumento em depósitos a prazo | 104.649 | 130.711 | 111.525 |
| Aumento em outros depósitos | 14.915 | 14.185 | 6.000 |
| (Redução) em recursos de aceites cambiais | (21.935) | (60.788) | (70.542) |
| Aumento em dívidas subordinadas | 1.843 | 3.251 | 1.087 |
| Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras | 423 | (311) | 373 |
| (Redução)/Aumento em Instrumentos Financeiros derivativos | (12) | (67) | 3 |
| IRPJ e CSLL pagos | (3.419) | (5.117) | (4.129) |
| **Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais** | **(76)** | **(636)** | **2.615** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | |
| Aquisição de ações | (48) | (548) | (57) |
| Baixa de ações | 500 | 359 | (179) |
| Aquisição de Intangível | (39) | (260) | (971) |
| **Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento** | **413** | **(449)** | **(1.207)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| Aumento de capital | 3.060 | 3.060 | – |
| Juros sobre capital próprio | (3.600) | (3.600) | – |
| **Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento** | **(540)** | **(540)** | – |
| **Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(203)** | **(1.625)** | **1.408** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 588 | 2.010 | 602 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício | 385 | 385 | 2.010 |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022** *(Em milhares de reais)*

| | Nota | Capital Social | Aumento Capital | Lucros/(prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | | **123.379** | – | **(9.702)** | **113.677** |
| Prejuízo do exercício | | – | – | (1.443) | (1.443) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | **123.379** | – | **(11.145)** | **112.234** |
| Homologação de aumento de Capital | 13a | – | 3.060 | – | 3.060 |
| Lucro líquido do exercício | | – | – | 9.664 | 9.664 |
| Destinações do lucro: | | | | | |
| Juros sobre capital | 13d | – | – | (3.600) | (3.600) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | **123.379** | **3.060** | **(5.081)** | **121.358** |
| **Saldos em 30 de junho de 2022** | | **123.379** | – | **(12.039)** | **111.340** |
| Homologação de aumento de Capital | 13a | – | 3.060 | – | 3.060 |
| Lucro líquido do semestre | | – | – | 10.558 | 10.558 |
| Destinações do lucro: | | | | | |
| Juros sobre capital | 13d | – | – | (3.600) | (3.600) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | **123.379** | **3.060** | **(5.081)** | **121.358** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

| | 2º Semestre 2022 | Exercício 2022 | Exercício 2021 |
|---|---|---|---|
| **Lucro/(Prejuízo) líquido no semestre/exercício** | **10.558** | **9.664** | **(1.443)** |
| Itens que serão reclassificados para o resultado | – | – | – |
| **Total do resultado abrangente** | **10.558** | **9.664** | **(1.443)** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Em milhares de Reais)*

**1. Contexto operacional** – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A. Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Caruana.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e o) CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes – Resolução CMN 4.924/21. **Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de janeiro de 2022: • Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021 – Plano de contas:** A Resolução BCB nº 92/2021 Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Caruana efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo. **• Conversão de taxas:** A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com Resolução BCP nº 120/21, estabelece a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo BACEN, (PTAX) para a conversão de transações e demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. A Caruana não adotou tal opção. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros: • Resolução CMN 4.966/21, de 25 de novembro de 2021 – Instrumentos Financeiros.** A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) Classificação e Mensuração; (ii) Reconhecimento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito; (iii) Atualização dos instrumentos por meio da taxa efetiva de juros contratual e (iv) Reconhecimento juros para instrumento financeiro ativo em atraso. O Plano de Implementação, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024, para implementação a partir de 1º janeiro de 2025. O plano é composto pelas seguintes atividades, dentre outras: Diagnóstico dos produtos e serviços operados; Avaliação dos processos, políticas, normativas internas e sistemas; Envolvimento das empresas provedoras e processadoras das operações/produtos; Elaboração da modelagem e premissas para perdas esperadas nos instrumentos financeiros; Avaliação pela Diretoria dos modelos de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros e; Treinamento e capacitação das unidades envolvidas. A Caruana vem acompanhando o processo de adoção da referida resolução, bem como dos seus impactos nas demonstrações financeiras que serão divulgados a partir da conclusão da regulamentação. **• Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022:** Altera o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Além disso, conforme determina a Resolução CMN nº 4.924/21 (vigente a partir de 1º de janeiro de 2022), as Instituições Financeiras devem observar no reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis, os pronunciamentos técnicos CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47. Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e do CPC, quando aplicável. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras da Caruana estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2023.

**3. Resumo das principais práticas contábeis** – As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações compromissadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 5. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: **• Títulos para negociação:** Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. **• Títulos disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. **• Títulos mantidos até o vencimento:** são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge accounting" são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 6. **e) Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7e. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. **g) Imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais/imobiliárias:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinação da Lei 13.169/2015 do art. 1º. A partir de 01 de janeiro de 2019 passa a vigorar a alíquota de 15% para a tributação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, conforme medida provisória 1.034/2021, convertida na lei 14.183/2021. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do BACEN. Em virtude da publicação da MP nº 115/22, que modifica o artigo 3º da Lei nº 7.689/88, a alíquota da CSLL foi majorada temporariamente de 15% para 16% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. **j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **Provisões e passivos contingentes** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Obrigações legais** – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Lucro por ação:** O lucro líquido por lote de mil ações em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 120,48 (prejuízo de R$17,98 em 31 de dezembro de 2021). Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro/prejuízo por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período). **l) Outros valores e bens:** São reconhecidos os bens de uso não próprio na data do seu recebimento pela Instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas. Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo. **m) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:** Ao determinar e divulgar o valor justos dos instrumentos financeiros, a Caruana utiliza a seguinte hierarquia: Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. **n) Resultado Não Recorrente:** A Caruana considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração informa que não houve resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**4. Caixa e equivalentes de caixa** – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Disponibilidades em moeda nacional | 385 | 2.010 |
| **Total** | **385** | **2.010** |

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Vencimentos até 30 dias** | | |
| Revenda a liquidar-Posição Bancada (LFT/LTN) | 9.996 | 19.807 |
| **Vencimentos após 360 dias** | | |
| Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN) | 85.043 | – |
| **Total** | **95.039** | **19.807** |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R$ 4.462 (R$ 856 em 2021).

**6. Títulos e valores mobiliários**

| Títulos para negociação | Vencimento | Até 3 meses (31/12/2022) | De 3 meses a 1 ano (31/12/2022) | De 1 ano a 5 anos (31/12/2022) | Ajuste MTM (31/12/2022) | Mercado/Contábil (31/12/2022) | Mercado/Contábil (31/12/2021) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Títulos Públicos – LFT | set/22 | – | – | – | – | - | 13.306 |
| Títulos Públicos – LFT | set/23 | – | 24.676 | – | 4 | 24.680 | 6.057 |
| Títulos Públicos – LFT | mar/24 | – | – | 19.098 | 3 | 19.101 | 16.957 |
| Cotas de fundos de investimento | Sem vencimento | – | – | – | – | 509 | – |
| **Total** | | – | **24.676** | **19.098** | **7** | **44.290** | **36.320** |

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria "títulos para negociação", possuem negociações ativas e foram valorizados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, nível 1 hierárquico de valor justo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve reclassificação entre as categorias dos títulos e valores mobiliários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R$ 5.423 (R$ 1.818 em 2021).

**6.1. Instrumentos financeiros derivativos**

| Títulos para negociação | Vencimento | Até 3 meses (31/12/2022) | De 3 meses a 1 ano (31/12/2022) | De 1 ano a 5 anos (31/12/2022) | Ajuste MTM (31/12/2022) | Mercado/Contábil (31/12/2022) | Mercado/Contábil (31/12/2021) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Operações com Swap | Jan/23 | 262 | – | – | 14 | 276 | – |
| **Total** | | **262** | – | – | **14** | **276** | – |

A Caruana participa de operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em taxas indexadas ao CDI. A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações do CDI em parte da carteira de Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais efetuada pela Caruana, citada na Nota 10, que resultam na conversão dessas taxas para uma taxa pré-fixada. A Caruana possui uma carteira de crédito mais concentrada em ativos pré-fixados. Em complemento à sua estratégia de ampliar a participação de ativos pré-fixados em seu passivo, a Caruana negociou, em junho de 2020, contrato de "swap" no montante de R$ 3.000, com vencimento em janeiro de 2023 e nas seguintes taxas: • Parte Ativa: 123% do CDI; • Parte Passiva: 5,50% Pré-fixada. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da parte ativa de swap é de R$ 3.707 e a parte passiva de R$ 3.445, gerando um ajuste positivo no resultado do exercício no montante de R$ 331 (R$ 55 em dezembro de 2021). A operação de derivativos baseia-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contraparte instituição financeira classificada como de primeira linha.

**7. Operações de crédito – a) Composição das operações de crédito**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Operações de crédito** | | |
| Capital de Giro | 447.206 | 475.390 |
| Crédito Direto ao Consumidor (CDC) | 201.853 | 177.477 |
| Desconto de Títulos | 11.508 | 14.597 |
| Conta Garantida | 1.398 | 9.492 |
| Cartão de Crédito | 3.841 | 5.600 |
| | **665.806** | **682.556** |
| **Outros Créditos** | **823** | **1.487** |
| Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9) | 823 | 1.487 |
| **Total das operações de crédito** | **666.629** | **684.043** |
| Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito | (31.548) | (62.652) |
| Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos (Nota 9) | (13) | (16) |
| **Total das perdas esperadas associadas ao risco de crédito** | **(31.561)** | **(62.668)** |
| **Total de operações de crédito** | **635.068** | **621.375** |

**b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Serviços | 651.724 | 668.427 |
| Pessoas físicas | 5.959 | 9.632 |
| Comércio | 8.946 | 5.984 |
| **Total** | **666.629** | **684.043** |

**c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Vencidos** | | |
| Até 30 dias | 62 | 118 |
| 31 a 60 dias | 55.750 | 13.582 |
| 61 a 90 dias | 12.270 | 12.519 |
| Acima de 90 dias | 14.359 | 36.149 |
| **Subtotal** | **82.441** | **62.368** |
| **À vencer** | | |
| Até 3 meses | 77.006 | 72.549 |
| 3 a 12 meses | 196.823 | 185.889 |
| 1 a 3 anos | 249.813 | 280.077 |
| 3 a 5 anos | 55.884 | 76.473 |
| 5 a 15 anos | 4.662 | 6.687 |
| **Subtotal** | **584.188** | **621.675** |
| **Total** | **666.629** | **684.043** |

**d) Concentração dos maiores tomadores de crédito**

| 2022 | Valor | % sobre Carteira | % Sobre PL |
|---|---|---|---|
| 10 maiores | 189.919 | 28,49 | 156,49 |
| 50 maiores | 376.491 | 56,48 | 310,23 |
| 100 maiores | 95.870 | 14,38 | 78,99 |
| Demais emitentes/clientes | 4.349 | 0,65 | 3,58 |
| **Total** | **666.629** | **100** | |

| 2021 | Valor | % sobre Carteira | % Sobre PL |
|---|---|---|---|
| 10 maiores | 203.755 | 29,79 | 179,15 |
| 50 maiores | 353.850 | 51,73 | 311,11 |
| 100 maiores | 118.303 | 17,29 | 104,01 |
| Demais emitentes/clientes | 8.135 | 1,19 | 7,15 |
| **Total** | **684.043** | **100** | |

**e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN**

2022

| Níveis de Risco | Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99 | Curso normal | Vencidas | Valor total | Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99 | Reversão FGI (*) | Provisão existente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A | 0,50 | 94.791 | – | 94.791 | (474) | 38 | (436) |
| B | 1,00 | 188.471 | 62 | 188.533 | (1.885) | 12 | (1.873) |
| C | 3,00 | 247.570 | 55.750 | 303.320 | (9.100) | 162 | (8.938) |
| D | 10,0 | 32.518 | 12.270 | 44.788 | (4.479) | – | (4.479) |
| E | 30,0 | 9.021 | 290 | 9.311 | (2.793) | – | (2.793) |
| F | 50,0 | 8.457 | 2.549 | 11.006 | (5.503) | – | (5.503) |
| G | 70,0 | 2.087 | 70 | 2.157 | (1.510) | – | (1.510) |
| H | 100,0 | 1.273 | 11.450 | 12.723 | (12.723) | 6.694 | (6.029) |
| **Total** | | **584.188** | **82.441** | **666.629** | **(38.467)** | **6.906** | **(31.561)** |

(*) A Caruana concedeu o valor de R$ 74.000 em operações de crédito dentro do Programa Emergencial de Acesso ao Credito – FGI PEAC e FGI PEAC 2 – idealizado pelo BNDES como forma de enfrentamento aos efeitos ocasionados pela Pandemia da Covid19, estando essas operações devidamente amparadas por garantia do FUNDO (80% do principal em aberto da operação), importante mitigador e mecanismo para desconcentração e diversificação de riscos de crédito, e através do Fundo Garantidor Tradicional (FGT) concedeu em torno de R$ 57.000, totalizando R$ 131.000 em operações de credito junto ao BNDES. A Resolução nº 4.855 (entrou em vigor em janeiro de 2021) permitiu que a constituição de provisão para perda provável (conforme metodologia estabelecida pela Resolução CMN nº 2.682), sobre as operações que apresentem garantia do FGI-PEAC, sejam realizadas apenas sobre a exposição detida pela Caruana. Em 31/12/2022 a Caruana possuía carteira de crédito garantida pelo FGI no montante de R$ 110.209.

2021

| Níveis de Risco | Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99 | Curso normal | Vencidas | Valor total | Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99 | Reversão FGI (*) | Provisão existente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A** | **0,50** | 52.642 | – | 52.642 | (263) | 55 | (208) |
| **B** | **1,00** | 170.375 | 118 | 170.493 | (1.705) | 18 | (1.687) |
| **C** | **3,00** | 307.015 | 13.582 | 320.597 | (9.618) | 258 | (9.360) |
| **D** | **10,0** | 45.814 | 12.519 | 58.333 | (5.833) | – | (5.833) |
| **E** | **30,0** | 18.273 | 6.802 | 25.075 | (7.523) | – | (7.523) |
| **F** | **50,0** | 11.309 | 8.402 | 19.711 | (9.856) | – | (9.856) |
| **G** | **70,0** | 2.699 | 80 | 2.779 | (1.945) | – | (1.945) |
| **H** | **100,0** | 13.548 | 20.865 | 34.413 | (34.413) | 8.157 | (26.256) |
| **Total** | | **621.675** | **62.368** | **684.043** | **(71.156)** | **8.488** | **(62.668)** |

*continua ...*

# Estados vão reduzir novo ICMS da gasolina após acordo no STF

## Mudança em imposto para o diesel é adiada deste sábado para 1º de maio

**Nicola Pamplona**

**RIO DE JANEIRO** Um acordo entre os governos estaduais e o STF (Supremo Tribunal Federal) vai alterar os cronogramas de implantação do novo modelo de cobrança do ICMS para os combustíveis. Os estados devem ainda rever a nova alíquota da gasolina, que ficou bem mais alta do que os valores cobrados atualmente.

Os estados ainda não se manifestaram sobre o acordo, que deve ser confirmado formalmente nesta sexta-feira (31). Ao Supremo alegaram dificuldades na implantação do novo modelo, que prevê a cobrança de um valor único nacional em reais por litro e apenas dos produtores dos combustíveis.

O novo ICMS do diesel entraria em vigor neste sábado (1º) e será adiado para 1º de maio. O da gasolina entraria em vigor no início de julho e foi antecipado para 1º de junho. Nos dois casos, o consumidor deve sentir no bolso efeitos das novas alíquotas.

No caso da gasolina, a alíquota anunciada na quarta-feira (29) era de R$ 1,45 por litro, bem superior aos valores cobrados atualmente —o maior ICMS sobre a gasolina é cobrado hoje no Piauí, R$ 1,24 por litro.

O valor, porém, será revisto em reunião nesta sexta-feira. A **Folha** apurou que as propostas atuais situam-se entre R$ 1,18 e R$ 1,22 por litro, ainda assim acima do cobrado em quase todos os estados.

Em São Paulo, por exemplo, a alíquota atual é de R$ 0,90 por litro.

Os economistas Andréa Angelo e Felipe Salto, da Warren Rena, calculam que a mudança para R$ 1,45 poderia provocar aumento médio de 11,45% no preço da gasolina, com impacto de 0,5 ponto percentual na projeção do IPCA para 2023.

No caso do diesel, a nova alíquota única de R$ 0,95 por litro é superior à média cobrada atual. Segundo estimativa do consultor Dietmar Schupp, o preço médio do produto subiria 2,1% com a adoção da alíquota neste sábado.

Mas nem todos os estados teriam alta: Sergipe, Amapá, Roraima, Pará, Bahia, Piauí, Maranhão e Rondônia cobram hoje valor mais elevado e experimentariam queda no preço final.

O modelo atual de cobrança do ICMS era criticado pelo setor por retroalimentar os aumentos de preço nas refinarias: após a alta nas bombas, os estados elevam o preço de referência para cobrança do imposto, gerando novo repasse ao consumidor final.

Além disso, afirmam, incentiva fraudes tributárias com a compra de combustíveis em estados onde o ICMS é mais barato para a venda clandestina naqueles com maior tributação.

A mudança foi aprovada pelo Congresso com apoio do governo Bolsonaro em maio de 2022, mas os estados recorreram ao STF.

# Termina hoje prazo de adesão ao Litígio Zero

**SÃO PAULO** O prazo de adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, também conhecido como Litígio Zero, termina nesta sexta-feira (31) às 19h. O programa prevê a renegociação de valores cobrados pelo fisco, de pessoas físicas e empresas, com descontos e prazo de até 12 meses para pagamento.

Advogados relataram grande interesse das empresas em aderir ao programa após anúncio feito em janeiro, mas as condições de pagamento, feitas depois as contas, desanimaram muitos contribuintes.

O governo estima obter R$ 35 bilhões de receitas extraordinárias e ganho permanente de R$ 15 bilhões pela diminuição dos conflitos. Podem ser negociadas cobranças tributárias em discussão no âmbito das DRJ (Delegacias da Receita Federal de Julgamento), do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) ou débitos de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscritos em dívida ativa da União.

A Receita Federal enviou aos contribuintes as informações sobre quais débitos podem ser negociados e qual a capacidade de pagamento de cada litigante. Com os dados, é possível simular em uma planilha do fisco qual o desconto para pagamento, em caso de desistência do processo.

Para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, o desconto será de 40% a 50% do valor total da dívida, incluindo o tributo que originou o passivo, além de juros e multa, para débitos até 60 salários mínimos (R$ 78.120).

Para dívidas acima de 60 salários mínimos, o desconto é de até 100% sobre o valor de juros e multas, no caso de valores irrecuperáveis ou de difícil recuperação. O governo ainda vai permitir o uso de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para quitar de 52% a 70% do débito. **Eduardo Cucolo**

# Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

Navigating life together

## Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve, no exercício de 2022, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 69,9 bilhões e alcançou ativos de US$ 666,6 bilhões.

Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede referenciada de mais de 38 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 1.303 mil beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 89 colaboradores.

### Desempenho

Os ativos totais fecharam em um patamar de R$ 103,2 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R$ 59,1 milhões, com lucro líquido de R$ 2,0 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R$ 26,8 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 307,0 milhões.

No exercício de 2022, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R$ 124,1 milhões. Este valor corresponde a 2.222.387 eventos pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 42,2%.

### Investimentos

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como uma equipe capacitada nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento aos segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, são realizados constantes investimentos para a capacitação da liderança e equipes.

### Governança Corporativa

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance).

A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas e procedimentos e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades que prestam serviços de auditoria. A auditoria interna tem um papel fundamental no sistema de controles internos e avaliação de riscos da Operadora, da mesma maneira como os Departamentos de riscos e de controles internos.

A análise dos riscos e controles operacionais identificados pela estrutura de Riscos e Controles Internos é documentada em controles eletrônicos, com revisão e reportes periódicos a equipe Regional Latam.

### Compromisso e agradecimentos

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento das Contraprestações atingidas ao longo dos últimos anos, caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes, alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo.

Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde – ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, a quem expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à Metlife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

**A Administração.**

### Evolução dos indicadores de desempenho

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| ATIVO | Nota explicativa | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | **71.315** | **42.892** |
| Disponível | | 215 | 187 |
| **Realizável** | | **71.100** | **42.705** |
| Aplicações Financeiras | 4 | 47.060 | 29.667 |
| Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas | | 33.126 | 19.356 |
| Aplicações Livres | | 13.934 | 10.311 |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 5 | 14.708 | 10.851 |
| Contraprestações pecuniárias a receber | | 13.191 | 10.378 |
| Operadoras de planos assistência saúde | | 93 | 74 |
| Outros créditos de operações com planos de assistência saúde | | 1.424 | 399 |
| Despesas diferidas | | 1.702 | 785 |
| Créditos tributários e previdênciários | 6 | 6.915 | 1.322 |
| Bens e títulos a receber | 7 | 126 | 80 |
| Despesas antecipadas | | 589 | – |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | **31.870** | **54.931** |
| **Realizável a longo prazo** | | **30.980** | **54.931** |
| Aplicações Financeiras | 4 | 13.142 | 34.029 |
| Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas | | – | 7.228 |
| Aplicações Livres | | 13.142 | 26.801 |
| Ativo fiscal diferido | 6 | 17.343 | 20.534 |
| Depósitos Judiciais e fiscais | | 495 | 368 |
| **Intangível** | 8 | **890** | – |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **103.185** | **97.823** |

| PASSIVO | Nota explicativa | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | **43.417** | **39.653** |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | | 26.806 | 19.356 |
| Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG | | 6.232 | 2.696 |
| Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais | 9b) | 12.101 | 8.214 |
| Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) | 9c) | 8.473 | 8.446 |
| Débitos de operações de assistência à saúde | | 363 | 1.944 |
| Comercialização sobre operação | | 363 | 1.944 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 10 | 2.828 | 3.552 |
| Débitos diversos | 11 | 13.420 | 14.801 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **668** | **246** |
| Provisões para tributos diferidos | | – | 2 |
| Provisões para ações judiciais | 12 | 668 | 244 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **59.100** | **57.924** |
| Capital social | 13a) | 51.050 | 51.050 |
| Reservas de lucros | 13d) | 11.053 | 9.202 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 13b) | (3.003) | (2.328) |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **103.185** | **97.823** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | | Capital social | Reservas de Lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** | | **48.308** | **36.173** | **2.472** | – | **86.953** |
| Aumento de Capital com lucros e reservas e em espécie | | 2.742 | – | – | – | 2.742 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 4/13b) | – | – | (4.800) | – | (4.800) |
| Lucro líquido do exercício | | – | – | – | 5.029 | 5.029 |
| Proposta da destinação do Lucro: | | | | | | – |
| Reserva de Lucros | 13d) | – | 5.029 | – | (5.029) | – |
| Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,63 por ação/cota | 13c) | – | (32.000) | – | – | (32.000) |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** | | **51.050** | **9.202** | **(2.328)** | **–** | **57.924** |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 4/13b) | – | – | (675) | – | (675) |
| Lucro líquido do exercício | | – | – | – | 1.851 | 1.851 |
| Proposta da destinação do Lucro: | | | | | | |
| Reserva de Lucros | 13d) | – | 1.851 | – | (1.851) | – |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** | | **51.050** | **11.053** | **(3.003)** | **–** | **59.100** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

### Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | Nota explicativa | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE** | 14 | **307.006** | **273.565** |
| Receitas com operações de assistência a saúde | | 322.215 | 287.616 |
| Contraprestações líquidas | | 322.215 | 287.616 |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora | | (15.209) | (14.051) |
| **EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS** | 15 | **(129.492)** | **(109.737)** |
| Eventos Conhecidos ou Avisados | | (129.465) | (107.748) |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados | | (27) | (1.989) |
| **RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE** | | **177.514** | **163.828** |
| **OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE** | 16 | (49.885) | (54.012) |
| Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde | | (49.324) | (39.162) |
| Provisão para Perdas Sobre Créditos | | (561) | (14.850) |
| **RESULTADO BRUTO** | | **127.629** | **109.816** |
| **DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO** | 17 | **(59.140)** | **(51.364)** |
| **DESPESAS ADMINISTRATIVAS** | 18 | **(72.235)** | **(54.222)** |
| **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** | 19 | **6.734** | **2.473** |
| Receitas financeiras | | 6.944 | 2.550 |
| Despesas financeiras | | (210) | (77) |
| **RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E DAS PARTICIPAÇÕES** | | **2.988** | **6.703** |
| IMPOSTO DE RENDA | 20 | 1 | (4.080) |
| CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 20 | – | (1.708) |
| IMPOSTOS DIFERIDOS | 20 | (1.138) | 4.114 |
| **RESULTADO LÍQUIDO** | | **1.851** | **5.029** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

### Demonstrações dos resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO** | **1.851** | **5.029** |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda: | (675) | (4.800) |
| Ajuste com títulos e valores mobiliários | (1.023) | (7.273) |
| Efeitos tributários | 348 | 2.473 |
| **RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO** | **1.176** | **229** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Recebimento de planos saúde | 279.107 | 251.315 |
| Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde | (144.456) | (100.390) |
| Pagamento de comissões | (74.167) | (65.242) |
| Pagamento de pessoal | (7.136) | (6.542) |
| Pagamentos de Pró-Labore | (1.074) | (1.483) |
| Pagamento de serviços de terceiros | (249) | (187) |
| Pagamento de tributos- | (29.765) | (29.348) |
| Aplicações financeiras | 7.965 | (8.203) |
| Outros pagamentos operacionais | (29.307) | (39.956) |
| Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais | **918** | **(36)** |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Pagamento relativos ao ativo intangível | (890) | – |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | **(890)** | **–** |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | **28** | **(36)** |
| CAIXA - Saldo Inicial | 187 | 223 |
| CAIXA - Saldo Final | 215 | 187 |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | **28** | **(36)** |
| Ativos livres no início do exercício | 37.112 | 58.703 |
| Ativos livres no final do exercício | 27.076 | 37.112 |
| Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES | (10.036) | (21.591) |
| CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AO CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **1.851** | **5.029** |
| **MAIS** | **(892)** | **294** |
| Depreciações e Amortizações | (890) | 231 |
| Juros e Variações Monetárias sobre Provisões para Ações Judiciais e Obrigações Fiscais | (2) | 63 |
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **(931)** | **(5.359)** |
| Variação das Aplicações | 2.819 | 25.521 |
| Variação dos Créditos de operações com planos de assistência à saúde | (3.856) | (5.074) |
| Variação dos Títulos e créditos a receber | (2.530) | (6.305) |
| Variação das Despesas antecipadas | (589) | 11 |
| Variação de Outros créditos a receber | (962) | 756 |
| Variação das Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 7.448 | 7.229 |
| Variação dos Débitos de operações de assistencia à saúde | (1.581) | 568 |
| Variação dos Tributos e contribuições a recolher | (723) | (326) |
| Variação de Débitos diversos | (1.380) | (26.611) |
| Variação de Provisões para Tributos Diferidos | 423 | (1.128) |
| **CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (CONSUMIDO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **28** | **(36)** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

### Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora") está localizada na Rua Flórida, 1.595 – Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de *Delaware* nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 *Avenue of the Americas*, Nova York, e tem como objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades condizentes com esse objetivo.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 528, de 29 de abril de 2022, e alterações posteriores, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Operadora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Operadora.

A Diretoria elaborou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

#### 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022, estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica "Disponível".

**b) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

**c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde". A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 528/22 e alterações posteriores sendo constituído 100% dos créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, utiliza-se a totalidade do montante para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

**d) Intangível**

Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

**e) Demais ativos realizáveis a longo prazo**

São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

**f) Despesas Diferidas**

As comissões sobre contraprestações são diferidas de acordo com o prazo de vigência dos contratos com faturamento mensal e vigência média de 15 dias.

**g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

Provisão de eventos a liquidar

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações posteriores e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente utilizando metodologia atuarial própria conforme instrução da RN nº 442/18 e alterações posteriores.

Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)

A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada "pro rata die" relativa à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, conforme Resolução Normativa RN nº 442/18 e alterações.

Teste de Adequação dos Passivos

O Teste de Adequação do Passivo (TAP) é elaborado na data-base do encerramento do exercício social para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos odontológicos, considerando as vigências desses contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos. Esse teste é elaborado segregando-se entre as modalidades valor individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. A estimativa corrente de fluxo de caixa descontada a valor presente é R$101.639. Como conclusão do TAP, é de que não há insuficiência em nenhum dos agrupamentos considerados. Cabe ressaltar ainda, que conforme o artigo 10.12.2 do Capítulo I da RN ANS nº 528/2022, não seria obrigatório o reconhecimento de deficiência, caso houvesse, apurada nos resultados da Operadora.

| | VP fluxo de caixa na data-base (milhares de Reais) |
|---|---|
| Carteira Individual | 92.013 |
| Coletivo por Adesão | 40 |
| Coletivo Empresarial | 8.988 |
| Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento | 598 |
| **Total** | **101.639** |

**h) Reconhecimento das receitas operacionais**

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

**i) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados**

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

**j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos. As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando do efetivo recebimento das contraprestações.

**k) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

**l) Imposto de renda e contribuição social diferido**

O método do passivo (CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Diretoria Executiva. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

**m) Provisões para processos judiciais**

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

As provisões para processos judiciais são classificadas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para ações judiciais.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

**n) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**o) Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis**

Novas normas e/ou revisadas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo.

IFRS 17 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro que ainda não foi aprovado pela ANS.

ANS Nº 574 - Revogará as Resoluções Normativas nº 393, de 9 de dezembro de 2015, nº 442, de 20 de dezembro de 2018, e nº 476, de 23 de dezembro de 2021. Dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

ANS Nº 569 - Alterará a Resolução Normativa ANS nº 515, de 29 de abril de 2022 e revogará a Resolução Normativa ANS nº 526 de 29 de abril de 2022, e a Resolução Normativa ANS nº 514 de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

#### 4. APLICAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

| | 2022 | | | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo atualizado | Valor Justo | Ajustes TVM | Efeitos tributários | Líquido Tributos (iii) | Valor Justo |
| **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** | | | | | | |
| Fundos de Investimento - renda fixa (i) | 3.451 | 3.451 | – | – | – | 10.311 |
| **Sub-Total** | **3.451** | **3.451** | **–** | **–** | **–** | **10.311** |
| **Ativos financeiros disponíveis para venda:** | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional - NTN (ii) | 61.300 | 56.751 | (4.550) | 1.547 | (3.003) | 53.385 |
| Letras do tesouro Nacional - LTN (ii) | – | – | – | – | – | – |
| **Sub-Total** | 61.300 | 56.751 | (4.550) | 1.547 | (3.003) | 53.385 |
| **Total** | **64.751** | **60.202** | **(4.550)** | **1.547** | **(3.003)** | **63.696** |
| **Circulante** | | **47.060** | | | | **29.667** |
| **Não Circulante** | | **13.142** | | | | **34.029** |

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos.

(ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária.

(iii) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ganhos e perdas não realizados - TVM

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento é mantida diretamente pelos administradores desses fundos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Continua...

# Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

Navigating life together

...Continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

- Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos Nível 1) R$ 56.751 (R$ 53.385 em 2021) e Nível 2 R$ 3.451 (R$ 10.311 em 2021).

b) Aplicações por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

| | até 3 meses ou sem vencimento | De 3 meses a 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado** | **3.451** | – | – | **3.451** |
| Fundos de investimento - renda fixa | 3.451 | – | – | 3.451 |
| **Ativos financeiros disponíveis para a venda** | **24.876** | – | **31.875** | **56.751** |
| Títulos de renda fixa públicos | 24.876 | – | 31.875 | 56.751 |
| **Total das aplicações** | **28.327** | – | **31.875** | **60.202** |
| **Circulante** | | | | **47.060** |
| **Não Circulante** | | | | **13.142** |

### 5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)

Os Créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras:

| 2022 | A vencer | Vencidas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 30 dias | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | Acima de 60 dias | Provisão para perda sobre créditos | Total |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 23.393 | 6.467 | 3.350 | 11.712 | (30.214) | 14.708 |
| **Total líquido** | **23.393** | **6.467** | **3.350** | **11.712** | **(30.214)** | **14.708** |

| 2021 | A vencer | Vencidas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 30 dias | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | Acima de 60 dias | Provisão para perda sobre créditos | Total |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 10.951 | 14.968 | 4.481 | 10.105 | (29.654) | 10.851 |
| **Total líquido** | **10.951** | **14.968** | **4.481** | **10.105** | **(29.654)** | **10.851** |

a) Movimentação de créditos de operações com planos de assistência à saúde:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Contraprestações a receber no início do exercício | 10.851 | 5.777 |
| Contraprestações emitidas | 322.215 | 287.616 |
| Recebimentos | (278.906) | (251.315) |
| Reversão (Constituição) de provisão para perdas sobre crédito | (561) | (14.851) |
| Baixa (i) | (38.891) | (16.376) |
| **Contraprestações a receber no final do exercício** | **14.708** | **10.851** |

(i) Baixa dos valores a receber dos planos individuais referente as faturas vencidas acima de 180 dias.

### 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Operadora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R$ 9.104 (R$ 8.548 em 2021) e diferenças temporárias no montante de R$ 37.356 (R$ 41.259 em 2021) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano, conforme demonstrado abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Impostos a compensar (i) | 6.915 | 1.322 |
| IR e CS sobre outras diferenças temporárias (a) | 12.701 | 14.028 |
| IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a) | 3.095 | 2.907 |
| Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda | 1.547 | 3.599 |
| **Total** | **24.258** | **21.856** |
| Circulante | 6.915 | 1.322 |
| Não circulante | 17.343 | 20.534 |

(i) Os impostos a compensar são substancialmente formados por IRPJ e CSLL, a recuperar de impostos pagos a maior.

**(a) Demonstrações dos cálculos dos créditos tributários:**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Base negativa acumulada de contribuição social | 9.104 | 8.548 |
| Adições temporárias (i) | 37.356 | 41.259 |
| **Total** | **46.460** | **49.807** |
| Alíquota de contribuição social | 9% | 9% |
| Créditos tributários de contribuição social | 4.181 | 4.483 |
| Prejuízo fiscal acumulado | 9.104 | 8.548 |
| Adições temporárias (i) | 37.356 | 41.259 |
| **Total** | **46.460** | **49.807** |
| Alíquota de imposto de renda | 25% | 25% |
| Créditos tributários de imposto de renda | 11.615 | 12.452 |
| Total do crédito tributário constituído | 15.796 | 16.935 |
| Crédito tributário sobre ajuste TVM | 1.547 | 3.599 |
| Total do crédito tributário | **17.343** | **20.534** |

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), provisões para perdas individual e provisões Business Intelligence - BI.

| ATIVO | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028-2032 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL** | **15.796** | **1.911** | **2.648** | **2.361** | **1.268** | **1.268** | **6.340** |
| Realização IRPJ | 11.689 | 1.414 | 1.960 | 1.747 | 938 | 938 | 4.692 |
| Realização CSLL | 4.107 | 497 | 688 | 614 | 330 | 330 | 1.648 |

### 7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Adiantamentos a funcionários | 126 | 80 |
| **Total** | **126** | **80** |

### 8. INTANGÍVEL

| | 2022 | | | 2021 |
|---|---|---|---|---|
| | Taxa anual de amortização - % | Aquisições | Total | Total |
| Licenças de uso de software | 20 | 890 | 890 | – |
| **Total** | | **890** | **890** | – |

### 9. RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 29 de abril de 2022, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 527/22, que estabelece regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

a) O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital-base R$ 10.883 (R$ 9.727 em 31 de dezembro de 2021), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 352 (R$ 314 em 31 de dezembro de 2021) sendo o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2022, de R$ 52.824 (R$ 54.223 em 31 de dezembro de 2021).

b) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R$ 12.101 e R$ 8.214, respectivamente, representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniados à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, por política interna efetuamos a baixa contábil dos eventos pendentes a mais de 360 dias da data de aviso.

c) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15 e alterações. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a PEONA foi registrada nos montantes de R$ 8.473 e R$ 8.446, respectivamente.

d) A Operadora aderiu a antecipação do capital baseado em riscos (CBR) seguindo os parâmetros definidos pela RN nº 526/22. Em 31 de dezembro de 2022 o Capital Regulatório (CR) foi calculado em:

| CAPITAL REGULATÓRIO | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Patrimônio Líquido | 59.100 | 57.924 |
| (-) Despesas Diferidas | (1.702) | (785) |
| (-) Créditos Tributários (s/prejuízo e base negativa) | (3.095) | (2.906) |
| (-) Despesas Antecipadas | (589) | – |
| (-) Ativo Intangível | (890) | – |
| **Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)** | **52.824** | **54.233** |
| (A) 0,20 vezes das contraprestações - últimos 12 meses | 64.443 | 57.523 |
| (B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses | 34.780 | 35.641 |
| (C) Margem de solvência total = maior entre (A) e (B) | **64.443** | **57.523** |
| (D) Capital Baseado em Riscos | 31.529 | 23.502 |
| **Capital Regulatório (CR)[ii] = maior entre 75% de (C) e (D)** | **48.322** | **43.142** |
| **Suficiência/(Insuficiência)** | **4.502** | **11.091** |

### 10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher** | | |
| IR e CS Sobre o Lucro | – | 583 |
| Imposto Sobre Serviços | 470 | 757 |
| PIS | 119 | 120 |
| COFINS | 734 | 737 |
| **Subtotal** | **1.323** | **2.197** |
| **Tributos e contribuições de terceiros a recolher** | | |
| Imposto de Renda Retido de terceiros | 482 | 442 |
| Taxa de Saúde Suplementar | 400 | 400 |
| Imposto Sobre Serviços | 241 | 198 |
| Contribuições Previdenciárias | 209 | 160 |
| FGTS | 70 | 55 |
| PIS/COFINS/CSLL | 103 | 100 |
| **Subtotal** | **1.505** | **1.355** |
| **Total de Tributos e Contribuições a Recolher** | **2.828** | **3.552** |

### 11. DÉBITOS DIVERSOS

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Fornecedores a pagar | 5.569 | 10.360 |
| Intercompany a pagar (nota 21) | 4.747 | 1.617 |
| Depósitos de terceiros | 1.382 | 1.066 |
| Obrigações com pessoal | 1.722 | 1.758 |
| **Total** | **13.420** | **14.801** |

### 12. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte de processos judiciais envolvendo riscos. A movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

| | 2021 | 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor da provisão | Adições | Atualização Monetária | Reversões/ Pagamentos | Valor da provisão |
| **Obrigações legais e provisões para riscos:** | | | | | |
| Provisões cíveis | 244 | 124 | 67 | (68) | 367 |
| Provisões tributárias | – | 231 | 70 | – | 301 |
| **Total** | **244** | **355** | **137** | **(68)** | **668** |

As provisões cíveis relativas as perdas prováveis referem-se a 45 processos, no montante de R$ 367 e as relativas as perdas possíveis não provisionados referem-se a 42 processos cíveis, no montante de R$ 49 (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos). As provisões trabalhistas relativas a perdas possíveis não provisionados referem-se a 2 processos no montante de R$47, sendo que os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, descanso semanal remunerado, reflexos do 13º salário e aviso prévio. As provisões tributárias relativas a perdas prováveis referem-se a recolhimento de INSS e FGTS sobre verbas trabalhistas.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social**

O capital social é de R$ 51.050, com a emissão de novas quotas, ficando o capital representado por 51.050.399 quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

| Acionista | Capital social |
|---|---|
| MetLife International Holdings,LLC | 51.050 |
| Total - R$ | 51.050 |

**b) Ajustes de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial da Operadora referem se, principalmente, a saldo do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários R$ (3.003) (R$ 2.328 em 2021), conforme nota explicativa nº 4.

**c) Reservas de lucros**

Em 2022 a Operadora destinou reservas de lucros no montante de R$ 1.851, passando de R$ 9.022, para R$ 11.053.

### 14. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANOS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde, no total de R$ 307.006 (R$ 273.565 em 2021), compõem-se das contraprestações líquidas apropriadas deduzidas dos tributos diretos (ISS, PIS e COFINS). Compõe o saldo da conta as operações de Corresponsabilidade Assumida nos contratos como preço preestabelecido no montante de R$ 975 (R$ 6.401 em 2021).

### 15. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 129.492 (R$ 109.737 em 2021) refere-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a rede de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada de cirurgiões-dentistas, menos a recuperação de eventos indenizáveis e menos a variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. Compõe o saldo da conta o montante de R$ 315 (R$ 3.228 em 2021) referente aos contratos de Corresponsabilidade Assumida como preço preestabelecido.

### 16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Baixas (i) | (42.427) | (18.806) |
| Despesas com telemarketing e assistências | (6.472) | (19.700) |
| Reversão (Provisão) para perdas sobre créditos | (561) | (14.851) |
| Despesas com apólices e contratos | (375) | (602) |
| Outras despesas | (50) | (53) |
| **Total** | **(49.885)** | **(54.012)** |

(i) Baixas dos valores a receber dos planos individuais referente as faturas vencidas acima de 180 dias e de valores recebidos a menor.

### 17. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As despesas de comercialização referem-se às comissões, agenciamentos e pró-labore incorridos/pagos para a rede de corretores independentes e a outros canais de distribuição.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Despesas com comissões | (60.557) | (49.451) |
| Despesas com pró-labore | (87) | (1) |
| Despesas com agenciamento (i) | 1.504 | (1.912) |
| **Total** | **(59.140)** | **(51.364)** |

(i) Refere-se a reversão de provisão de comissionamento junto a parceiro comercial.

### 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal e serviços de terceiros | (17.113) | (16.020) |
| Despesas com localização e funcionamento | (2.995) | (3.357) |
| Despesas com taxas e emolumentos | 17 | (582) |
| Despesas com publicidade e propaganda | (194) | (2.727) |
| Despesas de rateio com partes relacionadas (nota. 21) (i) | (51.373) | (30.485) |
| Outras | (577) | (1.051) |
| **Total** | **(72.235)** | **(54.222)** |

(i) Substancialmente despesas administrativas de localização e funcionamento e Despesa de Pessoal (BackOffices).

### 19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras:** | | |
| Receitas com títulos de renda fixa | 6.944 | 2.550 |
| **Subtotal** | **6.944** | **2.550** |
| **Despesas financeiras:** | | |
| Encargos financeiros sobre tributos | (210) | (77) |
| **Subtotal** | **(210)** | **(77)** |
| **Total do resultado financeiro** | **6.734** | **2.473** |

### 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:**

| | 2022 | | 2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | IR | CS | IR | CS |
| Resultado antes dos impostos e das participações | 2.988 | 2.988 | 6.703 | 6.703 |
| Alíquota vigente | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício | (747) | (269) | (1.676) | (603) |
| Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes | | | | |
| Contribuições e Entidades de Classes | 91 | 33 | – | – |
| Outras adições (exclusões) permanentes | (180) | (65) | 621 | (16) |
| Resultado de imposto de renda e contribuição social | (836) | (301) | 1.055 | 619 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 1 | – | (4.080) | (1.708) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | (836) | (301) | 3.025 | 1.089 |

### 21. PARTES RELACIONADAS

A Operadora apresenta saldos relativos a transações com partes relacionadas com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais e não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

| | Passivo | | Despesas | |
|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| **Metropolitan Life Seguros e Previdência S.A.** | | | | |
| Intercompany (nota 11 e 18) | 4.747 | 1.617 | (51.373) | (30.485) |
| | 4.747 | 1.617 | (51.373) | (30.485) |

### 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância.

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros referem-se a riscos diversos e responsabilidade civil e englobam também a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. e MetLife Administradora de Planos Multipatrocinados Ltda., que são partes relacionadas da Operadora.

| Itens | Tipo de cobertura | Vigência | 2022 Importância segurada | 2021 Importância segurada |
|---|---|---|---|---|
| Edifícios, instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas | Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador. | De 30/04/2022 a 30/04/2023 | 49.352 | 49.549 |
| Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) | Pagamentos a títulos de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma declaração. | De 14/06/2022 a 14/06/2023 | 73.508 | 76.235 |

### 23. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Operadora acredita que uma assertiva Gestão de Riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, stakeholders e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a companhia é estruturada no modelo de 03 linhas de defesa, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da companhia, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes a Operadora.

A área de Gestão de Riscos da operadora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional de Riscos, garantindo imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

Risco Operacional

A Operadora avalia periodicamente os riscos inerentes aos quais está exposta na dimensão inerente e residual. De maneira a quantificar a materialização dos Riscos Operacionais, a companhia compõe uma base de dados de perdas em sua operação mediante metodologia própria. Cabe destacar que as áreas operacionais e de negócio são partes fundamentais na avaliação deste tipo de risco.

Gestão de capital

O gerenciamento do capital da Operadora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Patrimônio Mínimo Ajustado (Resolução Normativa - RN nº 526).

Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

Risco de flutuação dos custos médicos odontológicos

Os contratos possuem prazo médio de 24 meses, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN nº 392/15 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, se as taxas médias de mercado de 2022 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R$ 261.

### 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dada a recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da "coisa julgada" em âmbito tributário, proferida em 8 de fevereiro de 2023, a Operadora está avaliando eventuais impactos decorrentes da referida decisão. De todo modo, as análises preliminares realizadas até o momento levam à conclusão de que não haveria impacto nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva da Operadora em 30 de março de 2023.

## Diretoria

**Breno Persona Machado Gomes**
Diretor-Presidente

**Jaime Barbosa Santos Neto**
Diretor

**Luís Danilo Bronzatto Maurici**
Responsável Técnico

## Controller

**Tatiane Paula dos Santos**
CRC 1SP274301/O-7

## Contadora

**Gislene Maria da Silva Sobral**
CRC 1SP229522/O-2

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria Executiva e aos Acionistas da
Metlife Planos Odontológicos Ltda.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria Executiva pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria Executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria Executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria Executiva pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria Executiva.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria Executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria Executiva a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Deborah Sulyak Martins Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 RJ 093358/O-5

Deloitte.

# Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 00.411.939/0001-49

**Demonstrações Contábeis para o Semestre e Exercício Findos em 31 de dezembro de 2022** (Em milhares de reais - R$, exceto lucro líquido por ações)

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório do auditor independente, sem ressalvas, emitido pela **"KPMG Auditores Independentes - Ltda."**. No primeiro semestre de 2022 ações foram tomadas na Finamax visando controlar o risco de crédito, como a adoção de políticas mais conservadoras para a concessão dos créditos pessoais e dos financiamentos de veículos, que foram implementadas em junho de 2022. Tais mudanças surtiram efeito na produção a partir desta data, onde obtivemos uma queda de mais de 50% na inadimplência das operações de crédito pessoal e de mais de 40% nas operações de financiamento de veículos. No 2º semestre de 2022, a Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento registrou prejuízo líquido de R$ 14,4 milhões, totalizando R$ 21 milhões de prejuízo em 31 de dezembro de 2022, correspondendo a R$ 5,69 por ação. O patrimônio líquido alcançou o montante de R$ 36 milhões e os Ativos totalizaram R$ 282 milhões. Conforme Estatuto Social da Sociedade, os lucros líquidos serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal até atingir este 20% (vinte por cento) do capital social; b) Dividendos aos acionistas na base mínima de 1% (um por cento); c) Percentagem à Diretoria, de acordo com o disposto no artigo 8º; e d) O restante do lucro apurado terá destinação de acordo com o que se for aprovado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria. A mensuração dos impactos futuros, sobre as condições econômicas, continuará sendo monitorada pela Administração.

Jundiaí - SP, 30 de março 2023

## Balanço Patrimonial

| Ativo | Nota explicativa | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **201.801** | **234.466** |
| Disponibilidades | 3.d | 36.568 | 895 |
| Instrumentos financeiros | | 157.460 | 227.625 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 3.d | 44.671 | 54.940 |
| Depósitos interfinanceiros | | 44.671 | 54.940 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 11.947 | 77.291 |
| Fundo de renda fixa | | 5.846 | 71.907 |
| Letras Financeiras | | 6.101 | 5.384 |
| Operações de crédito | | 100.842 | 95.394 |
| Operações de crédito - setor privado | 5 | 115.780 | 103.688 |
| (–) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 5.a/6 | (14.938) | (8.294) |
| Ativos fiscais correntes e diferidos | | 3.659 | 3.961 |
| Crédito tributário | 14 | 3.659 | 3.961 |
| Outros créditos | | 805 | 1.016 |
| Diversos | | 805 | 1.016 |
| Outros valores e bens | | 3.309 | 969 |
| Outros valores e bens | | 3.309 | 969 |
| **Não Circulante** | | **80.694** | **70.247** |
| Instrumentos financeiros | | 73.358 | 66.094 |
| Operações de crédito | | 73.358 | 66.094 |
| Operações de crédito - Setor privado | 5 | 84.225 | 71.675 |
| (–) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 5.a/6 | (10.867) | (5.581) |
| Ativos fiscais correntes e diferidos | | 6.725 | 3.441 |
| Crédito tributário | 14 | 6.725 | 3.441 |
| **Permanente** | | 611 | 712 |
| Imobilizado de uso | | 350 | 426 |
| Outras imobilizações de uso | | 3.603 | 3.669 |
| (–) Depreciações acumuladas | | (3.253) | (3.243) |
| Intangível | | 261 | 286 |
| Ativos intangíveis | | 1.942 | 1.769 |
| (–) Amortizações acumuladas | | (1.681) | (1.483) |
| **Total do Ativo** | | **282.495** | **304.713** |

| Passivo | Nota Explicativa | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **64.122** | **70.639** |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | | 59.103 | 65.960 |
| Depósitos a prazo | 7 | 23.126 | 50.156 |
| Acionistas domiciliados no País | | 23.126 | 50.156 |
| Recursos de aceites cambiais | 7 | 35.977 | 15.804 |
| Recursos de aceites cambiais | | 35.977 | 15.804 |
| Outras obrigações | 8 | 5.019 | 4.679 |
| Fiscais e previdenciárias | | 637 | 617 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 15 | 361 | 212 |
| Credores diversos - País | | 4.021 | 3.850 |
| **Não Circulante** | | 181.891 | 168.820 |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | | 181.891 | 168.820 |
| Depósitos a prazo | 7 | 120.471 | 92.331 |
| Acionistas domiciliados no país | | 120.471 | 92.331 |
| Recursos de aceites cambiais | 7 | 61.420 | 76.489 |
| Recursos de aceites cambiais | | 61.420 | 76.489 |
| **Patrimônio Líquido** | 9 | **36.482** | **65.254** |
| Capital social | 9.a / b | 55.500 | 55.500 |
| De domiciliado no país | | 55.500 | 55.500 |
| Reservas de lucros | | 2.059 | 9.754 |
| Prejuízos acumulados | | (21.077) | – |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **282.495** | **304.713** |

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas de lucros - Legal | Reservas de lucros - Outras | Lucros/Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2020** - Reapresentado | | 53.500 | 2.289 | 1.756 | 7.428 | 64.973 |
| Aumento de capital | 9.b | 2.000 | (244) | (1.756) | – | – |
| Lucro líquido do exercício | | – | – | – | 281 | 281 |
| Destinações: | | | | | | |
| Apropriação de reservas | | – | 14 | 7.695 | (7.709) | – |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2021** | | **55.500** | **2.059** | **7.695** | – | **65.254** |
| Prejuízo líquido do exercício | | – | – | – | (21.077) | (21.077) |
| Destinações: | | | | | | |
| Dividendos | 9.e | – | – | (7.695) | – | (7.695) |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2022** | | **55.500** | **2.059** | – | **(21.077)** | **36.482** |
| **Saldos em 30 de Junho de 2022** | | **55.500** | **2.059** | – | **(6.665)** | **50.894** |
| Prejuízo líquido do semestre | | – | – | – | (14.412) | (14.412) |
| Destinações: | | | | | | |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2022** | | **55.500** | **2.059** | – | **(21.077)** | **36.482** |

## Demonstração do Resultado

| | Nota explicativa | 2º Sem./2022 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas da Intermediação Financeira** | | **41.396** | **80.991** | **63.004** |
| Operações de crédito | 5.d | 34.191 | 67.094 | 56.175 |
| Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários | 4 | 7.205 | 13.897 | 6.829 |
| **Despesas da Intermediação Financeira** | | **(17.427)** | **(30.878)** | **(10.858)** |
| Operações de captação no mercado | 7 | (17.427) | (30.878) | (10.858) |
| **Resultado Bruto da Intermediação Financeira** | | 23.969 | 50.113 | 52.146 |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 6 | (17.691) | (32.340) | (14.463) |
| **Outras Receitas (Despesas) Operacionais** | | (22.513) | (41.794) | (37.447) |
| Receitas de prestações de serviços | 10.a | 1.687 | 4.234 | 3.894 |
| Despesas de pessoal | 10.b | (4.254) | (8.012) | (7.912) |
| Outras despesas administrativas | 10.c | (16.955) | (32.058) | (26.973) |
| Despesas tributárias | 10.d | (1.128) | (2.437) | (2.472) |
| Outras receitas operacionais | 10.e | 29 | 43 | 104 |
| Outras despesas operacionais | 10.f | (1.892) | (3.564) | (4.088) |
| **Resultado Operacional** | | **(16.235)** | **(24.021)** | **236** |
| **Resultado não Operacional** | | **(132)** | **(38)** | **640** |
| **Resultado antes da Tributação sobre o Lucro** | | (16.367) | (24.059) | 876 |
| Imposto de renda - corrente | 14 | – | – | (95) |
| Imposto de renda - diferido | 14 | 1.222 | 1.864 | (260) |
| Contribuição social - corrente | 14 | – | – | (84) |
| Contribuição social - diferido | 14 | 733 | 1.118 | (156) |
| **Lucro/(Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício** | | (14.412) | (21.077) | 281 |
| Número de ações (por lote de mil ações) | 9.a | 3.700 | 3.700 | 3.700 |
| (Prejuízo)/Lucro líquido por ação - R$ | | (3,90) | (5,70) | 0,08 |

## Demonstração do Resultado Abrangente

| | 2º Sem/2022 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| **(Prejuízo)/Lucro Líquido do Semestre/Exercício** | **(14.412)** | **(21.077)** | **281** |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – |
| Resultados abrangentes do semestre/exercício | (14.412) | (21.077) | 281 |

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | Nota explicativa | 2º Sem./2022 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais** | | | | |
| (Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício | | (14.412) | (21.077) | 281 |
| Ajustes ao lucro/prejuízo líquido do semestre/exercício | | 16.020 | 29.867 | 15.749 |
| Depreciação e amortização | | 206 | 387 | 531 |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 6 | 17.691 | 32.340 | 14.463 |
| Ativos fiscais diferidos | 14 | (1.955) | (2.982) | 595 |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 15 | 78 | 122 | 160 |
| Lucro líquido do semestre/exercício ajustado | | 1.608 | 8.790 | 16.030 |
| Variação nos ativos e passivos | | 38.580 | 24.595 | (13.132) |
| (Aumento) redução de operações de crédito | | (5.317) | (45.052) | (20.591) |
| (Aumento) redução de títulos e valores mobiliários | | 58.375 | 66.346 | 6.753 |
| (Aumento) redução de outros créditos | | 124 | 210 | (327) |
| (Aumento) Redução de outros valores e bens | | (1.090) | (2.340) | 162 |
| (Redução) Aumento de depósitos a prazo | | (15.086) | 1.110 | 2.339 |
| (Redução) Aumento de recursos de aceites cambiais | | 1.189 | 5.104 | (568) |
| (Redução) Aumento recursos de obrigações e fiscais e previdenciárias | | (127) | 20 | (212) |
| (Redução) Aumento de outras obrigações | | 512 | 197 | 2 |
| IR e CS pagos | | – | – | (690) |
| Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais | | 40.188 | 33.385 | 2.898 |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento** | | | | |
| Aquisição de imobilizado de uso | | (27) | (116) | (77) |
| Aquisição de intangível | | (157) | (173) | (99) |
| Alienação de imobilizado de uso | | – | 2 | 4 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (184) | (287) | (172) |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | | |
| Pagamento de dividendos | 9.e | – | (7.695) | – |
| Pagamento de juros sobre o capital próprio | | – | – | (456) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | – | (7.695) | (456) |
| **Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | 40.004 | 25.403 | 2.270 |
| No início do semestre/Exercício | 3.e | 41.234 | 55.835 | 53.565 |
| No fim do semestre/Exercício | 3.e | 81.238 | 81.238 | 55.835 |
| **Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | 40.004 | 25.403 | 2.270 |

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**1. Contexto Operacional:** A Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), constituída em 1994, com sede na rua Rangel Pestana, 681 - Centro, na cidade de Jundiaí-SP, opera como sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com a autorização do Banco Central do Brasil - BACEN em 9 de janeiro de 1995. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que contemplam as disposições contidas na legislação societária e com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do BACEN. As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN. Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 31 de março de 2023. **Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros: a) Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021:** • Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras. A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada. • Resolução CMN nº 4.877, de 23 de dezembro de 2020. A norma entrou em vigor em 01.01.2021 e estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados. • Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN nº 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022. • Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. A Resolução CMN nº 4.924/2021 entra em vigor em 01.01.2022. • Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais. A Resolução nº 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022. Os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma: • determinou a elaboração e remessa ao BACEN de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), com redação dada pela Resolução CMN nº 5.019, até 31.12.2022; • facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil COSIF, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020; • determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24). A Resolução 4.966 de 25 de novembro de 2021 afetará diretamente a forma como é feita a contabilização das operações de crédito assim como das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Com base no que já foi divulgado pelo Banco Central e pela Receita Federal, estamos avaliando todos os impactos que a Finamax sofrerá. Neste primeiro momento estamos em contato com nossos fornecedores, a fim de garantirmos que estes atenderão todas as mudanças já previstas. Todas as nossas políticas internas serão analisadas e adequadas e, se necessário, novas serão desenvolvidas para atender à nova Resolução. Apesar de a instituição de enquadrar no modelo simplificado que é brevemente mencionado na Resolução, sabemos que as mudanças serão relevantes e estamos trabalhando internamente a fim de nos adequarmos a todas elas. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Receitas e despesas:** As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **c) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários, divulgações sobre contingências passivas e as respectivas receitas e despesas nos períodos demonstrados. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas mensalmente. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** São representadas por disponibilidades em moeda nacional que incluem caixa e contas correntes em bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, classificadas como equivalentes de caixa.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 81.239 | 55.835 |
| Caixa | 1 | 2 |
| Depósitos bancários | 36.567 | 893 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 44.671 | 54.940 |

**e) Instrumentos Financeiros:** • Aplicações Interfinanceiras de liquidez: Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, deduzido, quando aplicável, de provisão para desvalorização; • Títulos e valores mobiliários: Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo: **I. Títulos para negociação:** Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título. **II. Títulos mantidos até o vencimento:** Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. **III. Títulos disponíveis para venda:** Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e II. Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos e valores mobiliários detidos pela Sociedade estavam classificados como "títulos para negociação". **f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN, em destaque a Resolução CMN 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999. **g) Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda e Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos por veículos recebidos em dação de pagamento. A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019. São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pela Sociedade, sendo avaliados pelo menor valor entre: (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda. A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período. Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Havendo indicação de desvalorização, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso. **h) Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigível a longo prazo:** Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões necessariamente constituídas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos. **i) Imobilizado de uso e intangível:** Os imobilizados de uso e os intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O intangível é representado por benfeitorias em propriedade de terceiros e pela aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados, sendo amortizados à alíquota de 10% ao ano e 20% ao ano, respectivamente. O imobilizado de uso é composto por móveis e equipamentos de uso e equipamentos de comunicação, depreciados à alíquota de 10% ao ano, e veículos e computadores, depreciados a alíquota de 20% ao ano. A depreciação do imobilizado de uso e a amortização do intangível são contabilizadas em Outras Despesas Administrativas. Os ativos não financeiros são revisados em bases anuais para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Até 31 de dezembro de 2022, não teve nenhum ativo permanente com indícios de perda em seu valor recuperável. **j) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre bases tributáveis e alíquotas, segundo a legislação pertinente a cada um desses encargos, sendo elas 25% para o IRPJ e 15% para a CSLL. A partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota de CSLL foi majorada para 20%, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. **k) Ativos Fiscais Diferidos:** Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização, vigente a partir de 01.01.2021. **l) Depósitos e demais instrumentos financeiros:** Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. O resultado correspondente é registrado em despesas com operações de captação no mercado. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes:** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; **Provisões:** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **n) Lucro por ações:** O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20. **o) Resultado não recorrente:** Conforme Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, entende-se como resultado não recorrente, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Considerando a definição acima, a Sociedade não registrou resultados não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:** A Sociedade adotou como estratégia de atuação adquirir depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários com o propósito de mantê-los disponíveis para negociação, todas as aplicações possuem liquidez diária.

| Tipo de aplicação | Saldo em 31.12.2022 | Saldo em 31.12.2021 |
|---|---|---|
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | | |
| Depósitos interfinanceiros | 44.671 | 54.940 |
| **Títulos e valores mobiliários** | | |
| Fundos de renda fixa | 5.846 | 71.907 |
| Letras financeiras | 6.101 | 5.384 |
| **Total aplicado** | **56.618** | **132.231** |

Os depósitos interfinanceiros são remunerados a taxas entre 100% e 106% da variação do CDI e a rentabilidade dos fundos busca acompanhar a variação do CDI. As receitas com juros das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários estão apresentadas a seguir:

| Tipo de aplicação | 2º semestre/22 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Depósitos interfinanceiros | 3.034 | 5.798 | 2.426 |
| Fundos de renda fixa | 3.751 | 7.356 | 4.151 |
| Letras Financeiras | 420 | 744 | 252 |
| **Total de receitas** | **7.205** | **13.897** | **6.829** |

A composição da carteira por tipo de aplicação e vencimento está demonstrada abaixo:

| Vencimento em Dias | Sem Vencimento (31.12.2022) | até 180 | de 181 a 360 | Acima de 360 | Valor de custo | Valor contábil | Valor de custo (31.12.2021) | Valor contábil (31.12.2021) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CDI - Liquidez Diária | – | 27.286 | 10.672 | 6.713 | 42.676 | 44.671 | 53.612 | 54.940 |
| Cotas de fundos de investimentos (*) | 5.846 | – | – | – | 3.334 | 5.846 | 52.608 | 71.907 |
| Letras Financeiras | – | 3.569 | – | 2.532 | 5.300 | 6.101 | 5.000 | 5.384 |

(*) As cotas em fundo de investimento, não possuem vencimento e estão com resgate em D+1. **5. Operações de Crédito:** A composição da carteira de crédito da Sociedade, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Resolução nº 2.697 é demonstrada como segue:

| a) Por tipo de operações: | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Empréstimos e títulos descontados | 50.071 | 43.525 |
| Financiamentos | 149.934 | 131.838 |
| | 200.005 | 175.363 |
| (–) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6) | (25.805) | (13.875) |
| **Saldo líquido da carteira** | **174.200** | **161.488** |
| Circulante | 115.780 | 103.688 |
| Não Circulante | 84.225 | 71.675 |
| **Saldo da carteira** | **200.005** | **175.363** |

| b) Por tipo de cliente: | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Pessoa física | 198.748 | 174.185 |
| Indústria | 269 | 212 |
| Comércio | 775 | 670 |
| Serviços | 213 | 296 |
| **Saldo da carteira** | **200.005** | **175.363** |

| c) Por faixa de vencimento: | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Vencidas | 17.888 | 11.749 |
| A vencer até 90 dias | 31.699 | 29.333 |
| De 91 a 360 dias | 66.194 | 62.606 |
| Acima de 360 dias | 84.224 | 71.675 |
| Saldo da carteira | **200.005** | **175.363** |

| d) Composição das rendas: | 2º semestre/22 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Empréstimos | 9.664 | 20.211 | 16.576 |
| Financiamentos | 21.068 | 39.941 | 31.855 |
| Recuperação de crédito | 3.459 | 6.942 | 7.744 |
| **Total** | **34.191** | **67.094** | **56.175** |

Não há concentração de crédito liberado a um mesmo cliente. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do maior devedor é de R$ 199 (R$ 146 em 31 de dezembro de 2021). Não há avais e fianças concedidos pela Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **6. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/99, após análise da administração. No exercício de 2022, houve uma constituição de provisão no montante de R$32.340 (no exercício de 2021, R$14.463). No entanto, no exercício de 2022, foram baixadas para prejuízo operações de crédito no montante de R$20.410 (R$16.869 no exercício de 2021), passando o saldo da provisão para R$25.805 no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 (R$13.875 em 31 de dezembro de 2021).

| | 2º semestre/22 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Saldo Inicial | 20.845 | 13.875 | 16.281 |
| Constituição/(Reversão) líquida | 17.691 | 32.340 | 14.463 |
| Baixa para prejuízo | (12.731) | (20.410) | (16.869) |
| **Saldo Final** | **25.805** | **25.805** | **13.875** |

No segundo semestre de 2022, houve a recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R$ 3.459 (nota 5.d) e no exercício de 2022, no montante de R$ 6.942 (R$ 7.744 em 31 de dezembro de 2021), lançados em outras receitas operacionais na demonstração do resultado. A posição da carteira de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, por níveis de risco e a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, correspondentes estão demonstradas a seguir:

| Níveis de risco | % de Provisão | Saldo da carteira 31.12.2022 | Saldo da carteira 31.12.2021 | Provisão constituída 31.12.2022 | Provisão constituída 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| A | 0,50 | 136.707 | 128.066 | 684 | 640 |
| B | 1,00 | 16.641 | 13.377 | 166 | 134 |
| C | 3,00 | 10.485 | 11.193 | 315 | 336 |
| D | 10,00 | 6.365 | 5.853 | 636 | 585 |
| E | 30,00 | 3.896 | 4.107 | 1.169 | 1.232 |
| F | 50,00 | 3.962 | 2.465 | 1.981 | 1.233 |
| G | 70,00 | 3.651 | 1.958 | 2.556 | 1.371 |
| H | 100,00 | 18.298 | 8.344 | 18.298 | 8.344 |
| **Total** | | **200.005** | **175.363** | **25.805** | **13.875** |

**7. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros:** Estão demonstrados pelo saldo dos valores captados, atualizados até 31 de dezembro de 2022 e por prazo de vencimento.

| Vencimento em dias | até 90 dias | de 91 a 360 dias | mais de 360 dias | Saldo em 31.12.2022 | Saldo em 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Depósitos a prazo | 902 | 22.224 | 120.471 | 143.597 | 142.487 |
| Recursos de aceites cambiais | 4.947 | 31.030 | 61.420 | 97.397 | 60.563 |

As carteiras de captação de depósito a prazo e de letras de recursos cambiais, possuem uma remuneração média de 106% do CDI e 102% do CDI, respectivamente (a mesma remuneração em 2021). Os saldos com partes relacionadas, estão demonstrados na nota 13.a. As despesas com captação no mercado estão apresentadas a seguir:

| | 2º semestre/22 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Depósito a prazo | 11.039 | 19.318 | 6.515 |
| Letra de câmbio | 6.233 | 11.260 | 4.061 |
| Despesa com registro - Fundo garantidor de crédito | 155 | 300 | 282 |
| **Total** | **17.427** | **30.878** | **10.858** |

**8. Outras Obrigações:** O saldo de outras obrigações está composto por:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| PIS/COFINS | 163 | 188 |
| Impostos sobre serviços | 306 | 277 |
| Encargos trabalhistas | 168 | 152 |
| Total fiscais e previdenciárias | 637 | 617 |
| Pagamentos a processar | 550 | 194 |
| Fornecedores | 2.500 | 2.319 |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15) | 361 | 253 |
| Despesas de pessoal | 897 | 1.169 |
| Outros | 74 | 127 |
| Total credores diversos | 4.382 | 4.062 |
| **Total outras obrigações** | **5.019** | **4.679** |

**9. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social é representado por 3.700.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado na data do balanço, por acionistas domiciliados no país. **b) Aumento de capital:** Em 14 de junho de 2021, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R$2.000, passando o capital para R$55.500, mediante a incorporação do saldo da conta de reservas de lucros. **c) Reserva Legal:** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976; **d) Reservas de Lucros - Outras:** Após a destinação dos dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, e a constituição de reserva legal, o saldo, se houver, será destinado à conta de "Reservas de Lucros - Outras", para destinação futura a ser definida pela Assembleia Geral. **e) Distribuição de dividendos:** Em 29 de abril de 2022 foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a distribuição de dividendos relativas ao lucro líquido de 2021 no valor R$ 7.695. O pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 20 de maio de 2022. Em 2021 não houve distribuição de dividendos. **10. Receitas e Despesas Operacionais: a) Receitas de prestações de serviços:**

| a) Receitas de prestações de serviços: | 2º semestre/22 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Tarifa de cadastro | 1.649 | 4.145 | 3.815 |
| Outras | 38 | 89 | 79 |
| **Total** | **1.687** | **4.234** | **3.894** |
| **b) Despesas de pessoal:** | **2º semestre/22** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Ordenados e salários | 2.855 | 5.317 | 5.386 |
| Encargos sociais | 829 | 1.612 | 1.560 |
| Benefícios | 568 | 1.079 | 953 |
| Treinamentos | 2 | 4 | 13 |
| **Total** | **4.254** | **8.012** | **7.912** |
| **c) Outras despesas administrativas:** | **2º semestre/22** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Serviços do sistema financeiro | 9.875 | 18.146 | 15.838 |
| Serviços de terceiros | 1.639 | 3.578 | 3.106 |
| Serviços de processamento de dados | 2.594 | 5.216 | 3.970 |
| Despesas de transportes | 740 | 1.205 | 662 |
| Despesas de comunicação | 322 | 565 | 552 |
| Despesa de depreciação | 93 | 189 | 274 |
| Despesa de amortização | 113 | 198 | 257 |
| Outras | 1.580 | 2.959 | 2.314 |
| **Total** | **16.955** | **32.058** | **26.973** |
| **d) Despesas Tributárias:** | **2º semestre/22** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| COFINS | 898 | 1.914 | 1.959 |
| PIS | 146 | 311 | 318 |
| ISS | 84 | 212 | 195 |
| **Total** | **1.128** | **2.437** | **2.472** |
| **e) Outras Receitas Operacionais:** | **2º semestre/22** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Reversão de provisão para riscos e outras | – | 10 | 97 |
| Outros | 29 | 33 | 7 |
| **Total** | **29** | **43** | **104** |
| **f) Outras Despesas Operacionais:** | **2º semestre/22** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Despesas financeiras | 533 | 1.081 | 969 |
| Descontos concedidos | 1.281 | 2.361 | 2.958 |
| Outros | 78 | 122 | 171 |
| **Total** | **1.892** | **3.564** | **4.098** |

**11. Juros sobre o Capital Próprio:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não constituiu provisão para juros sobre o capital próprio (o mesmo ocorreu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). **12. Gerenciamento de Risco:** A Sociedade, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte e natureza de suas operações, e está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, sendo os principais riscos: **a) Risco de crédito:** O Gerenciamento de Risco de Crédito, prevê a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito é realizado com base na Política de Risco da Sociedade, aprovada pela diretoria, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação de exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que a Sociedade atua. **b) Risco de mercado:** O Gerenciamento de Risco de Mercado, prevê a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores e taxas de mercado, contemplando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição a risco da Sociedade. O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado na Sociedade é regido pela Política de Risco, aprovada pela Administração, e segue os parâmetros definidos na RAS para o período de avaliação; **c) Risco operacional:** O Gerenciamento de Risco Operacional, prevê que sejam identificados os principais riscos operacionais de cada uma das unidades das Áreas Comerciais e Administrativas; identificado o risco, o mesmo é avaliado em função da probabilidade e impacto de sua ocorrência, para que, posteriormente, ações de controle e/ou mitigação fossem determinadas com base nas presentes análises. **d) Risco de liquidez:** O Gerenciamento de Risco de Liquidez, prevê o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Sociedade, em honrar seus compromissos. A Gestão do Risco de Liquidez da Sociedade é regida pela Política de Risco, aprovada pela diretoria, onde são estabelecidos os limites para os Índices de disponibilidade sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa da Sociedade realizado pela Administração. **e) Gerenciamento de Capital:** Prevê a avaliação e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos nas operações e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Sociedade é adequada ao porte e à complexidade de suas operações. **13. Partes Relacionadas: a)** A carteira de captação via depósito a prazo, com saldo de R$143.597 em 2022 (R$142.487 em 31 de dezembro de 2021), é composta, exclusivamente, por aplicações dos acionistas e gerou despesas de captação no montante de R$11.039 no 2º semestre de 2022 e R$19.318 no exercício de 2022 (R$6.515 no exercício de 2021). Da carteira de Letras Cambiais, o saldo de R$17.099 em 2022 (R$19.089 em 31 de dezembro de 2021), é composto por aplicações de partes relacionadas e gerou despesas de captação no montante de R$1.160 no 2º semestre de 2022 e R$2.154 no exercício de 2022 (R$725 no exercício de 2021). **b) Despesas com partes relacionadas estão assim compostas:**

| | 2º semestre/22 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Urbitec Construções (*) | 60 | 119 | 107 |
| Oliva Participações (**) | 143 | 288 | 262 |
| **Total** | **203** | **407** | **369** |

(*) A Urbitec Construções presta serviço de conservação do canteiro central da Avenida Jundiaí, uma das principais avenidas da cidade de Jundiaí, onde a Sociedade mantém placas de divulgação. (**) A Oliva Participações, é proprietária do prédio onde está instalada uma filial da Sociedade, e o valor é referente à locação do imóvel. A Urbitec Construções e a Oliva Participações são controladas por acionistas da Sociedade. **c) Remuneração do pessoal-chave da administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve pagamento de remuneração variável e os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus administradores estavam assim compostos:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Remuneração | 899 | 907 |
| Encargos sociais | 202 | 204 |
| **Total** | **1.101** | **1.111** |

A Sociedade não proporciona benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou remunerações variáveis para o pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para diretores e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Abaixo demonstramos a reconciliação do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

| | 2º semestre/2022 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | (16.367) | (24.059) | 876 |
| Adições | 9.516 | 17.060 | 8.314 |
| Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 9.426 | 16.923 | 8.123 |
| Outras adições | 90 | 137 | 191 |
| Exclusões | (4.088) | (8.742) | (8.715) |
| Realização de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | (2.747) | (6.190) | (6.639) |
| Recuperação de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa | (1.341) | (2.543) | (1.980) |
| Reversão de provisões para Cartas Fiança | – | (9) | (96) |
| Resultado antes dos impostos | (10.939) | (15.741) | 475 |
| IR/CSLL - Correntes | – | – | (179) |
| IR/CSLL - Diferidos | 1.955 | 2.982 | (416) |

De acordo com a medida provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022, convertida na Lei 14.446 de 2 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada, para o período de agosto/2022 a dezembro/2022, em 1%, passando de 15% para 16%. A partir de 2021, devido a edição da Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020, a Administração adotou o reconhecimento dos créditos tributários das diferenças temporárias provenientes das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Abaixo a composição dos valores:

| Créditos Tributários - PCLD | IRPJ | CSLL | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Base de cálculo | 25.961 | 25.961 | 25.961 | 18.505 |
| Alíquota | 25% | 15% | 40% | 40% |
| **Total** | **6.490** | **3.895** | **10.385** | **7.402** |

| Movimentação dos Créditos Tributários | IRPJ | CSLL | Total 31.12.2022 | Total 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Saldo Inicial | 4.626 | 2.776 | 7.402 | 7.819 |
| Constituições | 4.423 | 2.653 | 7.076 | 5.785 |
| Realizações/Reversões | (2.559) | (1.535) | (4.094) | (6.202) |
| **Saldo Final** | **6.490** | **3.894** | **10.384** | **7.402** |

O saldo previsto de utilização para o ano de 2022 foi de R$3.960, e foi utilizado o valor de R$2.476. O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 segue abaixo demonstrada:

| Exercício | Saldo | Valor Presente |
|---|---|---|
| 2023 | 3.736 | 3.494 |
| 2024 | 6.323 | 5.239 |
| 2025 | 325 | 249 |
| **Saldo Total** | **10.384** | **8.982** |

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com a utilização da taxa Selic fixada e vigente em 31 de dezembro de 2022, que era 13,75% a.a. A Sociedade optou por não reconhecer os créditos tributários oriundos das provisões de contingências, composto por ações judiciais classificadas com risco provável de perda, conforme nota explicativa nº 15. O valor não reconhecido é de R$134 em 31 de dezembro de 2022 (R$95 em 31 de dezembro de 2021). A opção de não reconhecimento desses créditos, se dá devido à dificuldade de mensuração da data de realização do crédito, visto que dependem de sentença judicial, que podem ser contestadas. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. **15. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas e Passivos Contingentes:** A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, sendo também parte em processos de natureza trabalhista. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões da Administração e dos assessores jurídicos. A Sociedade tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, registrada na conta de outras obrigações, no montante de R$334 em 31 de dezembro de 2022 (R$212 em 31 de dezembro de 2021) referente à processo de natureza cível. Não há provisões para processos de natureza trabalhista e de natureza tributária com classificação de perda provável em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os processos de natureza cível com classificação de perda possível totalizavam R$745 em 31 de dezembro de 2022 (R$683 em 31 de dezembro de 2021). Os processos de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizam R$1.642 em 31 de dezembro de 2022 (R$286 em 31 de dezembro de 2021). Não havia processos de natureza tributária com classificação de perda possível em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros, bem como revisão de taxa juros. As variações dos saldos estão demonstradas abaixo:

| | Processos Classificados como Provável | Processos Classificados como Possível |
|---|---|---|
| Saldo Inicial => | 212 | 969 |
| Baixa por Pagamento => | – | – |
| Provisão/(Baixa Processos) => | 122 | 1.418 |
| Saldo Final => | 334 | 2.387 |

**16. Limites Operacionais:** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades. A partir de dezembro de 2019, a instituição fez a opção pelo enquadramento no grupo de instituições da segmentação S5, calculando seu risco de Basileia de acordo com o modelo simplificado, de acordo com os modelos e padrões definidos pelo Banco Central do Brasil, abaixo demonstramos os valores:

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| **Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)** | **36.221** | **64.958** |
| RWARCSIMP - Risco de Crédito | 31.812 | 38.338 |
| RWAROSIMP - Risco Operacional | 3.453 | 3.799 |
| **Patrimônio Mínimo Requerido** | **35.265** | **42.137** |
| **Ativos Ponderados por Risco (RWA)** | **207.446** | **259.303** |
| **Patrimônio Requerido para o RWA** | **35.265** | **42.137** |
| **Índice de Basileia** | **17,46%** | **25,06%** |

O índice de requerimento fixado pelo BACEN na Resolução 4.813 de 30 de abril de 2020 é de 17% para a data-base de 31 de dezembro de 2022 (16,25% em 31 de dezembro de 2021). **17. Eventos Subsequentes:** Não há eventos subsequentes para o exercício findo em 31 de dezembro 2022.

**Diretoria**

**Viviane Graciela Jarra Girardo** – Diretora Presidente

**Márcio Pizzolato** – Diretor Vice-Presidente

**Contadora**

**Gabriela Giseli da Silva**
CRC: SP-341186/O-1

continua →★

Olegario Valdemar Lago, que trabalha na frente de casa como serralheiro em favela em Buenos Aires Fernando Canzian/Folhapress

Fonte: Dados cartográficos ©2023 Google

# Pobreza e precarização no mercado de trabalho avançam na Argentina

## Folha reencontra após 16 anos morador da Villa 31, favela de Buenos Aires que duplicou de tamanho

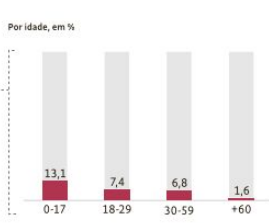
Dos novos postos de trabalho, 70% são informais; e temos mais de 40% dos trabalhadores formais na pobreza, que não conseguem comprar uma cesta básica completa

**Dante Sica**
ex-ministro da Produção e do Trabalho

**Fernando Canzian**

### Pobreza e indigência aumentam na Argentina

* Recebem menos que o valor da Cesta Básica Total (57.302 pesos por adulto; R$ 774 no câmbio paralelo), que compreende alimentos e bens e serviços como vestuário, transporte, educação e saúde, entre outros

* Recebem menos que o valor da Cesta Básica de Alimentos, equivalente a 2.750 calorias (26.046 pesos por adulto; R$ 352 no câmbio paralelo)
Fonte: Observatório da Dívida Social da Universidade Católica Argentina e Indec

BUENOS AIRES Morador da maior favela central de Buenos Aires, a Villa 31, Olegario Valdemar Lago, 60, diz que a vida só piorou nos últimos 16 anos. "A favela cresceu para cima, e a gente empobreceu", afirma.

Após de ter visitado o local em 2007 na campanha eleitoral que elegeu Cristina Kirchner à Presidência, a reportagem da **Folha** reencontrou Lago no mesmo local em que ele residia à época.

Sobre sua casa, como acima de centenas de outras, foram erguidos novos andares, formando um labirinto de pequenos prédios que chegam a cinco pavimentos, o que aumentou muito a densidade populacional. De 2007 para cá, a Villa 31 praticamente duplicou a população e tem hoje cerca de 45 mil habitantes. Segundo levantamento oficial de 2018, a província de Buenos Aires tinha 1.600 das 4.228 favelas do país. Mais de um quarto delas surgiu a partir de 2010.

Lago trabalha na frente de sua casa como serralheiro, realizando consertos para clientes locais. O trabalho, diz, é cada vez mais escasso, e os moradores cada vez podem pagar menos. Sua mulher é gari, e o único filho adulto que ainda vive com ele recebe ajuda do Estado por questões de saúde.

Num bom mês, a família consegue 130 mil pesos (R$ 1.733 pelo câmbio paralelo), contando o subsídio ao filho. Mas os três rendimentos são insuficientes para tirá-los da pobreza. Eles teriam de ganhar no mínimo 172 mil pesos (R$ 2.290) para deixar essa condição, de acordo com critério do Indec (Instituto Nacional de Estatística e Censos, o IBGE argentino).

O Indec considera pobres os argentinos com renda individual mensal inferior a 57.302 pesos (R$ 774), e miseráveis, abaixo de 26.046 pesos (R$ 352). Por esse critério, 43,1% da população é pobre (19,7 milhões), e 8,1%, miserável (3,7 milhões).

Nos últimos dez anos, a taxa de pobreza argentina deu um salto de 15 pontos percentuais. Segundo o Observatório da Dívida Social da UCA (Universidade Católica Argentina), ela atingiria metade do país se o governo não subsidiasse de alguma forma (com tarifas de energia, transporte e transferências em dinheiro) cerca de 40% das residências.

Mesmo assim, para efeito de comparação, a Argentina é menos pobre e desigual do que o Brasil. De acordo com cálculo do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, usando o critério do Banco Mundial para os que vivem com menos de US$ 5,50 ao dia (R$ 28), a Argentina teria 18,2% de sua população na pobreza; o Brasil, 29,6%.

O cálculo considera a chamada PPP (paridade de poder de compra), métrica que remove distorções causadas por taxas de câmbio, custos de vida diferentes e rendimentos.

Também ajustado pela PPP, o PIB per capita argentino é maior que o brasileiro: equivalem a US$ 21,5 mil e US$ 14,6 mil, respectivamente, segundo o Banco Mundial.

A Argentina também tem um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) superior ao brasileiro. O país está no 47º lugar no ranking de 191 países do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Brasil, em 87º.

O problema da Argentina, porém, é que o mercado de trabalho vem se precarizando rapidamente, com uma explosão de vagas informais e empregos formais que não pagam os valores para tirar trabalhadores da pobreza (pelo critério do Indec).

Há poucos dias, acordo entre sindicatos patronais e de trabalhadores estabeleceu novo aumento, escalonado, de 26,6% para o salário mínimo. Em junho, o valor chegará a 87.987 pesos (R$ 1.173) e não cobrirá as necessidades de uma família de quatro pessoas (com dois adultos ganhando o salário mínimo e duas crianças).

Com a inflação subindo entre 6% e 7% ao mês, o novo mínimo, pago a trabalhadores formais, também estará desvalorizado em junho. Mas é a informalidade que avança no país.

"Dos novos postos de trabalho, 70% são informais; e temos mais de 40% dos trabalhadores formais na pobreza, que não conseguem comprar uma cesta básica completa", afirma o economista Dante Sica, ex-ministro da Produção e do Trabalho no governo de Mauricio Macri (2015-2019).

Segundo Daniel Imperial, 71, que opera no ramo frigorífico, praticamente todo o comércio de carnes fora das grandes redes de supermercados na Argentina ocorre no mercado informal, com trabalhadores informais.

"Os impostos são terríveis, e, nos matadouros, é muito difícil o controle", diz Imperial. "Já os preços sobem toda semana. Mas não é de hoje, vivemos uma crise muito longa."

De acordo com um empresário argentino voltado à área de comércio exterior que prefere não se identificar, a crônica falta de dólares no país tem levado cada vez mais empresas a sofrer com a escassez de produtos importados —afetando o crescimento e empregos de melhor qualidade.

Ele diz que as autorizações para importação tornaram-se arbitrárias, complicando o planejamento de longo prazo.

Segundo o economista argentino Miguel Broda, o fato abriu nova fonte de problemas no país. "Com tantas restrições, há mais corrupção para conseguir dólares para importações. Se [o suborno] era de 10%, agora custa pelo menos 15%."

Com a escassez de dólares, é a agropecuária, também grande empregadora na Argentina, quem mais sofre com impostos, especialmente sobre exportações.

"A enorme quantidade de impostos tira renda dos produtores. Somos obrigados a ser mesquinhos nos investimentos", afirma Nicolás Pino, presidente da Sociedade Rural Argentina.

"Em vez de produzir cerca de 140 milhões de toneladas [de grãos], poderíamos estar na faixa de 200 milhões."

Pino calcula que, nos últimos 21 anos, o Estado tenha arrecadado cerca de US$ 175 bilhões em impostos sobre a exportação agropecuária. "O país não melhorou nesse período, muito pelo contrário."

# Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

CNPJ nº 21.581.284/0001-27

**Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em Milhares de Reais, Exceto o Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício por Ação)**

| Balanços patrimoniais / Ativo | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **376.631** | **256.029** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 332.175 | 117.523 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 8.848 | 6.738 |
| Estoques | | 974 | 1.169 |
| Impostos a recuperar | 7 | 7.545 | 1.572 |
| Adiantamentos diversos | 8 | 4.846 | 50.902 |
| Despesas antecipadas | 9 | 22.243 | 33.944 |
| Ativo financeiro - concessão de serviços públicos | 10 | - | 44.180 |
| **Não circulante** | | **237.915** | **210.736** |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Contas a receber de clientes | 6 | 3.219 | 3.455 |
| Impostos a recuperar | 7 | 16.286 | 33.656 |
| Despesas antecipadas | 9 | 4 | 46 |
| Imobilizado | 11 | 5.170 | 5.515 |
| Intangível | 12 | 213.236 | 168.065 |
| **Total do ativo** | | **614.546** | **466.765** |

| Balanços patrimoniais / Passivo | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **66.798** | **86.587** |
| Debêntures | 13 | - | 57.750 |
| Fornecedores | 14 | 7.698 | 10.180 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 15 | 2.775 | 2.717 |
| Obrigações tributárias | 16 | 8.710 | 3.744 |
| Outras contas a pagar | 17 | 4.308 | 12.196 |
| Passivo financeiro - concessão de serviços públicos | 10 | 43.307 | - |
| **Não circulante** | | **369.953** | **206.876** |
| Obrigações tributárias | 16 | 212.776 | 161.792 |
| Provisão para contingências | 18 | 3.316 | 609 |
| Provisão para manutenção | 19 | 45.273 | 36.447 |
| Debêntures | 13 | 100.669 | - |
| Outras contas a pagar | 17 | 7.918 | 8.028 |
| **Patrimônio líquido** | 20 | **177.795** | **173.302** |
| Capital social | | 137.151 | 137.151 |
| Reservas | | 40.644 | 36.151 |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **614.546** | **466.765** |

**Demonstrações de resultados**

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| **Receita líquida** | 21 | 1.581.356 | 783.535 |
| Custos | 22 | (1.473.796) | (669.421) |
| Resultado bruto | | 107.560 | 114.114 |
| **Despesas operacionais** | | | |
| Gerais e administrativas | 23 | (61.584) | (51.348) |
| Provisão para manutenção | 19 | (30.938) | (44.543) |
| Depreciação e amortização | 11/12 | (9.946) | (5.119) |
| Outros resultados operacionais | | 17 | - |
| | | (102.451) | (101.010) |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro, líquido** | | 5.109 | 13.104 |
| Receitas financeiras | 24 | 30.899 | 7.198 |
| Despesas financeiras | 24 | (11.228) | (4.588) |
| Resultado financeiro | | 19.671 | 2.610 |
| Resultado antes do IR e CS | | 24.780 | 15.714 |
| IR e CS corrente | 25 | (7.223) | (4.663) |
| IR e CS diferido | 25 | (13.064) | (656) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **4.493** | **10.395** |
| Número de ações em circulação | 21(a) | 137.151.444 | 137.151.444 |
| Lucro líquido por ação - R$ | | 0,0328 | 0,0758 |

**Demonstrações dos mutações do patrimônio líquido**

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | Nota | Capital social | Reservas: Reserva legal | Reservas: Reserva de retenção de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | | **137.151** | **1.288** | **24.468** | - | **162.907** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 10.395 | 10.395 |
| Constituição de reserva | | | | | | |
| Reserva de lucros | 20(c) | - | 520 | 9.875 | (10.395) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | | **137.151** | **1.808** | **34.343** | - | **173.302** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 4.493 | 4.493 |
| Constituição de reserva | | | | | | |
| Reserva de lucros | 20(c) | - | 225 | 4.268 | (4.493) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | | **137.151** | **2.033** | **38.611** | - | **177.795** |

**Demonstrações do resultado abrangente**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 4.493 | 10.395 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **4.493** | **10.395** |

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 4.493 | 10.395 |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| Ajustes para conciliar o resultado às demonstrações geradas pelas atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização do imobilizado | 367 | 367 |
| Amortização do intangível | 9.580 | 4.752 |
| Juros sobre debêntures | 6.427 | 4.407 |
| Provisão para contingências | 2.707 | - |
| Provisão para manutenção | 8.826 | 34.224 |
| Lucro líquido do exercício - ajustado | 32.400 | 54.145 |
| **Variações nos ativos e passivos** | | |
| Aumento (diminuição) das contas a receber de clientes - Ativo circulante e não circulante | (1.874) | (1.375) |
| Aumento (diminuição) dos estoques | 195 | (290) |
| Aumento (diminuição) dos impostos a recuperar - Ativo circulante e não circulante | 11.397 | (10.341) |
| Aumento (diminuição) dos adiantamentos diversos | 58.056 | (7.687) |
| Aumento (diminuição) das despesas antecipadas - Ativo circulante e não circulante | 11.743 | (29.326) |
| Aumento (diminuição) dos ativos e passivos financeiros - concessão de serviços públicos | 44.181 | (35.794) |
| Aumento (diminuição) das outras contas a receber | - | 2 |
| Aumento (diminuição) dos fornecedores | (14.482) | 3.987 |
| Aumento (diminuição) das obrigações sociais e trabalhistas | 57 | (270) |
| Aumento (diminuição) das obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante | 54.886 | 25.936 |
| Aumento (diminuição) das outras contas a pagar - Passivo circulante e não circulante | 36.373 | 19.443 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 232.932 | 18.430 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adições no imobilizado | (22) | (1.149) |
| Baixas no imobilizado | - | 5.301 |
| Adições no intangível | (57.691) | (20.279) |
| Baixas no intangível | 2.941 | 54 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos | (54.772) | (16.073) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Debêntures - Passivos circulante e não circulante | 36.492 | (19.788) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos | 36.492 | (19.788) |
| **Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **214.652** | **(17.431)** |
| Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa | | |
| Saldos iniciais de caixa mais equivalentes de caixa | 117.523 | 134.954 |
| Saldos finais de caixa mais equivalentes de caixa | 332.175 | 117.523 |
| **Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **214.652** | **(17.431)** |

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**1. Contexto operacional:** A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. tem como objeto social a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099, compreendidos entre os quilômetros 11+500 km e 83+400 km, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, assim como a operação e manutenção dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, quando entregues pelo Poder Concedente, bem como a execução de obras civis para a construção da Ampliação Principal do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099 (objeto de Concessão). A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 1º de julho de 2016 e o período de concessão irá até abril de 2045. No dia 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião. O prazo de conclusão da obra do contorno é para o segundo semestre de 2023. Em 26 de março de 2022 houve a finalização da obra e inauguração do Novo Trecho de Serra. Denominada como ampliação principal, refere-se a obra de duplicação compreendida entre os quilômetros 60+480 km e 82+000 km da Rodovia SP 099. O novo trecho faz parte do contrato de concessão e tem vigência até o ano de 2045. **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A Administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1), que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil. O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela administração em 29 de março de 2023. **b) Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). **Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. **2.2. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): • Alteração do IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º. de janeiro de 2023. • IFRS 17 Contratos de Seguros – A partir de 1º. de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice statements 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". A partir de 1º. de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e erro – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A partir de 1º. de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A partir de 1º. de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **3. Principais práticas contábeis - a) Apuração do resultado** - É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (nota explicativa nº 5), "Contas a receber" (nota explicativa nº 6), "Créditos tributários" (nota explicativa nº 7), "Adiantamentos" (nota explicativa nº 8), "Despesas antecipadas" (nota explicativa nº 9) e "Ativo financeiro" (nota explicativa nº 10). Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se tome uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber de clientes** - Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada. **d) Estoques** - Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização. **e) Concessão de serviços públicos** - O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do poder concedente para as obras de implantação da nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 ("Ampliação principal") que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Em agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução. **f) Imobilizado** - O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", quando aplicável, na demonstração do resultado. **g) Intangível** - ***i. Infraestrutura*** - A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada. ***ii. Software*** - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **h) Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **i) Provisão para contingências** - As provisões para contingências (cível, trabalhista, e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. **j) Provisão para manutenção** - As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada, antes de ser devolvida ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidação da obrigação presente na data do balanço. Considera-se uma obrigação presente de manutenção, somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída, e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **k) Reconhecimento da receita** - A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir: ***I. Receita de serviços*** - A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. ***ii. Receita de construção*** - A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. Estão demonstradas conforme a seguir:

| Receita líquida 2022 | Receita líquida 2021 | Custo de construção 2022 | Custo de construção 2021 | Margem de lucro 2022 | Margem de lucro 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.483.567 | 700.592 | (1.473.796) | (669.422) | 9.771 | 31.170 |

***iii. Receita financeira*** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **(a) *Contabilização de contratos de concessão*** - Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **(b) *Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis*** - A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **(c) *Imposto de renda, contribuição social e outros impostos*** - A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(d) *Provisão para manutenção*** - Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 5 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, conforme a dívida da Concessionária. **(e) *Passivos contingentes*** - A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(f) *Determinação das receitas de construção*** - A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. **(g) *Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros*** - A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Caixa | 13 | 5 |
| Numerários em trânsito (i) | 1.617 | 1.397 |
| Banco conta-movimento | 478 | 9.209 |
| Aplicações financeiras | | |
| Poupança | 6.697 | 4.577 |
| Títulos de renda fixa (ii) | 323.371 | 102.335 |
| | **332.175** | **117.523** |

(i) O saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e que, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à Concessionária em data futura. (ii) O saldo de aplicações financeiras é composto basicamente por certificados de depósito bancários - CDB junto ao Banco Bradesco, e foi apresentada uma rentabilidade de 102% do CDI em 2022 e 100% em 2021 e depósitos de poupança que está relacionado ao licenciamento ambiental conforme nota explicativa nº 17.

**6. Contas a receber de clientes**

| | 2022 Circulante | 2022 Não circulante | 2021 Circulante | 2021 Não circulante |
|---|---|---|---|---|
| Vale-pedágio | 162 | - | 121 | - |
| Pedágio eletrônico (i) | 7.765 | - | 5.900 | - |
| Faixa de domínino (ii) | 918 | 3.219 | 715 | 3.455 |
| Sem faixa de domínio | 3 | - | - | - |
| | **8.848** | **3.219** | **6.736** | **3.455** |

(i) Os pedágios eletrônicos referem-se aos clientes CGMP, Move Mais, Conectcar, Greempass com vencimentos para 30 dias. (ii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em de 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais, sendo a primeira recebida em fevereiro de 2020 e a segunda, referente a fevereiro de 2021, recebida em julho de 2021, com os devidos acréscimos de multa e juros, a terceira parcela foi recebida em 02 de março de 2022.

**7. Créditos tributários**

| | 2022 Circulante | 2022 Não circulante | 2021 Circulante | 2021 Não circulante |
|---|---|---|---|---|
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.855 | - | 1.567 | - |
| IRPJ base negativa | 318 | - | - | - |
| CSLL base negativa | 1 | - | - | - |
| Imposto de renda diferido (i) | 3.934 | 11.925 | 4 | 24.648 |
| Contribuição social diferida (i) | 1.437 | 4.361 | 1 | 9.008 |
| | **7.545** | **16.286** | **1.572** | **33.656** |

(i) Os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas. No ano de 2022 foram compensados o valor de R$ 12.000 mil.

| Ano | Compensação IR/CS |
|---|---|
| 2023 | 5.370 |
| 2024 | 5.362 |
| 2025 | 7.282 |
| 2026 | 1.000 |
| 2027 | 2.642 |
| **Total** | **21.656** |

**8. Adiantamentos**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Adiantamento a fornecedores (i) | 4.846 | 50.902 |
| | **4.846** | **50.902** |

(i) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

**9. Despesas antecipadas**

| | 2022 Circulante | 2022 Não circulante | 2021 Circulante | 2021 Não circulante |
|---|---|---|---|---|
| Prêmio de seguros (i) | 21.473 | - | 33.263 | - |
| Juros a transcorrer | 727 | - | 600 | - |
| Outras despesas pagas antecipadamente | 43 | 4 | 91 | 46 |
| | **22.243** | **4** | **33.954** | **46** |

(i) Os valores pagos a título de seguros, são transferidos para resultado na medida do transcurso do período contratado.

**10. Ativo financeiro/Passivos Financeiro – Concessão de serviços públicos**

| | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Recebimentos | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| Aportes públicos - Ativo | 44.180 | 1.526.668 | 1.570.848 | - |
| | **44.180** | **1.526.668** | **1.570.848** | - |

| | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Exclucões | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| Aportes públicos - Passivo | - | 371.871 | 328.564 | 43.307 |
| | - | **371.871** | **328.564** | **43.307** |

O ativo/passivo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico) e TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos).

**11. Imobilizado: a) Composição**

| | % Depreciação | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| Fibra ótica | 4% | 4.774 | 5.016 |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | 10% | 396 | 498 |
| **Total** | | **5.170** | **5.514** |

| b) Movimentação | Fibra ótica | Benfeitoria em imóveis de ter ceiros | Imóveis em construção | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2021** | **5.016** | **498** | - | **5.514** |
| Adições | - | 22 | - | 22 |
| Depreciação / Amortização | (242) | (124) | - | (366) |
| **Saldo em 31/12/2022** | **4.774** | **396** | - | **5.170** |

**12. Intangível**

| | | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Baixas | Amortização (*) | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Instalações | 65% | 110.020 | 44.843 | (2.364) | (6.259) | 146.240 |
| Equipamentos, veículos e sistemas de controle | 15% | 24.873 | 6.544 | (347) | (1.415) | 29.655 |
| Desapropriações | 4% | 7.486 | 1.352 | - | (426) | 8.412 |
| Conservação especial | 8% | 13.438 | - | - | (764) | 12.674 |
| Elementos de segurança | 1% | 1.804 | 1.382 | (4) | (103) | 3.079 |
| Resultado financeiro | 5% | 8.180 | 3.198 | - | (465) | 10.913 |
| Meio Ambiente | 1% | 1.248 | 316 | (226) | (71) | 1.267 |
| Outros | 1% | 1.015 | 38 | - | (58) | 996 |
| | | **168.065** | **57.673** | **(2.941)** | **(9.561)** | **213.236** |

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,15%.

**Contrato de concessão - infraestrutura** - O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

| Movimentação | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **152.592** |
| (+) Adições | 20.279 |
| (-) Amortizações | (4.806) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **168.065** |
| (+) Adições *(i)* | 57.673 |
| (-) Baixas | (2.941) |
| (-) Amortizações | (9.561) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **213.236** |

(i) Existia obras em andamento do novo CCO (Centro de Controle Operacional) e PGF's (Posto Geral de Fiscalização), com isso tivemos incrementos no custo, que foram concluídas ao decorrer do ano de 2022. **13. Debêntures:** Em 13 de novembro de 2017, foi firmado com o Banco Bradesco S.A., um contrato de subscrição particular de emissão de 250.000.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$ 1 (um real), no montante de R$ 250.000, sobre as quais não haverá atualização monetária do valor nominal unitário das debêntures por qualquer índice. As referidas debêntures foram objeto de renegociação de um empréstimo. As debêntures estão garantidas por: a) alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora; b) cessão fiduciária sobre todos os direitos emergentes da Concessão; c) cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão; e d) cessão condicional sobre os contratos da Concessão. No dia 8 de abril de 2020 ocorreu a Assembleia Geral dos Debenturistas, onde foi deliberado a prorrogação de 90 (noventa) dias para a quitação da 2ª parcela de amortização do principal. Como consequência, o vencimento que era em 13 de abril de 2020, passou a ser em 12 de julho de 2020. A prorrogação do prazo de pagamento da segunda parcela não alterou o fluxo dos demais pagamentos previstos na Escritura. Em 13 de janeiro, 13 de abril, 13 de julho e 13 de outubro de 2020, a Companhia realizou amortizações do saldo das debêntures, conforme cronograma de pagamento, referente às parcelas 5 a 8 da quitação de juros, além das 2ª e 3ª parcelas de principal. O saldo amortizado acrescidos dos juros no período foi de R$ 122.941. Em 13 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou a 9ª parcela de juros das debêntures, no montante de R$ 436. No dia 12 de maio de 2021, ocorreu a Assembleia Geral dos Debenturistas, onde foi deliberado a prorrogação da quitação de R$ 57.750 (de um montante de R$ 72.750) para o dia 31/03/2022, com juros remuneratórios mensais à taxa de CDI +3,25%. Em 13 de maio de 2021, a Companhia realizou amortização de R$ 15.000. Os valores de pagamentos de juros no ano de 2021 foi de R$ 4.816. Nos dias 31/01/22, 25/02/2022 e 31/03/2022, houve os pagamentos da 19ª, 20ª e 21ª parcelas de juros, nos valores de R$ 578, R$ 573 e R$ 696, respectivamente. Em 31 de março de 2022, a Companhia realizou a quitação do saldo da debênture, no valor de R$ 57.750. Em 25 de abril de 2022 a Companhia celebrou a 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única no valor total de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A emissão se deu através do enquadrando do "projeto" como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura nº 1.561, de 24 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União ("DOU") em 30 de dezembro de 2021. A Debênture terá prazo de 10 (dez) anos e 20 (vinte) dias, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2032. Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios pré-fixados, pagos semestralmente à taxa de juros de IPCA+ 7,8081 a.a. Em 16 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de juros no valor de R$ 3.910.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Debêntures a pagar CP | - | 57.750 |
| | - | **57.750** |

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Debêntures a Pagar LP | 100.669 | - |
| | **100.669** | - |

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021 - CP** | **57.750** |
| (+) Juros | 1.850 |
| (-) Pagamentos | (59.600) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021 - LP** | - |
| (+) Aquisição | 100.000 |
| (+) Juros | 4.606 |
| (-) Pagamentos | (3.937) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **100.669** |

**14. Fornecedores**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Fornecedores nacionais a pagar | 7.698 | 10.180 |
| | **7.698** | **10.180** |

**15. Obrigações sociais e trabalhistas**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários a pagar | 26 | 77 |
| Provisões de férias e encargos | 1.940 | 1.840 |
| IRRF de empregados a recolher | 244 | 292 |
| INSS a recolher | 421 | 376 |
| FGTS a recolher | 144 | 132 |
| | **2.775** | **2.717** |

**16. Obrigações tributárias**

| | 2022 Circulante | 2022 Não circulante | 2021 Circulante | 2021 Não circulante |
|---|---|---|---|---|
| PIS a recolher (ii) | 185 | - | 79 | - |
| COFINS a recolher (ii) | 885 | - | 382 | - |
| IRPJ a recolher (i) | - | - | 690 | - |
| CSLL a recolher (i) | 421 | - | 360 | - |
| IRRF sobre terceiros a recolher | 20 | - | 22 | - |
| ISS sobre terceiros a recolher | 6.070 | - | 1.199 | - |
| ISS a recolher | 950 | - | 778 | - |
| INSS sobre terceiros a recolher | 92 | - | 155 | - |
| PIS/COFINS/CSLL terceiros a recolher | 63 | - | 79 | - |
| Outras obrigações tributárias | 24 | - | - | - |
| CSLL diferida (i) | - | 14.026 | - | 13.744 |
| PIS diferido (ii) | - | 28.456 | - | 19.566 |
| Cofins diferido (ii) | - | 131.334 | - | 90.304 |
| | **8.710** | **212.776** | **3.744** | **161.792** |

(i) A tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 31.702 (R$ 31.170 em 31 de dezembro de 2021). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção (demonstrada na Nota Explicativa nº 3 item K (ii), para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei 11.079/04 – art. **6 - § 3 – inciso I e IN 1700/17** – art. 171 § 1,2 e 3). (ii) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS). Em março com a entrega da obra da ampliação principal começou o recolhimento dos impostos.

**17. Outras contas a pagar**

| | 2022 Circulante | 2022 Não circulante | 2021 Circulante | 2021 Não circulante |
|---|---|---|---|---|
| Obrigação contratual ambiental (i) | - | 4.705 | - | 4.578 |
| Seguros e garantias a pagar | 89 | - | 8.793 | - |
| Adiantamentos de clientes (iii) | 2.335 | - | 2.423 | - |
| Adiantamento de Clientes - Pedágio | 631 | - | 298 | - |
| Receita acessórias a apropriar (ii) | 324 | 3.213 | 316 | 3.450 |
| Outros valores a pagar | 929 | - | 366 | - |
| | **4.308** | **7.918** | **12.196** | **8.028** |

(i) Refere-se a um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), que foi celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em decorrência do licenciamento ambiental de duplicação da rodovia. Os valores foram calculados em caráter provisório, considerando o potencial impacto ambiental na forma do Decreto Federal nº 6.848/09, conforme memória de cálculo elaborada pela **CETESB** e constante no Processo nº 98/2011. A Companhia depositou os valores em conta poupança de sua titularidade, que deverão ser repassados, juntamente com os respectivos rendimentos, ao ente federativo beneficiário, conforme deliberação a ser feita pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA. (ii) Correspondente ao recebimento antecipado de parcelas do contrato de locação de fibra óptica apagada (vide Nota Explicativa nº 11), que será amortizado conforme o tempo de duração do referido contrato. (iii) O adiamento de cliente se refere ao contrato com a Multivale, onde o cliente já adiantou para a companhia 70% do valor total do serviço e o restante será pago em 15 parcelas anuais. **18. Provisão para contingências: *Perdas prováveis, provisionadas no balanço*** - A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R$ 3.316 e em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R$ 609 envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis. ***Perdas possíveis, não provisionadas no balanço*** - Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhistas, no montante de R$ 12.861 (R$ 446 em 31 de dezembro de 2021) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

**19. Provisão para manutenção**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Pavimentos | 23.824 | 22.621 |
| AVP pavimentos | 7.171 | 4.021 |
| Sinalização | 7.942 | 5.013 |
| AVP sinalização | 1.706 | 574 |
| Obras de arte especial | 3.504 | 3.600 |
| AVP obras de arte especial | 1.126 | 618 |
| | **45.273** | **36.447** |

A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos (1º ciclo - de abril de 2016 a março de 2021 / 2º ciclo – de abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, conforme dívida da Concessionária. A determinação da taxa de desconto utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos. A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são consideradas suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras. Em 2021 houve o encerramento do 1º ciclo de manutenção de algumas áreas e o início do 2º ciclo de manutenção (que tratará de provisões anuais e vigorará por 5 anos, se encerrando em março de 2026), o que demandou a projeção e provisionamento dos referidos desembolsos. No resultado houve uma variação entre 31 de dezembro de 2021 de R$ 44.453 para R$ 30.938 em 31 de dezembro de 2022. A movimentação da provisão para manutenção, líquida de ajuste a valor presente, segue demonstrada abaixo:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2020** | **2.223** |
| Baixas | (10.229) |
| Adições | 44.453 |
| **Saldo em 31.12.2021** | **36.447** |
| Baixas | (22.112) |
| Adições | 30.938 |
| **Saldo em 31.12.2022** | **45.273** |

**20. Patrimônio líquido:** ***(a) Capital social*** **-** Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal. ***(b) Política de distribuição de lucros*** **-** Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição. ***(c) Reservas*** **-** Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: 1. 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social; 2. Formação de reserva para contingências, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral; 3. Constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista da Lei; 4. A Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei.

**21. Receita líquida**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Receitas** | | |
| Receitas de obras de infraestrutura (a) | 1.537.712 | 726.366 |
| Receitas de pedágio (b) | 106.827 | 90.586 |
| Receitas acessórias (c) | 3.302 | 3.017 |
| | **1.647.841** | **819.969** |
| **Deduções** | | |
| ISS | (5.340) | (4.601) |
| PIS | (10.300) | (5.169) |
| COFINS | (47.541) | (23.856) |
| Outras deduções | (3.304) | (2.808) |
| | **(66.485)** | **(36.434)** |
| | **1.581.356** | **783.535** |

(a) A Companhia reconheceu, no exercício, o montante de R$ 1.537.712 (de R$ 726.366 em 31 de dezembro de 2021) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente. (b) Refere-se a receita com atividade principal da Companhia. (c) A Companhia também reconheceu receitas acessórias, que correspondem a receitas oriundas de atividades extras ocorridas na rodovia. A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **PIS** | | |
| Sobre receitas de pedágios e acessórias | (657) | (579) |
| Sobre obras de infraestrutura | (9.642) | (4.590) |
| | (10.299) | (5.169) |
| **COFINS** | | |
| Sobre receitas de pedágios e acessórias | (3.036) | (2.672) |
| Sobre obras de infraestrutura | (44.505) | (21.184) |
| | (47.541) | (23.856) |
| | (57.840) | (29.025) |

**22. Custos:** O montante de R$ 1.537.712 (R$ 726.366 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão. A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Receitas de obras de infraestrutura - Nota 21 | 1.537.712 | 726.366 |
| Margem de lucro | (9.771) | (31.170) |
| Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura | 1.527.941 | 695.196 |
| **Deduções** | | |
| PIS sobre obras de infraestrutura - Nota 21 | (9.641) | (4.590) |
| COFINS sobre obras de infraestrutura - Nota 21 | (44.504) | (21.184) |
| | (54.145) | (25.774) |
| Custo de obras de infraestrutura | **1.473.796** | **669.422** |

Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas empreiteiras contratadas para a execução das obras de infraestrutura. A Companhia manteve custos incorridos no montante de R$ 1.327.844 (R$ 566.742 em 2021) referente a custos de obras com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 27. **23. Despesas Administrativas:** As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Salários e remunerações | 24.784 | 26.308 |
| Prestadores de serviços | 19.591 | 16.934 |
| Material equipamento e veículos (consumo) | 6.780 | 4.099 |
| Gastos gerais | 6.890 | 3.344 |
| Seguros | 832 | 683 |
| Provisões | 2.707 | - |
| Outros resultados operacionais | - | (20) |
| | **61.584** | **51.348** |

**24. Resultado financeiro**

| **Receita financeira** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Rendimento de aplicação financeira | 27.419 | 4.350 |
| Juros ativos | 113 | 7 |
| Descontos obtidos | 2.965 | 2.789 |
| Variação cambial ativa | 402 | 51 |
| | **30.899** | **7.197** |
| **Despesas financeiras** | **2022** | **2021** |
| IOF | 1.490 | 97 |
| Juros de financiamento em moeda nacional | 6.427 | 4.105 |
| Juros sobre atraso de pagamento | 59 | 4 |
| Despesas bancárias | 4.715 | 198 |
| Descontos concedidos | (25) | - |
| CIDE | 45 | - |
| IR sobre remessa exterior | 75 | - |
| ISS sobre remessa exterior | 12 | - |
| PIS e COFINS sobre remessa exterior | 46 | - |
| Variações cambiais sobre fornec externos | 149 | (31) |
| PIS sobre receita financeira | 201 | 119 |
| COFINS sobre receita financeira | 1.232 | 213 |
| Transferências despesas financeiras | (3.198) | (117) |
| | **11.228** | **4.588** |

**25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

| **a) Diferido** | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| CSLL diferido – ICPC 01 | 282 | 2.805 |
| IRPJ diferido – ICPC 01 | 782 | 7.793 |
| Contribuição social diferido | 3.211 | (2.654) |
| Imposto de renda diferido | 8.789 | (7.288) |
| | **13.064** | **656** |
| **b) Corrente** | **2022** | **2021** |
| Contribuição social corrente | 1.997 | 1.263 |
| Imposto de renda corrente | 5.226 | 3.400 |
| | **7.223** | **4.663** |

**c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social** - Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **Resultado líquido** | **24.780** | **15.714** |
| (+) Adições | 42.093 | 47.531 |
| (-) Exclusões | (35.170) | (43.198) |
| **LALUR** | **31.703** | **20.047** |
| Compensação de 30% sobre lucro | (9.511) | (6.014) |
| **IR + Adicional** | **22.192** | **3.484** |
| (-) PAT + doações incentivadas | (251) | (84) |
| **Total IRPJ** | **5.226** | **3.400** |
| **Total CSLL** | **1.997** | **1.263** |

**26. Gestão de risco financeiros: a) Considerações gerais** - As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. **b) Gerenciamentos de riscos** - A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| Objeto | Limite máximo de indenização R$ |
|---|---|
| Veicular I (Concessionária) | 6.224 |
| Veicular II (Concessionária) | 6.987 |
| Risco Contornos (Concessionária) | 67.986 |
| Risco Contornos (Concessionária) | 33.353.115 |
| Risco Contornos (Concessionária) | 1.708.480 |
| Responsabilidade Civil (Concessionária) | 206.014 |
| Responsabilidade Empresarial (Concessionária) | 491.711 |
| Responsabilidade Empresarial (Concessionária) | 354.354 |
| Garantia Fiança (Concessionária) | 36.634 |
| Risco Engenharia (Obra de ampliação principal) | 12.337 |
| | **36.243.843** |

**c) Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. **d) Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

**27. Operações com partes relacionadas:** Partes relacionadas

| Custo com contrução | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Alya Construtora | 252.494 | 460.610 |
| Engetec | 1.075.350 | 106.132 |
| | **1.327.844** | **566.742** |

**Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia** - A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 07/11/2022. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

**28. Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 4.493 | 10.395 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação | 137.151.444 | 137.151.444 |
| **Lucro básico por ação - R$** | **0,03** | **0,08** |

**29. Seguros:** A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia mantêm seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

| Modalidade | Vigência | Cobertura |
|---|---|---|
| Veicular I (Concessionária) | mar/23 | 6.224 |
| Veicular II (Concessionária) | fev/23 | 6.987 |
| Risco Contornos (Concessionária) | nov/23 | 67.986 |
| Risco Contornos (Concessionária) | nov/24 | 33.353.115 |
| Risco Contornos (Concessionária) | nov/23 | 1.708.480 |
| Responsabilidade Civil (Concessionária) | mar/23 | 206.014 |
| Responsabilidade Empresarial (Concessionária) | abr/23 | 491.711 |
| Responsabilidade Empresarial (Concessionária) | ago/23 | 354.354 |
| Garantia Fiança (Concessionária) | nov/23 | 36.634 |
| Risco Engenharia (Obra de ampliação principal) | Aprop. jan/23 | 12.337 |

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia. **30. Eventos subsequentes:** No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura dos Termos Aditivos Modificativos nº 009 e 010, foram transferidos ao escopo da Concessionária as obrigações contratuais originalmente atribuídas ao Poder Concedente de execução das obras de Automação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião e Obras dos Passivos do Planalto – Fase 1. O prazo de conclusão das obras são para o segundo semestre de 2024. O valor total dos Aportes a serem desembolsados pelo Poder Concedente para execução da obra é de R$ 1.117.766 para Automação dos Contornos e R$ 328.416 para obra dos Passivos do Planalto – Fase 1.

Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro de Albuquerque
**Diretor**

**Contadora**
Diana de Oliveira - CRC-1SP 288632

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda**
CRC SP-025.583/O
**Marcio Romulo Pereira**
Contador CRC 1RJ- 076774-O - 7

# Venda de ouro vai adotar nota fiscal eletrônica a partir de julho

Mudança é considerada instrumento importante para combater o garimpo ilegal

Alexa Salomão

BRASÍLIA A comercialização do ouro do garimpo passa a contar com nota fiscal eletrônica. A instrução normativa da Receita Federal oficializando a mudança foi publicada nesta quinta-feira (30).

Desde 2001, a Receita mantinha o uso da nota de papel, apesar de o documento digitalizado já ser usado na maioria dos setores. A nota fiscal eletrônica passará a ser exigida em julho deste ano.

A mudança era um pleito de organizações ambientalistas, entidades do setor de mineração e até pela Polícia Federal por ser considerado um instrumento importante para combater o garimpo ilegal, principalmente em terras indígenas e reservas ambientais.

"A exigência da nota fiscal eletrônica é uma medida fundamental para iniciar a moralização da comercialização do ouro no Brasil. Finalmente, o país começa a adotar as medidas de controle sobre o garimpo na Amazônia", afirma Larissa Rodrigues, gerente de portfólio do Instituto Escolhas.

A entidade participou do debate sobre a regra, inclusive com a produção de pesquisas sobre os efeitos colaterais da nota fiscal de papel. Um dos levantamentos identificou que praticamente metade do ouro comercializado no Brasil tinha origem suspeita e que falhas no processo normativo contribuíam para a situação.

A expectativa é que a nota eletrônica dê início à implementação de um sistema de rastreabilidade em toda a cadeia do setor. A nota é emitida na primeira compra de ouro, em sua maioria, por DTVMs (distribuidora de títulos e valores mobiliários), instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central a operarem com o metal.

Fiscalização do Ibama aborda balsa ilegal de garimpo no rio Uraricoera, na terra Yanomami Lalo de Almeida - 11.fev.23/ Folhapress

"A nota fiscal eletrônica possibilita o rastreamento da origem do ouro comprado por algumas DTVMs, com indícios de 'lavanderia' do garimpo ilegal, que destrói a natureza e nossos povos originários", afirma Raul Jungmann, presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração).

A entidade, que representa as maiores empresas do setor de mineração, também trabalha pela mudança das regras do garimpo.

A adoção da nota fiscal eletrônica é a primeira mudança em um pacote de alterações legais previsto para a lavra garimpeira. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva também prepara a revogação da lei 12.844, que estabelece o fim da presunção da boa-fé na compra do ouro, outra iniciativa considerada vital por Jungmann para o combate institucional ao garimpo ilegal.

A presunção da boa-fé desobriga as DTVMs de questionar o primeiro vendedor sobre a origem do ouro, por isso é apontada por especialistas em combate ao crime ambiental e financeiro como a principal brecha legal para lavar o metal extraído de terra indígena e reserva ambiental.

"Juntamente com o fim da 'boa-fé', a nota fiscal eletrônica é um um golpe letal na cadeia de ilícitos associada à produção e exportação do ouro de sangue, que o setor mineral sustentável repudia", afirma o presidente do Ibram.

> A nota fiscal eletrônica possibilita o rastreamento da origem do ouro comprado por algumas DTVMs, com indícios de 'lavanderia' do garimpo ilegal
>
> **Raul Jungmann**
> presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração)

Diferentemente da nota fiscal eletrônica, cujo uso é consensual e que pode ser alterada por norma administrativa de um órgão federal, a lei da boa-fé é alvo de debates, tanto no Judiciário quanto no Legislativo, onde o lobby garimpeiro é forte entre diferentes partidos políticos.

O fim da boa-fé já está previsto em uma MP (medida provisória), ainda em fase final de elaboração no governo.

O texto estabelece uma série de novas exigências nas transações com o metal e abre caminho para se estabelecer a rastreabilidade, antigo pleito de quem combate o garimpo ilegal. A medida também deixa claro que o vendedor do ouro é responsável civil e criminalmente pelas informações prestadas durante a venda e o transporte.

A norma também é questionada no STF (Supremo Tribunal Federal). A corte avalia duas ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade), a 7.273, apresentada em novembro do ano passado por PSB e Rede Sustentabilidade, e a 7.345, do Partido Verde, protocolada em janeiro deste ano. Ambas estão com o ministro Gilmar Mendes.

Na segunda-feira (27), a entidade que representa DTVMs muito ativas no comércio de ouro de garimpo entrou no debate judicial sobre a presunção da boa-fé para defender a norma. A Anoro (Associação Nacional do Ouro) apresentou petição para fazer parte das ações que discutem no tema no STF na posição de amicus curiae (amigo da corte).

Advogados que acompanham as discussões no Supremo acreditam que o pedido será aceito, uma vez que por tradição a corte considera contribuições de entidades que têm relação com os temas analisados.

# Agro critica Jorge Viana, da Apex, por fala na China sobre desmatamento

AGROFOLHA

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO O agronegócio reagiu fortemente às declarações do presidente da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), Jorge Viana, feitas num seminário em Pequim, na China, sobre desmatamento na Amazônia.

"Contrassenso" e "sem propósito" foram algumas das expressões usadas por ruralistas para definir a fala.

O setor é forte crítico ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em razão do que qualificam como insegurança jurídica no campo com as recentes invasões de terra e por ver danos com a reforma tributária em discussão. Agora, o agro afirma que a declaração de Viana num seminário da missão do governo no país asiático prejudica a economia brasileira.

"Oitenta e quatro milhões de hectares foram desmatados nos 50 anos últimos. E para que essas áreas estão sendo usadas? [...] Temos 67 milhões de hectares para pecuária, 6 milhões de hectares para a produção de agricultura e grãos —6 milhões, de 84", afirmou Viana, como publicou a coluna Vaivém das Commodities.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) classificou o posicionamento de Viana como "contrassenso" aos objetivos da agência e levou a queixa aos ministros Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Carlos Fávaro (Agricultura).

No documento, assinado pelo presidente João Martins, a CNA afirma que a missão da Apex é promover as exportações e atrair investimentos para setores como o agro.

"Nesse contexto, a manifestação da Apex-Brasil, desabonando o setor que contribuiu, no último ano, com 47% das exportações brasileiras, soa, no mínimo, como um contrassenso aos objetivos da entidade", diz a CNA.

A confederação ainda afirma que metade da área preservada de vegetação nativa no país está em imóveis rurais e que só 7,8% do território são ocupados por lavouras, "percentual muito abaixo do apresentado por países como Estados Unidos, Alemanha, França e Índia".

Presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), o deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), disse que a fala foi "irresponsável" e "sem propósito".

A frente publicou um longo comunicado lamentando o posicionamento de Viana, em que diz que é "intangível o estrago que um porta-voz brasileiro, responsável pela promoção das exportações, faz ao se permitir macular toda a pesquisa, tecnologia e precisão implantados pelo setor agropecuário, numa premissa ultrapassada desprovida de informações científicas e oficiais".

"Importante registrar que exportamos para mais de 200 países com qualidade, eficiência e atendemos a todos os protocolos sanitários, ambientais e de mercado", diz a frente.

Na segunda-feira (27), em Rio Verde (GO), o agro já tinha mirado o governo Lula ao criticar, na abertura da Tecnoshow Comigo, as atuais taxas de juros, a reforma tributária, a falta de informações sobre o Plano Safra e as recentes invasões de terra protagonizadas por movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Num evento sem a participação de integrantes do governo federal, não houve nenhuma menção ao nome de Lula e sobraram críticas até ao governador Ronaldo Caiado (União Brasil), histórico integrante da bancada ruralista —por ter criado em Goiás uma contribuição sobre produtos agrícolas que ficou conhecida como "taxa do agro".

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA C.E.I. "PROFESSORA THEREZINHA DE JESUS CAMPOS CRISTINO". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 20/04/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 20/04/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) SOB O Nº 10/2023, PARA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 13/04/2023 ÀS 09 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP. TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

## SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Itapira

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023 – AVISO DE LICITAÇÃO**

**Edital N.º 06/2023** | OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM TIPO PICK-UP, conforme Termo de Referência. Licitação Ampla Concorrência. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento das Propostas: das 10h00 do dia 03/04/2023 às 09h00 do dia 13/04/2023; Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h30 do dia 13/04/2023 no endereço eletrônico: http://pregaoeletronico.cebi.com.br, horário de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.saaeitapira.com.br - licitações. Itapira, 30 de março de 2023. Laís Alves Martins, Pregoeira.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INFRAESTRUTURA URBANA". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 18/04/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 18/04/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

**EXTRATO DO CONTRATO – TERMO DE CONTRATO N. 31/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA**: TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ 34.498.141/0001-06, com sede na Rua: Guilhermina nº 46- Vila São Fernando na cidade de Fernandópolis SP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio(a) Livia de Barros Galvão Gonçalves Guarnieri. OBJETO: Contratação de empresa especializada, para aquisições de materiais para a relocação das cercas que forem retiradas para execução das obras de manutenção e adequação de estradas rurais, firmado pelos termos de convênios por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e o Município de Óleo- SP. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão eletrônico nº08/2023- Proc. 29/2023. VALOR: 10.530,00 (Dez mil quinhentos e trinta reais). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de março de 2023.

ÓLEO 30 DE MARÇO DE 2023. JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal Obras e Serviços do Município de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomadas de Preços Nº 13/2023**, para Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de instalação de container de coleta seletiva – ECOPONTO - na Rua Henry Nestlé, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Cotação, Memorial Descritivo e Cronograma, com encerramento dia 17/04/2023 às 09:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831 (das 13:00 as 17:00h), no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que está **PRORROGADA a abertura do Credenciamento nº 01/2023** - Processo nº 2394/2022, destinado à **contratação de instituição financeira bancária, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, para os serviços de pagamento das remunerações e salários e para a concessão de empréstimos, com possibilidade de permissão de uso de espaço público**. Novo Encerramento dia **13/04/2023**. O edital completo será disponibilizado no site www.saaesorocaba.com.br. Informações pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Julio, 255 no Setor de Licitação e Contratos. Sorocaba, 30 de março de 2023. – **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães – Diretor Geral**.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 62/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2023- LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI** OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventual contratação de empresa especializada em prevenção no controle de acesso em serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 20/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 20/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 63/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2023 LICITAçÃO DIFERENCIADA COM COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO para o desjejum das escolas e creches do Município de Itatinga, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 19/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 19/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023 – Nova Data
VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DAS REDES COLETORAS DE ESGOTO (FASE 02) E ESTAÇÕES ELEVATÓRIA DE ESGOTO A SEREM IMPLANTADAS NOS BAIRROS IGARAPÉS VERANEIO IJAL, JACAREÍ – SP, decorrente da Solicitação de Compra (S.C.) Nº 0387/2023.
Recebimento dos envelopes: impreterivelmente até às 09h00min do dia 20/04/2023.
Credenciamento: às 09h00min, na mesma data e local
Sessão de abertura: após o credenciamento, em ato público.
Valor estimado: R$ 338.603,74
Edital: www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou na Unidade de Licitações e Compras - Rua Miguel Leite Do Amparo, 121, Centro, Jacareí/SP– Centro – Jacareí - SP- das 08:30 às 16:30 – sem custo trazendo CD ou pendrive.
TELEFONES PARA INFORMAÇÕES: 12-3954.0200, Ramais 1620, 1637, 1655, 1670.
Jacareí, 29 de março de 2023.
Evandro Faria Lins – Presidente Interino do SAAE Jacareí.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO NAS DEPENDÊNCIAS DO SAAE-JACAREÍ.
Valor estimado: R$ 1.234.510,44
Recebimento dos Lances: às 09H00MIN do dia 18/04/2023
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620 / 1637 / 1655 / 1666 e 1670.
Edital: www.gov.br/compras (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.
Jacareí, 29 de março de 2023.
Evandro Faria Lins - Presidente Interino do SAAE Jacareí.

| CITAÇÃO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c. 119, § 39M | Nº da pauta MI23A0147SJ | Commonwealth de Massachusetts<br>Tribunal de Julgamento<br>Tribunal de Família e Sucessões |
|---|---|---|
| Aline Andrade Fernandes, Autor<br>v.<br>Erick Vitor Alves Dias Angelo, Réu "Pai/Mãe Um"<br>Se aplicável:<br>, Réu "Pai/Mãe Dois" | | Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex |

**Para o Réu acima mencionado:**

Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M.

**Pedido**
Data: **18/04/2023**
Hora: **09:00**
Local: **www.Zoomgov.com/my/jbarbar**
**Chamada de audiência virtual em: 1 646828 7666**
**10 de reunião: 16042737636**

Você foi citado e requisitado por este meio a se apresentar a:
**Bel. Lance Matthew Kropp**
cujo endereço é:
**235 Marginal St**
**Chelsea, MA 02150**
sua resposta, caso haja, à petição inicial que lhe foi apresentada, dentro de **7 dias** após esta intimação, exclusiva do dia de notificação. Você também é obrigado a apresentar sua resposta à petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex**, seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

[Assinatura]

**EM TESTEMUNHO, MM. Maureen HMonks, Primeiro Juiz deste Tribunal.**

Data: 2 de fevereiro de 2023 — Oficial do Tribunal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

**COMUNICADO - Concorrência Pública nº 002/2023. Processo Administrativo nº 3247/2023.** A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo como objeto **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação, demolição e reconstrução de pavimentos, infraestrutura e sinalização para recuperação de vias públicas.** Sessão de Abertura dia 02 de Maio de 2.023 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer mídia "CD" gravável, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br. **THIAGO CRISOSTOMO FARES - Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras**

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha aberta a **Tomada de Preços nº 03/2023** - Processo nº 1032/2023, destinada à **contratação empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário (estação elevatória de esgoto, coletor tronco e rede de recalque) do Setor Ouro Branco, pelo tipo menor preço. Encerramento dia 06/05/2023, às 09:30 horas**. O edital completo será disponibilizado no site www.saaesorocaba.com.br. Informações pelos telefones: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, nº 255, Jardim Ibiti do Paço, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023. **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães – Diretor Geral**.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2022** – A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA BASE DA PISTA DE SKATE NO JARDIM JOSÉ FORTUNA. ENCERRAMENTO: 18 de Abril de 2023 às 09 horas na sala de licitações da Prefeitura do Município de Itápolis, sito à Avenida Florêncio Terra, 399, Centro. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através do site www.itapolis.sp.gov.br. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 18/2023 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2023** TIPO: Menor preço global. REPETIÇÃO. **OBJETO:** Contratação de empresa especializa para reforma da CEI Margarida Moreira Reis Lopes de Oliveira, conforme condições e exigências contida no Edital e seus anexos. **ENTREGA DOS ENVELOPES:** até 26/04/2023, ÀS 09:00; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 26/04/2023, ÀS 09:15. A VISITA TÉCNICA poderá ser realizada durante todo o período até às 16 horas do dia 25/04/2023. **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218.JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 46/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2023- REPETIÇÃO** OBJETO: contratação de empresa para confecção, conserto e reembasamento de prótese odontológica com fornecimento de material e todo equipamento necessário para atender a demanda da Diretoria Geral de Saúde, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 17/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 17/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

**CNPJ nº 46.612.032/0001-49**

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023**
**PROCESSO Nº004/2023 – D.A. – D.C.L.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL**
**OBJETO**: Aquisição de 04 (quatro) Veículos novos (zero quilômetro) tipo furgão adaptado para ambulância de remoção e 01 (um) Ônibus novo (zero quilômetro) para 30 lugares para o Departamento de Saúde do Município de Mirassol/SP.
**TIPO: "MENOR PREÇO UNITÁRIO".**
**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**
Lotes 01 e 02: Do dia 30/03/2023 até o dia 17/04/2023 às 09:00 horas.
Abertura das "Propostas" do Lotes 01 e 02: Dia 17/04/2023 às 09:00 horas.
Início da Disputa de Preço do Lotes 01 e 02: Dia 17/04/2023 a partir das 09:05 horas.
**INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:** Diretamente nos sites www.bll.org.br - www.mirassol.sp.gov.br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, CEP nº 15130-065, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 30 de março de 2023.
**Edson Antonio Ermenegildo**
**Prefeito Municipal**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE REVOGAÇÃO**
**Edital 115/2022-LPN – (Protocolo nº DER/332062/2022 – 9º volume)**

Diante dos elementos de instrução deste procedimento, notadamente a manifestação da DP Diretoria de Planejamento (Fls.1786/1788) e o Sr. Superintendente **REVOGA** a licitação inaugurada pelo Edital 115/2022-LPN, em razão de interesse público, com fundamento no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666/1993.

## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 054/23.** Objeto: Aquisição de tenda sanfonada. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 08:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 055/23.** Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Publicação de Materias relacionadas a licitação (extratos, editais, avisos), atos oficiais e demais atos obrigatórios a serem veiculados em jornal de publicação diária de grande circulação no estado e também em jornal de circulação no município ou na região metropolitana, com periodicidade diária de terça-feira a sábado. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 10:00 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 056/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de tubos de concreto armado, destinados a Secretaria Municipal de Agricultura. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 13:00 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 057/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de brita graduada simples, destinada a Secretaria Municipal de Agricultura. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 14:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 058/23.** Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de retífica completa em motores de veículos e equipamentos pesados da Secretaria de Obras e Serviços Municipais. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 15:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 059/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de composto lácteo e leite integral para atender a Merenda Escolar. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2023, às 08:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 060/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de emulsão asfáltica RM 1C, pelo período de 12 meses. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2023, às 08:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 061/23.** Objeto: Aquisição de postes para reposição e ampliação da iluminação ornamental. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2023, às 13:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 062/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de móveis de escritório destinados para a Secretaria Municipal de Administração. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2023, às 15:00 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 063/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de material elétrico para manutenção e substituição da iluminação ornamental, destinado a Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 20/04/2023, às 08:30 horas.

**Aviso de Reabertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 009/23.** Objeto: Registro de preços para futura aquisição de galões de água, a serem fornecidos durante período de 12 meses para as unidades de saúde. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 13:00 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 064/23.** Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de equipamentos de som e iluminação destinados a Secretaria Municipal de Turismo e Lazer. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 20/04/2023, às 14:00 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 065/23.** Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 20/04/2023, às 15:30 horas.

**Aviso de abertura de Licitação. Processo: Tomada de Preços nº 007/23.** Objeto: Externa e interna da edificação do Paço Municipal. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 18/04/2023, às 14:00 horas.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/. SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO DIA 31/03/2023 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 17/04/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/04/2023 ÀS 9 HORAS. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

**PROCESSO Nº 02014/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2023**
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PRONTA TIPO "MARMITEX" PARA DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA, CONFORME O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL.** Tipo de licitação: Menor Preço Por Item. Sessão no dia 17/04/2023, às 09:30hs, na Praça Raul Gomes de Abreu, n.º 200, Centro - Piedade (SP). O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download no site: www.piedade.sp.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 121 e 118. Geraldo Pinto de Camargo Filho - Prefeito Municipal.

## SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 52/2023. Objeto: Aquisição de veículos (PRIMEIRO USO), sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Abertura dia 17 de abril de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão de pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 28 de março de 2023. Tiago Maduro de Azevedo – Superintendente de Infraestrutura e Logística.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

**SECRETARIA DE SUPRIMENTOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 092/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO**

**Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento contínuo de kits de lanches com entrega ponto a ponto, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
**Data de Abertura da Sessão:** Dia 17/04/2023 às 9h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br.
**Edital:** Disponível a partir do dia 03/04/2023 - Maiores esclarecimentos: https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf.

**Elza de Oliveira Silva** - Pregoeira

**PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 093/2023 - AVISO DE LICITAÇÃO**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para cessão de uso de software de educação complementar como ferramenta de disponibilização de notícias, atualidades, curiosidades, conteúdos pedagógicos, eventos a alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino Fundamental I, conforme Termo de Referência e exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos, cujo regime de execução é por preço global.
**Data de Abertura da Sessão:** Dia 17/04/2023 às 14h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br.
**Edital:** Disponível a partir do dia 03/04/2023 - Maiores esclarecimentos: https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf

**Elza de Oliveira Silva** - Pregoeira

**AVISOS DE LICITAÇÕES**

**PG SABESP MN 00769/23** - Prestação de serviços de engenharia para adequações nas instalações prediais dos poços e casas de química nos municípios de Pinhalzinho, Pedra Bela e Bragança Paulista - UN Norte - Diretoria Metropolitana M. Edital completo disponível p/ download a partir de 03/04/23, através do sítio SABESP na Internet: www.sabesp.com.br/fornecedores. Rec. das Prop. a partir das 00:00h do dia 17/04/23, até as 09:00h do dia 18/04/23. Abertura das propostas as 09:01h do dia 18/04/23 no sítio da SABESP na Internet acima. SP, 31/03/23 - MN.

**DESENVOLVIMENTO DE NOVOS FORNECEDORES**

A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP vem, através do presente, informar aos fornecedores nacionais e internacionais, que tenham interesse em participar de processos licitatórios para fornecimento de materiais pertencentes aos segmentos de mercado abaixo relacionados, que o processo de qualificação prévia está permanentemente aberto e os procedimentos necessários para obtenção do Atestado de Pré-qualificação Técnica - APQ, de acordo com a Lei 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitação e Contratação da Sabesp, estão disponíveis no site da Sabesp www.sabesp.com.br/licitacoes: e-mail: csq@sabesp.com.br Telefone: +55(11) 3388-6282.

**Segmentos de Mercado:**

Materiais e produtos químicos para tratamento de água e esgoto, materiais, peças e equipamentos para estações de tratamento tubos e conexões de materiais plásticos, tubos e conexões de ferro fundido, hidrômetros e medidores de vazão, aparelhos de medição e peças para hidrômetros, conjunto motobomba e bombas em geral, válvulas, registros e acessórios hidráulicos, tubos de aço e conexões de aço ou ferro maleável, equipamentos e peças para desobstrução, filmagem e localização de redes, peças para bombas em geral, tubos e conexões de aço para redes e adutoras, materiais para instalações hidráulicas prediais, tubos e conexões de concreto. CS, São Paulo, 31/03/23.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Abdo Muanis, 991 - 4º andar, Cível - (17) 2137-3802 - Fiscal - (17) 2137-3754, Chácara Municipal - CEP 15090-140, Fone: (17) 2137-3802, São José do Rio Preto-SP - E-mail: riopretofaz@tjsp.jus.br.
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min**

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS – DESAPROPRIAÇÃO – LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS**

**Processo Físico nº: 0000005-23.1975.8.26.0576**
**Classe: Assunto: Desapropriação - Assunto Principal do Processo << Informação indisponívelN >>**
**Requerente: Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo**
**Requerido: Adib Thome**

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 0000005-23.1975.8.26.0576.**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, do Foro de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO HAGGI ANDREOTTI, na forma da Lei, etc.

**FAZ SABER** A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) **DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO** move uma Ação de Desapropriação contra **Adib Thome**, objetivando a desapropriação das faixas de terreno com áreas de 8.008,46 m2 e 23.120,00 m2, respectivamente, que constam pertencer a ADIB THOMÉ, visando a construção do Trevo de Cruzamento entre as Rodovias SP-310 e BR 153, declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual nº 4.977, datado de 11.11.1974, Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São José do Rio Preto, aos 12 de maio de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO HAGGI ANDREOTTI, liberado nos autos em 18/05/2022 às 11:07. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000005-23.1975.8.26.0576 e código G00000D0MR7F.

## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

**PREGÕES ELETRÔNICOS**

**PE.198/2023 – PEC.00705/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS -** Abertura do Pregão em 14/04/2023 às 09:00 horas. O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento MATERIAIS DESCARTÁVEIS, DE HIGIENE E DE LIMPEZA, de acordo com a necessidade da Administração, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração. **TIPO:** Menor Preço por Lote. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 13/04/2023, com início de disputa de preços às 09:00 horas (horário de Brasília) no site: bllcompras.com. Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados nos sites: www.ilhasolteira.sp.gov.br e bllcompras.com; Outras informações e/ou esclarecimentos no endereço Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 86, Centro, na cidade de Ilha Solteira-SP, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, ou pelo fone (18) 3743-6020, e e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 31/03/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes – Prefeito Municipal.

## FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023 - RETIFICAÇÃO**

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 08/2023, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de hortifrutigranjeiros, utilizados na preparação das refeições de pacientes e funcionários desta fundação. O processamento do pregão se dará através do sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, disponível no endereço www.bec.sp.gov.br. O edital poderá ser obtido no portal BEC ou no site desta Fundação: www.funbepe.org.br. Nº da Oferta de Compra: 851901801002023OC00010. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 03/04/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 14/04/2023 – às 09:00.

Sandra Aparecida Chiarini de Ugo - Superintendente da FUNBEPE

Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

## *Município da Estância Turística de Piraju*

**SUSPENSÃO DE EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 05/2023**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PIRAJU**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, **TORNA PÚBLICA** para que chegue ao conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO** do vencimento do Edital do Pregão Eletrônico n. 05/2023 que objetiva o Registro de Preço de medicamentos de referência e genéricos para atender pacientes que impetraram mandado de segurança contra a Municipalidade, previsto para o dia 31/03/2023, às 09h, em virtude de impugnação do edital até deliberação.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PIRAJU/SP, 30 de março de 2023.

**José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP,** avisa que se acham abertas as inscrições à licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** registrada sob nº 15/2023, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de dos serviços de coleta de lixo doméstico, comercial e industrial da área urbana, rural e expansão (ranchos), transporte até o local de disposição final, no Município com disponibilização de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme especificações constantes no Anexo I, por tempo determinado. A sessão de pregão dar-se-á no dia 19 de abril de 2023, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 09:00 horas. Maiores informações pelo e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500. O edital de convocação encontra-se à disposição no site www.santafedosul.sp.gov.br. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 30 de março de 2023.

**EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO**

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 14/2023** - Processo nº 2967/2022, destinado ao **fornecimento de concreto usinado convencional, com serviço de bombeamento**, pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 18/04/2023, às 09:00 horas**. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 994865)**, pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral**.

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA
## SECRETARIA DE OBRAS – SO

Acha-se aberta a seguinte licitação:

**CONCORRÊNCIA Nº 07/2023 – PEC 078/2023** – OBJETO: Execução das Obras de Recapeamento Asfáltico em diversos bairros do Município. Os recursos financeiros para cobrir as despesas, é oriundo do Tesouro Municipal. A pasta contendo o edital e seus anexos, estará disponível pela internet, no site www.diadema.sp.gov.br (Compras Públicas \ Consulta de Editais e Atas \ Obras e Serv. Eng.) ou poderá ser retirado pessoalmente de segunda a sexta-feira, das 10hs às 16hs, na Secretaria de Obras, sito à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – Vl. Nogueira, Diadema, mediante a apresentação de um disco DVD-R (reordable) para cópia do arquivo. Abertura: 08 de maio de 2023, às 10:00 horas no local supracitado. Informações de 2ª a 6ª feira, das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no endereço acima ou pelos tels: 4072-9227 e 9226 ou ainda pelo endereço eletrônico: licitacao.obras@diadema.sp.gov.br.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

**Concorrência Pública nº 1/2023 Processo nº 49/2023**

Objeto: Concorrência para Registro de Preços que tem como objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e auxiliar de serviços gerais nas unidades da Prefeitura Municipal de Sud Mennucci. Abertura dia: 05 de maio de 2023. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 31 de março de 2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 30 de março de 2023. JOSE URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2023 PROCESSO Nº 48/2023**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, PALCOS E FECHAMENTOS. Abertura dia: 20 de abril de 2023. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 31 de março de 2023. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 30 de abril de 2023. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2023 PROCESSO Nº 47/2023**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS. Abertura dia: 18 de abril de 2023. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 31 de março de 2023. Mais informações pelo fone (18)3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 30 de março de 2023. JOSE URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

**SENAI**

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA SENAI Nº 002/2023** – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria para desenvolvimento de serviços para experiência do cliente, para atender as necessidades do SENAI/PE, conforme especificado e quantificado no Anexo I do Edital. **Data de abertura: 18/04/2023 – 10:00h – Presidente da Sessão: Cláudia Vital Rocha Soares.** Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: **www.pe.senai.br** ou pelo telefone 81 3412-8300 / 8322 / 81 98816-0974, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edf. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

**Recife, 31 de março de 2023.**

**Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230333**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230333, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de acessórios para equipamento médico-hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3332023, até o dia 18/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

**Edital de Convocação as Assembleias Gerais Extraordinárias, para os segmento da Industria de Alimentação com data base no primeiro semestre 2023**.O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Sorocaba e Região** - R. Piauí, nº 105 - Santa Terezinha - Fax-Fone(15) 3339-9250 - CEP: 18.035-580,por seu presidente abaixo assinado,vem **CONVOCAR** todos os trabalhadores das empresas dos segmentos do **Sal e Arroz, Bebidas,Carnes e Derivados, Doces e Conservas, Frio, Rações Balanceadas,Sucos,Usinas de Açucar e Vinhos** com sede em sua base territorial: **Sorocaba**, Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Bernardino de Campos, Borebi, Cabrália Paulista, Caiuá, Canitar, Capela do Alto, Chavantes, Duartina, Espírito Santo do Turvo, Estrela do Norte, Fatura, Getulina, Guarantã, Iaras, Ibirarema, Ibiúna, Lucianópolis, Mairinque, Nantes, Narandiba, Óleo, Paulistânia, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeirão do Sul, Salto de Pirapora, Salto Grande, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sarutaiá, Tapiraí, Tatuí, Tejupá, Timburi, Torre de Pedra e Votorantim.A participarem das **Assembleias Gerais Extraordinárias**, a serem realizadas nas datas e horários em primeira ou segunda convocação e que serão realizadas nos dias: **3 de abril segmento de Carnes; 4 de abril segmento Bebidas;5 de Abril segmento de Doces e Conservas;6 de Abril Rações Balanceadas;10 de Abril segmento do Frio;11 de Abril segmento de Sucos; 12 de Abril segmento de Usinas de Cana de Açucar e 13 de Abril segmento do Vinho.**(Após estas datas serão realizadas as assembleias nas empresas). As Assembeias serão realizadas na sede do Sindicato,sempre às 16:00 hs em primeira convocação e se necessária às 17:00 hs em segunda convocação,conforme as regras estatutárias. Local onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da aprovação ou não das seguintes pautas:a) Leitura da pauta de reinvidicações;b)Concessão de poderes a diretoria do Sindicato, para manter as Negociações Coletivas,celebrar Acordos e Convenções Coletivas,e,ou Instaurar Dissídios Coletivos. c)Fixação do valor da Contribuição Assistencial e ou Negocial para fins de custeio da organização sindical,representação da categoria e a defesa de seus interesses individuais e coletivos. **Nota:** Fica assegurado o Direito a oposição a contribuição assistencial/negocial,a ser exercido no prazo de 10(dez) dias a partir da data da assembleia de cada setor devendo a mesma ser feita de próprio punho,única e exclusivamente pela parte interessada e protocolado na sede ou subsede da entidade sindical.Sorocaba 27 de março de 2023.José Airton Oliveira,-Presidente

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023, nos termos do Processo nº 043/2023, destinada a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**, CONFORME TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I. A licitação é do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 1 - "PROPOSTA" e nº 2 -"DOCUMENTAÇÃO", serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Licitações, localizado na Prefeitura do Município de Campina do Monte Alegre às 09:00 horas do dia 13 de abril de 2023. A sessão pública dirigida pelo Pregoeiro se dará a seguir, no mesmo dia e local nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos. Campina do Monte Alegre, 30 de março de 2023. TIAGO RICARDO FERREIRA. PREFEITO MUNICIPAL.

## *Município da Estância Turística de Piraju*

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2023**

**Objeto:** Contratação de empresa para execução das obras/serviços de **"CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE HEMODIÁLISE"**, localizado na Rua 15 de Novembro s/n – Centro, neste município da Estância Turística de Piraju/SP, com recursos financeiros oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Regional / Subsecretaria de Convênios com os Municípios e Entidades Governamentais, através do Termo de Convênio nº102536/2022. **Valor Orçado**: R$4.622.629,89. **Vencimento**: 03 de maio de 2023, às 09:00 horas. **Edital** ao custo de R$1.135,50 no Setor de Licitações ou download gratuito no sítio eletrônico: www.estanciadepiraju.sp.gov.br. **Mais informações**: Setor de Licitações – Praça Ataliba Leonel, nº173, centro, Piraju/SP. Fone: (14) 3305-9006.

Município da Estância Turística de Piraju/SP, 30 de março de 2023.

**José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL**

## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**PC 167/2023 - PE 190/2023**, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CARROS MACAS HOSPITALAR PARA EQUIPAR O HOSPITAL DA MULHER PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, INCLUINDO GARANTIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM ENTREGA DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/04/2023 – 09h30min**. O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO**

**CONTRATO Nº 542/2021-PROCESSO Nº 330/2021**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: ECOFORMAÇÃO CONS. E ASS. AMBIENTAL E PEDAGÓGICA LTDA-EPP. ASSINATURA: 29/03/2023-OBJETO: Fica prorrogado o referido contrato por mais 45 (Quarenta e cinco) dias passando sua vigência 23 de março de 2023 para 07 de maio de 2023, retroagindo seus efeitos a 23/03/2023. As demais cláusulas permanecem inalteradas. TOMADA DE PREÇO Nº 017/2021.

Fernandópolis-SP, 30 de março de 2023.

CIBELE BERGER SANCHES CARBONE

Gerente de Suprimentos

**EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

São Luís, 29 de março de 2023

**Tatiana Queiroga Vasques**

**Diretora de Relações com Investidores**

equatorial ENERGIA

**EQUATORIAL ENERGIA S/A**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

NIRE 2130000938-8

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Energia S.A., na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Brasília, 29 de março de 2023

**Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima**

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

equatorial ENERGIA

**EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL** - Pelo presente edital, o **Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo - SENALBA/SP**, faz saber aos senhores empregadores das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo, que conforme dispõe o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados, deve ser efetuado até o dia 31 de março do corrente ano e recolhido através da respectiva guia emitida pela Caixa Econômica Federal e remetida por esta entidade. Deverá ser descontada de todos os empregados 01 (um) dia de serviço a título de Contribuição Sindical, compreendendo a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a quaisquer títulos pagas pelo empregador. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical, de seus empregados até o dia 28 de abril de 2.023, importará na multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (um por cento) e atualização monetária conforme estabelece o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até o dia 30 de março, solicitá-las a este Sindicato, através do endereço eletrônico cobranca@senalba.com.br ou emiti-las no site sindical.caixa.gov.br. São Paulo, 29 de março de 2.023. **Luiz Guedes da Conceição Aparecida -** Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230400**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230400 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4002023, até o dia 18/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230339**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230339 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3392023, até o dia 18/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220900**

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220900 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços de horas/ano, médico hemodinamicista. MOTIVO: Falha na Publicação do Aviso de Licitação no DOU. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9002022, até o dia 17/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

**ADJUDICAÇÃO – PROCESSO 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 04/2023**

Após o término do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2023** sem a manifestação para interposição de recursos, eu, **ABNER ZEQUE, PREGOEIRO,** fiz a adjudicação do objeto do presente PREGÃO, das seguintes empresas com os seguintes valores: **1. VICTORINO FIGUEIREDO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI -** CNPJ: 27.750.463/0001-27, com valor global de R$ 191.983,00, referente aos itens 1, 2, 3, 4. Coronel Macedo, 24 de março de 2023

Abner Zeque - Pregoeiro

**LEILAO ON LINE**

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dia 05/04/23 às 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas.

Acesse:

**www.filatelicabrasil.com.br**

**Prefeitura Municipal de Carapicuíba**

**Aviso de Licitação:**

**Pregão Eletrônico nº 15/23 Processo nº 9039/23** Objeto: Aquisição de enceradeira industrial - Disputa dia 19/04/23 às 15:00 horas. Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 30 de março de 2023

Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

## *Município da Estância Turística de Piraju*

**ERRATA**

Na publicação do Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n. 16/2022 realizada em 25.03.2023, da "Folha de SP", pág. 3, **onde se lê:** "Pregão Eletrônico n. 16/2022", **na realidade leia-se:** "Pregão Eletrônico n. 16/2023".

## COMUNICADO

**SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E DE BRINQUEDOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Comunicamos a todos os trabalhadores associados ou não que a Contribuição de Serviços Sociais e Negociais Sindicais a ser descontada em folha de pagamento pelo empregador, de todos os empregados, associados ou não do Sindicato dos Trabalhadores, será de 8% (oito por cento) limitado à parcela equivalente a 5 pisos da categoria, sendo descontado da seguinte forma: 4% (quatro por cento) de cada salário mensal nos meses de Agosto e Outubro de 2023. Fica garantido ao trabalhador o direito a oposição a este desconto no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir de 31/03/2023 ao dia 09/04/2023, conforme aprovado em assembleia realizada no dia 30/03/2023. Tal oposição deverá ser manifestada **individual e pessoalmente** na sede do Sindicato dos Trabalhadores, devendo o empregado formalizá-la em **carta redigida em duas vias de próprio punho** e protocolá-la na Secretaria da Entidade Sindical, **localizada à Av. Celso Garcia, 391 - Brás - São Paulo - Capital**, no horário de segunda a sexta-feira das 13 às 16 horas. São Paulo, 31 de março de 2023. **Maria Auxiliadora dos Santos - Presidente.**

**EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Belém, 29 de março de 2023

**Tatiana Queiroga Vasques**

**Diretora de Relações com Investidores**

equatorial ENERGIA

## FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

**COMUNICADO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023**

Comunicamos aos interessados que, nesta data, 30 de março, foi identificado divergência na oferta de compra nº 851901801002023OC00009, Edital publicado também nesta data, referente ao Pregão Eletrônico n 08/2023 – Processo nº 16/2023, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de hortifrutigranjeiros, utilizados na preparação das refeições de pacientes e funcionários desta fundação. A divergência consiste no fato de que, ao elaborar a oferta de compra não foi selecionado o campo correspondente à destinação do pregão apenas à Micro e Pequenas empresas, de forma que, no momento do agendamento do mesmo, tal opção tornou-se indisponível, inviabilizando o agendamento. Tendo em vista que, após a publicação, não é possível modificar a oferta de compra, a correção somente poderá ser feita com a elaboração de nova oferta de compra. A nova oferta de compra será a de número 851901801002023OC00010 e estará disponível para inserção de propostas a partir do dia 03 de abril, segunda-feira. A sessão pública do pregão terá início no dia 14 de abril de 2023, às 9 horas. Publique-se. Pedreira, 30 de maço de 2023.

Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA
## SECRETARIA DE OBRAS – SO

Acha-se aberta a seguinte licitação:

**TOMADA DE PREÇOS Nº05/2023 – PEC 089/2022 –** OBJETO: Contratação dos Serviços de Reestruturação do Data Center da Prefeitura do Município de Diadema, incluindo Readequação do Sistema de Ar Condicionado do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, com Fornecimento de Materiais e Equipamentos. A pasta contendo o edital e seus anexos estarão disponível pela internet, mediante o preenchimento de recibo no site www.diadema.sp.gov.br ou poderá ser retirada pessoalmente de segunda a sexta-feira, das 10hs às 16hs, na Secretaria de Obras, sito à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – Vl. Nogueira, Diadema. Abertura: 20 de abril de 2023, às 10:00 horas no local supracitado. As empresas não Cadastradas deverão entregar o envelope nº01 Habilitação até às 17horas do dia 17/04/2023. Informações de 2ª a 6ª feira, das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no endereço acima ou pelos tels: 4072-9227 e 9226.

## SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

**AVISO**

ERRATA 001/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/23.

OBJETO : Registro de preços para a eventual aquisição de balão de iluminação.

NOVA DATA DE ABERTURA: 17/04/2023, às 13h30min.

NOVA DATA ETAPA DE LANCES: 17/04/2023, às 14h.

PROCESSO Nº SEI-270042/001060/2022.

O Edital e a Errata encontram-se à disposição dos interessados no site: www.compras.rj.gov.br, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: **pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br** / **licita.sedec@gmail.com**.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230408**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230408 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4082023, até o dia 18/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220042**

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220042, de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Limpeza (Higiene e Desinfecção). MOTIVO: Esclarecimento não respondido em tempo hábil. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 24402022, até o dia 17/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 27 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 13/2023** - Processo nº 998/2022, destinado à **aquisição de 02 motores de indução trifásico 150 cv 6 polos**, pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 18/04/2023, às 09:00 horas**. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br (BB 994858), pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral.**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230287**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230287, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2872023, até o dia 17/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230003**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230003, de interesse do Corpo de Bombeiros Militar – CBMCE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material de consumo para Defesa Civil, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5112023, até o dia 17/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Aquisição de diversos móveis de escritório e demais para uso da Secretaria de Saúde do Município de Águas de Lindoia, nos termos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO do presente Edital (Lei nº 8.666/93 – Lei nº 10.520/02)**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **05/04/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **19/04/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **19/04/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **05/04/2023 à 18/04/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Aquisição de diversos eletrodomésticos e demais para uso da Secretaria de Saúde do Município de Águas de Lindoia, nos termos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO do presente Edital (Lei nº 8.666/93 – Lei nº 10.520/02)**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **05/04/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **24/04/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **24/04/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **05/04/2023 à 20/04/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – **Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração.**

**PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS - PARTICIPAÇÃO AMPLA**

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP comunica a todos os interessados que se encontra aberta a Licitação abaixo:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 / PROCESSO ARTESP-PRC-2022/03965**

**MODALIDADE: Pregão Eletrônico / TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço**

**OBJETO: Prestação dos Serviços de Telefonia Fixa Comutada - STFC e 0800, na modalidade local, por meio de entroncamentos digitais E1 e serviço de discagem direta a ramal - DDR, destinado ao tráfego de chamadas locais e nas modalidades longa distância nacional e internacional, por meio da infraestrutura de telefonia, para o edifício sede da ARTESP e operadora do 0800.**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 31/03/2023**

**DATA E HORA DA ABERTURA: 17/04/2023 às 10:30 horas**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**

**OFERTA DE COMPRA: 392601390572023OC00003**

O edital na íntegra poderá ser consultado e cópias obtidas nos sítios **www.bec.sp.gov.br**, **www.e-negociospublicos.com.br** e **www.artesp.sp.gov.br**.

ARTESP

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS**

## AVISO DE LICITAÇÃO
## EDITAL DA CONCESSÃO DO TIC EIXO NORTE
## CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL
## Nº 01/2021
## PROCESSO STM / SPI Nº 1040923/2021

O Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, dando continuidade aos trabalhos da licitação em referência, torna pública a realização da Concorrência Internacional nº 01/2021, para a prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do TIC EIXO NORTE do Estado de São Paulo, compreendendo a construção e operação dos serviços do Trem Intercidades (Serviço Expresso - TIC), Trem Intermetropolitano (Serviço TIM) e da operação, manutenção e obras, com melhoria do desempenho e da qualidade do serviço da Linha 7-Rubi da CPTM. As propostas e os documentos relativos à Licitação deverão ser entregues na sessão pública de recebimento dos envelopes e abertura, marcada para o dia 28/11/2023, às 15:00 horas, no local indicado no Edital. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis gratuitamente, no período de 31/03/2023 a 28/11/2023, por meio da Internet, no DATA ROOM da concessão do TIC EIXO NORTE disponível no sítio eletrônico www.parcerias.sp.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas no e-mail pppticeixonorte@sp.gov.br. O edital, ainda, poderá ser obtido pelos interessados que comparecerem à Rua Iaiá 126, 11º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, no Núcleo de Apoio Administrativo, no horário das 9:00 às 17:00 horas, no mesmo período indicado, mediante a apresentação da mídia gravável ou dispositivo equivalente, necessária para cópia do arquivo, com capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados. O edital identifica a realização de visita técnica que poderá ser realizada por todo o período de disponibilização do instrumento convocatório, devidamente agendada pelo e-mail acima, cujas instruções constam do Edital.

Secretaria de Parcerias em Investimentos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

## Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G

Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 39.881.421/0001-04 - NIRE 4330006550 2

**Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação**

Convocamos os Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **19 de abril de 2023, às 11h**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma denominada "*microsoft teams*" ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se habilitarem para participar da AGE, conforme abaixo descrito, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia: 1. O enquadramento do Sr. André Coji e da Sra. Angélica Maria de Queiroz como membros independentes do Conselho de Administração, de acordo com critérios de independência da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada; 2. Rerratificar, em razão da aprovação do item 1 acima, a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24 de outubro de 2022, para fazer constar que os Conselheiros Sr. André Coji e Sra. Angélica Maria de Queiroz ocupam os cargos de membros independentes do Conselho de Administração; e 3. Fazer constar a renúncia do Sr. Waldenir Alexandre da Silva Cruz encaminhada à Companhia em 23 de dezembro de 2022 e ratificar a composição do Conselho de Administração.** *Participação por meio do Sistema Eletrônico*: A AGE será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), sendo que a participação dos acionistas dar-se-á pelo Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. A participação via Sistema Eletrônico será restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores ("Participante"). O Participante que desejar participar da AGE deverá enviar os documentos listados abaixo para habilitação de sua participação na AGE até o dia **17 de abril de 2023**, para o e-mail invrel@csn.com.br com o seguinte título: *"Cadastro para participação na AGE em 19 de abril de 2023"*. Através do referido e-mail, o Participante deverá informar: (i) se é o próprio acionista; (ii) se é representante legal do acionista; ou (iii) se é procurador de acionista, bem como anexar todos os documentos necessários para a participação na AGE, conforme lista abaixo. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá o link para acessar o Sistema Eletrônico por meio do e-mail utilizado para o cadastro. *Documentos necessários para o cadastro*: (i) Extrato atualizado, contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGE. (ii) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (iii) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (iv) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (v) Caso qualquer dos acionistas acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. Porto Alegre, 29 de março de 2023. **Benjamin Steinbruch** - Presidente do Conselho de Administração CEEE-G.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

**ERRATA**

**Jornal a Folha de São Paulo – NA EDIÇÃO de 28 de março de 2023 – Publicação A20**
**Abertura de Chamada Pública, para CADASTRAMENTODE EMPRESAS, COOPERATIVAS EASSOCIAÇÃODE COLETORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE MONÇÕES. ONDE- SE- LÊ: CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023; LEIA-SE: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2023. VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha aberta a **Tomada de Preços nº 02/2023** - Processo nº 1031/2023, destinada à **contratação empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário do setor Habiteto (CT-Habiteto)**, pelo tipo menor preço. **Encerramento dia 05/05/2023, às 09:30 horas**. O edital completo será disponibilizado no site **www.saaesorocaba.com.br**. Informações pelos telefones: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, nº 255, Jardim Ibiti do Paço, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023. **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães – Diretor Geral.**

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023 –** A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO ALEXANDRE DE GUSMÃO. ENCERRAMENTO: 19 de Abril de 2023 às 09 horas na sala de licitações da Prefeitura do Município de Itápolis, sito à Avenida Florêncio Terra, 399, Centro. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através do site www.itapolis.sp.gov.br. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230283**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230283, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2832023, até o dia 17/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO. Concorrência Pública Nº. 03/2022. PROCESSO Nº. 3.926/2022.** A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA JOSÉ ROSSI E REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO, para a empresa DGB Engenharia e Construções LTDA CNPJ 61.608.477/0001-49, perfazendo-se o valor total de R$ 262.387,77 (DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS); consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório no dia 14 de Fevereiro de 2023. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI Prefeito Municipal.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO. Concorrência Pública Nº. 05/2022. PROCESSO Nº. 3.940/2022.** A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA AV. DR. EDUARDO DO AMARAL LYRA E RUA ANTONIO MOCHI, para a empresa DGB Engenharia e Construções LTDA CNPJ 61.608.477/0001-49, perfazendo-se o valor total de R$ 320.617,86 (TREZENTOS E VINTE MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS); consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório no dia 27 de Fevereiro de 2023. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI Prefeito Municipal.

## PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL Nº 052/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023**
OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal. A realização da sessão será no dia 17 de abril de 2023, às 13:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

**EDITAL Nº 053/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023**
OBJETO: Aquisição de um termonebulizador para uso veicular. A realização da sessão será no dia 18 de abril de 2023, às 14:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

**EDITAL Nº 054/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023**
OBJETO: Contratação de empresa com fornecimento de máquinas e equipamentos necessários para execução de recuperação e melhorias nas estradas rurais municipais e nos acostamentos das estradas vicinais no Município da Estancia Turística de Barra Bonita. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 19 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

**EDITAL Nº 055/2023 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2023**
OBJETO: Aquisição de diversos materiais para escritório. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 20 de abril de 2023, às 08:30 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

**EDITAL Nº 056/2023 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023**
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de, numa primeira fase, recuperação e reparos das instalações e conserto e substituição de peças, maquinário e equipamentos, dentre outros, e, numa segunda fase, manutenção e operação assistida dos equipamentos e instalações da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Barra Bonita e da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) Matadouro, localizadas neste Município de Barra Bonita/SP, na forma do termo de referência (anexo I), planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos originais de execução das estações e demais documentação técnica. Encerramento: Entrega dos envelopes documentação e proposta: Até o dia 03 de maio de 2023 às 9:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia 03 de maio de 2023, às 9:15 horas.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra Bonita, 30 de março de 2023. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online

**1º Leilão: 12/04/2023 às 15h00**
**2º Leilão: 27/04/2023 às 15h00**

**Credora Fiduciária: RIO DAS FLORES DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA**
**Fiduciante: TIAGO AURELIO BASSI**

**LOTE 01 - ITATIBA/SP**

**Lote nº 8 da Quadra 03** do Loteamento denominado Residencial Rio das Flores, localizado na Rodovia Romildo Prado, Km 13,5, Bairro da Tapera Grande, inserido na Macrozona Urbana do município e comarca de Itatiba, na Zona Predominantemente Residencial, com a seguinte descrição perimétrica: tem início na intersecção do Lote 9 da Quadra 03 e Rua 1, deste ponto segue em curva (raio: 241,00m e ângulo central: 11°26'22") fazendo frente para a Rua 1 medindo 14,29m; do lado esquerdo de quem olha da mencionada rua para o terreno deflete a direita e segue em linha reta por 31,46m confrontando com o Lote 7 da Quadra 03; deflete a direita e segue em curva (raio: 214,50m) por 2,91m confrontando com o Lote13 da Quadra 03 e segue em curva (raio: 214,50m) por 09,53m confrontando com o Lote 12 da Quadra 03 totalizando 12,44m de fundo: deflete a direita e segue em linha reta por 31,49m confrontado com o Lote 9 da Quadra 03 onde encontra o ponto de partida. Totaliza uma área de 420,68m². Inclui em seu interior a Viela Sanitária com a seguinte descrição: Localizada na lateral lote 8. A considerar que o observador situa-se sobre a viela sanitária e olha em direção à Rua 1. Medindo na lateral direita em linha renta 31,47m de comprimento confrontando com o lote 7. Medindo em linha reta 31,46m de comprimento na lateral esquerda, confrontando com o próprio lote. Medindo em curva 1,50m de comprimento na frente, confrontando com a Rua 1. Totalizando uma área de 47,20m. A viela sanitária possui uma largura de 1,50m. **Av. 02/056994** - Consta contrato padrão com condições a serem observadas quanto ao aproveitamento do terreno, no tocante as edificações e suas características e demais condições relativas ao empreendimento. **Imóvel objeto da matrícula nº 56.994 do Cartório de Registro de Imóveis de Itatiba/SP. Observação: Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97.**

**Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 466.218,80 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 350.234,78**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br**

## Companhia de Gás de São Paulo - Comgás

comgas

CNPJ/MF nº 61.856.571/0001-17 - NIRE 35.300.045.611

**Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 26 de abril de 2023**

O Conselho de Administração da **Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 27º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.045.611, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 61.856.571/0001-17, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 15636 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos Administradores e do Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** Aprovação da Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(iii)** Aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2023; **(iv)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(v)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(vi)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(vii)** Aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2023. **1. Instruções Gerais:** Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se na presente Proposta. A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os Acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos Acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo Acionista, que, conforme acima exposto, poderá participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 09:30h do dia 26 de abril de 2023. Por meio da plataforma digital, o Acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, **até o dia 24 de abril de 2023** (inclusive). Nesse mesmo e-mail os Acionistas deverão enviar também os documentos indicados no Manual. Encontra-se à disposição dos Acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (ri.comgas.com.br), em observância ao parágrafo único do artigo 121, caput do artigo 133 e aos artigos 10º e seguintes da RCVM nº 81/22, cópia do Manual e da Proposta da Administração, do boletim de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo, 27 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Presidente do Conselho de Administração.

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 10/2023** - Processo nº 3578/2022, destinado à **contratação de empresa de engenharia especializada para execução de novas ligações e reformas de ligações de esgoto com vários diâmetros, execução de dispositivo de inspeção, reformas, construções e nivelamentos de poços de visitas de redes coletoras de esgoto, reformas de trechos de redes coletoras e emissários de esgotos com vários diâmetros, com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos para sua execução, pelo tipo menor preço. SESSÃO PÚBLICA dia 18/04/2023, às 09:00 horas.** Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 994863)**, pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral.**

**CLUBE ATLÉTICO JUVENTUS.** São Paulo, 28 de março de 2023 - PCD 121/2023. **Edital de Convocação Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo de 10/04/2023.** Ivan Antipov, Presidente do Conselho Deliberativo, no cumprimento de suas atribuições e com base na letra "c" do Inciso I do Art. 67 do Estatuto Associativo, convoca os conselheiros em pleno gozo de seus mandatos, direitos associativos e quites com os cofres do Clube para comparecerem à Reunião Ordinária convocada para o dia 10/04/2023, às 18h30min em primeira chamada com a presença de metade mais um de seus membros efetivos (50% + 1) ou em segunda e última chamada às 19h00min, então com qualquer número de conselheiros, a ser realizada na denominada Boate Piramyd's, localizada na Rua Comendador Roberto Ugolini, 20, nesta Capital, para cumprir a seguinte Ordem do Dia: (i) eleger por aclamação os membros da única Chapa concorrente (CHAPA 2) para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo para o período de 01/05/2023 à 30/04/2026, conforme previsto no § 1º do Item I do Art. 69 e no Art. 119 do Estatuto Associativo. (ii) a CHAPA 02, homologada pelo Corpo Diretivo do Conselho Deliberativo e pela sua Comissão de Sindicância com base na Resolução PCD 001/2023 e no Estatuto Associativo para concorrer ao pleito tem a seguinte composição: Presidente: Carlos Eduardo Gomes Pedroso Vice-Presidente: Benedito Antonio Couto. (iii) A posse dos membros eleitos se dará em 01/05/2023. Observações: (i) os conselheiros aptos a votarem são aqueles constantes da Lista de Presença da reunião e que totalizam 102 membros. (ii) os casos porventura omissos serão resolvidos pelo Presidente da Mesa no âmbito de suas atribuições e competência. Ivan Antipov Presidente do Conselho Deliberativo.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230091**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230091, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órtese e Prótese, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 912023, até o dia 17/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220902**

A Secretaria da Casa Civil torna pública a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220902, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria Médico Cirurgião Pediátrico, para atender as necessidades da Rede SESA. MOTIVO: Correção no Lançamento. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9022022, até o dia 17/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230042**

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230042 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo objeto é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para Execução de Serviços Sistemáticos e Continuados, de Apoio Administrativo e Comercial, na Unidade de Negócio Bacia do Banabuiú – UNBBA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3152023, até o dia 17/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

## Auren Energia S.A.

CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023**

A **Auren Energia S.A.** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 2022 ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: i. Em Assembleia Geral Extraordinária: a. a alteração dos parágrafos 2º e 3º do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para alterar o prazo de restrição ao direito de voto previsto nos referidos dispositivos; b. a consolidação do estatuto social da Companhia; c. a eleição de membro do conselho de administração da Companhia; d. a caracterização como conselheiro independente do membro eleito do conselho de administração; e. o Plano de Outorga de Ações Restritas; ii. Em Assembleia Geral Ordinária: f. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; g. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; h. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e i. a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria para o exercício social de 2023. Para participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá realizar seu cadastro na plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), conforme link disponível no Manual e Proposta da Administração ("Manual e Proposta") e realizar o upload dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo descritos, até **26 de abril de 2023** ("Cadastro"). Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia. Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para Cadastro, o acionista receberá da Companhia uma confirmação de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro realizado na Plataforma Digital, a Companhia entrará em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e a liberação para acesso à Plataforma Digital, desde que o acionista tenha realizado o Cadastro e envio da documentação em prazo adequado para tanto. Nos termos da RCVM 81, caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitados pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação do acionista, até o dia **26 de abril de 2023,** não será possível a participação do acionista na Assembleia. Caso o acionista não receba a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@aurenenergia.com.br, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. As informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos deste Manual e Proposta. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital. Informações e orientações adicionais acerca dos procedimentos para realização do Cadastro e habilitação para participação na Assembleia, bem como para participação e manifestação do acionista por meio da Plataforma Digital, encontram-se no Manual e Proposta. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, mediante *upload* na Plataforma Digital: (i) cópia simples do documento de identidade com foto do titular; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia; (iii) cópia simples do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias úteis de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Proc. CVM RJ2014/3578, j. 4.11.2014). O procurador ou representante que, porventura, represente mais de um acionista, somente poderá votar na Assembleia em nome dos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Excepcionalmente para a Assembleia, serão dispensados para os documentos dos acionistas expedidos no exterior, as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada, bastando, nesse último caso, a sua tradução livre para o português. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam do boletim disponibilizado pela Companhia e do Manual e Proposta. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.aurenenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), incluindo o Manual e Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. São Paulo, 28 de março de 2023. **Mateus Gomes Ferreira** - Presidente do Conselho de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 70/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2023** OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte, distribuição e entrega da Merenda Escolar do Município de Itatinga, com fornecimento de veículo apropriado, combustível e mão de obra**, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 14/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 14/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 137/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2022** OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza escolar e limpeza hospitalar**, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 18/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 18/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal SAAEJ

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 – Processo nº 414/2022**

**Objeto:** contratação de empresa especializada para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO MENSAL DE SOFTWARE ESPECIALIZADO DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL PARA SANEAMENTO BÁSICO,** no município de Jaboticabal/SP. Os interessados poderão consultar o edital da licitação em epígrafe, gratuitamente, através do site do SAAEJ, através do link saaej.sp.gov.br/novosite/novas-tecnologias ou, presencialmente, no Setor de Compras e Licitações, sito na Rua Jornalista Cláudio Luis Berchielli, 345, bairro Santa Mônica, na cidade de Jaboticabal/SP, das 08:00 às 16:00. **Prazo final para entrega dos envelopes:** até 27/04/2023 às 13h00min. **Abertura dos envelopes:** 27/04/2023 às 13h30min.

Jaboticabal, 30 de março de 2023.

ALBERTO CLAUDIO ALMEIDA FILHO - Presidente do SAAEJ

## FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

CNPJ. 73.050.536/0001-95

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/23**

**Processo nº 445/23**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK, CONFORME ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/23.**

**MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no setor de Compras da FITO (Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - SP), por e-mail (compras@fito.br) ou no site (http://fito.edu.br/editais-de-licitacao/). Os documentos referentes ao credenciamento e os envelopes serão recebidos no mesmo endereço até às 08 horas do dia 18/04/23, na sala de licitações da FITO (Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - SP). A sessão pública dirigida por pregoeiro se dará no mesmo dia, hora e local. A aquisição será imediata, o critério de julgamento será o de menor preço unitário,** conforme relacionados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial 007/23. O presente certame será regido pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 9.302/04, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Osasco, 30 de março de 2023.

**JOSÉ CARLOS PEDROSO**

Presidente

## FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

CNPJ. 73.050.536/0001-95

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/23**

**Processo nº 353/23**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA AS CRECHES DO MUNDO DA CRIANÇA CONFORME ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 006/23.**

**MENOR PREÇO GLOBAL**

**O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no setor de Compras da FITO (Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - SP), por e-mail (compras@fito.br) ou no site (http://fito.edu.br/editais-de-licitacao/). Os documentos referentes ao credenciamento e os envelopes serão recebidos no mesmo endereço até às 08 horas do dia 20/04/23, na sala de licitações da FITO (Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - SP). A sessão pública dirigida por pregoeiro se dará no mesmo dia, hora e local. A aquisição será estimada, o critério de julgamento será o de menor preço global,** conforme relacionados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial 006/23. O presente certame será regido pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 9.302/04, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Osasco, 30 de março de 2023.

**JOSÉ CARLOS PEDROSO**

Presidente

## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

**Estado de São Paulo**

**EXTRATO DO EDITAL**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 020/2023

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DIMENSIONAMENTO DE PAVIMENTO DE VIAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE"

Tipo: Menor Preço

Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS

Processo Administrativo: 20.488/2022

Data e horário da licitação: 10/05/2023 às 10:00 Hs.

Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.

Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 03/04/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 29 de março de 2023.

ENGª ELOISA OJEA GOMES TAVARES - Secretária Municipal de Obras Públicas

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA(S) EXECUTADA(S) QUANTO AO ARRESTO SOBRE VALORES – SISBAJUD. Processo Digital nº: **1001212-77.2019.8.26.0453**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Raimundo Nonato de Oliveira. EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Pirajuí, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Carla Crescione dos Santos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital de CITAÇÃO E INTIMAÇÃO de Raimundo Nonato de Oliveira, CPF: 336.450.158-91, que, por este Juízo e respectivo Cartório, processa-se a Execução de Título Extrajudicial, Processo Digital nº: 1001212-77.2019.8.26.0453, que lhe(s) move o Banco Daycoval S/A, ação distribuída em 07/06/2019, a cuja causa foi dado o valor de R$ 16.189,43 – valor atualizado até 11/02/2020. Encontrando-se a(o) executada(o) em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua CITAÇÃO, por edital, para que, em 03 (três) dias, pague o valor devido, com as devidas correções, sendo que, transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo; Fica ainda o executado INTIMADO do ARRESTO E BLOQUEIO realizado sobre as quantias de R$ 58,13 em sua conta no Banco Santander e R$ 2.407,15 em sua conta na Caixa Econômica Federal, pelo Sistema SISBAJUD, para, se o caso, oferecer(em) EMBARGOS, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 30 dias deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Pirajuí, aos 17 de março de 2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 59/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2023** OBJETO: **Contratação de empresa para serviço de comodato de câmeras para monitoramento das Unidades Escolares**, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 27/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 27/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

**SEC OBRAS**

**AVISO DE 2ª REPUBLICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 - PROCESSO Nº 007/2023**

OBJETO: Contratação de empresa com empreitada global de material, mão de obra e equipamentos, para reforma e revitalização de Complexo Esportivo e Quadra Poliesportiva, localizados na Rua Thomaz Paes da Cunha Filho esquina com a Rua Pernambuco e Rua Sebastião Lima Braga esquina com a Avenida Joaquim José de Morais – Bairro São João e Jardim Residencial do Prado, neste Município de Votuporanga/SP. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 17 de abril de 2023, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9814, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 18 de abril de 2023, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 30/03/2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA. PROCESSO Nº. 36/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2023-REPETIÇÃO** OBJETO: Aquisição de roçadeira articulada, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. **ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:** até 25/04/2023, às 09:15; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 25/04/2023, às 09:30; **CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

**Estado de São Paulo**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº. 074/2023

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARRINHO DE MÃO E INSUMOS"

Processo Administrativo: 2.748/2022

Data e Hora do Pregão: 18/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br

Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP

Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00124

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR UNITÁRIO.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 30 de março de 2023.

SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**AVISO DE LICITAÇÃO** - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 - PROCESSO DIGITAL FF.002740/2023-78. A Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO CREDENCIAMENTO de agentes de projeto para o PSA Guardiões das Florestas, conforme prevê o capítulo III do Decreto Nº 66549/2022, que institui os chamados Agentes de Projeto de PSA e considerando o projeto PSA GUARDIÕES DAS FLORESTAS, por meio do qual se realizará o pagamento por serviços ambientais para agentes ambientais indígenas pela contribuição associada aos conhecimentos tradicionais em áreas protegidas. Os interessados poderão obter cópia integral do Edital no sítio eletrônico: **www.fflorestal.sp.gov.br**. A documentação completa deverá ser entregue pelo interessado até as 16:00 horas do dia 18/04/2023. Ela poderá ser entregue, (i) eletronicamente no endereço: **fflorestal@fflorestal.sp.gov.br**, ou presencialmente no endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 – 1 Andar . O resultado dos credenciados será publicado após análise da documentação, quando iniciará a fase de recurso de 05 (cinco) dias úteis. PARECER AJ 120/23 DATADO DE 20/03/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PE160/23 DLC PA 64437/22** menor preço com reserva para ME / EPP/ MEI visando RP de piso modular esportivo. Abertura: 19/04/23 8:30 Disputa: 9:30. **PP164/23 DLC PA 64062/22** menor preço visando contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores Abertura:14/04/23 9:00. **Concorrência Pública Internacional 26/23-DLC PA 50114/19** visando selecionar proposta mais vantajosa através do menor valor da contraprestação a ser paga pelo poder concedente para a Concessão da prestação dos serviços de atenção à saúde e dos serviços de apoio à operação, incluindo a construção, equipagem, operação e manutenção do Hospital Infanto Juvenil de Guarulhos (HIG). Data de abertura dos envelopes: 20/06/23 às 10h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1012147-08.2021.8.26.0066**. Classe: Assunto: Usucapião - Usucapião Extraordinária. Requerente: Iamene Cristiane da Silva e outro. Requerido: Sandra Regina Barbosa Carbone e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1012147-08.2021.8.26.0066. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Barretos, Estado de São Paulo, Dr(a). Douglas Borges da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos e eventuais interessados, que Carlos Roberto da Silva e Iamene Cristiane da Silva ajuizaram ação de Usucapião, visando a declaração de posse sobre o imóvel localizado na Avenida 37, nº 757, Bairro Baroni, nesta cidade de Barretos-SP, objeto da Matrícula nº 23.976 e parte da Transcrição nº 27.596 do Cartório de Registro de Imóveis de Barretos-SP. Alegando os requerentes estarem na posse do imóvel por si e por seus antecessores, de forma mansa e pacífica, há mais de 35 anos, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias úteis, a fluir do prazo supra, ofereçam resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Será o presente afixado e publicado. NADA MAIS. Barretos, 23/03/2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE DIETAS, SUPLEMENTOS E FÓRMULAS INFANTIS" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/., SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA DO DIA 31/03/2023 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 14/04/2023. DATA E HORA DA DISPUTA: 14/04/2023 ÀS 9 HORAS. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

## PREFEITURA DE BOITUVA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2023**

**ÓRGÃO:** Prefeitura de Boituva. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM INSTALAÇÃO; **MODALIDADE:** Pregão Presencial: **ENCERRAMENTO:** 19.04.2023 as 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 30 de março de 2023. Rafael Alves Correa – Secretário Municipal de Esportes

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

**CENTRO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL "PREF. IDEVAL PACCOLA"**

**AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº. 001/2023 – Processo nº 001/2023**

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de construção civil para execução das obras do prédio do Polo da Beleza. Tipo: menor preço – Encerramento: 17 de abril de 2023 às 09h00 – Cadastramento: Poderá ser feito até as 17h00 do dia 14 de abril de 2023 – O edital encontra-se disponível no site www.cmfp.com.br – Informações: Avenida Lázaro Brígido Dutra, nº 101, Lençóis Paulista, fone: 14- 3269.3598. Lençóis Paulista, 30 de março de 2023. ANTONIO PAULO ANTUNES – Diretor Executivo

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO - **Tomada de Preços nº 003/2023. Processo Administrativo nº 12.266/2022.** A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto **Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços para construção de 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS situado na Rua Maria dos Reis Brito, Lote 215 G3 – Fazenda Belém e Cachoeira.** Sessão de Abertura dia 17 de Abril de 2.023 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer mídia "CD" gravável, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br. **WAGNER CARNEIRO DE SANTANA - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 12/2023** - Processo nº 2519/2022, destinado à **aquisição, sob demanda, de registro de gaveta em metal**, pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 18/04/2023, às 09:00 horas**. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 994861)**, pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral**.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

INSTITUTO DE AGRONOMIA EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA KOICHI SAKUMOTO-IAKOS, convoca os seus associados em condições de votar, para comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, que será realizada no dia **12 de abril de 2023** em sua sede social Rua João Alves Carneiro S/N -Quadra 01 -Bairro Biguá -Miracatu -São Paulo ,em 1ª. convocação às 14h , com, no mínimo, metade mais um de seus associados e em 2ª convocação às 14:30 horas, com qualquer número de associados, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas do exercício anterior; b) Eleição da Diretoria; c) Alteração do Estatuto Social; d) Outros assuntos de interesse da sociedade.

DOUGLAS APARECIDO SAKUMOTO

DIRETOR - PRESIDENTE

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO: 6018.2023/0018274-4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2023-SMS.G**

Objeto: **registro de preços para o fornecimento de MEDICAMENTOS ANTI-INFECCIOSOS I.**

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09:30h** do dia **17/04/2023** a cargo da **13ª CPL**.

- O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido pelo link SEI nº 080796028

**PROCESSO: 6018.2022/0102682-2 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2023-SMS.G -**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE ENOXAPARINA SÓDICA 20MG e 60MG (EQUIVALENTE A 100 MG/ML).** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **09h00 do dia 13/04/2023**, a cargo da **11ª CPL** - O edital deste pregão poderá ser consultado e/ou obtido pelo link SEI nº 080781521

Local: https://www.gov.br/compras - Retirada do edital: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br

## FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

CNPJ. 73.050.536/0001-95

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/23**

**Processo nº 447/23**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE POLTRONAS CONFORME ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/23.**

**MENOR PREÇO GLOBAL**

**O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no setor de Compras da FITO (Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - SP), por e-mail (compras@fito.br) ou no site (http://fito.edu.br/editais-de-licitacao/). Os documentos referentes ao credenciamento e os envelopes serão recebidos no mesmo endereço até às 08 horas do dia 25/04/23, na sala de licitações da FITO (Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - SP). A sessão pública dirigida por pregoeiro se dará no mesmo dia, hora e local. A aquisição será imediata, o critério de julgamento será o de menor preço global,** conforme relacionados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial 008/23. O presente certame será regido pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 9.302/04, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Osasco, 30 de março de 2023.

**JOSÉ CARLOS PEDROSO**

Presidente

**EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**1º Público Leilão: 13/04/2023, às 10:20hs / 2º Público Leilão: 14/04/2023, às 10:20hs**

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Casa nº 02, localizada no pavimento térreo do Conjunto Residencial denominado Condomínio Residencial Mariquinha Viana, com acesso pelo pavimento térreo, situado à Rua Mariquinha Viana, nº 301 e 305, no 8º subdistrito – Santana, contendo área privativa principal total de 38,790m², área de uso comum de 0,238m², área real total de 39,028m², área de terreno de uso exclusivo de 2,870m², área de terreno de uso comum de 34,261m² (incluindo a participação na área descoberta frontal do condomínio), área de terreno total de 37,131m². Imóvel objeto da Matrícula nº 155.417 do 3º Oficial do Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **1º Leilão: R$ 303.016,34 (trezentos e três mil, dezesseis reais e trinta e quatro centavos) 2º leilão: R$ 208.884,96 (duzentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: HELDER LOPES FERREIRA, brasileiro, solteiro, contador, nascido em 04/06/1984, CPF: 314.803.888-66, RG: 32.464.798-0 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Domingos José Sapienza, nº 101, apto 128 B, bairro Vila Amélia, São Paulo/SP, CEP: 02.618-010, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

## MENEGUELLO PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF: 42.509.266/0001-04 - NIRE 35237386371

**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS PARA REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

Em 20 de Março de 2023, na sede da empresa, localizada na Rua Pauliceia, nº 122, Vila Camilopolis, Santo André, CEP 0923-340 com a presença da totalidade do capital social, foi deliberado que: O capital social da sociedade que era de R$ 2.764.688,00 (Dois milhões setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais) representado por Dois milhões setecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito (cotas) no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que R$ 2.763.860,00 (Dois milhões setecentos e sessenta e três mil oitocentos e sessenta reais) está integralizado em bens imóveis pelos sócios ROGÉRIO APARECIDO GARCIA MENEGUELLO e VALERIA CARDOZO MENEGUELLO e R$ 276,00 em moeda corrente nacional pelo sócio LUCAS CARDOZO MENEGUELLO, R$ 276,00 em moeda corrente nacional pela sócia LAVINIA CARDOSO MENEGUELLO e R$ 276,00 em moeda corrente nacional pela sócia LETÍCIA CARDOZO MENEGUELLO, será reduzido em 500.000,00 (Quinhentos mil reais) com a desincorporação dos seguintes imóveis: Uma gleba de terras com área de 3.893,00 m2 no bairro do Portão, perímetro urbano, desta cidade e comarca de Atibaia, SP, medindo linearmente, 35.00 m. de frente para a Estrada Municipal; pelo lado direito, de quem olha o terreno, da frente aos fundos, confronta com o quinhão G de Avelino Domingos dos santos; pelo lado esquerdo, também de quem olha para o terreno da frente aos fundos, mede 180,00m. aproximados e confronta com o quinhão I de Benedito Domingos dos santos; e nos fundos mede 26,00m. e confronta com as terras de José Leal Teixeira de Souza, que nesta gleba de terras é designada como sendo gleba H, tudo melhormente descrito e caracterizado na matrícula nº 32.245 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia, pelo valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), tendo como contribuinte municipal o nº 05200100000000135. UM TERRENO constituído pelo lote 9 da quadra 133 da Vila Camilópolis, perímetro urbano do 2º subdistrito desta cidade, com área de trezentos e cinquenta metros quadrados, medindo dez metros de frente para a rua Ponta Porã, por trinta metros da frente aos fundos, confrontando de um lado com os lotes 10, 11 e 12 de outro lado com o lote 8, e nos fundos com lote 1, tudo melhormente descrito e caracterizado na matrícula nº 5.769 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Santo André, pelo valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais), tendo como contribuinte municipal o nº 08.186.009, por tornar-se excessivo com relação ao objetivo social da empresa, passando o capital social da sociedade a ser de R$ 2.264.688,00 (Dois milhões duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais) representado por 2.264.688 (Dois milhões duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentas e oitenta e oito) de cotas sociais no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional. Para os efeitos do § 1º, do art. 1.084 da Lei nº 10.406/02, o arquivamento da Alteração Contratual resultante se dará no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta ata. O montante da presente redução será devolvido, na proporção da participação societária aos sócios conforme disposições legais. Presidente, ROGÉRIO APARECIDO GARCIA MENEGUELLO e para Secretário VALERIA CARDOZO MENEGUELLO . Nada mais havendo a tratar, foi encerrado a reunião da qual foi lavrada a presente ata. São Paulo, 20 de Março de 2023. ROGÉRIO APARECIDO GARCIA MENEGUELLO - Presidente; VALERIA CARDOZO MENEGUELLO - Secretário; LETÍCIA CARDOZO MENEGUELLO; LUCAS CARDOZO MENEGUELLO; LAVINIA CARDOSO MENEGUELLO - Representada por seus genitores VALERIA CARDOZO MENEGUELLO e ROGÉRIO APARECIDO GARCIA MENEGUELLO

## INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

**Cotação - Processo IPT Nº DL00147.2023 - RC78495.2023**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERINGA DESCARTÁVEL PLÁSTICO LUER-LOCK 5ML - MARCA PHENOMENEX E FILTRO DE SERINGA PVDF FI 25MM 0,45µM - MARCA COBETTER.**

**Cotação - Processo IPT Nº DL00154.2023 - RC78496.2023**

**OBJETO: TUBO PLÁSTICO PARA AMOSTRAS DE 11ML, SEM TAMPA MARCA METROHM NCM: 39173900.**

**Publicação para o dia: 31.03.2023**

**Data Final para apresentação de proposta: 04.04.2023 até as 17:00h**

**Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.**

## PREFEITURA DE REGISTRO

**COMUNICADO**

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023**

**REFERENTE: AQUISIÇÃO IMEDIATA DE EQUIPAMENTO DE RAIO-X E MONITOR MULTIPARAMÉTRICO PARA USO DA UBS CENTRO – DIRETORIA GERAL DE SAÚDE.**
Comunicamos às licitantes interessadas em participar do **Pregão Eletrônico nº 016/2023**, que face às necessidades de alterações no edital, fica determinada a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** do referido certame até ulterior publicação de novo aviso de edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, 30 de março de 2023
**CLAUDICIR ALVES VASSÃO**
Diretor de Políticas da Administração Pública

## FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023**

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 05/2023, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de materiais hospitalares correlatos, para reposição do estoque do almoxarifado da Farmácia desta Fundação – Grupo 1. O processamento do pregão se dará através do sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, disponível no endereço www.bec.sp.gov.br. O edital poderá ser obtido no portal BEC ou no site desta Fundação: www.funbepe.org.br. Nº da Oferta de Compra: 851901801002023OC00007. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 04/04/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 17/04/2023 – às 09:00

Sandra Aparecida Chiarini de Ugo - Superintendente da FUNBEPE
Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

## Prefeitura da Estância Turística de Salto

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2022**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9394/2022**
**REPUBLICAÇÃO – ITENS REMANESCENTES**

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para aquisição de medicamentos e suplementos alimentares (de acordo com a RDC 240/2018) e de Notificação Simplificada (RDC 576/2021), para atender aos pacientes das Unidades Básicas, Especializadas da Rede Municipal de Saúde, Centro Especializado de Odontologia e Centro de Controle de Zoonoses, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 14 de abril de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 31/03/2023 até as 08h30min do dia 14/04/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 14/04/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 14/04/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 30 de março de 2023.
**Marcio Conrado** - Secretário de Saúde

## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS**

**PC.569/2023 – CP.10.010/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO AQUÁTICO NO BAIRRO BATISTINI, NESTE MUNICÍPIO.** – O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/05/2023 às 10h00**. – S. B. Campo, 30 de março de 2023

EDITAL DE CITAÇÃO - Processo Digital nº: 1017559-76.2019.8.26.0554 - Classe: Assunto: Monitória - Pagamento Requerente: Sousa Gestão de Negocios Ltda. - Epp Requerido: Nelson Satoshi Matsumoto - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1017559-76.2019.8.26.0554 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcio Bonetti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER R a NELSON SATOSHI MATSUMOTO, que a empresa SOUSA GESTÃO DE NEGOCIOS. AJUIZOU Ação Monitória em face de Vossa Senhoria, para pagamento da multa de 20% no valor de R$ 8.659,88 (oito mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos) atualizado até 01.01.2022, calculado sobre o valor da arrematação a efetuada em leilão, do veículo da marca Ford, modelo Focus HC FLEX, ano 2010/2011, cor prata, chassi: 8AFUZZFHCBJ355857, vendido como sucata, no lote de nº 3308, não efetivada em função da ausência de pagamento do título de crédito (cheque) para pagamento do boleto vencido em 22.12.2015, em prejuízo do pagamento da comissão do leiloeiro; além das custas processuais no valor de R$ 225,05 (duzentos e vinte cinco reais, e cinco centavos) e honorários de advogado na razão de 5% (r. decisão de fls. 31 do processo eletrônico), no valor de R$ 412,38 (quatrocentos e doze reais e trinta e oito centavos), ambos também atualizados até o dia 01.01.2022. Considerando que o requerido se encontra em local incerto e não sabido, é o presente para citar o Sr. NELSON SATOSHI MATSUMOTO para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, proceda ao pagamento do total do débito, no valor de R$ 9.297,31 (nove mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), que deverá atualizada até a data do efetivo pagamento, ou apresentar embargos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. Na hipótese de pagamento no prazo, o réu será isento do pagamento de custas processuais. Caso não cumpra o determinado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se- á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, podendo lhe ser arrestado e/ou penhorado bens móveis/imóveis, e/ou ativos financeiros suficientes a garantia da execução. Cite-se por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, considerando que, por ora, não existem os meios de publicação mencionados no art. 257, inciso II do Novo Código de Processo Civil. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 23 de maio de 2022.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

**AVISO DE REABERTURA E 2ª ALTERAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023**

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se reaberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos para iluminação pública, conforme quantidades demais especificações descritas no Edital. A nova data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 19 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br). O novo Edital (2ª Alteração) completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br a partir do dia 03 de abril de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: aline_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 30 de março de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

**EXTRATO DE CONTRATO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023**

Contrato nº 059/2023. Contratante: MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA. Contratada: MEDI-VET VETERINARIA LTDA. CNPJ: 47.081.754/0001-87. Objeto: Prestação de serviços de castração de cães e gatos - Itens: 1,2,3,4,5 e 6. Vigência: 120 dias. Valor Global: R$ 64.161,60.

Secretaria de Gabinete, 29 de março de 2023
Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

## Prefeitura da Estância Turística de Salto

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9056/2022**
**RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento de material médico e de enfermagem para consumo nas Unidades Básicas e Especializadas da rede municipal de saúde, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.
Na qualidade de Secretário de Saúde, devidamente autorizado no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Federal 10024/2019, considerando a publicação de 21/03/2023 no D.O.E/SP, Poder Executivo – Seção I, página 529, retifico conforme segue abaixo:
**Onde se lê:**
- **Comercial Cirúrgica Sorocaba Ltda**, para os lotes 6, 20, 25 e 43, no valor global da contratação de R$ 213.980,60 (duzentos e treze mil, novecentos e oitenta reais e sessenta centavos)
- **Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda**, para os lotes 7, 17, 21, 26, 28, 29, 46, 47 e 66, no valor global da contratação de R$ 80.362,55 (oitenta mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
**Leia-se:**
- **Comercial Cirúrgica Sorocaba Ltda**, para os lotes 6, 20, 25 e 43, no valor global da contratação de R$ 213.980,80 (duzentos e treze mil, novecentos e oitenta reais e oitenta centavos).
- **Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda**, para os lotes 7, 17, 21, 26, 28, 29, 46, 47 e 66, no valor global da contratação de R$ 80.362,53 (oitenta mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).
Mantendo-se inalteradas as demais informações das publicações originais.

Salto/SP, 30 de março de 2023.
**Marcio Conrado** - Secretário de Saúde

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMNISTRAÇÃO**
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, às seguintes licitações:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023 – Registrar os menores preços de carnes, frango e atum, destinado a atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Sessão Pública do Pregão: 17 de abril de 2023 à partir das 9:00 horas. Tempo para credenciamento: 15 minutos.
Local: Sala do Pregão do Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, 83 – Centro, Araras – SP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023 – Registrar os menores preços de medalhas e troféus para Secretaria Municipal de Esportes, pelo período de 12 (doze) meses.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08 h do dia 18 de abril de 2023.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 18 de abril de 2023.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
CREDENCIAMENTO Nº 005/2019 – REPUBLICADO PARA 2023 – Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais matriculados na JUCESP para atuarem nos Leilões realizados pela Administração Direta do Município de Araras. Os interessados deverão protocolar a manifestação de interesse e os documentos estabelecidos neste Edital no Departamento de Compras, à Rua Pedro Álvares Cabral, nº 83, Centro.
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.licitacoes-e.com.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral nº 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 30 de março de 2023.
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ACHA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2023, REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, PARA A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO DITO BOM". A ENTREGA DOS "ENVELOPES" SERÁ ATÉ O DIA 19/04/2023 ATÉ ÀS 09 HORAS E A ABERTURA DOS "ENVELOPES" SERÁ NO DIA 19/04/2023 ÀS 09H30MIN. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2023. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

## daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

**EDITAL n.º 15/2023 – P. E. 04/2023.** ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônico. NÚMERO: 04/2023. OBJETO: **Aquisição de gaxetas de diversas seções para a vedação de equipamentos de recalque presentes nas unidades da Autarquia, de acordo com Anexo I – Termo de Referência.** CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: a partir de 29/03/2023 às 09:00 horas até dia 13/04/2023 às 08:30 horas. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 13/04/2023 a partir das 08:31 horas. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 13/04/2023 a partir das 08:40 horas no site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Edital e Informações na Divisão de Licitações – Rua São Luiz, 359 - Marília/SP, fone (14) 3402-8510 ou no site acima citado. Marília, 28 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 16/2023** - Processo nº 1131/2021, destinado à **aquisição de peças de madeira para a execução de escoramento de valas**, pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 20/04/2023, às 09:00 horas**. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 994864)**, pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral**.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

**TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - PROCESSO Nº 392/2023**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA NO FUTURO PARQUE DA CIDADE. **Resultado da abertura dos envelopes nº 02 – "PROPOSTA". 1.** HC SOLUÇÕES ESTRUTURAIS LTDA – **VENCEDORA. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, da fase de "proposta".** A ata com maiores informações estará disponível no Portal da Transparência no site www.portofeliz.sp.gov.br e, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Adhemar de Barros, nº 340 – Centro – Porto Feliz/SP – CEP: 18540- 000, e poderão ser solicitados através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Mário Anselmo Correr - Presidente da Comissão de Licitação
Antônio Cassio Habice Prado - Prefeito Municipal

## PROCAPE/UPE

UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO — PROCAPE

**AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PROC.61/2023-PE(SRP)46/2023** - FORNECIMENTO DE ENOXAPARINA SÓDICA. Estimado R$4.429.674,4200. Proposta até 18/04/23 às 15:05. Disputa 18/04/23 às 15:05.
**PROC.63/2023-PE(SRP)48/2023** - FORNECIMENTO DE CONTRASTES. Estimado R$ 5.599.387,2000. Proposta até 18/04/23 às 11:00. Disputa 18/04/23 às 11:05.

Editais www.peintegrado.pe.gov.br, Inf (81)3181-7120, licitacaoprocape@upe.br.
**Recife, 30/03/23. Marcos Viana - Pregoeiro.**

## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

**PREGÕES ELETRÔNICOS**

**PE.202/2023 – PEC.00745/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO E SUPORTE PARA FIXAÇÃO** - Abertura do Pregão em 17/04/2023 às 09:00 horas. O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

**PREGÕES ELETRÔNICOS**

**PE.204/2023 – PEC.00836/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO 30M - Abertura do Pregão em 14/04/2023 às 09:00 horas**
O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

## Tribunal de Justiça de Pernambuco

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0301.2022.CPL. PE.0181.TJPE.FERM-PJ**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00016994-90.2022.8.17.8017**
**NATUREZA: COMPRA**

**OBJETO**: Aquisição de equipamentos de climatização do tipo SPLIT (de 24.000 a 60.000 btu/h) para atender as demandas do Tribunal de Justiça de Pernambuco. **Recebimento de propostas até: 17/04/2023, às 10h. Início da disputa: 17/04/2023, às 11h (horários de Brasília).** A disputa se dará no site www.peintegrado.pe.gov.br Edital, Anexos e outras informações podem ser obtidas também no site www.tjpe.jus.br ou através do nosso e-mail: licita@tjpe.jus.br

Recife, 30/03/2023 - Gabriel Nippo - Pregoeiro - CPL/BCE.

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**Ana Claudia Carolina Campos Frazão,** Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10170995402, firmado em 30/12/2021, no qual figura como **Fiduciante WALACE MOREIRA FERNANDES**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 41.364.766-3SSP/SP, CPF/MF nº 340.750.648-16, residente e domiciliado em Limeira/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 14 de abril de 2.023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.491.425,32** (Um milhão quatrocentos e noventa e um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 85.900 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Limeira/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: Prédio Residencial, sob nº 182, com frente para a Alameda Aldo Jose Kuhl (Av.02), com área total construída de 211,41m², sendo 181,81m² de área construída e piscina com 29,60m² (Av.05); E seu respectivo terreno sob o nº 02, da quadra 05, do loteamento denominado "Jardim Colinas de São João", medindo 14,71m de frente para a Alameda Aldo Jose Kuhl (Av.02), divididos em dois lances, sendo um com 9,02m e outro com 5,69m; 10,95m do fundo, divididos em dois lances, endo um com 5,31m e outro com 5,64mm confrontando dom o sistema de lazer, junto ao muto ou cerca de proteção; 35,00m de cada lado, da frente ao fundo, confrontando de um lado com o lote 01 e de outro lado com o lote 03; perfazendo assim, uma área total de 450,01m². Cadastro Municipal nº 1938.013.000. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2.023, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.136.817,47** (Um milhão cento e trinta e seis mil oitocentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP 2170-02)

## CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

**Extrato do 3º Termo Aditivo ao Chamamento Público 001/2021 - Processo 21/2021.** Comunica prorrogação da vigência do processo citado, que tem por objeto o credenciamento de Pessoas Jurídicas para a prestação de serviços de exames laboratoriais clínicos para municípios consorciados ao CIVAP. Vigência: 12 meses contados a partir de 17/05/2023. Os valores terão como base a tabela de procedimentos do SUS. Íntegra do edital de origem e do termo aditivo disponíveis em www.civap.com.br. Informações: licita@civap.com.br e (18) 3323-2368. Assis, 29 de março de 2022. José Benedito Camacho - Presidente.

## UGA-I-HOSPITAL HELIÓPOLIS

**AVISO**

Encontra-se aberto à partir de 31/03/2023 no **Hospital Heliópolis**, sito à Rua Cônego Xavier, 276 – Cidade Nova Heliópolis – São Paulo/SP - Sala 09 – Térreo - Telefone: 11-2067-0602, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2023 - Processo SES-PRC-2021/45558** - Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos de Anestesiologia. Encerramento: 14/04/2023 às 09:00 horas. Início para recebimento das propostas: 03/04/2023. Site: www.bec.sp.gov.br - 090160000012023OC00060 - Vistoria agendada pelo telefone: 11 - 2067-0536 –Diretoria da Divisão Médica. email: ddmedica.hh@gmail.com

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

**Aviso de Licitação – Pregão nº 053/2023 – Processo nº 104/2023**

Contratação de empresa especializada para serviços de limpeza e manutenção (roçada) em locais diversos, pelo período de 12 (doze) meses. Tipo: Menor preço Global – Recebimento das propostas e sessão de lances: 20 de Abril de 2023 às 08:30 horas – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 29 de Março de 2023.
LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O Serviço **Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 17/2023** - Processo nº 4785/2020, destinado ao **fornecimento de capacetes de segurança (EPI)** pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 20/04/2023, às 09:00 horas**. Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 995019)**, pelo telefone: (15) 3224-5822 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 30 de março de 2023 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral**.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

**EXTRATO DO CONTRATO – TERMO DE CONTRATO N. 30/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** J. C. CORREA ALVES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ 03.676.002/0001-93, com sede na Avenida. Américo Roder nº 1565-D.I.M SUZUKI na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio(a) Juliano Franco Correa Alves. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada, para aquisições de materiais para a relocação das cercas que forem retiradas para execução das obras de manutenção e adequação de estradas rurais, firmado pelos termos de convênios por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e o Município de Óleo- SP. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão eletrônico nº08/2023- Proc. 29/2023. **VALOR R$ 7.842,00** (Sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de março de 2023.
ÓLEO 30 DE MARÇO DE 2023. JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

**EXTRATO DO CONTRATO – TERMO DE CONTRATO N. 33/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA:** CUESTA DIAGNOSTICO E IMAGEM LTDA, sediada na cidade de Botucatu à Rua: Paula Antônioli Rosseto nº 15, Vila Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.213.227/0001-28, neste ato representada pelo seu proprietário Douglas de Aguiar Manso Ribeiro. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos especializados de: Médico Pediatra, Médico Ginecologista/Obstetra, MédicoUltrassonografista; Médico Psiquiatra; Médico Cardiologista e Médico Ortopedista nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Óleo/SP, pelo período de 12 (doze) meses prorrogável em conformidade com o art. 57, da Lei 8.666 e alterações posteriores. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão eletrônico nº06/2023- Proc. 24/2023. VALOR: R$ 67.800,00 (sessenta e mil, oitocentos reais). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de março de 2023.
ÓLEO 30 DE MARÇO DE 2023. JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

**RESUMO DE LICITAÇÃO**
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 04/2023**

**OBJETO**: Eventual Contratação de serviços de locação de sistema de som, iluminação, para realização da festa do peão de boiadeiro, em comemoração as festividades alusivas de 105 anos de emancipação política administrativa do município de óleo, a realizar-se nos dias 13,14 e 15 de abril e Baile da escolha da Rainha do Rodeio, conforme solicitado pelo Departamento de cultura, esporte e lazer. **EMPRESAS PARTICIPANTES: 03 (uma): - DU VALLE EVENTOS LTDA - CARLOS EDUARDO MARTINES COLNAGO; H.B. RODEIOS E EVENTOS LTDA. - HELINELSON FERRUCI BENTO; FERNANDO ROCHA OLIVEIRA ANGELO - 31302749870 - FERNANDO ROCHA – (INABILITADA); EMPRESA VENCEDORA:** 01 (uma): - **DU VALLE EVENTOS LTDA-CARLOS EDUARDO MARTINES COLNAGO** -, ganhou com valor total de R$ 74.800,00 (Setenta e Quatro mil Oitocentos reais). **ABERTURA:** 16 de março de 2023. **ENCERRAMENTO:** 30 de março de 2023.
30 de março de 2023
**Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD

**TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023 - AVISO DE ABERTURA**

A Prefeitura do Município de Rafard torna público, que se encontra aberta a TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023, tendo por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE RESERVATÓRIO METÁLICO DE ÁGUA E PERFURAÇÃO DE POÇO SEMI ARTESIANO PROFUNDO". Os envelopes serão abertos no dia 20/04/2023 às 09h00min, podendo o edital ser baixado pelos interessados no endereço https://rafard.sp.gov.br/licitacoes/ a partir de 03/04/2023. Outras informações, através do telefone 0(19) 3496-7520. Rafard/SP, 31 de março de 2023. Fábio dos Santos - Prefeito.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

**Aviso de SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2023**
Objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA BASE DA GUARDA MUNICIPAL DO BAIRRO IMIGRANTES - EMENDA PARLAMENTAR Nº 2022.076.36262. Em virtude de modificação nas planilhas, comunicamos a SUSPENSÃO da licitação supracitada, marcada para o dia 05/04/2023, às 09h00m. Tão Logo a Administração modifique o Edital, nova data será divulgada para o certame através de publicação no DOE, no Diário Oficial do Município e site da Prefeitura Municipal de Holambra. Holambra, 30 de março de 2023. Comissão de Licitações.

**Aviso de SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2023**
Objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA NA CRECHE PALMEIRAS (ABELHINHA). Em virtude de modificação nas planilhas, comunicamos a SUSPENSÃO da licitação supracitada, marcada para o dia 18/04/2023, às 09h00m. Tão Logo a Administração modifique o Edital, nova data será divulgada para o certame através de publicação no DOE, no Diário Oficial do Município e site da Prefeitura Municipal de Holambra. Holambra, 30 de março de 2023. Comissão de Licitações.

**Aviso de Ata de Sessão - Proposta - Extrato - Tomada de Preços nº 005/2023**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE NA RUA SCHOENMAKER - CONVÊNIO DEMANDA - 047553 SH-PRC-2022-00023-DM. Realização da sessão do processo licitatório em 29/03/2023, abertura envelope 2 "proposta" das empresas Habilitadas: NJ CAETANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; LANZA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO LTDA EPP; CSW CONSTRUÇÕES LTDA e J.S.A. CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDAP. Desta forma a classificação aceita fica na seguinte forma: 1ª Classificada: CSW CONSTRUÇÕES LTDA - Valor Global R$ 290.285,54; 2ª Calssificada: NJ CAETANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Valor Global R$ 301.257,73; 3ª Classificada: J.S.A. CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA - Valor Global R$ 309.056,34; 4º Classificada: LANZA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO LTDA EPP - Valor Global R$ 315.157,58. Após análise o presidente da sessão, verificou a questão de empate, pois consta uma empresa no certame licitatório de Pequeno Porte, podendo usufruir do artigo 44º § 1º da Lei Complementar nº123/06. Desta maneira fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação de interesse na obra, a empresa LANZA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO LTDA EPP. Holambra,29 de março de 2023. Comissão de Licitações.

**Aviso de Ata de Sessão - Proposta - Extrato - Tomada de Preços nº 001/2023**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO ENTORNO DO MOINHO POVOS UNIDOS, E DA ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE CONVÊNÇÕES - COVÊNIO ESTADUAL Nº 000029/2022. Realização da sessão do processo licitatório em 28/03/2023, abertura envelope 2 "proposta" da empresa Habilitada: M.S.V CONSTRUTORA LTDA EPP.Após análise técnica das propostas apresentadas pelo Departamento de Obras, ficou constatado que a empresa, apresentou a proposta com os valores compatíveis com os praticados no mercado e exequíveis conforme o paragrafo 1º do artigo 48 da Lei 8.666/93, desta forma as proposta da empresa foi considerada ACEITA. Desta maneira a empresa M.S.V CONSTRUTORA LTDA EPP, foi considerada VENCEDORA com o valor global de R$ 1.839.808,64 (um milhão oitocentos e trinta e nove mil oitocentos e oito reais e sessenta e quatro centavos).Desta forma após a publicação do mesmo, será realizado a adjudicação do certame licitação. Holambra, 30 de março de 2023. Comissão de Licitações

**Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 005/2023**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE NA RUA SCHOENMAKER - CONVÊNIO DEMANDA - 047553 SH-PRC-2022-00023-DM. Realização da sessão do processo licitatório em 02/03/2023, abertura envelope 1 "Habilitação". CONAME ENGENHARIA LTDA, e a empresa CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP. A empresa CONAME ENGENHARIA LTDA, solicitou que constasse em Ata a questão do Bloquete é um dos principais serviços da praça e no Acervo Técnico apresentado pela empresa CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, não consta esse item. O mesmo questionou que o item "6.2.8.6 - No caso de profissional técnico integrar o contrato social da empresa licitante, tal comprovação poderá ser feita através de cópia autenticada do documento que comprove a sua qualificação e habilitação profissional." e a empresa CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, apresentou cópia simples da Carteirinha do CREA. A comissão realizou diligência ao Departamento Jurídico para verificação do questionamento, onde o mesmo acatou o questionamento apresentado pela empresa CONAME ENGENHARIA LTDA,desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. Desta forma abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias nos termos do §6º do Art. 109, Lei Federal 8.666/93, ou seja de 31/03/2023 à 06/04/2023. Após essa data, não havendo a manifestação do recurso, a comissão de licitação estará encaminhando a documentação da empresa CONAME ENGENHARIA LTDA, para a análise técnica do departamento de obras e departamento financeiro, que deverá encaminhar parecer sobre a documentação técnica apresentada, após a emissão do mesmo, a comissão imitirá nova Ata, com a decisão da documentação apresentada e a data de agendamento da abertura do envelope 2 "Proposta. Holambra, 30 de março de 2023. Comissão de Licitação.

# Copom age politicamente e ameaça a credibilidade do BC

Autonomia operacional tem limites; a autoridade monetária precisa respeitá-los

**André Roncaglia**
Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

A cabine de comando dos aviões é um cofre blindado. Ela impede que intrusos tomem controle da aeronave, mas também protege um piloto que sequestra o avião para derrubá-lo.

Essa parece ser a situação do comando do Banco Central. Protegidos pelo estatuto da autonomia operacional, os integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) vêm abusando do seu poder, insinuando que podem derrubar o avião com base em medo infundado de os motores ficarem superaquecidos.

Essa postura intransigentemente restritiva (hawkish, no jargão) está comprometendo a credibilidade do BC. Após a mais recente reunião do Copom, as curvas de juros já antecipavam quedas da Selic. Nem o mercado acredita mais no "argumento técnico" do BC.

A divulgação da ata mostra divisão interna ao Copom, acobertada pela unanimidade em favor de manter a Selic em 13,75%. O documento traz contradições, falácias e ameaças veladas ao governo, mostrando que o BC age politicamente. Vejamos.

A ata menciona que, para alguns membros, o aperto de crédito está "em linha com o esperado"; para outros, estaria mais "acentuado do que o esperado" e localizado em segmentos específicos. Dados divulgados na quarta-feira (29) pelo BC mostram uma queda, em fevereiro, de 9,5% na concessão de novos empréstimos (-3,8% no trimestre). O spread bancário cresce com as taxas maiores cobradas pelos empréstimos.

O sistema bancário pode estar com estabilidade financeira garantida, mas o elo fraco da correia de transmissão está no setor não financeiro, em que mais de 70% das empresas de capital aberto têm nível preocupante de alavancagem. Se as grandes empresas não geram caixa suficiente para cobrir suas despesas financeiras, imagine as micro, pequenas e médias empresas que não têm acesso a crédito barato.

Manter o arrocho monetário até o fim de 2024 certamente produzirá uma recessão. A grande falácia da ata é atribuir a inflação a um excesso de demanda agregada. O fato de o setor de serviços ter preços elevados não implica aquecimento excessivo.

Como mostrou minha colega Julia Braga (UFF), esse setor está apenas recompondo as perdas enfrentadas durante a pandemia. Em termos agregados, o hiato do produto revela que a ociosidade na economia voltou a crescer. O próprio BC reconhece, em seu Relatório Trimestral de Inflação, que esse indicador vem segurando a inflação.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego de janeiro de 2023 (8,4%) acelerou com relação a dezembro de 2022 (7,9%). Segundo estudo da LCA Consultores, o número sobe para 10,4% se contarmos as pessoas fora da força de trabalho. Incluindo as pessoas na inatividade (mas dispostas a trabalhar), temos a taxa composta de subutilização, que, no mesmo período, ficou em 18,7%. Ou seja, 1 em cada 5 trabalhadores não consegue ou já desistiu de encontrar emprego. Onde está o excesso de demanda?

Ao reconhecer o esforço fiscal da Fazenda, o Copom ressalva que não há "relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal". Em tom de ameaça, o conselho avisa que tal resultado é "condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos". Traduzindo: a Selic cai se o Copom aceitar a proposta.

Por fim, a ata enfatiza que "a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas"—leia-se, atuação do BNDES—pode "diminuir a potência da política monetária". O alarmismo fez o Copom não entender a proposta e errar feio. Uma injeção de crédito de 1% do PIB, até 2026, focada no investimento, não comprometerá os objetivos da política monetária.

Ao se pronunciar sobre (e atuar contra) propostas do governo, o Copom atua como um partido político clandestino. A autonomia operacional tem limites. O Copom precisa respeitá-los.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, **Rodrigo Zeidan**

# Europa aprova lei para combater desigualdade salarial por gênero

Legislação limita diferença na remuneração em 5%; prazo de adaptação é de 3 anos

Passeata em comemoração do Dia da Mulher, em Paris; na UE, homens ganham, em média, 12,7% a mais Benoit Tessier - 8.mar.23/Reuters

**Michele Oliveira**

MILÃO Após dois anos em tramitação, o Parlamento Europeu aprovou, nesta quinta-feira (30), uma nova legislação para combater a desigualdade de salários entre mulheres, homens e pessoas não binárias em todos os 27 membros da União Europeia.

Considerado um passo histórico, o pacote impõe medidas de transparência a empresas dos setores privado e público, com previsão de aplicação de multas. Os países têm até três anos para adotar as regras.

Chamada de Diretiva de Transparência Salarial, a lei, de iniciativa da Comissão Europeia, braço executivo do bloco, exige que empresas com mais de cem funcionários divulguem relatórios periódicos sobre a disparidade salarial detalhada por gênero.

Os países podem, por meio de leis nacionais, estender a regra a empresas menores.

Se diferenças salariais de ao menos 5% forem detectadas entre os gêneros dentro das mesmas categorias, sem justificativas objetivas, os empregadores precisarão realizar uma revisão com representantes dos funcionários.

O texto foi aprovado em Bruxelas por 427 votos a favor, 79 contra e 76 abstenções.

"Com essa diretiva, garantimos o direito à informação aos cidadãos e, finalmente, teremos a legislação de que necessitamos para combater a discriminação salarial", afirmou a eurodeputada holandesa Samira Rafaela, uma das relatoras do projeto.

"Com esse voto, abolimos o sigilo sobre pagamentos. Fortalecemos os direitos dos trabalhadores e pedimos aos empregadores que relatem e corrijam suas diferenças salariais", disse a dinamarquesa Kira Peter-Hansen, também relatora.

Segundo dados de 2021, os homens ganham, em média, 12,7% a mais do que as mulheres na União Europeia. A maior disparidade é encontrada na Estônia, com 20,5%, e a menor, em Luxemburgo, onde as mulheres recebem um pouquinho a mais que os homens (0,2%).

Diversos países, como França, Portugal e Espanha, já têm ações em vigor para combater disparidade de gênero, mas, a partir de agora, os 27 do bloco deverão aplicar e cumprir as mesmas normas.

Caberá a cada governo nacional, na fase de implementação da diretiva europeia, definir as sanções para as empresas que não respeitarem a legislação.

O texto da UE não indica valores, mas prevê multas entre as medidas "eficazes, proporcionadas e dissuasivas". Se um funcionário se sentir prejudicado por discriminação salarial, poderá pedir indenização. Cada país deve estabelecer qual órgão nacional vai exercer o controle da aplicação da lei.

Outro tópico faz referências às disputas salariais travadas judicialmente. Se o funcionário alegar que o princípio da igualdade não foi respeitado, o ônus da prova caberá à empresa.

Além dos relatórios periódicos das companhias, funcionários têm o direito de solicitar e receber informações sobre salários pagos dentro da sua própria categoria, de acordo com sexo. Os relatórios também deverão indicar a proporção de trabalhadores femininos e masculinos em cada faixa salarial.

No debate que precedeu a votação em Bruxelas, na manhã desta quinta, o tom de celebração foi quebrado por eurodeputados que se opuseram à legislação, como a espanhola Margarita de la Pisa Carrión, do partido ultradireitista Vox, que classificou a diretiva uma "demagogia de esquerda" que vai resultar em um ambiente de trabalho negativo. "É uma diretiva-slogan que não pretende ajudar a mulher, mas sim introduzir ideologia de gênero em nossas leis."

A Comissão Europeia intensificou o combate à desigualdade salarial a partir de 2014, com recomendação de transparência dentro das empresas, considerada mais tarde insuficiente.

Ao assumir o cargo, em dezembro de 2019, Ursula von der Leyen incluiu o tema entre suas prioridades e, dois anos mais tarde, apresentou a proposta de lei aprovada agora.

No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, na celebração do Dia da Mulher, o projeto de lei 1.085/2023, que determina a publicação de relatórios de transparência salarial por empresas com 20 ou mais funcionários, com previsão de fiscalização e multa com valor equivalente a dez vezes o maior salário da empresa. O texto está em tramitação no Congresso Nacional.

# Homem trabalhava em troca de lavagem dada a porcos, diz polícia

**Aléxia Sousa**

RIO DE JANEIRO A guarda ambiental de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, afirma ter encontrado um homem de 51 anos em situação análoga à escravidão em um criadouro de porcos na segunda-feira (27).

Ele afirmou que cuidava dos animais em troca de moradia, sem receber remuneração. Ele vivia em um ambiente insalubre havia quase dois anos, sendo obrigado a comer a mesma lavagem que dava aos porcos, segundo seu relato.

O caso aconteceu em Carlos Sampaio. Segundo a Polícia Civil, o dono do terreno foi preso em flagrante por suspeita de crime de redução a condição análoga à de escravo. A corporação não divulgou o nome do suspeito nem se foi constituída defesa.

O homem foi localizado pela guarda ambiental após uma denúncia anônima. Os guardas o encontraram dormindo em cima de um colchão velho que estava armado sobre três engradados plásticos, numa espécie de cama improvisada, afirma a polícia.

Aos agentes ele disse que era pedreiro, mas passou por um problema de saúde e ficou sem trabalhar, e por isso tornou-se morador de rua. Ele tem hipertensão, sinusite e uma ferida na perna que não consegue curar, disse à polícia. Por isso, teria aceitado cuidar dos porcos em troca de abrigo.

Restos de comida em criadouro de porcos do qual homem foi resgatado em Nova Iguaçu (RJ) Prefeitura de Nova Iguaçu/Divulgação

O homem disse não saber que estava sendo explorado e que o dono da propriedade não havia lhe prometido nada.

Segundo seu relato, ele vivia em condições precárias de higiene, sem banheiro nem espaço adequado para dormir.

O homem também afirmou que não tinha acesso a água potável e precisava se alimentar da mesma lavagem servida aos porcos.

O terreno foi interditado após ser constatada uma série de irregularidades. Entre as infrações observadas, segundo a polícia, estão: poluição do solo, contaminação de rio e maus-tratos a animais. Há indícios ainda de abate ilegal de animais no local.

A Prefeitura de Nova Iguaçu informou que homem resgatado está em um abrigo. Uma equipe de assistência social tenta localizar sua família. Natural de Minas Gerais, o homem disse ter parentes no Rio.

Rodrigo, 22, foi abordado pela polícia no bairro do Butantã, em São Paulo, e teve uma arma apontada para seu rosto Eduardo Anizelli/Folhapress

# Justiça mantém validade de abordagem policial preconceituosa, afirma estudo

## Análise de núcleo da FGV mostra uso de testemunhos caraterizados por falta de objetividade

**Bruno Lucca**

SÃO PAULO Na falta de provas concretas, prevalece na Justiça a percepção individual de policiais a respeito dos acusados de tráfico de drogas. E essa percepção se caracteriza por noções vagas e muitas vezes preconceituosas sobre a imagem e o comportamento dos réus.

A conclusão consta de estudo do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV (Fundação Getulio Vargas).

O grupo analisou 1.837 decisões em segunda instância em que as defesas questionavam a validade das provas por, segundo elas, terem sido agravadas em razão de preconceitos raciais expressos pelo policial. Foram consideradas prisões em flagrante por tráfico de drogas ocorridas em residências.

Em 98% dos casos aos quais o núcleo de estudo teve acesso ao inteiro teor do processo e ao testemunho policial (1.509), os juízes rejeitaram as argumentações dos advogados, levando à manutenção da condenação, e em apenas 2% (29) as nulidades são acolhidas, absolvendo os acusados. Outros 299 processos não apresentavam nulidades ou não apresentavam nulidades referentes a categorias analisadas no estudo.

Nos acórdãos analisados, 69% das testemunhas são policiais e só 31% são civis, confirmando a tendência de sobrerrepresentação dos testemunhos policiais durante o processo. Em todo o país, episódios como os analisados pelos estudiosos, motivados pela cor da pessoa, não são raros, e a eles se dá o nome de perfilamento racial.

"Temos policiais que operam sob lógica de combate ao inimigo. Este, geralmente, tem a cara de um homem negro. É, para os agentes, a cara da criminalidade. O perfilamento racial é a lógica de justificar, corroborar e agravar uma suspeição pela cor da pele", diz Amanda Pimentel, pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV.

Em uma tarde de junho de 2020, Rodrigo, um homem negro, então com 19 anos, caminhava por uma rua do Butantã, bairro da zona oeste de São Paulo, quando foi abordado por três agentes da Polícia Militar. Ele, que prefere não ser identificado pelo nome completo, voltava da casa de uma amiga.

Segundo conta, os agentes o deixaram de joelhos. A primeira arma foi apontada para sua nuca, a segunda para a lateral de seu corpo e a última para sua testa. Não havia escapatória, pensou, e ele morreria e seria jogado em qualquer vala pela cidade.

Mas Rodrigo carregava uma carteirinha da USP (Universidade de São Paulo), onde estudava audiovisual. Após longos minutos, um dos agentes de segurança, ao observar a identificação, pediu para os colegas soltarem o abordado.

A suspeita sobre o jovem foi justificada pelos policiais por ele estar de touca e mascarado. O dia era frio, relata Rodrigo, e a pandemia de Covid que se iniciava demandava o uso da proteção facial.

Um julgamento em andamento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o perfilamento racial pode criar legislação sobre o tema. O caso envolve um habeas corpus proposto pela Defensoria Pública de São Paulo em que se examina possível nulidade de prova decorrente de abordagem contra um homem negro.

> Temos policiais que operam sob lógica de combate ao inimigo. Este, geralmente, tem a cara de um homem negro. É, para os agentes, a cara da criminalidade. O perfilamento racial é a lógica de justificar, corroborar e agravar uma suspeição pela cor da pele
>
> **Amanda Pimentel**
> pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV

No inquérito, os agentes de segurança afirmam ter avistado "ao longe um indivíduo de cor negra, que estava em cena típica de tráfico de drogas, uma vez que ele estava em pé junto ao meio-fio da via pública e um veículo estava parado junto a ele como se estivesse vendendo algo".

Com apreensão de 1,53 grama de cocaína, o homem alegou ser usuário, mas foi denunciado por tráfico e, com base no relato dos agentes, condenado a reclusão de sete anos, 11 meses e oito dias.

Antes de chegar ao Supremo, a discussão sobre a ilicitude da prova começou no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Lá, o ministro Sebastião Reis se posicionou pela invalidade do relato policial em razão de a suspeita ter sido baseada na cor da pele. Reis foi vencido, mas a pena reduzida para dois anos e 11 meses.

Quando, por insistência da defesa, o caso chegou à mais alta corte do país, no início deste mês, o ministro relator Edson Fachin votou favoravelmente ao habeas corpus, anulando a medida. Segundo ele, não há dúvidas da motivação por estereótipos raciais.

Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça não acompanharam a relatoria. No entanto, os ministros deixaram brecha para o debate sobre abordagem discriminatória. Sendo assim, jurisprudência sobre o tema pode ser criada sem aplicação no caso concreto. Após os votos dos colegas, Luiz Fux pediu vista, suspendendo o julgamento. Não há previsão de retomada.

Para Amanda Pimentel, do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV, a discussão no Supremo pode, além de fixar tese a regular a postura dos policiais durante a abordagem, aprimorar os relatos a serem utilizados como prova.

"Com a fundamentação de uma jurisprudência, o tribunal está dizendo 'olha, vocês policiais precisam apresentar para a gente elementos objetivos e concretos. Nada de hipóteses preconceituosas, que serão anuladas'", opina.

Na discussão, há ainda outro lado, o do argumento jurídico existente que protege os policiais durante suas abordagens. É a chamada fundada suspeita (art. 240 do Código de Processo Penal), que, com poucas ressalvas, permite buscas quando possível ilicitude é observada.

Pimentel afirma que a lei brasileira nunca definiu com exatidão o que é o preceito de suspeita. Na ausência de objetividade legal, os policiais podem, em tese, decidir o que é uma atitude ou comportamento duvidoso a partir de suas convicções.

"Esse julgamento traz justamente a possibilidade da invalidação desses atos compostos de elementos racializados, vagos e imprecisos, deixando claro quando o policial está amparado de elementos legais para a abordagem ou não", afirma a pesquisadora.

Apesar da importância de se consolidar uma tese, isso não basta para mudar a conduta dos policiais, afirma Leopoldo Soares, professor de direito público da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

"Para mudar essa realidade, uma decisão do Supremo deve vir acompanhada de outras tantas ações e circunstâncias a desconstruir algo estrutural, o racismo", declara.

O especialista sugere a possibilidade de indenização do Estado após comprovada má-fé do sistema público de segurança. Para ele, isso inibiria ações policiais precipitadas pela discriminação racial.

Ainda não há previsão para retorno do caso ao plenário do STF. Faltam os votos dos ministros Fux, solicitante de vista, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

# Promotor de Minas é condenado a 22 anos por feminicídio, mas mantém salário de R$ 33,6 mil

**Leonardo Augusto**

BELO HORIZONTE O promotor de Justiça do MP-MG (Ministério Público de Minas Gerais) André Luís Garcia de Pinho foi condenado na noite de quarta-feira (29) a 22 anos de prisão pelo assassinato da mulher, Lorenza Maria de Pinho. Apesar da decisão, o promotor, que já está preso, permanece, ao menos por enquanto, com o cargo e com salário bruto de R$ 33,6 mil.

O julgamento ocorreu ao longo do dia em sessão extraordinária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O promotor tem foro privilegiado por pertencer ao MP. A decisão foi por unanimidade (20 votos a 0). A defesa do promotor afirmou que vai recorrer da decisão.

Pinho está preso desde 4 de abril de 2021, dois dias depois da morte da mulher, no apartamento da família, no bairro Buritis, região oeste da capital. O casal tem cinco filhos.

A denúncia apresentada pelo MP-MG, com base em laudo do IML (Instituto Médico Legal) de Minas Gerais, apontou que a morte de Lorenza ocorreu por intoxicação causada pela mistura de medicamentos e álcool e esganadura.

A condenação foi por homicídio qualificado por meio cruel, com emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima e em contexto de violência doméstica (feminicídio). O cumprimento da pena será em regime fechado e sem possibilidade de recurso em liberdade.

A sentença estabeleceu ainda que o promotor só perderá o cargo após decisão de ação civil pública ajuizada para este fim. O MP-MG disse que essa ação só poderia ser aberta depois da condenação — e que isso será feito agora.

> Esperávamos um resultado diferente. Apresentamos laudos de especialistas que mostravam não ter havido nenhuma esganadura
>
> **Rodolfo Correa Reis**
> advogado do promotor

O procurador André Estevão Ubaldino, durante sustentação oral no julgamento do caso, afirmou não haver dúvidas de que o promotor é o assassino da mulher.

"Gostaria de encontrar nesse caso oportunidade e meios para pedir absolvição do acusado, no entanto, quando examinamos as provas, percebe-se a absoluta impossibilidade", afirmou o procurador.

"Percebemos sinais indicativos muito claros registrados pela vítima de que ali havia um relacionamento bastante desgastado. O normal seria uma separação, mas vivemos um tempo muito estranho, em que as pessoas têm sido reduzidas a objetos descartáveis", afirmou o procurador, na sustentação.

O procurador apontou ainda ter havido tentativa por parte do promotor de que o corpo de Lorenza não fosse levado para o IML, e, sim, direto para a cremação.

O advogado de Pinho, Rodolfo Correa Reis, afirmou que irá buscar a absolvição do cliente no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

"Esperávamos um resultado diferente. Apresentamos laudos de especialistas que mostravam não ter havido nenhuma esganadura. Ela morreu de asfixia, mas engasgada pelo próprio vômito", disse Reis.

O promotor Pinho faz parte dos quadros do MPMG desde 1992 e integrou a 11ª Promotoria de Combate ao Crime Organizado e Investigação Criminal de Belo Horizonte de 2008 a 2015.

# Ministro não precisa de polícia para ir à favela, diz presidente de ONG

Eliana Sousa critica o que chamou de criminalização das comunidades após visita de Flávio Dino ao complexo do Rio

**Bruna Fantti**

RIO DE JANEIRO A fundadora e presidente da ONG Redes da Maré, Eliana Sousa, diz que a sociedade naturalizou a ausência do Estado nas favelas. A visita ao Complexo da Maré de Flávio Dino, titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública e primeiro ministro a visitar a ONG criada há 16 anos no Rio de Janeiro, teria exposto esse pensamento.

"A segurança pública está entre os direitos humanos, assim como a saúde, a educação. Mas é um direito que ainda não está estabelecido para o morador de favela e periferia. Acho que toda a polêmica que a gente tem hoje em torno da presença de um ministro em uma favela está justamente nisso", afirmou Eliana à **Folha**.

A entrevista foi concedida em uma das sedes da ONG, no Galpão Ritma, localizado na entrada principal da Nova Holanda, uma das 16 favelas que integram o Complexo da Maré, na zona norte do Rio. Para entrar, a reportagem andou cerca de cinco metros a partir da avenida Brasil, uma das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro.

O mesmo trajeto foi feito por Flávio Dino no último dia 13. O fato de a visita do ministro não mobilizar um aparato robusto de policiais —o esquema de segurança adotado foi o de praxe— fez com que deputados bolsonaristas insinuassem uma possível ligação de Dino com o crime organizado. Esse foi um dos motivos por que o ministro foi convocado à CCJ (Comissão de Constituição de Justiça), na terça-feira (28).

"É absurdo naturalizar essa fala de que a polícia só pode entrar [na favela] com carro blindado, com armamento muito forte. Assim você está dizendo que todo mundo, os 140 mil moradores, são perigosos. E não um grupo específico, de talvez 500 pessoas, que fica em determinados locais, envolvido com atividades ilícitas, com armas", afirma.

Eliana ressalta que no Complexo da Maré há 50 escolas, nove Clínicas da Família, 4.000 empreendimentos econômicos e centro de artes. "Beira a ignorância pensar que na favela existe um domínio [do crime] a esse ponto, que não permite que as pessoas entrem aqui quando queiram", avalia.

Indagada se chegou a avisar o crime organizado sobre a visita do ministro, Eliana respondeu que não.

"Não avisei ninguém, não existe esse contato. Também não avisei ninguém que você viria aqui. É óbvio que, se gente começar a entrar [para o interior da favela], vamos passar por determinados pontos de venda de drogas no varejo, em que as pessoas podem estar armadas. Por isso o lançamento do boletim [7º boletim Direito à Segurança Pública] foi aqui neste espaço, ao lado da avenida Brasil", explicou.

Eliana conta que mudou-se para a Maré com seis anos de idade. Em 1984, aos 22, cursando faculdade de Letras na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), tornou-se a mais jovem presidente de uma associação de moradores do complexo e passou a negociar melhorias nas favelas junto ao governo e a entidades privadas.

Formou-se doutora em serviço social e mestre em educação pela PUC-Rio, e obteve o título de doutora honoris causa pela Queen Mary University de Londres. Professora aposentada da UFRJ, ela também lecionou por três anos no Instituto de Estudos Avançados da USP (Universidade de São Paulo), engajada na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência. Atualmente é professora do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa).

A passagem de presidente de associação para criadora da ONG Redes da Maré ocorreu após a fundação de um curso pré-universitário. "Quando a gente fala da Maré, a gente está falando de 16 favelas diferentes, sempre falo em Marés. Quando criamos a Redes, tinha essa ideia de justamente ativar diferentes redes, peculiaridades. Por exemplo, cada uma das favelas tem um presidente de associação. A Redes respeita essa diversidade", disse.

A Redes da Maré hoje auxilia 6.007 alunos em cinco eixos: produção de conhecimento, com o curso pré-vestibular, por exemplo; arte, com uma escola de dança e o Centro de Artes da Maré; direitos urbanos e socioambientais, voltado para políticas que promovam a qualidade de vida, como pavimentação; saúde; e direito à segurança pública e acesso à Justiça.

Eliana destaca que o complexo de favelas está localizado entre as Linhas Amarela e Vermelha e próximo da avenida Brasil. "Muito gás carbônico é jogado aqui, faz com que a gente esteja respirando o pior ar da cidade do Rio. E não temos uma arborização adequada", disse.

Já na área da saúde, foi através do trabalho da ONG em parceria com a Fiocruz que os moradores da Maré foram vacinados contra a Covid-19. "Em quatro dias, vacinamos 34 mil pessoas."

A visita do ministro ocorreu por ocasião do lançamento do 7º boletim Direito à Segurança Pública, com dados de 2022. No documento, a Redes da Maré relata que no período foram registradas 39 mortes por armas de fogo no complexo, 27 delas em contexto de operações policiais.

Além disso, 62% das operações, segundo o boletim, ocorreram perto de escolas e creches, e 67% foram realizadas nas proximidades de unidades de saúde. Foram, ao todo, 15 dias de aulas e 19 dias de atendimentos em saúde suspensos por causa das operações policiais.

"O morador da Maré nunca teve essa experiência de ter um profissional da polícia que se dirija a ele de uma maneira respeitosa, como a gente vê em outros bairros da cidade. A experiência de quem é morador é a de que a polícia está presente somente a partir dos momentos em que há operações policiais, que são catastróficas", disse. "O boletim entregue ao ministro mostra uma letalidade muito alta, com presença esporádica da polícia", acrescentou.

Na visita, Flávio Dino também pode conhecer obras de artistas da Maré, como uma exposição de quadros sobre ações policiais na favela.

As atividades da ONG têm apoio financeiro da Ford Foundation e Open Society Foundations, do filantropo George Soros. Nas redes sociais, alguns criticaram os financiamentos.

"Mais uma vez a gente vê criminalizada a nossa honestidade, de [questionarem] por que essas instituições estariam apoiando projetos dentro da favela da Maré. Acho que a mesma lógica de criminalização dos moradores de favela existe em relação a essas organizações: uma criminalização sobre alguma intenção que não seja apoiar projetos que possam materializar direitos para essa população", disse.

Eliana afirma que durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não houve melhorias no complexo. Indagada sobre em quais tipos de políticas o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve investir, ela foi direta: "No enfrentamento das violações de direitos. Sem isso não iremos evoluir como uma democracia plena."

### Dino volta a visitar uma comunidade após ataques

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, voltou a visitar uma comunidade após ataques de bolsonaristas por ida ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Nesta quinta-feira (30), ele foi até a Vila Nova União, zona leste de São Paulo. Na ocasião, o ministro fez encontro com entidades do movimento social e movimento negro. A agenda foi acompanhada pelo secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, a coordenadora do Pronasci, Tamires Sampaio, e a presidenta do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), Sheila Carvalho.

"Essa tarde foi com o ministro @FlavioDino ouvindo as demandas dos movimentos negros e periféricos sobre justiça e segurança pública no país. Junto com ele as queridas @she_carvalho e @soutamires_sp", disse a jornalista Luka em uma postagem, que foi compartilhada pelo ministro.

**Complexo da Maré**

**16 favelas**

1 Praia de Ramos
2 Parque Roquete Pinto
3 Parque União
4 Parque Rubens Vaz
5 Nova Holanda
6 Parque Maré
7 Baixa do Sapateiro
8 Conjunto Nova Maré
9 Morro do Timbau
10 Bento Ribeiro Dantas
11 Vila dos Pinheiros
12 Conjunto Pinheiros
13 Vila do João
14 Salsa e Merengue
15 Conjunto Esperança
16 Marcílio Dias

**47 mil** casas

**9º bairro** mais populoso do Rio

**140 mil pessoas** moram em comunidade visitada por ministro Flávio Dino, equivalente aos habitantes do bairro de Copacabana

**426,88** é o território do Complexo, o equivalente a 2,7 Ibirapueras

**Origem**
Surge na década de 1940, quando sobretudo emigrantes chegavam ao Rio de Janeiro em busca de oportunidades. Na época, a região era ocupada por manguezais. Em 1980, as casas de palafitas são extintas. Na mesma década, Paralamas do Sucesso lança a música 'Alagados', que faz referência à poluição da Baía de Guanabara que margeia o complexo e as casas que ficavam alagadas

**9** postos de saúde

**1** UPA (Unidade de Pronto Atendimento)

**43** escolas

**Segurança Pública**
- Duas quadrilhas rivais do tráfico de drogas atuam na região
- Em 2022, foram 27 operações policiais; 39 mortos por armas de fogo; 15 dias de aulas suspensas
- Nas operações, moradores afirmam que operações policiais acarretam tiroteios e denunciaram 283 violações. Dessas, 91% aconteceram em contexto de operações
- Em 2018, o Exército ocupou o complexo ao custo R$ 1,7 milhões por dia, por 14 meses. Os grupos armados se mantiveram
- Marielle Franco, vereadora morta em 2018, foi criada no Conjunto Esperança

Fontes: Redes da Maré, secretarias estadual e municipal de educação, Prefeitura do Rio. Dados cartográficos GoogleMaps

# 'Ele estava com raiva do mundo', diz professora ferida por aluno

**Tulio Kruse**

SÃO PAULO A professora Ana Célia Rosa, 58, gravemente ferida pelo adolescente de 13 anos autor do ataque na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, atribui a violência do episódio a um sentimento de "raiva do mundo" que o aluno nutria.

O ataque realizado na segunda-feira (27) terminou com a morte da professora Elisabeth Tenreiro, 71. Para Ana Célia, o adolescente agressor é também uma vítima.

"Ele estava com raiva do mundo, não era de mim", disse a professora nesta quinta-feira (30), após prestar depoimento no 34º DP (Vila Sônia), que investiga o caso. "Ele é só uma criança, ele é uma vítima do sistema", completou.

Antes do crime, o adolescente deixou uma carta para a família na qual pede desculpas. No bilhete, endereçado à mãe, ao irmão, à tia e à avó, o jovem indica que bullying, tristeza e ódio o levaram a fazer "uma besteira".

Ana Célia dá aulas de história para duas turmas do nono ano da escola Thomazia Montoro e não era professora do agressor, que cursa o oitavo ano. Ela disse que não se sentiu um alvo preferencial. Para ela, qualquer um que estivesse ali em seu lugar seria atacado. "Acho que foi aleatório, mesmo. Quem ele pegasse, ele machucaria."

A docente contou que, assustada com a correria de alunos durante o ataque e com a intenção de socorrer a colega caída no chão, não percebeu que o jovem usava uma máscara de caveira nem que ele se aproximava para golpeá-la.

No chão e atingida na perna, ela viu quando a professora de educação física Cinthia Barbosa entrou na sala e imobilizou o agressor. "Eu só reconheci o rosto dele, o rostinho dele, na hora que a coordenadora tirou a máscara."

Questionada sobre o que sente em relação ao garoto que a esfaqueou, a professora respondeu que sente "dó". Sobre o retorno às aulas, ela disse que pretende voltar a trabalhar no dia 10 de abril.

Ana Célia foi a última professora ferida a falar com a polícia. No total, cerca de 40 pessoas já prestaram depoimento na investigação.

Por fim, a professora criticou a exibição de imagens do ataque. Segundo ela, a divulgação de cenas como essas podem motivar outros jovens a praticarem ataques e atos de violência, visão que é compartilhada por especialistas.

> "Ele [aluno agressor] é só uma criança, ele é uma vítima do sistema"
>
> **Ana Célia Rosa**
> professora

### Justiça determina quebra sigilo de estudante agressor

A Justiça autorizou a quebra de sigilo telemático e telefônico do adolescente de 13 anos que matou uma professora a facadas e deixou cinco feridos na segunda-feira (27).

A decisão foi confirmada na manhã desta quinta (30) pelo delegado Marcus Vinicius Reis, titular do 34º DP (Vila Sônia). Agora será iniciada uma nova frente de investigação, vasculhando as mensagens no celular do agressor e sua atividade nas redes sociais.

A Polícia Civil terá acesso aos dados do aparelho celular do adolescente e de um HD externo e do videogame Xbox apreendidos na casa da família.

Em outra frente, os investigadores têm mapeado perfis na internet que interagiam com a conta do agressor. Segundo Reis, um colega de sala do adolescente publicou mensagens incentivando o ataque. Ele pode responder na Justiça por apologia ao crime.

Outro aluno da escola é suspeito de ter auxiliado o ataque. Ele foi filmado por câmeras de segurança encontrando-se com o autor do crime minutos antes de ele invadir uma sala de aula e golpear e matar a professora Elisabeth.

Uma das dificuldades da investigação realizada nas redes sociais, de acordo com o delegado, é que parte dos perfis que se comunicavam com o jovem já foram deletados.

O 34º DP recebeu, por exemplo, um boletim de ocorrência registrado no interior de São Paulo narrando que uma estudante que ficou amiga do agressor na internet também publicava mensagens de apoio a massacres nas redes sociais. Essa adolescente foi alvo de um procedimento investigatório e responde por ato infracional.

O delegado Reis não confirmou a data nem a cidade onde o boletim foi registrado. A polícia também recebeu a informação de que uma aluna da Thomazia Montoro foi convidada pelo autor do ataque a participar do crime.

# Minha filha, tenha ambição

Vendo a série 'Succession' relembro um pouco como eram as Redações

**Tati Bernardi**
Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

*Fui forjada no finzinho da publicidade da década de 1990 e no começo do jornalismo dos anos 2000. A gente trabalhava até muito tarde e, quando ouvia que um texto estava uma merda retumbante, voltava para a mesa e criava mais duzentas opções. E, caso levássemos tudo como ofensa pessoal (e fôssemos chorar no banheiro), outra pessoa faria antes —e melhor— de nós e perderíamos o emprego.*

*Eu me acostumei com um ambiente de piadas sem fim e ironia afiadíssima. Assistindo à série "Succession", em que os irmãos o tempo todo cospem bullyings e comentários ácidos uns nos outros, relembro um pouco como eram as Redações. Por esse motivo, acompanhar os episódios me faz sentir uma espécie de "unheimlich" —termo freudiano para descrever o "estranho familiar", algo que já conhecemos e, por isso mesmo, soa tão inquietante.*

*Já entendi que a geração que veio depois de mim (e, convenhamos, deu tempo de virem várias) é totalmente diferente. Já aceitei que eles estão certos e eu errada. E já admiti que teria sido melhor para a minha saúde mental se àquela época já existisse o tal compliance nas empresas e que metade da minha vida profissional —que horror!— foi corroborar com assédios morais e sexuais.*

*Dito isso tudo, fico sempre maravilhada com o que nós, pais e mães obcecados por apartamentos próprios, carros espaçosos e planos de saúde com Fleury para toda a família, criamos: filhos que cagam baldes para nossos brinquedinhos conquistados com doenças autoimunes. E filhos que não aguentam 10% das críticas que, tirando as perversas e escrotas, nos fizeram crescer.*

*Um tempo atrás, contratei um assistente de roteiro para me ajudar com um projeto. Comecei a segui-lo nas redes sociais e, em meio a uma dezena de vídeos sobre a importância do comunismo para o Brasil, vi que ele também estava tentando mobiliar todo o apartamento fazendo publi para eletrodomésticos. Dei um toque: "Amigo, ou você é comunista ou garoto propaganda da Brastemp". Era para a gente ter rido. Ele me zoaria de volta. Brindaríamos com kombucha. Mas não. O rapaz pediu demissão. Aumentou a análise. Passou a me odiar. Deve espalhar por aí que sou tóxica, assediadora moral. Não sei mais lidar com as pessoas.*

*Os filhos privilegiados de alguns dos meus amigos são os que parecem mais felizes em dividir, com cinco ou mais amigos que eles nem conhecem direito, banheirinhos minúsculos com chuveiro elétrico capenga. E, pelo que entendi, essa parece ser uma meta de vida (para todo o sempre!).*

*Outro dia ouvi de uma mulher de 30 anos que ela não paga convênio médico para os pais idosos porque prolongar a vida de velhos, como fazem os bons hospitais, é uma coisa muito neoliberal e eles têm o direito de morrer. Essa geração acha que o carro é uma coisa absolutamente do mal (mas vejo pouca crítica à uberização de trabalhadores) e que, se der para viajar para algum lugar com bastante falta de conforto, toda a humildade vivida ali só ajuda a meditar.*

*Graças a Deus fui mãe velha. Rita ainda é praticamente um bebê. Talvez ela faça parte de uma geração "meio do caminho": que saiba não ser explorada e não levar desaforo para casa, mas ao mesmo tempo tenha alguma ambição. Ambição, essa coisa maravilhosa que acorda e dorme comigo desde os meus sete anos de idade. Que me faz acreditar que às cinco da tarde ainda dá tempo de emplacar mais umas ideias em vez de largar a caneta para saudar o pôr do sol.*

*Não tem nada a ver com só pensar em dinheiro, mas tem muito a ver com não torrar tudo o que a geração anterior ganhou e ainda vir com o papinho de que não pensa em dinheiro.*

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, **Luís Francisco Carvalho Filho**

# STF tem maioria para derrubar prisão especial para diplomados

Maior parte dos ministros votou contra medida que segrega detidos que se formaram no ensino superior

**José Marques**

**BRASÍLIA** O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta quinta (30) para derrubar a previsão de prisão especial para as pessoas que têm diploma de ensino superior.

O julgamento acontece até o fim desta sexta-feira (31), no plenário virtual, onde os votos são depositados pelos ministros no sistema da corte.

O Supremo foi acionado sobre o tema em 2015, pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot. Ele afirmava que o benefício, previsto no Código de Processo Penal, "viola a conformação constitucional e os objetivos fundamentais da República, o princípio da dignidade humana e o da isonomia".

O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes, que votou contra o privilégio. Segundo ele, "a ordem constitucional atualmente vigente não mais permite a perpetuação dessa lógica discriminatória e desigual".

"Conceder benefício carcerário àqueles que dispõem de diploma de ensino superior não satisfaz nenhuma finalidade constitucional; tampouco implica maior proteção a bem jurídico que já não seja protegido por outras normas", afirmou, em seu voto.

"[A prisão especial] não protege uma categoria de pessoas fragilizadas e merecedoras de tutela, pelo contrário, ela favorece aqueles que já são favorecidos por sua posição socioeconômica", acrescentou.

"Embora a atual realidade brasileira já desautorize a associação entre bacharelado e prestígio político, fato é que a obtenção de título acadêmico ainda é algo inacessível para a maioria da população brasileira. A extensão da prisão especial a essas pessoas caracteriza verdadeiro privilégio que, em última análise, materializa a desigualdade social e o viés seletivo do direito penal."

Seguiram o voto de Moraes seis dos 11 ministros: Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Rosa Weber. Não votaram, até então, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

Fachin fez uma ressalva de que devem ser segregados os portadores de diploma de curso superior no caso de "proteção de sua integridade física, moral ou psicológica". Ele foi seguido por Dias Toffoli.

"Assim, se constatado, pelas autoridades responsáveis pela execução penal, que determinado preso, possuidor ou não de diploma de curso superior, tem tenha sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos, esse preso ficará segregado em local próprio separado dos demais, como prevê a Lei de Execução Penal em ser art. 84, § 4º", disse Fachin.

Em seu voto, ele também destacou que a Constituição estabelece cumprimento de pena em estabelecimentos distintos "de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado".

"Entretanto, ao analisar a norma legal impugnada, não verifico correlação lógica entre grau de escolaridade e separação de presos. Não há nada que informe que presos com grau de instrução menor são mais perigosos ou violentos que presos com grau de escolaridade maior ou vice-versa."

A prisão especial foi instituída em 1937, no governo provisório de Getulio Vargas, segundo a PGR. Ela é válida para portadores de ensino superior que não foram condenados definitivamente. Esse tipo de prisão, segundo o relatório do próprio Moraes no STF, consiste em manter os detidos com diploma "em recintos diferentes daqueles destinados aos presos em geral".

"Não se trata de uma nova modalidade de prisão cautelar, mas apenas uma forma diferenciada de recolhimento da pessoa presa provisoriamente, em quartéis ou estabelecimentos prisionais destacados, até a superveniência do trânsito em julgado da condenação penal."

Trem da linha 8-diamante que descarrilou perto da estação Júlio Prestes, em São Paulo Willian Moreira/Futura Press/Folhapress

# Após novo acidente na linha 8, Promotoria rechaça diálogo com ViaMobilidade em SP

**Bruno Lucca**

**SÃO PAULO** O promotor Silvio Marques, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo, disse não haver mais possibilidade de diálogo com a ViaMobilidade e que medidas judiciais serão tomadas em até 15 dias para rompimento do contrato de concessão das linhas 8-diamante e 9-esmeralda.

A fala ocorreu em entrevista coletiva na sede do Ministério Público de São Paulo, na região central da capital, nesta quinta-feira (30), horas após novo descarrilamento de trem com passageiros na linha 8.

"Não vamos esperar que pessoas morram em razão da falta de competência da empresa para romper o contrato de concessão", disse Marques. "Há total desconfiança na possibilidade de a empresa continuar. Eles já prometeram muito e não resolveram os problemas."

Procurada, a ViaMobilidade diz preferir não se manifestar sobre a declaração do promotor e que, acionada, prestará esclarecimentos junto aos órgãos competentes, incluindo o Ministério Público.

A concessionária reforça que vem investindo em melhorias nas linhas 8 e 9 desde o início da concessão em janeiro de 2022. O plano prevê R$ 3,8 bilhões em investimentos somente nos três primeiros anos, dos quais mais de R$ 1 bilhão já foi utilizado no primeiro ano, além de mais de R$ 950 milhões pagos em outorga.

É também afirmado pela empresa que os problemas nas linhas se devem às más condições com que as receberam da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), responsável pela administração anteriormente.

O promotor afirmou ainda possuir elementos "fantásticos" contra a ViaMobilidade, como um parecer técnico publicado no último dia 22 de março listando problemas nas vias administradas há mais de um ano pela concessionária.

> Não vamos esperar que pessoas morram em razão da falta de competência da empresa para romper o contrato de concessão
>
> **Silvio Marques**
> promotor da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo

No documento, os técnicos dizem que a concessionária deve, urgentemente, acelerar ações e melhorias nas linhas, ampliar as manutenções, promover as modernizações do sistema para mitigar os riscos, "notadamente aqueles cujas consequências e danos são de grande magnitude, dos quais podemos citar, sem se restringir: descarrilamentos, colisões, incêndios e descargas elétricas".

Em razão da sequência de falhas apresentadas desde o início da atual administração, o Ministério Público passou a investigar a administração das linhas 8-diamante e 9-esmeralda em meados de 2022. No último mês, Marques já afirmava que pediria à Justiça o fim da concessão.

Só em 2022, os trechos registraram 157 ocorrências, divididas entre equipamentos, trens, trilhos, sistema de alimentação elétrica, rede aérea e sinalização, gerando superlotações e atrasos. O Ministério Público afirma que os problemas se devem à falta de manutenção preventiva nos trilhos.

Uma testemunha ouvida pela Promotoria, por exemplo, diz que uma falha poderia levar até a colisões entre vagões e acidentes com mortes. A falha mais grave citada ocorre em um equipamento responsável por direcionar os trens ao trilho correto, mudando de posição conforme o acionamento de operadores do sistema ferroviário.

Pressionado pela situação, o governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos) defendeu a ViaMobilidade em evento de inauguração de um novo trem na linha 9, e disse que estaria morto se deixasse "o Ministério Público governar".

Questionado sobre a declaração do governador, Silvio Marques disse ser a concessão competência do estado, mas que o Ministério Público exerce papel de defensoria.

No mesmo evento em que Tarcísio falou sobre a concessão, Marcio Hannas, presidente da CCR Mobilidade, controladora da ViaMobilidade, disse que problemas acontecem porque a empresa não sabia qual era o estado de conservação das linhas antes administradas pela CPTM.

Hannas afirmou que o investimento necessário nas linhas foi subestimado quando a empresa as assumiu.

"O que a gente não conhecia era a condição dos trens, porque eles estavam em operação. Não tenho como parar um trem para falar 'deixar eu ver como está'", disse.

**saúde**

# Brasil corre risco de apagão de insulina para diabetes

TCU alerta sobre falta de estoque a partir de maio; Saúde faz compra emergencial

**SAÚDE PÚBLICA**

**Constança Rezende e Raquel Lopes**

**BRASÍLIA** O TCU (Tribunal de Contas da União) alerta que pode faltar insulina para diabetes nos estados porque o estoque do Ministério da Saúde acabará em abril. A informação consta de processo votado pelo órgão na quarta-feira (29), de relatoria do ministro Vital do Rêgo.

Há risco de desabastecimento porque não houve propostas nos pregões abertos em agosto de 2022 e em janeiro deste ano. Assim, dados do Ministério da Saúde encaminhados para a corte de contas apontam para a existência de estoque de insulina análoga de ação rápida somente até o próximo mês.

O Ministério da Saúde disse ao TCU que, diante do insucesso das licitações realizadas na gestão do governo Bolsonaro, optou por realizar a compra direta emergencial do produto, em janeiro deste ano, para impedir o desabastecimento. O chamamento público consta do Diário Oficial do último dia 8 de março.

A aquisição por dispensa de licitação visa obter 1,3 milhão de tubetes de insulina de 3 ml para atender o SUS (Sistema Único de Saúde) por cerca de 180 dias. Outra medida adotada foi a solicitação de cotação preliminar junto à Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em fevereiro, acerca da possibilidade de fornecimento de 1,3 milhão de tubetes de 3 ml de insulina, com a primeira parcela com entrega prevista para 30 de março e a segunda para 30 de setembro.

"Estamos avizinhando um quadro de insuficiência de medicamentos para essa doença tão séria e que, pelo que o ministro Vital conseguiu extrair, a partir das nossas diligências, esse estoque durará só até o mês de maio", afirmou o presidente do tribunal, ministro Bruno Dantas, embora os dados do Ministério da Saúde indiquem o risco de desabastecimento já a partir de maio.

O relator do caso, ministro Vital do Rêgo, disse que ficou muito preocupado com a situação porque, como médico, sabe das necessidades diárias dos pacientes.

"Houve 2 fracassos de pregões e o processo de compra direta vai trazer o abastecimento até maio. A ministra da Saúde (Nísia Trindade) esteve hoje (quarta-feira) em meu gabinete e disse que já está em trabalho para receber esses medicamentos de países da Ásia que têm certificação da Anvisa de lá", declarou.

> Houve 2 fracassos de pregões e o processo de compra direta vai trazer o abastecimento até maio
>
> **Vital do Rêgo**
> ministro do TCU

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse à **Folha** que trabalha para não faltar o medicamento. "Vamos fazer o que for possível a partir dos apontamentos do TCU", disse.

A pasta se comprometeu, segundo o TCU, a informar os estados, municípios e associações sobre a situação em andamento e, também, a analisar a possibilidade de realização de prévio acordo e pactuação entre as esferas de gestão do SUS, com vistas a viabilizar o ressarcimento de insulinas análogas que venham a ser adquiridas.

Nesta quinta (30), o ministério discutiu com o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) a adoção de estratégia de identificar eventuais estoques locais de insulinas análogas, na tentativa de ajustar a distribuição do estoque remanescente do ministério à disponibilidade local e eventual contribuição para suprimento de demanda entre os estados.

Esse tipo de insulina foi incorporada ao SUS em 2017 após aprovação da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde).

Sociedades e entidades médicas e representativas de pessoas com diabetes não recomendam a substituição da insulina análoga, que corre o risco de faltar, pela insulina humana regular, que pode aumentar o risco de hipoglicemias graves e noturnas.

Conforme a **Folha** publicou no último dia 20, o Ministério da Saúde descartou 999,7 mil canetas de insulina de ação rápida na gestão Bolsonaro (PL). Avaliados em quase R$ 15 milhões, os produtos perderam a validade de setembro de 2020 a junho de 2021. Os lotes eram parte de uma compra de 4 milhões de tubetes, feita em 2018.

Associações chegaram a alertar o ministério, antes do fim da validade, que havia excesso de burocracia para ter acesso ao produto.

Vital do Rêgo diz que irá monitorar permanentemente a questão e que teve cuidado, em seu voto, para trazer dados para que não houvesse uma corrida nas farmácias por esses medicamentos.

# Asma protege contra casos graves de Covid, sugere estudo

**Mônica Tarantino**

**AGÊNCIA FAPESP** Desde o início da pandemia, em 2020, especula-se que a asma poderia contribuir para o agravamento e a letalidade da Covid-19. Divulgados recentemente na revista Frontiers in Medicine, os resultados do maior estudo feito até agora com pacientes que foram hospitalizados no SUS (Sistema Único de Saúde) por causa dos sintomas clínicos mais graves da Covid-19 sugerem exatamente o contrário.

Além de não piorar o quadro, a asma pode ter um papel protetor na infecção pelo Sars-CoV-2, vírus causador da Covid. "Apesar de desenvolverem mais sintomas clínicos, os pacientes com asma foram menos propensos a morrer de Covid-19 em comparação com indivíduos sem asma", afirma um dos autores do trabalho, o biólogo e doutor em ciências da saúde Fernando Augusto Lima Marson, da USF (Universidade São Francisco), em Bragança Paulista (SP).

UTI para Covid no Hospital Infantil Cândido Fontoura, em SP Adriano Vizoni - 4.fev.22/Folhapress

Para chegar a essa conclusão, o grupo formado por cinco pesquisadores avaliou os registros clínicos e demográficos de 1.129.838 pacientes hospitalizados com Covid-19. Desse total, 43.245 (3,8%) eram pacientes com asma, uma prevalência baixa que já tinha sido apontada por estudos anteriores.

Entre os doentes que precisaram de suporte ventilatório invasivo, por exemplo, 74,7% dos pacientes com asma morreram, enquanto o percentual de mortes entre os pacientes sem asma foi de 78%. No grupo que recebeu suporte ventilatório não invasivo, 20% dos pacientes com asma foram a óbito versus 23,5% entre os pacientes sem asma.

Entre os que não precisaram de suporte ventilatório, 11,2% dos pacientes com asma morreram. Já o percentual de baixas dos pacientes sem asma na mesma situação foi de 15,8%. Todas as informações foram obtidas no banco de dados OpenDataSUS.

A hipótese dos pesquisadores é que as especificidades da resposta imune dada pelo organismo à asma criam um cenário desfavorável à escalada inflamatória associada à forma mais grave da Covid-19.

A pessoa com asma apresenta uma baixa produção de citocinas inflamatórias, um grupo de proteínas que aumenta a capacidade do corpo de destruir células tumorais, vírus e bactérias (os interferons, por exemplo). Isso estimula uma resposta imune mediada por células de defesa (linfócitos) TCD4+Th2, em detrimento do subtipo Th1.

"A predominância da resposta Th2 é benéfica porque pode regular e diminuir o impacto da fase tardia da hiperinflamação, que é um ponto crítico em infecções respiratórias graves", explica Marson, que coordena o Laboratório de Biologia Celular e Molecular da USF. Ele também é responsável pelos trabalhos de conclusão de curso na USF, onde 100% dos alunos de pós-graduação são bolsistas integrais.

> Apesar de desenvolverem mais sintomas clínicos, os pacientes com asma foram menos propensos a morrer de Covid-19 em comparação com indivíduos sem asma
>
> **Fernando Augusto Lima Marson**
> biólogo

De acordo com a pesquisa, que recebeu financiamento da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a asma causaria ainda outras dificuldades ao Sars-CoV-2. A inflamação crônica dos alvéolos pulmonares das pessoas com asma diminui a quantidade de receptores ACE-2 (em português ECA-2, enzima conversora de angiotensina 2), uma proteína encontrada na superfície de diversas células do corpo, inclusive nas do epitélio do sistema respiratório. Ela é usada pelo vírus da Covid-19 para penetrar no interior das células, onde se multiplica.

"A menor produção de citocinas inflamatórias e a menor quantidade de receptores para o vírus resultam em menos chance de infecção grave", afirma Marson. Quantidades maiores de eosinófilos (glóbulos brancos) presentes no sangue de pessoas com asma igualmente desfavoreceriam a Covid-19 grave.

Para os pesquisadores, o impacto de todas essas circunstâncias ajuda a entender por que embora a asma afete 10% da população, apenas 3,8% dos pacientes diagnosticados com Covid-19 e tratados pelo SUS tinham a doença.

Na avaliação de Marson, o tamanho da amostra avaliada faz diferença e pode diluir alguns vieses. "Para se ter ideia, na mesma época em que o nosso estudo foi feito, um trabalho nos Estados Unidos que acompanhou entre 300 e 400 pacientes concluiu que a asma era um fator de risco", conta.

Ele afirma ainda que o estudo da USF pode conter alguns dados equivocados por causa da natureza das informações analisadas. "Nosso estudo se baseou em dados coletados por uma agência de governo. Ainda que tenhamos nos aproximado do cenário real do Brasil no que concerne à resposta da Covid-19 em relação à asma, com a inclusão de muitos pacientes, o banco de dados ainda possui limitações. Não há, por exemplo, a descrição de testes laboratoriais que poderiam confirmar o diagnóstico de asma", diz Marson.

Nova análise e coleta de dados serão feitas pelo grupo da USF a partir deste mês, provavelmente com um universo de 4 milhões de pessoas hospitalizadas após a infecção pelo Sars-CoV-2. "Vamos trabalhar com um banco mais robusto e focar novamente no desfecho, mas também na influência da vacina contra o vírus", adianta o pesquisador.

O estudo publicado na revista Frontiers in Medicine provocou desdobramentos. Um grupo de cientistas de dados pretende verificar as taxas de incidência da Covid-19 em pessoas com asma em nove municípios da região onde está situada a USF, no interior paulista.

De Portugal, veio o convite da Universidade de Lisboa para uma parceria destinada a verificar a incidência da infecção em pessoas com fibrose cística. "Essa doença provoca alterações fisiológicas parecidas com as da asma e muito muco no pulmão, o que poderia dificultar a entrada do vírus na célula", observa Marson.

## MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

### Jornalista nato, foi referência em reportagem policial

**SILVAN ALVES (1962 - 2023)**

**Lucas Lacerda**

**SÃO PAULO** O sucesso de Silvan Alves era atestado pela audiência onde quer que trabalhasse. Fosse nas rádios Mirante e Timbira, ou na rede Difusora de televisão, no Maranhão, ele cativou o público com um talento nato e lapidado ao longo da carreira.

Conseguia transitar entre programas de música e a sua marca registrada, o jornalismo policial, sem perder o estilo irreverente.

Mas ele foi descobrir a veia jornalística e a paixão pelo rádio longe de casa, ainda adolescente, no Rio de Janeiro. O amigo e também jornalista Robson Paz, 45, lembra a história que Silvan contava sobre o começo da jornada. "Depois de um castigo dos pais, ele embarcou num caminhão de abastecimento de hortifrúti e foi de carona até o Rio de Janeiro", narra.

Em uma entrevista ao Museu da Memória Audiovisual do Maranhão, Silvan também falou sobre a peripécia. "Sempre fui muito travesso, e depois dessa briga, saí mesmo de casa. Queria chegar à casa de uma tia, mas não sabia o endereço. Morei na rua." Ele foi ajudado por uma senhora que distribuía sopa e conseguiu um quarto para ele em uma favela no Rio.

Com o gosto pelo rádio, se aproximou de uma emissora comunitária que fazia anúncios e emitia boletins de utilidade pública. Nunca mais largou o microfone.

Nos anos 1980, Silvan trabalhou como repórter em Brasília antes de voltar ao Maranhão no final da década. Passou pela extinta rádio Ribamar e chegou à rádio Mirante, onde começou a conquistar fãs —incluindo o amigo Robson.

"Conheci o Silvan como ouvinte dos programas policiais que ele fazia", conta. "Ele sempre dizia que precisava de uma dose de humor ou irreverência para amenizar as notícias trágicas." Os dois trabalhariam juntos no diário O Imparcial e na rádio Timbira.

O gosto por jornalismo era parte da rotina de Silvan. A filha Suliane Alves Pinheiro, 22, afirma que o pai era jornalista do momento em que saía de casa, às 4h, até o descanso em frente à televisão.

Silvan era cuidado pela família desde 2021, quando sofreu um AVC. Enfrentou muitas complicações. Morreu em 20 de fevereiro, após ser levado ao pronto-socorro por causa de febre. Deixa a mulher e dois filhos.

**7º DIA**

**ELIAS ARIS** Sábado (1/4) às 11h, Igreja Sirian Ortodoxa Santa Maria, Vila Clementino, São Paulo (SP)

**EM MEMÓRIA**

**LAÉRCIO BORBA** Sábado (1/4) às 15h, Igreja Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Centro, Curitiba (PR)

**Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:** tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

**Anúncio pago na Folha:** tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

**Aviso gratuito na seção:** folha.com/mortes até às 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

**ambiente** planeta em transe

Foz do rio Amazonas, na costa do Brasil e da Guiana Francesa Elsa Palito/Greenpeace Brasil

# Petrobras quer aval para buscar petróleo na foz do rio Amazonas

## Estatal tenta conseguir licenciamento do Ibama mesmo sem estudo recomendado pelo órgão

**João Gabriel**

BRASÍLIA A Petrobras tenta conseguir o licenciamento do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis) para iniciar a perfuração da foz do rio Amazonas em busca de petróleo mesmo na ausência de estudo recomendado pelo órgão.

No final de janeiro deste ano, o instituto emitiu um parecer técnico no qual conclui que "são necessárias informações complementares e providências adicionais para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental".

A conclusão traz uma série de considerações, dentre elas a ausência de uma avaliação ambiental estratégica, ou seja, que faça uma análise dos impactos ambientais da atividade para a região potencialmente afetada.

Em uma manifestação no último dia 21, anexada ao processo de licenciamento, a Petrobras argumenta que a fase de perfuração é apenas preliminar, de curta duração e para averiguar a existência de uma reserva no subsolo.

A empresa defende no documento que, como os impactos ambientais aconteceriam apenas nas fases seguintes da operação —como na instalação de bases e na própria extração do petróleo—, não deveriam ser considerados neste momento do licenciamento.

"As transformações socioambientais mais abrangentes podem vir a se tornar realidade na fase de produção e escoamento", diz a empresa.

A manifestação do Ibama chama a atenção especialmente para a ausência de uma avaliação ambiental de área sedimentar, chamada AAAS, que é um estudo feito por meio do solo que analisa se a região, e não só o bloco específico da perfuração, é apta ou não para ser explorada —considerando as características do meio ambiente.

A AAAS —como também o EAAS, estudo ambiental de área sedimentar, instrumento complementar— é de competência conjunta do Ministério de Minas e Energia e o do Meio Ambiente, e não é parte obrigatória do licenciamento ambiental.

No entanto, na visão de ambientalistas e membros do Ibama ouvidos reservadamente, o ideal era que os estudos estratégicos fossem realizados ainda antes dos leilões. Dessa forma, quem adquire um bloco já o faz consciente das possíveis limitações ambientais para sua exploração.

No parecer técnico de janeiro, o instituto reclama que, mesmo o leilão do bloco 59 tendo ocorrido há dez anos, em 2013, "não se compreende por que não fora realizada uma AAAS" na bacia do Foz do Amazonas "a despeito das complexas questões socioambientais apontadas previamente" e dos "diversos pareceres emitidos neste e em outros processos de licenciamento ambiental que envolvem a região".

Em seu posicionamento, a Petrobras reitera que não há obrigatoriedade legal para a realização de uma AAAS, mas que foram realizados outros estudos de impacto para a região que podem ser utilizados.

A estatal argumenta que possui "experiência na utilização de instrumentos aplicáveis para empreendimentos de maior complexidade ou com maior grau de incerteza".

Diz, ainda, que as descobertas feitas durante a etapa de perfuração podem ajudar na "complementação das lacunas de informação".

"Em uma região sensível como a foz do Amazonas, e de forma mais ampla, toda a margem equatorial do país, é fundamental realizar a avaliação ambiental de área sedimentar. Fere a lógica dizer que a AAAS, que define áreas aptas ou não para exploração, possa ser descartada", afirma Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e diretora do Observatório do Clima.

> Em uma região sensível como a foz do Amazonas, e de forma mais ampla, toda a margem equatorial do país, é fundamental realizar a avaliação ambiental de área sedimentar
>
> **Suely Araújo**
> ex-presidente do Ibama e diretora do Observatório do Clima

No parecer técnico, o instituto diz que os estudos realizados previamente ao licenciamento "são prioritários e essenciais para a compreensão da adequabilidade" do empreendimento à região. O Ibama reconhece que não há previsão legal para exigência da AAAS, porém, alerta à petroleira que a autorização de perfuração não garante a viabilidade das etapas seguintes.

"A ausência de avaliação ambiental estratégica, como a AAAS, e outros instrumentos de gestão ambiental, dificultam expressivamente a tomada de decisão a respeito da viabilidade ambiental da atividade, inserida em uma área de notória sensibilidade socioambiental e de nova fronteira para a indústria do petróleo", conclui o instituto.

Procurado pela reportagem, o Ibama afirmou que a Petrobras apresentou como base da viabilidade do empreendimento um Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), mas que "a AAAS tem um propósito totalmente distinto, é um instrumento de planejamento estratégico do governo para toda a região em que está situado o empreendimento" e que este "proporcionaria mais segurança à decisão do licenciamento".

À **Folha**, a Petrobras reafirmou que já apresentou estudos socioambientais para o empreendimento e que a AAAS depende dos ministérios. Ainda afirma que, para a exploração da Bacia de Santos, o pré-sal, foram apresentados estudos mais aprofundados apenas após a fase de perfuração.

"A despeito de não ser responsabilidade das empresas, a Petrobras se coloca à disposição dos órgãos de governo para colaborar em uma possível AAAS ou outro estudo de caráter regional que possa suportar a decisão sobre o futuro desenvolvimento da produção na região, caso haja descoberta decorrente do poço a ser perfurado em águas profundas", disse a empresa em nota.

O licenciamento ambiental do bloco 59 da foz do Amazonas está em fase avançada, faltando o Ibama analisar o plano de emergência e uma simulação de resposta a desastres. O processo avançou, sobretudo, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), que enfraqueceu e aparelhou as instâncias de fiscalização e licenciamento.

Há a preocupação de que a eventual liberação dispare um efeito em cascata para outros blocos ainda não explorados na região, que é considerada ambientalmente delicada.

O bloco 59 fica a cerca de 160 km da costa do Oiapoque (AP) e a 500 km do local exato da foz do rio Amazonas. A área abriga ainda os maiores manguezais do Brasil, na costa do Amapá, e imensos sistemas de recifes de corais, que foram descobertos recentemente e sobre os quais ainda se sabe pouco.

A exploração da foz do Amazonas é tida por ambientalistas como um dos empreendimentos de maior potencial de impacto no país atualmente, junto com o asfaltamento da BR-319 —rodovia que corta a Amazônia— e a Ferrogrão (projeto de ferrovia que tem como objetivo escoar a produção de grãos do Centro-Oeste por portos da região Norte).

Na última sexta (24), na contramão do discurso ambientalista e de mudança na matriz energética nacional, o Ministério de Minas e Energia anunciou planos para escalar a produção nacional e tornar o Brasil o quarto maior produtor mundial de petróleo —hoje é o oitavo, segundo a Administração de Informação Energética dos EUA.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

## Companhia Lithographica Ypiranga

**Em Liquidação**

**CNPJ/MF 60.829.157/0001-56 - NIRE 35.300.040.058**

**Convocação - Assembleia Geral - Artigo 213**

Convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral, na forma do artigo 213 da Lei nº 6.404/76, a realizar-se na sede social na Rua Tagipuru, 235, 1º andar, sala 14, São Paulo/SP, em 28/04/2023, às 12hs, para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no período e apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da liquidação. São Paulo, 30/03/2023. **Walney de Araújo Moura - Liquidante.**

## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2023**

**1ª CHAMADA**

A Câmara Municipal de Itapecerica da Serra – SP, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que às **10:00 horas do dia 24 de abril de 2023**, irá realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, Nº TP 01/2023, tipo menor preço global, que tem como objeto: Escolha Contratação de Empresa Especializada para Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Itapecerica da Serra, de acordo com as condições apresentadas no projeto básico. A sessão realizar-se-á no plenário da Câmara Municipal de Itapecerica da Serra, Largo da Matriz N. Sra. dos Prazeres, 147 - Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-730, telefones: (11) 4667-1077 (11) - 4667-1081 – ramais 209 - 210. O Edital Completo poderá ser retirado mediante troca de 01 (um) CD-R novo na sede da Câmara Municipal de Itapecerica da Serra – SP, no link: https://www.camaraitapecerica.sp.gov.br/Licitacao. Encontra-se disponível parte do Edital para análise prévia.

Itapecerica da Serra, 30 de março 2023.

Sr. Nilson Leal Santos - Presidente da CPL

**COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO 2023**

**A Enel Distribuição São Paulo - ENEL** comunica, com base na Lei 9.991 de 24/07/2000, a sua **Audiência Pública** do **Programa de Eficiência Energética 2023**, seguindo o estabelecido nos Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE, aprovado pela Resolução Normativa da ANEEL Nº 929 de 30/03/2021. A Audiência Pública tem a intenção de dar conhecimento e obter subsídios e sugestões para formatação do Programa de Eficiência Energética da Enel Distribuição São Paulo. As contribuições podem ser enviadas através de correspondência impressa à Área de Projetos de Distribuição em Sustentabilidade, localizado na Avenida das Nações Unidas 14.401, 17º aos 23º andares - Conj. 1 ao 4 - Torre 1B Aroeira, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04730-090, ou por e-mail eletrônico para chamada.publica@enel.com. Para maiores informações e/ou contribuições sobre o referido programa, consultar o site www.peeenel.com.br, em seu link específico.

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**1º LEILÃO: 14 de Abril de 2023, a partir das 10h50min *.**

**2º LEILÃO: 18 de Abril de 2023, a partir das 13h50min *.**

***(horário de Brasília)**

Alexandre Travassos, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, Faz Saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiver, que levará a Público Leilão de modo Presencial E/Ou On-Line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário Banco Santander (Brasil) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra e Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia contrato nº 0010044915, datado de 30/09/2019, firmado com o Fiduciante Emílio Cristiano, RG nº 24.989.716-7-SSP/SP, CPF/MF nº 173.258.728-01, residente e domiciliado em, Catanduva/SP, em Primeiro Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 339.479,82 (Trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos – atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: Casa, situada na Rua Alfredo Ortega nº 130, no Residencial Comendador Pedro Monteleone, Catanduva/SP, com área construída de 108,06m² e área total de 137,50m², melhor descrito na matrícula nº 57.346 do 1º Oficial de Registro de Imóveis e anexos de Catanduva. Cadastrado na Prefeitura sob nº 71.41.18.0175.01.001. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o Segundo Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 196.804,94 (Cento e noventa e seis mil, oitocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e no Superbid Exchange (www.superbid.net), e se habilitar com antecedência de 24 horas úteis do início do leilão. Em virtude da pandemia da Covid-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e do Superbid Exchange (www.superbid.net). Forma de pagamento e demais condições de venda, Veja A Íntegra Deste Edital Na Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) E No Superbid Exchange (www.superbid.net). Informações: 11-4950-9602 / imoveis.sac@superbid.net (19144 – Dossiê). K-30,31/03e01/04

## PDC Participações S.A.

CNPJ/ME nº 15.569.107/0001-22 – NIRE 35.300.438.019

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 23 de fevereiro de 2023**

**1. Data, Hora e Local:** Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2023, às 11:30 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações**; Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 5.2 Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas. 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária da Companhia para o dia 28 de abril de 2023, às 16:00 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar; 5.4 Foi aprovada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976 **6. Encerramento**; Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Diretores: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"*. (ass.) **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 113.683/23-6 em 22/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Compass Gás e Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 21.389.501/0001-81 - NIRE 35.300.472.659

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") da Compass Gás e Energia S.A., na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 24, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 ("Companhia"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), sem prejuízo do uso dos boletins de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovação da proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** Orientações sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; e **(iv)** Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. Instruções Gerais: Para facilitar o acesso aos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se no Manual e Proposta da Administração para Assembleia Geral ("Manual e Proposta"), disponível nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.compassbr.com). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual e Proposta, divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que, conforme acima exposto, poderá optar por participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 13:30h do dia 26 de abril de 2023. Por meio da plataforma digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail: ri@compassbr.com, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, até o dia 24 de abril de 2023 (inclusive). Nesse mesmo e-mail os acionistas deverão enviar também os documentos indicados na Proposta e Manual. Encontra-se à disposição dos acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.compassbr.com), em observância ao parágrafo único do artigo 121, *caput* do artigo 133 e aos artigos 10 e seguintes da RCVM 81/22, cópia do Manual e da Proposta da Administração, dos boletins de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo (SP), 27 de março de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

## ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA SABESP

**CARTA CONVOCAÇÃO**

**34ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA MODALIDADE HÍBRIDA**

**Data: 20 de abril de 2023 (quinta-feira) - Horário: 10 horas**

Na forma prescrita pelo **artigo 20**, cumprindo o disposto **no artigo 19, no artigo 21, inciso I, nos artigos 23 e 25**, todos do Estatuto Social, ficam convocados os associados da AAPS – Associação dos Aposentados e Pensionistas da SABESP para a Assembleia Geral Ordinária, **que ocorrerá, na modalidade híbrida (virtual pela plataforma zoom e presencial) e realizar-se-á no dia e hora** indicados acima, **em primeira convocação, com a presença mínima da metade mais um dos associados que tenham direito a voto e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número deles,** para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

• **Deliberar sobre o Relatório Anual de Gestão da Diretoria Executiva e Balanço Anual referente ao ano de 2022, mediante parecer da Auditoria, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo;** Pela atenção que V. Sª dispensar à presente convocação, antecipamos nossos melhores agradecimentos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

Ivan Norberto Borghi - Presidente do Conselho Deliberativo da AAPS

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

**1** - A assembleia será realizada em formato híbrido, digital em ambiente virtual, usando a plataforma de vídeo conferência **zoom** e simultaneamente em formato presencial na sede da AAPS, na Rua Treze de maio, 1642, Bela Vista. Os associados interessados deverão optar pela participação em uma das modalidades -virtual ou presencial. **2** - Para ter acesso à assembleia virtual mencionada, cada associado com direito a voto, deverá acessar o link abaixo, que também será enviado por e-mail e disponibilizado no site da AAPS e proceder o cadastramento para participar do evento até o dia 19/04/23 às 16:00 (dezesseis) horas, quando o sistema será bloqueado para inscrição na 34ª Assembleia Geral Ordinária – 20/04/23 às 10 horas. Link de registro: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZEpc-2srzMtGNL6BL5rT2u6n2Ky7EF50YvS. **3** - Os interessados em participar presencialmente, deverão comparecer na sede da AAPS no dia 20/04/23, preferencialmente antes das 10 (dez) horas para assinar lista de presença. **4** - Quem optar pela participação virtual, procederá a inscrição: • copie o link mencionado, cole em seu navegador, preencha seus dados (nome e sobrenome completos e-mail, CPF e celular); • após o cadastro do associado ser validado, será enviado através do e-mail cadastrado a confirmação da inscrição e o link para acesso ao evento da Assembleia Geral Ordinária virtual. Caso não possua e-mail, sugerimos providenciar a criação de uma conta de e-mail para possibilitar a sua participação no evento de forma virtual ou a participação somente poderá ser presencial na sede da AAPS. • Para acessar o evento virtualmente no dia 20/04/23, o associado deverá ingressar com o nome completo, conforme inscrito, para identificação do associado e aguardar a autorização para acesso pela AAPS. **5** - Em caso do Associado (a) ser representado (a) por procurador (a), deverá indicar o nome do representante por ocasião da inscrição e enviar o instrumento de procuração até as 16:00 (dezesseis) horas do dia 19/04/23 no e-mail aaps@aaps.com.br para participação virtual. Para quem participar presencialmente, a procuração deverá ser apresentada na AAPS até o início da Assembleia, até as 10 horas do dia 20/04/023. **6** - Em caso de problemas quanto à realização do registro inicial ou acesso ao evento, os associados deverão manter contato através do telefone da AAPS (11) 3372-1000. **7** - Listamos, algumas recomendações para o acesso e participação na assembleia: a) Acesse utilizando seu navegador; b) Use fones de ouvido com microfone para a boa qualidade de áudio durante a assembleia; c) Acesse o evento com 30 (trinta) minutos de antecedência e verifique sua conexão de internet; d) Durante o evento os microfones serão mantidos desligados para evitar interferências. **8** - Para comprovar a participação e presença na Assembleia Virtual, serão utilizados os relatórios com registro de presença e contabilização de votos por participante. Os votos serão somados aos votos dos participantes que participarem presencialmente. **9** - Esclarecemos ainda que a plataforma para a realização da assembleia virtual é segura, sendo que os votos apurados para os itens da ordem do dia serão registrados na Ata do evento. **10** - O processo de votação será nominal, na modalidade virtual e presencial, podendo o associado optar por aprovar, rejeitar ou abster-se sobre o item a ser deliberado, sem discutir ou comentar o voto. **11** - Para participar da votação, os associados deverão seguir as instruções na sequência indicada: a) Para se manifestarem na assembleia, após a apresentação dos relatórios, as inscrições serão inicialmente para os participantes presenciais, que levantarem a mão; b) Na sequência deverão se manifestar os participantes inscritos de forma virtual através do chat; c) Por último se manifestarão os participantes que se inscreverem através do "ícone de uma mão"; d) Finalizado os questionamentos e esclarecimentos, terá início a votação presencial e virtual simultaneamente, sendo apresentado o item a ser deliberado e as três opções de voto; e) Os participantes presenciais manifestarão seu voto em formulário próprio, que será disponibilizado pela equipe de apoio da AAPS; f) Os participantes virtuais escolherão sua opção de voto no sistema e deverão clicar em "Enviar". Após enviar o voto, não poderá ser alterado. **12** – Para participar da assembleia, o equipamento dos associados deverá dispor de câmera frontal habilitada e desobstruída, sendo de sua responsabilidade possíveis custos, o sinal e conexão, não podendo ser responsabilizada a AAPS por problemas decorrentes dos aparelhos de informática ou da conexão à rede mundial. **13.** O ingresso na Assembleia é restrito e exclusivo aos associados da AAPS devidamente cadastrados e validados. A disponibilização de acesso a terceiros, em nenhuma hipótese, é permitida.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI – Estado de São Paulo

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**LICITAÇÃO: Concorrência Pública nº. 01/2023.** OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços médicos para a o Programa de Saúde da Família e para o Centro de Saúde do Município de Anhembi e Distrito de Piramboia. Pagamento: parcelado (mensal), Tipo: Menor Preço Global. Solicitação do edital e esclarecimentos: (14) 3884-9020, por e-mail licitacao@anhembi.sp.gov.br ou presencialmente no Paço Municipal. Entrega dos envelopes: até o dia 25/05/2023 às 14h00. Abertura dos envelopes: 25/05/2023 às 14h30. LOCAL: Sala de Licitações do Paço Municipal (Rua Prefeito Ismael Morato do Amaral, 67, Centro, Anhembi-SP). Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.anhembi.sp.gov.br. Anhembi, 30/03/2023. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

## José Kalil S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 60.937.653/0001-23

**Convocação de Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da José Kalil S/A Participações e Empreendimentos a participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2023, na sede da empresa, com início às 11 (onze) horas, com a seguinte Ordem do Dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria e fixação dos respectivos honorários e deliberação quanto ao Conselho Fiscal; e d) Outros assuntos de interesse social. **João Carlos Piccelli** – Diretor Presidente. (29, 30 e 31/03/2023)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Tomada de Preços N.º 004/2023**

**Proc. Adm. Nº 230217011705200/2023**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em obras de engenharia especializada em serviços elétricos para reforma e adequação da rede elétrica e infraestrutura de lógica na USA São Pedro e USA Parque Santana, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 31/03/2023, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. **Data de Abertura:** 17/04/2023, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 30 de março de 2023.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**1º Público Leilão: 19/04/2023, às 10:30hs / 2º Público Leilão: 20/04/2023, às 10:30hs**

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Apartamento duplex, nº 1305, localizado no 13º e 14º andares do Edifício Duplex Oggi, situado na Rua Ministro Ferreira Alves, nº 330, no 19º subdistrito – Perdizes, com área privativa de 49,651m², área comum de 43,654m², perfazendo a área total de 93,305m², cabendo-lhe o direito ao uso de uma vaga indeterminada no 1º ou 2º subsolo, para estacionamento de automóvel, de pequeno ou médio porte, com auxílio de manobrista. Imóvel objeto da Matrícula nº 109.006 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **1º Leilão: R$ 690.469,92 (seiscentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) 2º leilão: R$ 584.343,06 (quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e seis centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: AILTON FERREIRA DA COSTA, brasileiro, solteiro, produtor rural e dj, nascido em 16/10/1990, CPF: 004.321.232-88, RG: 67.085.391-4 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Ministro Ferreira Alves, nº 330, apto 1512, bairro Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05009-060, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**DORA PLAT,** leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Av. Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora Fiduciária **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA,** inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, situada à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular, firmado em 04/07/2013 e Cédula de Crédito Imobiliário Integral e Escritural nº 971-7, Série 2013, conforme averbações nºs 10 e 11 da referida matrícula, no qual figura como Fiduciante **CARLA MARIA MONTEIRO SHIMIZU,** brasileira, viúva, empresária, RG nº 16.263.405-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 092.643.438-14, residente em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 05 de maio 2023, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 421.000,00 (quatrocentos e vinte e um mil reais),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por **um prédio residencial,** situado à Rua Porto Alegre, nº 599, no 33º Subdistrito – Alto da Mooca, e seu respectivo terreno, medindo 4,00m de frente para a referida Rua, por 15,50m, mais ou menos, da frente aos fundos, de ambos os lados, confinando do lado direito com o prédio nº 593, do lado esquerdo com o prédio nº 601 e casas nºs 5, 7, 9 e 11 da Passagem Particular, com entrada pelo nº 623 da Rua Porto Alegre e nos fundos com propriedade de Ricardo Canevari e do Espólio de Vicente Lavieri. **Imóvel objeto da matrícula nº 47.242 do 7º Oficial de Registro de Imóveis do São Paulo/SP.** Observação: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **12 de maio 2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 858.885,92 (oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos)** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: CARLA MARIA MONTEIRO SHIMIZU,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

**DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA**

Acha-se aberta a **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/DAEE/2023/DLC**, Processo DAEE-PRC-2022/01609, objetivando a contratação de empresa ou consórcio, objetivando a execução das obras e serviços relativos à construção do sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto do município de Amparo – SP.

**Prazo de execução:** O prazo de execução das obras será de 18 (dezoito) meses a partir da data da ordem de serviço.

**Valor estimado:** O valor total da referida obra foi estimado em R$ 161.925.314,18 (cento e sessenta e um milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e quatorze reais e dezoito centavos), para o exercício de 2023 e 2024.

**Encerramento:** Os envelopes de nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação), deverão ser entregues no Protocolo Geral do DAEE, sito na rua Boa Vista, 175, Sobreloja, Bloco B, Edifício Cidade II, Centro, Capital, até as 17:00 horas do dia 16 de maio 2023. A abertura da sessão pública será realizada no dia 17 de maio de 2023 às 10:00 horas, à Rua Boa Vista, nº 175, 1º andar, Bloco B, Centro, São Paulo, Capital.

**Consulta do Edital e Esclarecimentos:** O Edital poderá ser retirado pelos interessados pessoalmente na rua Boa Vista, nº 170, 7º andar, Bloco 5, Centro, São Paulo, Capital, que deverão trazer um DVD em substituição ao DVD fornecido contendo o edital em sua versão completa.

O Edital em sua versão completa estará disponível, também, no site do DAEE em www.daee.sp.gov.br

O Edital completo encontrar-se-á, ainda, afixado no Quadro de Avisos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, na Rua Boa Vista nº 175 – 1º andar, Centro, São Paulo, Capital.

## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

**Estado de São Paulo**

**Pregão Eletrônico nº 284/2022**

Processo Administrativo nº 6.320/2022

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA LAVAGEM DE PISO"

Sessão pública: www.bec.sp.gov.br

Tipo de licitação: Licitação não diferenciada

Critério de Julgamento: Menor valor unitário

Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00442

Comunicado de Alteração no Edital e Nova Data para a Sessão Pública

Pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura efetuou alteração no Edital do Pregão supramencionado. Face ao exposto, informamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, inicialmente designada para o dia 29/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), foi transferida para o dia 24/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF).

Informamos ainda que o Edital ALTERADO poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download de todos os interessados de forma gratuita nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Este comunicado encontra-se disponível no site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 30 de março de 2023.

SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 21/2023, PROCESSO: 178/2023, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE INSUMOS DE ENFERMAGEM. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 14/04/2023 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 22/2023, PROCESSO: 185/2023, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AFUNDAMENTOS EM PISOS PERMEÁVEIS. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 17/04/2023 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

**Estado de São Paulo**

**EXTRATO DO EDITAL**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2023

OBJETO: "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PIER FLUTUANTE ECOLÓGICO – COMPLEXO DE LAZER EZIO DALL' ACQUA"

Tipo: Menor Preço

Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS

Processo Administrativo: 2159/2023

Data e horário da licitação: 16/05/2023 às 10:00 Hs.

Lei Federal N.º 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Lei Complementar Municipal nº 913/22, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes a matéria.

Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 03/04/2023 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 29 de março de 2023.

RODRIGO SANTANA - Secretário Municipal de Esportes e Lazer

## SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.

CNPJ/MF nº 09.719.882/0001-14 – NIRE 35.300.355.890

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 23 de fevereiro de 2023**

1. **Data, Hora e Local:** Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2023, às 15:00 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. 5. **Deliberações**; Os diretores, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 5.2 Apesar da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 389.997,07 (trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e sete centavos), foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária da Companhia para o dia 28 de abril de 2023, às 16:30 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar; 5.4 Foi aprovada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. 6. **Encerramento**; Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Diretoras: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"*. (ass.) **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 113.199/23-5 em 22/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA**

Acha-se aberta a **CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 002/DAEE/2023/DLC**, Processo DAEE-PRC-2022/01610, objetivando a contratação de empresa, objetivando a execução das obras e serviços relativos à construção do sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto do município de Monte Alegre do Sul – SP.

**Prazo de execução:** O prazo de execução das obras será de 18 (dezoito) meses a partir da data da ordem de serviço.

**Valor estimado:** O valor total da referida obra foi estimado em R$ 89.263.494,14 (oitenta e nove milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos), para o exercício de 2023 e 2024.

**Encerramento:** Os envelopes de nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação), deverão ser entregues no Protocolo Geral do DAEE, sito na rua Boa Vista, 175, Sobreloja, Bloco B, Edifício Cidade II, Centro, Capital, até as 17:00 horas do dia 18 de maio 2023. A abertura da sessão pública será realizada no dia 19 de maio de 2023 às 10:00 horas, à Rua Boa Vista, nº 175, 1º andar, Bloco B, Centro, São Paulo, Capital.

**Consulta do Edital e Esclarecimentos:** O Edital poderá ser retirado pelos interessados pessoalmente na rua Boa Vista, nº 170, 7º andar, Bloco 5, Centro, São Paulo, Capital, que deverão trazer um DVD em substituição ao DVD fornecido contendo o edital em sua versão completa.

O Edital em sua versão completa estará disponível, também, no site do DAEE em www.daee.sp.gov.br

O Edital completo encontrar-se-á, ainda, afixado no Quadro de Avisos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, na Rua Boa Vista nº 175 – 1º andar, Centro, São Paulo, Capital.

## Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

CNPJ nº 61.599.908/0001-58

**Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária**

**a ser realizada no dia 27 de abril em formato digital**

**Josué Dimas de Melo Pimenta,** presidente do Conselho de Administração da **Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência** ("Associação"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Estatuto Social da Associação em vigor, vem, por meio deste Edital **convocar** os Associados Cruz de Honra, Associados Grandes Beneméritos, Associados Beneméritos, Associados Benfeitores e os 10 Representantes dos Associados Efetivos, maiores de 21 (vinte e um) anos, e em pleno gozo de sua capacidade civil, para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia **27 de abril de 2023,** quinta-feira, às 18h30min, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos Associados com direito a voto; e às 19h, em segunda convocação, com a participação de qualquer número de Associados com direito a voto.

A AGO terá a seguinte **Ordem do Dia:**

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras da BP, contendo as Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal;
2. Eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração, representando 1/3 (um terço) dos membros deste Conselho, com mandato de 3 (três) anos para o período 2023-2026;
3. Eleição de 2 (dois) membros do Conselho Fiscal, representando 1/3 (um terço) do Conselho Fiscal, com mandato de 3 (três) anos para o período 2023-2026.

Nos termos do parágrafo 5º do artigo 26 do Estatuto Social vigente, **a AGO será realizada integralmente em formato digital, conforme descrito abaixo: (a). Assembleia Exclusivamente Digital:** A AGO será instalada no dia 27 de abril de 2023 às 18h30 em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Associados, e às 19h, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Associados, com transmissão exclusivamente por meio de canal dedicado à AGO, na plataforma do YouTube. Os Associados deverão acessar a área exclusiva dentro do website da Associação (http://www.bp.org.br/associados/portal-do-associado) e efetuar o cadastro para assistir à Assembleia. Serão considerados presentes à AGO todos os Associados que se cadastrarem e acessarem o canal de transmissão da AGO; **(b). Voto Eletrônico:** Os Associados receberão no decorrer do dia **24 de abril de 2023,** por e-mail, a senha única e criptografada, além das orientações para o exercício do voto eletrônico para os itens da Ordem do Dia. Caso um Associado não receba o e-mail em questão até o fim do dia 24 de abril de 2023, deverá solicitar imediatamente seu reenvio por meio dos canais oficiais de atendimento ao Associado. A votação eletrônica *online* será aberta no dia **25 de abril de 2023 às 08h e encerrar-se-á às 18h do dia 26 de abril de 2023,** quando o sistema cancelará automaticamente todas as chaves daqueles Associados que ainda não tiverem votado. Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 26 do Estatuto Social, os Associados que votarem pela plataforma de voto à distância serão considerados presentes na AGO para todos os efeitos legais; **(c). Apuração de Votos:** A apuração de votos dar-se-á às 18h30 do dia 26 de abril, de maneira automática, sendo os resultados divulgados no dia 27 de abril de 2023 durante a AGO. Salientamos que todo o processo de votação será registrado e auditado por empresa independente. Para todos os fins legais, a AGO será considerada como realizada na sede da Associação.

**Atualização de Cadastro:** A BP solicita e recomenda aos Associados a atualização e/ou cadastramento de seus endereços eletrônicos (e-mail) exclusivamente pelos telefones: (11) 3505-3030 / 3031 / 3032 ou 0800 770 1776. Para fins da AGO, o prazo para esta atualização encerrar-se-á às 18h do dia 14 de abril de 2023.

O Estatuto Social em vigor, todas as orientações, bem como os materiais de suporte para esta AGO estarão disponíveis na área exclusiva dos Associados no website *http://www.bp.org.br/associados/portal-do-associado,* ou no SAS - Serviço aos Associados, localizado na sede da Associação, à Rua Maestro Cardim, nº 769, térreo da torre 3.

São Paulo, 31 de março de 2023

**Josué Dimas de Melo Pimenta**

Presidente do Conselho de Administração

**ESPORTE AO VIVO**
19h Vasco x Athletic Club — Amistoso, YOUTUBE
20h30 Corinthians x Pato — Liga Futsal, NSPORTS
21h Grizzlies x Clippers — NBA, ESPN 2/STAR+

# Atletas trans sob o olhar da ciência

## Falta estudo sobre torneios de elite, mas no esporte amador inclusão é regra

**ANÁLISE**

**Bruno Gualano**
Professor da Faculdade de Medicina da USP; especialista em Fisiologia do Exercício

A World Athletics anunciou medidas que endurecem a elegibilidade de mulheres trans no atletismo. As que passaram pela puberdade masculina —período no qual há uma explosão na produção de testosterona— ficam proibidas de participar de competições que contam para o ranking mundial. Sebastian Coe, presidente da organização, justifica a decisão "pelo princípio de proteger a categoria feminina". Atletas trans são uma ameaça ao esporte feminino?

Como a transição hormonal afeta o desempenho atlético não é uma dúvida trivial, ao contrário do que muitos imaginam. Um artigo recente revisou 24 estudos sobre o tema.

Os resultados, em conjunto, apontam que após quatro meses de tratamento hormonal mulheres trans reduzem seus níveis de hemoglobina —proteína transportadora de oxigênio essencial em provas longas— a valores vistos em mulheres cisgênero (as que se identificam com o sexo de nascimento).

Por outro lado, mulheres trans apresentam mais força e massa muscular do que seus pares cis, mesmo após 36 meses da transição hormonal. Acredita-se que a exposição crônica à testosterona (antes da sua supressão terapêutica) imprima nos músculos uma espécie de "memória" de produção de força e hipertrofia, pronta para ser ativada mediante estímulo, como o do treinamento.

Ainda não sabemos por quanto tempo persistiria a tal memória muscular, em particular quando induzida pela puberdade masculina.

E, para além disso, principalmente, desconhecemos até que ponto adaptações fisiológicas pregressas à transição hormonal confeririam vantagens competitivas nas diferentes modalidades esportivas. A pretensa memória à testosterona é um fator entre uma miríade de outros (fisiológicos, físicos, psicológicos, cognitivos, nutricionais, genéticos etc.) que, em todas as suas combinações possíveis, poderiam influenciar o rendimento de uma atleta de elite.

> [...]
> Pessoas trans são pouco estudadas, em particular no contexto esportivo. A ciência, infelizmente, reflete e intensifica a marginalização social que aflige essa e outras minorias

Pessoas trans são pouco estudadas, em particular no contexto esportivo. A ciência, infelizmente, reflete e intensifica a marginalização social que aflige essa e outras minorias.

Diante da aridez de evidências, a competição de mulheres trans e cis em uma mesma categoria restou como um dos maiores dilemas enfrentados pelo esporte de elite. Isso seria possível somente se não fossem violadas a igualdade e a integridade da competição — algo que a ciência ainda não foi capaz de apurar.

Quem enxerga "militância identitária" em tudo está fadado a ignorar as genuínas dúvidas científicas que permeiam o tema, interditando o que seria um legítimo debate. Está criado o terreno para opiniões sem lastro na realidade.

Notem a paúra de que a inclusão de trans dizimaria o esporte feminino —argumento que embasa numerosos projetos de lei que tramitam nas esferas municipal, estadual e federal. Agora examinemos o caso concreto dos Jogos Olímpicos do Rio, que teve em disputa 460 medalhas por 4.700 atletas femininas. Sendo que as mulheres trans perfazem aproximadamente 0,6% da população, esperar-se-ia a participação de cerca de 28 delas, com chances de amealharem ao menos 2 medalhas.

Fato é que nenhuma trans competiu no Rio. (A primeira e única trans olímpica foi a levantadora de peso neozelandesa Laurel Hubbard, que em Tóquio terminou na última colocação geral).

É cabível que a justiça competitiva seja o mote que emaranha a discussão de elegibilidade das trans no esporte de elite. Mas no esporte recreativo é a inclusão que deve ditar o jogo. Esse é o princípio norteador do novo consenso da Associação Atlética Universitária Nacional (EUA), que propõe ações sistêmicas e estruturais focadas em educação, saúde e gestão para combater preconceitos da comunidade esportiva, garantindo algum bem-estar ao atleta trans.

Em sociedades tomadas pelas violências da transfobia —modalidade inglória na qual o Brasil ocupa o topo do pódio—, a disputa das mulheres trans parece ser menos por medalha do que por visibilidade.

## Há 60 anos, Bolívia vencia o Sul-Americano e hoje sonha em voltar à Copa

**SÃO PAULO** Em 31 de março de 1963, dirigida por um carioca, a seleção boliviana derrotou a brasileira por 5 a 4 para chegar ao grande —pois único— título de sua história. Em La Paz, conheceu a glória no Campeonato Sul-Americano, hoje chamado de Copa América.

"A Bolívia reeditou suas últimas jornadas conseguindo impor seu maior volume de jogo", relatou a **Folha**. "O conjunto local durante todo o transcorrer da partida foi superior."

Era a rodada final do torneio, disputado por sete times em sistema de pontos corridos. O Brasil, com uma formação alternativa, já não tinha mais chance de levar a taça, mas a líder Bolívia ainda era ameaçada pelo Paraguai e precisava da vitória.

Ao fim do primeiro tempo, o placar no estádio Hernando Siles marcava 2 a 2, gols de Ugarte e Camacho pelos anfitriões, Marco Antônio e Almir pelos visitantes. Ugarte e García colocaram os donos da casa em vantagem, mas dois tentos de Flávio igualaram o marcador. Já aos 41 minutos da etapa final, Alcócer superou o goleiro Silas. A festa é até hoje lembrada como o grande momento do futebol boliviano.

Pouco importava para os bolivianos que a competição não tenha sido disputada em alto nível. Até porque com nível alto dificilmente teriam grandes chances. Nem na altitude. Os mais de 3.600 m de La Paz foram um dos motivos para a realização de um campeonato esvaziado. Uruguai preferiu não encarar a situação. Argentina e Brasil enviaram equipes com jogadores desconhecidos. O Chile, por questões geopolíticas, não jogou.

O sucesso jamais foi replicado. Em 1993, sob comando do espanhol Xavier Azkargorta, a seleção obteve histórica classificação para a Copa do ano seguinte.

Era a geração de Baldivieso e Etcheverry, que também fez barulho na Copa América de 1997. Os donos da casa foram até a final, realizada no mesmo palco do triunfo de 1963, mas na revanche do Brasil. Com o fim daquela geração o país 'nunca mais foi ao Mundial. **Marcos Guedes**

**MUSEU DA CONMEBOL COLOCA ESTÁTUA DE MESSI AO LADO DAS DE PELÉ E MARADONA**
Entidade escolheu o jogador para homenagear o tricampeonato mundial conquistado pela Argentina; o museu fica em Luque, Paraguai Cesar Olmedo/Reuters

# *Libertadores não é parâmetro*

## E há um novo clichê a derrubar, 'Champions League é outro esporte'; não é!

***Paulo Vinicius Coelho***
Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol". Cobriu sete Copas e oito finais de Champions

*Há quase 20 anos uma frase se repete nos debates sobre futebol: "Estadual não é parâmetro". A tese era reforçada pelas dez primeiras edições do Brasileiro por pontos corridos. Só três campeões de seus estados foram campeões nacionais —Cruzeiro (2003), Flamengo (2009) e Fluminense (2012).*

*Contraste com os últimos dez anos, em que seis vezes o melhor time do Brasil foi também o ganhador em sua terra natal: Cruzeiro (2014), Corinthians (2017), Flamengo (2019/2020), Atlético-MG (2021), Palmeiras (2022).*

*É sempre melhor ser campeão, razão pela qual Palmeiras, Flamengo, Fluminense, Grêmio e Atlético-MG não têm de se recusar a ganhar as finais, que começam neste fim de semana. Isso não tirará a possibilidade de vencer o Brasileiro depois.*

*Dos cinco finalistas listados, o Grêmio parece ser o mais distante de ser campeão em dezembro, o Fluminense está em plena evolução e o trio Atlético-MG, Flamengo e Palmeiras é candidato em todos os torneios.*

*Mudou. Estadual não é parâmetro. E a Copa do Brasil é?*

*O Palmeiras de 2020 e o Flamengo de 2022 ganharam o mata-mata nacional no mesmo ano em que conquistaram a Libertadores, e o Atlético venceu o Brasileiro e a Copa do Brasil na mesma temporada de 2021. Neste caso, a conclusão é que o parâmetro é econômico.*

*Os times de maior investimento têm sido os mais vencedores, e isso vale para a hegemonia brasileira na América do Sul.*

*"A vantagem é técnica, porém o aspecto financeiro é muito importante. Lembro-me da semifinal contra o Flamengo, em que eles estreavam dois jogadores e nós não podíamos contratar ninguém", lembra-se o técnico argentino Fabián Bustos, do Barcelona de Guayaquil.*

*Refere-se às chegadas de David Luiz e Andreas Pereira, nas semifinais de 2021, contra o Barça equatoriano. Desde que a Libertadores começou a ser disputada pelo ano inteiro, só brasileiros, argentinos e o Barcelona conseguiram ficar entre os quatro melhores.*

*Engana-se quem pensa que a supremacia do Brasil é técnica ou tática. O dinheiro permite repatriar jogadores especiais, como Éverton Cebolinha, ter jogadores de Copa do Mundo, como De Arrascaeta e Wéverton, e manter elencos por períodos mais longos do que ocorria no passado.*

*O Palmeiras perdeu Danilo e Scarpa, o Atlético deixou saírem Nacho e Jair, o Flamengo manteve todos os titulares, menos Rodinei. Era diferente quando o Cruzeiro de Alex sabia que venderia sua estrela no ano seguinte ou o Corinthians perdia seis titulares campeões em 2015 em janeiro do ano seguinte.*

*É difícil saber se os grandes times do Brasil perdem menos jogadores porque revelam menos gênios ou se isso acontece pela força financeira, pelo menos dos mais estruturados.*

*Parece haver uma mistura dos dois fatores.*

*O dinheiro atual é suficiente para começar a Libertadores mesmo no meio das finais estaduais, sabendo que o sucesso em uma competição não estará relacionado ao fracasso em outra. O estadual é indiferente.*

*O planejamento é que faz diferença. Na contramão do oba-oba com a atual soberania das equipes nacionais na América do Sul (desde 2019 a taça não sai do Brasil), o Mundial de Clubes tem mostrado que Libertadores não é parâmetro.*

*Com seleções não é muito diferente. Em 1957, a Argentina ganhou seu 11º Campeonato Sul-Americano (a atual Copa América). Era soberana no continente e se julgava favorita para a Copa da Suécia, em 1958. Foi eliminada na fase de grupos na goleada de 6 x 1 ante a Tchecoslováquia.*

*O projeto agora é acabar com outro clichê, mais recente do que aquele que diz: "Estadual não é parâmetro". O lugar-comum a derrubar é: "Champions League é outro esporte". Não é.*

GELO E GIM

*Daniel de Mesquita Benevides*
folha.com/geloegim

## As aventuras etílicas de Vinicius de Moraes em Londres

Ainda faltavam 20 anos para o surgimento da bossa nova. Vinicius estava na Inglaterra. Havia recebido uma bolsa para estudar língua e literatura britânicas em Oxford. Aos 24, tinha o mundo pela frente. Muito desse mundo se passaria em bares ou entre lençóis, com livros em volta e o violão. Beber, amar, tocar. Precisa mais?

Numa de suas "Crônicas Inéditas" (org. de Eucanaã Ferraz e Eduardo Coelho, Companhia das Letras), ele conjuga os dois primeiros verbos com volúpia pós-adolescente. O contexto não era dos mais sedutores, porém. A Segunda Guerra Mundial ameaçava estourar a qualquer momento —"gigantescas máquinas dentadas se aproximavam..."

Na austera Universidade de Oxford, Vinicius vinha penando para entender o "Beowulf" e a etiqueta bretã. No jantar inaugural, sob o olhar atento de Dumbledores e Snapes, cometeu alguma gafe. Seu castigo foi beber de um caneco gigantesco, com cerveja suficiente para "afogar um recém-nascido". Metade da poção goela abaixo, achou que botaria "cerveja pelos ouvidos", mas foi até o fim e acabou aplaudido pelos colegas. Hurray!

Experimentaria outra vez a entusiástica torcida daqueles que logo estariam nas trincheiras. Foi, como detalha "Pileque em Picadilly", ao exibir-se para uma certa "amiga vestida de verde". Do alto de umas pints e outro tanto de uísque, sobe pela vertiginosa escada rolante do underground londrino no sentido contrário. "Come on, old fellow!", incentivam os ingleses.

No fim da escalada, decide escorregar, a "uma velocidade mais rápida que o pensamento", pela "tábua lisa, tão bem envernizada" que cobria o vão entre as escadas. Talvez aí, o uísque tenha de fato escorrido pelas orelhas.

Antes, no quarto em que estava hospedado, Vinicius abre uma das garrafas de sherry (jerez) que tinha comprado no pub ao lado, para satisfazer a sede da amiga. "Minha carne fez-se imaterial ao servir eu o primeiro cálice de sherry". À guisa de brinde, "quis o amor" que o tim-tim viesse na forma de um "longo beijo cheio de renúncia física".

A mistura do tom informal ao elevado serve ao romantismo exagerado, juvenil. E então o poetinha observa, com propriedade de ávido bebedor: "O sherry é uma bebida indigna, porque doce, mas extremamente plástica, assumindo com perfeição a forma do interior da boca". O calor da bebida faz nascer "duas rosas na face" da amiga de verde.

A essa altura, ela no sherry, ele no uísque, "a cúpula do Museu Victoria and Albert, visível da janela, desdobrou-se em duas ou três, violentamente agitadas pela distensão das minhas células".

Flutuando nos fumos alcoólicos, decidem ir ao Café Royal, bar-restaurante referência em Londres, onde Oscar Wilde, que hoje nomeia um de seus salões, batia ponto. Virginia Woolf, Muhammad Ali e Bowie são outros de seus visitantes ilustres. Sem libras nos bolsos, Vinicius, apenas um poeta premiado, pediu fiado.

O Dot é uma das receitas do "Café Royal Cocktail Book", de 1937, um ano antes dos episódios dessa crônica. O indigno sherry puxa o carro.

Na mesma Oxford onde Vinicius devorava Keats, escrevia boa parte de seu "Poemas, Sonetos e Baladas" e apanhava no boxe, Jason Clapham, professor de inglês, adaptou as indicações originais, trocando o Cointreau pelo rum. É bom, mas a mistura quase centenária é ainda melhor.

**+ DOT**

- 30 ml de gim
- 15 ml de jerez fino
- 7,5 ml de brandy de damasco
- 7,5 ml de licor de laranja

Mexa os ingredientes com gelo e coe para uma taça coupe gelada

**MANIFESTANTES TENTAM ESCALAR A CERCA DA FRONTEIRA ENTRE GAZA E ISRAEL**
Desde 1976, palestinos celebram o Dia da Terra em 30 de março, com atos que recordam a luta pela desapropriação de seu território por Israel Mohammed Abed/AFP

ACERVO FOLHA
**Há 100 anos**
**31.mar.1923**

### Homem morre em batida entre carro e bondes

Um homem de 20 anos morreu e outras quatro pessoas ficaram gravemente feridas em um acidente na avenida Celso Garcia, no Brás, em São Paulo, na sexta-feira (30).

O carro, que se dirigia para a Penha, chocou-se violentamente com um bonde e foi parar do outro lado da via. Só que por lá passava, justamente naquele momento, outro bonde de elétrico. O automóvel ficou comprimido entre os dois veículos da Light.

Os passageiros do automóvel foram retirados dos escombros do carro, que ficou espatifado. Um deles não resistiu aos ferimentos e morreu na Santa Casa, na manhã deste sábado.

LEIA MAIS EM **acervo.folha.com.br**

# Menina russa faz desenho em apoio à Ucrânia, e seu pai acaba preso

**Valerie Hopkins**

MOSCOU | THE NEW YORK TIMES Aleksei Moskaliov não esperou para ouvir sua sentença por "desacreditar as Forças Armadas russas", na terça-feira (28). Para ele, anos atrás das grades por postagens nas redes sociais pareciam o desfecho inevitável. Por isso, tirou sua tornozeleira de rastreamento e fugiu da prisão domiciliar, mas foi detido nesta quinta (30).

Com a tentativa de fuga, Moskaliov, que é pai solo, deixou para trás sua filha Maria, de 13 anos. Conhecida como Macha, a menina passou o último mês em um orfanato público, proibida de se comunicar com o pai.

Moskaliov foi condenado por um tribunal local e sentenciado a dois anos de prisão pelas publicações que fez após as atrocidades russas cometidas em Butcha e em outras partes ocupadas da Ucrânia.

Para defensores dos direitos humanos, a perspectiva de separação de longo prazo entre pai e filha representa um nível assustador de repressão. "O horror está no fato de o Estado, representado pelas autoridades tutelares, a polícia, a promotoria pública e os tribunais conscientemente e com crueldade calculada separarem pai e filha", diz Andrei Kolesnikov, membro sênior do Fundo Carnegie para a Paz Internacional.

Vladimir Bilienko, advogado de Moskaliov, disse que a notícia da partida de seu cliente foi um choque.

Antes da prisão, Moskaliov criava aves ornamentais em seu pequeno sítio, disse ele em entrevista a um observatório russo dos direitos humanos, o OVD-Info.

Suas publicações chamaram a atenção das autoridades em abril de 2022, quando uma professora de arte da escola de Macha tentou angariar apoio às forças militares russas entre os alunos.

A contribuição da menina, no entanto, foi o desenho de uma mãe e uma filha segurando uma bandeira dizendo "Glória à Ucrânia" que estava no caminho de um foguete russo. "Não à guerra", ela acrescentou à imagem.

Olga Podolskaya
Desenho mostra mãe e filha diante de bandeira com frase de apoio à Ucrânia Twitter/@WorldAffairsPro

> O horror está no fato de o Estado, representado pelas autoridades tutelares, [...] conscientemente e com crueldade calculada separar pai e filha
>
> **Andrei Kolesnikov**
> membro sênior do Fundo Carnegie para a Paz Internacional

O diretor da escola nega ter alertado as autoridades, mas no dia seguinte, pai e filha foram levados por policiais e pelo serviço de proteção à infância.

Moskaliov foi informado que investigadores haviam encontrado caricaturas de Putin e que ele estava sendo investigado por uma postagem que dizia: "O Exército russo. Os perpetradores estão perto de nós."

Ele foi multado em 32 mil rublos, cerca de R$ 2.000, e no dia seguinte sua filha foi levada por investigadores do Serviço Federal de Segurança, órgão sucessor da KGB soviética.

As autoridades tentaram pressionar pai e filha a apoiarem a guerra publicamente. "Sugeriram que Macha liderasse algum tipo de time juvenil em apoio às tropas russas", disse o pai ao OVD-Info, "mas eu recusei educadamente."

Em 30 de dezembro, diz Moskaliov, cerca de 12 investigadores revistaram sua residência e o levaram para ser interrogado.

Desde que a invasão da Ucrânia começou, em fevereiro de 2022, quase 6.000 russos já foram acusados de desacreditar o Exército. A informação é do OVD-Info, que também monitora a repressão política. A maioria dos casos foi resolvida com multas, mas a reincidência pode levar a um processo criminal e uma sentença de anos de prisão.

Tradução de Clara Allain

# A trovadora

**Adriana Calcanhotto lança 'Errante', seu 13º álbum, sobre o nomadismo do ofício de cantora, e prepara tributo a Gal Costa**

A cantora e compositora Adriana Calcanhotto
Léo Aversa/Divulgação

**Gustavo Zeitel**

SÃO PAULO Tudo é branco. A roupa larga, os lençóis tremulando no varal, a louça inteira, alheia ao vento. Adriana Calcanhotto, de 57 anos, erra pelo jardim até encontrar o interior da casa.

No clipe do single "Horário de Verão", que integra "Errante", seu 13º disco, lançado nesta sexta-feira, a cantora e compositora fuma um cigarro cinicamente e passa um café, só, na cozinha vazia. "Pudesse ser assim/ Você gostar de mim/ Houvesse modo de fazer o amor obedecer", diz o poema.

O amor quimérico se arrasta no tempo-espaço, encontrando a forma de um samba-canção. No som, melodia derramada. No verbo, o modo subjuntivo, indicando fantasia e desejo irrealizado.

Mas não as noites brancas. O dia ensolarado, pálido. Na arte lírica, coube ao balé romântico consagrar a união de todas as luzes como procedimento estético. A linguagem balética denominava ato branco a seção da coreografia, em que sílfides, ninfas e dríades diluíam a realidade num ambiente etéreo e idealizado.

Em "Les Sylphides", de 1909, o coreógrafo russo Michel Fokine apropriou-se da tonalidade para elevar a brancura à abstração. Pela visualidade, a interpretação do que se passava em cena tornava-se cada vez mais livre. Do mesmo modo, Adriana opera em "Horário de Verão" uma imagem indeterminada, ocasionada pela pretensa ausência semântica da cor branca.

"É uma ligação com a folha branca ou a tela branca, que transmite as possibilidades de uma linguagem aberta", diz ela, filha de bailarina, em entrevista por videoconferência. "A ópera também tem isso que me fascina —os espetáculos de música como filmes de arte, que é o que faz a Maria Bethânia. A luz conversa com o figurino, assim como a letra, a música e até a marcação."

Em comum às três manifestações artísticas está o lirismo, tão caro à poesia. No clipe do xote "Pra lhe Dizer", o riff matador do violonista Davi Moraes anuncia a canção como um ringtone, capaz de tirar o sono dos ouvintes.

Com a mesma estética vaporosa, a roupa larga de Adriana confere um sentimento de lassidão ao eu lírico, consciente de que o ócio é a morada da poesia. Na instância discursiva, a expressão "pra lhe dizer" se filia à poética nordestina, determinada pela oralidade na escrita e no cancioneiro regional. "Pra lhe dizer que eu vou trocar de sonho/ Eu vou mudar de você."

À luz da sintaxe, a autora irrompe o sentido do segundo verso, propondo uma relação ambígua entre os elementos do complemento verbal. O pronome "você" indetermina o nome do ser amado, onde seria natural a presença de um termo designando lugar.

As onze faixas de "Errante" versam sobre a vida de uma artista que anda pelo mundo em turnês "divertindo gente, chorando ao telefone", como dizem os versos de um de seus maiores sucessos, "Esquadros", do álbum "Senhas", lançado ainda no ano de 1992.

Continua na pág. C4

# MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

## EFEITO BUMERANGUE

O quadrinista Mauricio de Sousa, 87, não largou como favorito na disputa à cadeira oito da ABL (Academia Brasileira de Letras), mas virou o jogo depois de ter sua candidatura desdenhada por outro concorrente.

**VIROU** O criador da Turma da Mônica é muito bem visto na casa e conta com apoiadores de peso, mas, até dias atrás não tinha votos suficientes para derrotar o filólogo Ricardo Cavaliere, 69, um intelectual com ótimo relacionamento entre os imortais.

**DE CASA** Cavaliere é apadrinhado por Evanildo Bechara, um dos principais filólogos do país e membro da instituição desde 2000. Ele também participa há décadas de palestras, debates e conferências promovidas pela ABL, o que traria ainda mais força ao seu nome.

**VISTO** A Mauricio caberia entrar na disputa "para ganhar experiência" e tentar de novo na próxima eleição. Mas tudo mudou quando o debate sobre até que ponto uma possível vitória do artista seria positiva para a ABL ganhou força nas redes, com repercussão nacional e internacional.

**PANTEÃO** Ao ter sua relevância para a literatura nacional posta em xeque, ganhou o afago de antigos fãs e o reconhecimento de nomes fortes da cultura brasileira, como Paulo Coelho, Fernanda Montenegro e Gilberto Gil. São três "puxadores de voto" relevantes, que explicariam, em parte, o bom desempenho de Sousa nos últimos dias.

**CAIU A FICHA** Tamanho prestígio surpreendeu integrantes da cúpula da ABL, que demoraram a perceber a força midiática de Mauricio. Elegante, o cartunista não rebateu seu crítico e continuou movimentando-se nos bastidores.

**FILA DE ESPERA** Boa parte dos imortais da ABL que votaria no filólogo recalculou sua rota: Mauricio passaria a envergar o fardão já a partir da próxima eleição, e Cavaliere, 69, esperaria mais um pouco até abrir uma próxima vaga.

**SURPRESA** Advogados que representam o humorista Marcius Melhem afirmam ter recebido com estranhamento o convite para uma reunião feito pela pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, a atrizes que acusam o humorista de assédio. De acordo com os defensores, Melhem nem sequer é considerado réu para ter a sua presunção de inocência questionada dessa forma.

**SURPRESA 2** "Estranha que o Ministério das Mulheres desse governo que sempre clamou pelo devido processo legal e pela presunção de inocência receba mulheres que se dizem vítimas do ator que sequer é réu", afirmam os advogados José Luis Oliveira Lima e Leticia Lins e Silva.

**LUPA** O Ministério da Saúde cobrou do Conselho Federal de Medicina explicações sobre quais medidas a autarquia vem tomando para repreender profissionais que propagam informações falsas contra as vacinas disponíveis no país. O órgão afirma que a desinformação tem trazido prejuízos à população. Procurado, o CFM não respondeu.

## GRAMOFONE

Fotos Ronny Santos/Folhapress

**A rapper Karol Conká 1 compareceu ao evento que apresentou as novidades do Grammy Latino 2023, o "Por Dentro do Latin Grammy", realizado na sede do YouTube, em São Paulo, na terça (28). O rapper Criolo 2 esteve lá. O diretor da distribuidora Altafonte, Alex Schiavo 3, e o diretor-geral da Sony ATV Music Publishing Brazil, Aloysio Reis, também participaram**

**AMPLA DEFESA** Defensor da teoria de que fumar maconha "só faz bem", o produtor cultural e escritor carioca Bruno Levinson vai lançar o livro "Baseado em Papos Reais", em que sustenta seu ponto de vista com argumentos próprios e depoimentos de 20 pessoas que pensam da mesma forma.

**DEFESA 2** Levinson teve a ideia de escrever o livro-exaltação à erva ao se deparar com a declaração do produtor, pesquisador, compositor e jornalista Nelson Motta de que fuma quase diariamente há 55 anos.

**DEFESA 3** O livro será lançado em julho e não se restringe a depoimentos de artistas e ativistas, como Ricardo Petraglia, Fernanda Abreu, MV Bill e Marcelo D2, entre outros. Um médico, um historiador, uma ex-defensora pública e juíza federal aposentada, um promotor de Justiça e um delegado também expõem suas vivências e pensamentos (positivos) sobre a maconha.

**DECORATIVO** Pouca gente viu os 19 vestidos que o estilista libanês Elie Saab trouxe para expor em um evento com festa e show de Seu Jorge, na quarta (29), em São Paulo. E olha que não foi fácil (nem barato) tê-los à disposição nesta noite.

**DECORATIVO 2** Para exibi-los, ele precisou desembolsar R$ 317.526,00 pago para liberar, junto à Receita, os vestidos, uma jaqueta e quatro bolsas de sua grife de luxo retidos no aeroporto de Guarulhos (SP).

**CASA NOVA** Icônico evento do Rio de Janeiro, o Noites Cariocas ocorrerá pela primeira vez em São Paulo nesta terça (4), a princípio em noite única, fechada para convidados, e com novo nome: Noites Cariocas Priceless. Gilberto Gil é a atração de um pocket show.

com Cleo Guimarães (interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

# Livro do autor Jeferson Tenório, 'O Avesso da Pele' chega aos palcos

**Montagem do Coletivo Ocutá dirigida por Beatriz Barros discute o racismo e a precariedade do ensino público**

**Diogo Bachega**

**SÃO PAULO** A diretora Beatriz Barros se juntou ao Coletivo Ocutá, grupo recém-formado por atores jovens, negros e gays, para levar aos palcos "O Avesso da Pele", livro de Jeferson Tenório, com drama, humor e dança.

A peça homônima, em cartaz no Sesc Avenida Paulista, conta a história de Henrique, um professor assassinado, pela perspectiva de Pedro, seu filho, que tenta reconstruir o passado dos pais.

A plateia entra na sala de exibição por uma porta que dá acesso ao palco. A meia-luz azul e a fumaça que preenchem o ambiente dão ao público a sensação de entrar em uma instalação sensorial.

O espectador atravessa o espaço de performance e tem que desviar de uma pilha de livros que ocupa o centro da sala para chegar às cadeiras. Ao se sentar, mesmo que nas últimas fileiras, fica a apenas alguns poucos passos do palco.

Na faixa dos 20 e poucos anos, os quatro atores do coletivo, Marcos Oli, Bruno Rocha, Alexandre Ammano e Vitor Britto —que também é assistente de direção da peça—, se revezam entre os personagens, como fragmentos de um único narrador. Eles já tinham se juntado para atuar quando convidaram Barros para a direção.

Enquanto procuravam a história que iriam contar, o livro de Tenório caiu nas mãos dos artistas. Eles conseguiram permissão para adaptar a obra poucos meses depois que ela foi publicada, quando ainda era desconhecida.

O grupo conta que fazia os ensaios no apartamento de Alexandre, ambiente que antecipava a intimidade do teatro do Sesc. Atores e diretora trocavam perspectivas sobre a obra, construindo aos poucos a performance.

"Vitor e Bia colocaram a mão na massa para trazer partes do livro para a encenação e eu, Bruno e Marcos —e Vitor também, como ator— ficamos mais responsáveis por pegar as palavras e transformar em cena", diz Alexandre.

Os conflitos raciais marcam a vida dos personagens da peça. Estão na raiz de todas as perdas da narrativa, especialmente a do pai pelo filho.

Henrique dava aulas de português para alunos revoltados com o ambiente escolar, que os reduzia à posição de fracassados. Queria acreditar que podia mudar a vida deles, mas tinha que lutar contra o desânimo e a desilusão.

O avesso do título é tudo que há por dentro e que define um indivíduo para além da experiência social. Sem dar respostas, a peça reflete sobre como conciliar a individualidade e as dores coletivas. O humor surge para mediar as reflexões.

"A gente está falando de temas muito importantes, mas muito pesados. O humor é um caminho muito inteligente para falar deles. É importante o constrangimento social que o riso traz quando é bem utilizado", afirma Barros.

Barros compara a disputa pela atenção da plateia ao que fazia quando mais nova, ajudando a família a vender roupas em feiras de Pernambuco. "Na feira, você tem que seduzir muito rápido, porque a todo momento tem outra pessoa vendendo do seu lado", diz a diretora, que tenta levar a mesma sedução ao teatro. "Não posso perder a plateia. Não tenho esse direito."

A soprano Gabriella Pace na ópera 'Così Fan Tutte', de Mozart Stig de Lavor/Divulgação

# Montagem de 'Così Fan Tutte', de Mozart, explora dubiedades do texto no Municipal

**ÓPERA**

**Così Fan Tutte**
★★★★☆

Theatro Municipal - praça Ramos de Azevedo, sem número. Sex. e sáb. às 20h, dom. às 17h. Até 1º de abril. 12 anos. R$ 12 a R$ 158

**Sidney Molina**

"Será que elas saberiam desde o início quem são eles? Descobrem em algum outro momento? O que estamos dispostos a enxergar ou não?"

As perguntas da diretora cênica Julianna Santos, no programa da ópera "Così Fan Tutte", de Mozart, ainda ecoam após a estreia da montagem.

A história pode ser resumida assim —soprano, Fiordiligi, e barítono, Guglielmo, formam um casal, assim como mezzo soprano, Dorabella, e tenor, Ferrando. Instigados pelo velho Don Affonso, baixo, com ajuda da criada Despina, soprano, os dois homens vão se disfarçar à moda shakespeariana —e cada um será desafiado a seduzir a noiva do amigo.

Lançada em 1790 em Viena, "Così Fan Tutte", ou assim fazem todas, é a última parceria de Mozart com Lorenzo da Ponte, com quem o compositor havia feito anteriormente "As Bodas de Fígaro", de 1786, e "Don Giovanni", de 1787.

Tal como a maior parte das relações amorosas, a história é temperada por ironias e elipses. A piedade pode ser o primeiro estágio do amor, e uma tênue linha separa o ciúme passivo da positividade que promove aceitação e tolerância.

A montagem trabalha com poucos elementos cênicos —formas geométricas, o pareamento entre lilás e verde, e mesas e cadeiras, que desenvolvem a ideia da "Escola dos Amantes". Um ótimo uso da luz, a cargo de Wagner Antônio, faz o restante.

Mozart compõe uma música variada, que aprofunda e refina ainda mais a trama. A orquestração é criativa, e os cantores solam sobre diferentes combinações instrumentais, com destaque para trompas e madeiras. A escrita vocal beira o extraordinário.

Para além das árias solo, é na combinação grupal que se dá o virtuosismo. O compositor desfila duetos, trios, quartetos, quintetos e sextetos de alta complexidade. Ele ainda usa o coro para encher o teatro com a voz das multidões.

Na estreia, a Sinfônica Municipal, regida por Roberto Minczuk, ficou aos poucos mais leve e ágil, e as vozes solistas mostraram suas qualidades.

Saulo Javan põe sua voz poderosa a serviço de um Don Affonso muito divertido, que combina com a versátil Despina, de Chiara Santoro. Josi Santos dá profundidade psicológica à sua Dorabella, enquanto Michel de Souza dota Guglielmo de uma extraordinária veia cômica. Aníbal Mancini imprime delicadeza a Ferrando, e Laura Pisani ganhou o público já na primeira ária de Fiordiligi, "Come Scoglio", ou como um rochedo.

Antes que nos valores individuais, a força da montagem está na interação camerística dos cantores. É incrível como a projeção das vozes pode ser maximizada pelo espaçamento entre eles no palco. Bastam dois ou três passos adiante, na direção do público, para melhorar o efeito sonoro e o equilíbrio com a orquestra.

Cena da peça 'O Avesso da Pele', dirigida por Beatriz Barros e Vitor Britto Matheus José Maria/Divulgação

## Espetáculo em cartaz no Sesc faz adaptação brilhante do romance

**TEATRO**

**O Avesso da Pele**
★★★★★
Direção: Beatriz Barros. Com: Alexandre Ammano, Bruno Rocha, Marcos Oli e Vitor Britto. Sesc Avenida Paulista - av. Paulista, 119, São Paulo. 14 anos. Qua. a sáb. às 20h, dom. às 18h. Até 2 de abril. R$ 10 a R$ 30

**Paulo Bio de Toledo**

"O Avesso da Pele" é um espetáculo excepcional porque faz com que as linhas da literatura saltem do papel e realmente ganhem vida no palco.

Ao entrarmos no espaço, chama atenção uma montanha enorme de livros que ocupa todo o palco. Quando o espetáculo começa, é dali que emergem os quatro atores. Eles saem de dentro dos livros. Das palavras escritas, surgem os corpos, os gestos, os sons, isto é, a carne do verbo.

Não por acaso, a dança ocupa papel central na sintaxe do espetáculo. O grupo insere uma nova camada de musicalidade, o funk, que trás consigo toda uma explosão de danças, gestualidade e movimentos.

Não é só um detalhe. A alegria provocativa e insubmissa que emana dos ritmos do funk e de suas danças contrasta com o relato melancólico que organiza o romance.

Sem deixar de falar da fratura íntima causada pelo racismo, a versão teatral de "O Avesso da Pele" é também um gesto coletivo de resistência, a encarnação de um tipo alegre e urgente de revide social.

Talvez o momento mais decisivo da narrativa no livro seja quando Henrique, o pai do protagonista, dá a melhor aula de sua vida, em um colégio público da periferia de Porto Alegre, sobre "Crime e Castigo", de Fiódor Dostoiévski.

Este momento culminante, que será também trágico na vida do professor, acontece não porque ele consegue ensinar a beleza de um clássico, mas porque, de repente, Henrique diminui a distância entre ele, um professor negro, cheio de feridas íntimas e cicatrizes, e os alunos periféricos.

O professor faz com que o romance russo desça de seu pedestal e se encontre com o cotidiano daqueles jovens. No espetáculo, o que é narrado no livro torna-se presente no palco. A aula é mesmo realizada em cena. O espaço cênico se transforma em uma ampla sala de colégio.

Assistimos à aula irradiar nos corpos dos jovens e criar um espaço de aprendizagem. Os jovens atores representam as personagens do romance, mas também são os meninos e meninas da sala, com todo seu potencial de crítica, invenção artística e raiva que o racismo e a desigualdade sabotam todos os dias no Brasil.

A trovadora

Continuação da pág. C1

Assim, os 38 minutos do disco são o resultado de uma elaboração que acompanhou a compositora desde o início de sua carreira na música.

Além de Moraes, que também toca guitarra, a banda do disco é formada por Domenico Lancellotti na bateria, no piano e na lira, Jorge Continentino, Marlon Sette e Diogo Gomes nos sopros, e Alberto Continentino no contrabaixo, que não se restringe à função harmônica e pontua sua gravidade em todas as melodias.

Adriana reflete, assim, sobre o ofício de trovadora. Ela conta que pouco mudou desde a Idade Média, quando os poetas andavam pelas cidades entoando seus próprios poemas ao som do alaúde.

A turnê de "Errante" começa em maio, em Coimbra, Portugal, desembarcando no Brasil dois meses depois, em Porto Alegre, onde Adriana nasceu.

Desde 2015, ela é Embaixadora da Universidade de Coimbra, difundindo a língua portuguesa pelo mundo.

Em 2018 e 2019, Adriana deu duas aulas de composição na universidade. Entre os portugueses, talvez seja ainda mais compreendida. Por lá, sente-se livre para interpretar poemas musicados da poeta Fiama Hasse Pais Brandão ou entoar, em provençal, "Chanson do'ill Mot Son Plan E Prim" —ou "Canção de Amor Cantar Eu Vim", na tradução de Augusto de Campos—, do célebre trovador Arnaut Daniel.

"Eles têm uma ligação com a poesia um pouco diferente. A pessoa de Portugal é Camões", diz ela. "Nós consumimos mais poesia pela música, e eu descobri Portugal pelos livros, não os de história, mas os livros de poesia mesmo."

Se erra pelo mundo fazendo da casa o corpo, como diz em "Nômade", Adriana leva a vida de uma erudita. Gosta de estar em casa, com os gatos e os livros. Ela se divide entre a ourivesaria de canções, as ilustrações, a organização de antologias de poemas e até o jornalismo. Em 2014, foi diretora de redação do Público, de Portugal, preparando a edição de aniversário do jornal.

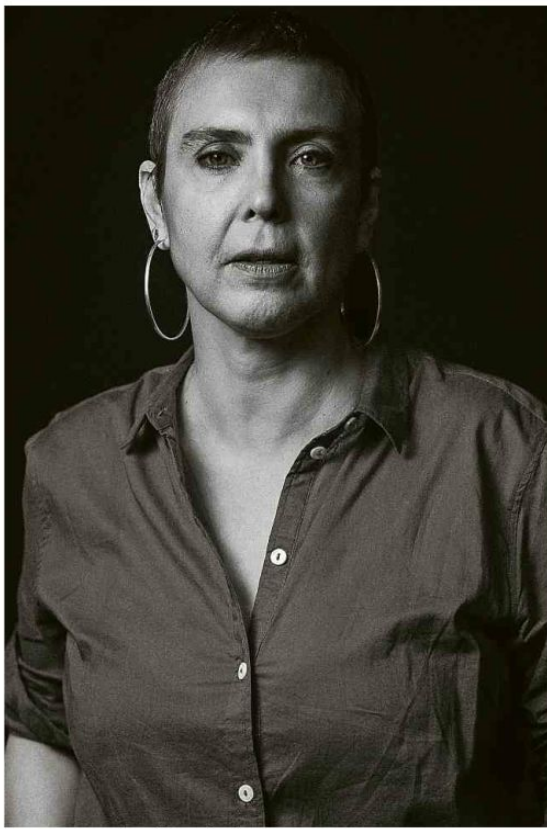
Entre a errância e o ócio, o disco é também um autorretrato da compositora, que usou fotografias 3x4 de antigos passaportes para ilustrar sua nova obra. Sobretudo, as canções "Prova dos Nove" e "Quem te Disse?" tematizam a recém-descoberta de sua ascendência judaica, de origem sefaradi, graças ao trabalho de genealogia empreendido por uma amiga da artista.

"Era algo que sempre intuí, porque me identificava com a comunidade judaica, por esse lado do amor aos livros e por gostar muito de estudar", ela conta. "Em algumas situações, me sentia um peixe fora d'água. Agora, não mais. Tudo faz sentido com a descoberta."

"E em tudo o que faço sou não mais do que impostora (...)/ Parte do sangue judeu/ Um nome que não é só meu/ E a crença na alegria como prova dos nove."

Ao se assumir como impostora, o eu lírico adere à autoderrisão do humor judaico e, depois, à utopia brasileira, a promessa de felicidade, cunhada pelo modernismo.

"Prova dos Nove" introduz a identidade sonora do disco. Adriana alia a estridência dos metais às batidas eletrônicas próprias da caixa de ritmos.

"Esse trabalho tem traços do jazz, o que não tem a ver com a harmonização, mas com a liberdade de tocar sem combinar coisas antes, nos escutamos e vamos gravando", diz.

A cantora e compositora Adriana Calcanhotto Lucas Seixas/Folhapress

O humor irônico retorna em "Quem te Disse?", que celebra de as possibilidades do amor. "Novinha, quem disse que o amor vê diferenças/(...) Afrodite, acredite/ Rainha, dispa-se das suas penas/ Tu me ensina a fazer renda ai ai ai ui."

Depois de empregar o termo novinha, vocativo que compõe o léxico do funk, a autora evoca a deusa do amor e da beleza, da mitologia grega. Ela une, deste modo, a cultura popular à erudita, tendo encontrado no rádio o veículo de massa ideal para a transmissão de sua poética.

"O meu ideal é fazer canções em que, à primeira leitura, você a compreende, mas, se você tiver os códigos, pode alcançar uma segunda camada, depois a terceira", afirma. "Eu me orgulho de olhar para a minha plateia e não conseguir dizer 'é tal tipo de gente'. É gente, de todas as origens."

Já em "ai ai ai ui", o eu lírico assume um tom lúdico, interrompendo a expressão popular "tu me ensina a fazê renda/ Que eu te ensino a namorá".

A irreverência, diz a cantora, tem origem na Jovem Guarda, sobretudo na admiração que teve por Erasmo Carlos, morto em novembro do ano passado. Com ele, Adriana gravou sucessos como "Imoral, Ilegal ou Engorda" e "Do Fundo do meu Coração". "Sempre admirei muito o jeito do Erasmo cantar. Ele também tinha o canto sem ornamento, rente à fala para entregar o texto", afirma Adriana. Dias antes, a morte de Gal Costa já inundara a artista de tristeza. Afinal, Adriana e Gal compartilhavam uma admiração mútua.

Continua na pág. C5

# Luedji Luna vai atrás dos afetos carnais em nova versão de disco

## Cantora, que faz show em São Paulo, vê o imaginário do amor negro sem tons místicos e marca espaço na MPB

Lucas Brêda

**SÃO PAULO** Luedji Luna foi buscar em sua versão de 17 anos a inspiração para sua arte. "Pele", música lançada na versão deluxe de seu álbum "Bom Mesmo É Estar Debaixo D'Água", com dez músicas inéditas, foi a primeira composição que escreveu, inspirada pelo seu primeiro beijo.

"Foi muito impactante e potente. Me deu uma outra compreensão do mundo", afirma a cantora. "Achava uma música boba, sempre me recusei a falar de amor, mas esses dois discos marcaram esta mudança de chave."

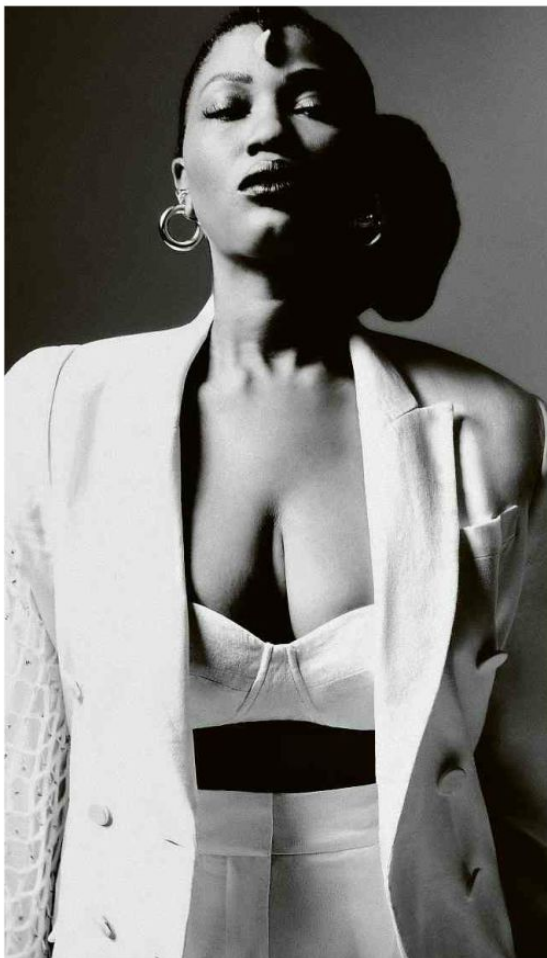
Os dois volumes do disco —o primeiro, de 2020, e o segundo, de novembro de 2022— não só trouxeram afetos à obra de Luna. Foram também os trabalhos que solidificaram a carreira da baiana, que mostra seu novo show em São Paulo, nesta sexta-feira, depois de despontar em 2017, com "Um Corpo no Mundo", seu primeiro álbum.

O disco de estreia emplacou "Banho de Folhas", sucesso que já faz parte da trilha sonora da Bahia contemporânea e de uma nova música brasileira que pode ser tratada como MPB, mas vai além da sigla. Agora, Luna está mais perto de uma mistura de R&B com neosoul, jazz e sonoridades africanas diversas.

"Quando surgi, queria disputar a MPB, achava importante termos uma mulher negra compositora neste espaço", diz. "Mas o som que tenho feito, da pandemia para cá, é mais global. É música preta da diáspora. Há referências às vezes literais em África —como os afro beats, as guitarras do Quênia e do Congo."

Não é bem o tipo de música que domina as listas de mais tocadas no streaming no Brasil, mas Luna tem se sobressaído. Nos últimos anos, ela tem frequentado programas de TV, teve músicas nas trilhas de duas novelas, incluindo "Pantanal", foi convidada de Anitta em um de seus esquentas de Carnaval, estrelou séries de vídeo famosas no exterior, como Tiny Desk e Colors, é patrocinada por grifes internacionais e tem shows na Europa para os próximos meses, além de ter sido indicada ao Grammy Latino.

No próximo domingo, representa uma renovação ao cantar no festival de comemoração do aniversário de Salvador ao lado de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Ivete Sangalo, em evento com transmissão da Globo. Em janeiro, ela já tinha dividido o palco com a cantora no último Festival de Verão, na capital baiana.

São conquistas que, se não a alçam ao mainstream, pelo menos a colocam em disputa por um espaço entre a elite e a grande massa de músicos independentes do país. Luna enxerga no racismo um fator limitante e vê o sucesso de mulheres negras na indústria correr em velocidade diferente.

A cantora baiana Luedji Luna Henrique Falci/Divulgação

"Cantoras brancas em ascensão conseguem mais projeção, seguidores e dinheiro que qualquer cantora preta", ela diz. "O tempo para nós é mais dilatado —para reconhecimento e captação financeira. Fazemos parte de uma geração que conseguiu achar brechas para ter autonomia, mas a indústria segue contemplando os mesmos corpos e vozes."

Se tornar seu som mais comercial não é uma opção, Luna conta com a inserção dos afetos como tema principal de sua obra. Os dois volumes de "Bom Mesmo É Estar Debaixo D'Água" expandem o entendimento do amor sob o ponto de vista da mulher negra.

"Nesses discos, quis construir um outro imaginário. Há o racismo, a solidão, mas também tem desejo, família, paixão, lesbiandade —enfim, muita coisa. Então, ocupar esse espaço de mulher preta que ama e é amada é muito rico."

Seu álbum mais recente é mais carnal e profano, afastando a cantora de um lugar místico intuído pela sonoridade etérea e que evoca a espiritualidade de sua música quanto pela sua ligação com o candomblé. É um peso do qual ela prefere se livrar.

"Uma vez, uma pessoa em Aracaju levou uma vela para um show e queria acender aquilo. Isso me incomodou muito. A gente acende vela é pra santo, pra entidade", diz Luna. "Quando decidi falar de amor e sexo, foi uma decisão de me humanizar."

A cantora ainda não faz tantos planos, mas deve seguir a rota das duas últimas obras. Na capa da primeira, ela aparece submersa. Na do segundo disco, surge com a cabeça para fora do mar. Agora, quer continuar na água, "boiando, mergulhada ou sobre ela", diz.

**Luedji Luna**
Audio - av. Francisco Matarazzo, 694, São Paulo. Sexta-feira (31), às 22h. R$ 50 a R$ 60. 18 anos

Continuação da pág. C4
Gal gravou duas canções de Adriana, "Esquadros", no disco "Aquele Frevo Axé", de 1998, e "Livre do Amor", do álbum "A Pele do Futuro", que seria lançado duas décadas depois.

Agora, Adriana subirá ao palco em um tributo a Gal, intitulado "Coisas Sagradas Permanecem", que estreia no Rio de Janeiro e chega a São Paulo em 11 de maio. "Devo muito a Gal a minha construção do repertório e a paixão pelas minhas canções", diz Adriana.

"Errante" é um disco que sintetiza os procedimentos composicionais da artista. No samba de roda "Larga Tudo" ou em "Era Isso o Amor?", ouve-se o som de seu violão, obra inventada por Adriana.

O ritmo é o fundamento estruturante de sua música. Por isso, o violão, afinado um tom abaixo do padrão, repete até o paroxismo a batida do hip hop. Seu violão é um código aberto, tal como a indeterminação da cor branca, que domina seus clipes.

"I'm formless", diz "Lovely" —eu não tenho forma, em português. Repetindo a mesma batida, Adriana encontra variações rítmicas, alcançando diferentes gêneros e, sobretudo, o hibridismo próprio da música brasileira. "Com três acordes, as pessoas podem tocar todo o meu repertório", diz ela, influenciada pelo minimalismo de Steve Reich e de Philip Glass.

Adriana faz canções subtraindo sílabas e acordes. Ela é ourives de uma poética econômica, que resulta numa interpretação contida, própria da tradição bossanovista.

Em cena, no entanto, a trovadora encara o espectador com seus olhos de onda — ora azuis, ora verdes— sendo —errando no tempo— sílfide do terceiro milênio.

## Disco tem poesia e som coerente, mas peca pela repetição

**Errante**
★★★☆☆
Artista: Adriana Calcanhotto. Gravadora: BMG. Disponível nas plataformas de streaming

**Sidney Molina**

O deslocamento da prosódia nos versos iniciais de "Prova dos Nove", faixa com que Adriana Calcanhotto abre "Errante", carrega em si um incômodo que percorrerá as faixas do disco.

De "Tenho o Corpo Italiano" segue-se "O Nascimento no Brasil", o que obriga mudar o ritmo da melodia do "funk entre aspas", pontuado desde o início por um ótimo sax barítono. A produção do disco procura manter-se no registro de uma banda que apenas toca junto, sem embarcar na adrenalina do show nem nas minúcias tecnológicas do estúdio.

O jogo entre erro e errância proposto por Adriana passa pelo samba de roda "Larga Tudo", sobre o amor fugaz que deixa a vida levar, mas atinge versão composicional madura —no equilíbrio entre texto, melodia e arranjo— em "Quem te Disse" ("que o amor vê diferenças?"). A dramaticidade inicial se resolve na segunda parte da faixa, centrada no salto melódico de sexta, solução presente em várias composições escritas por Adriana.

Um som compacto, coeso, cheio de variações nas repetições sustenta "Levou para o Samba a Minha Fantasia" ("de ser feliz um dia"). O fim do relacionamento se explica em uma imagem expressa em poucas palavras. "Saiu, foi pro ensaio, voltou de cabelo molhado." As faixas de "Errante" são curtas, diretas, sem repetições excessivas, tendo como ponto mais forte as letras, cheias de referências, como de hábito na obra de Adriana.

Mas a invariável simplicidade de recursos musicais também corre o risco de se esgotar, como na tríade de canções "Era Isso o Amor", "Jamais Admitirei" e "Reticências". Contudo, isso só ocorre quando elas são tomadas em si mesmas, autonomamente. No contexto do álbum, fluem como parte de um ensaio humano e gentil, de carne e osso, sem saudades nem pesares dos tempos da virtualidade imposta. "Errante" pede para ser escutado do início ao fim.

Uma energia extra ressurge no xote "Pra lhe Dizer", com o piano sutil, distante, comentando a decisão de "mudar de você", de "deixar a minha solidão sozinha e caminhar". A bossa nova "Horário de Verão" reintroduz os sopros, com destaque para a flauta em sol.

O tema da ativação do corpo e do tempo como centralidade existencial subjaz no trabalho desde o início, encontrando ponto culminante em "Nômade", a última faixa. "Nômade é quando a casa é o corpo", canta Adriana em referência à famosa estrutura "não arte" de Lygia Clark, "A Casa é o Corpo", de 1968.

No fim, algo sobra soando sem voz, entre trompete com surdina, trombone e sax. Poderia ser, então, o finalzinho de uma música de Miles Davis ou de Charles Mingus.

Adriana parece cantar sem certeza, o que matiza bastante a aposta oswaldiana na "alegria como prova dos nove". "Errante" pertence a um tempo em que nem tudo precisava ser tão previsível na música popular brasileira. Este tempo poderia ser hoje.

# Keira Knightley vive repórter pioneira atrás de serial killer em filme

Dirigido por Matt Ruskin, 'O Estrangulador de Boston' aborda caso ainda não resolvido que se tornou lenda

Caio Delcolli

SÃO PAULO Loretta McLaughlin, uma jornalista inquieta, não gosta do que vê diante dela —uma torradeira. Repórter do jornal Boston Record American, ela é incumbida de escrever sobre comportamento enquanto, do lado de fora da redação, havia um assassino estuprando e estrangulando mulheres com meias-calças, uma pauta muito mais emocionante do que avaliar se o pão está sendo torrado adequadamente.

Mas era início dos anos 1960, e não só eram poucas as mulheres jornalistas como era raro vê-las escrevendo nas páginas policiais. A despeito disso, McLaughlin insiste até conseguir.

Matt Ruskin, diretor e roteirista de "O Estrangulador de Boston", encontrou na repórter um canal para dramatizar esse que é um dos casos mais célebres de assassinatos em série dos Estados Unidos, sem resolução até hoje.

"Foi o primeiro serial killer a atuar em uma grande cidade americana na era dos meios de comunicação de massa", diz. "Sete jornais estavam cobrindo o caso. Tornou-se uma lenda urbana. Cresci escutando a respeito dele como se fosse o bicho-papão."

O ineditismo na abordagem difere a produção de uma série de obras inspiradas no caso. Algumas de destaque são "O Homem que Odiava as Mulheres", com Tony Curtis e Henry Fonda, e "Uma Face para Cada Crime", com George Segal, que adapta o romance homônimo de William Goldman. A música "Midnight Rambler", dos Rolling Stones, também é inspirada no caso. Todos foram lançados na mesma década em que os crimes ocorreram.

No longa de Ruskin, um thriller de aura elegante e sinistra, Keira Knightley interpreta McLaughlin, enquanto Carrie Coon faz o papel de Jean Cole, que se une à colega na tarefa, por ser mais experiente em investigações.

Mesmo em meio ao machismo do jornal, elas se tornaram pioneiras por mostrar similaridades ritualísticas dos 13 assassinatos e a inércia das instituições. No elenco também estão Chris Cooper, vencedor do Oscar, como o editor à frente do jornal, e Alessandro Nivola, como um investigador desiludido.

O diretor conta ter pesquisado o caso do estrangulador por um ano e lido todas as reportagens da dupla. "Conversei com os filhos delas, o que me permitiu entendê-las como pessoas", afirma. "Isso me deu uma boa ideia do impacto das reportagens na cidade e como foi ter superado o machismo em uma redação majoritariamente masculina."

Ruskin defende que seu filme é atual por reforçar que a desigualdade de gênero ainda custa muito às mulheres e até hoje permanecer um enigma a identidade do responsável pelas mortes —ou talvez seja mais de um.

Albert DeSalvo, vivido por David Dastmalchian, confessa ser o autor dos crimes, mas a polícia não encontrou evidências que pudessem corroborar a versão dele. Em 2013, DeSalvo foi ligado, via exame de DNA, a um dos assassinatos. "Ninguém foi condenado, então a história ainda tem várias zonas cinzentas e pontos de interrogação", afirma o diretor.

**O Estrangulador de Boston**
Estados Unidos, 2023. Direção: Matt Ruskin. Com: Keira Knightley, Carrie Coon e Chris Cooper. 16 anos. No Star+

Kiera Knightley em cena de 'O Estrangulador de Boston' Claire Folger/Divulgação

Andrea Riseborough em cena do filme 'Please Baby Plase', de Amanda Kramer Divulgação

# 'Please Baby Please' leva ator de 'Harry Potter' a sonho erótico queer e musical

Filme veste casal hétero com jaquetas de couro e os obriga a explorar novas fronteiras amorosas

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Um homem vestindo só samba-canção e um harness, que entrelaça seu peitoral com força, esfrega a virilha cheio de desejo numa televisão de tubo que dispara tons de azul, vermelho e amarelo para iluminar o resto da sala.

Nela, outros rapazes musculosos cobertos de suor e couro dançam como se estivessem num estado de transe, numa espécie de sonho erótico.

É como se as luzes, em sua efervescência, convidassem o espectador para dormir e participar do êxtase ao qual os personagens de "Please Baby Please" se entregam, enquanto adoram uma única mulher no meio da tela —mais como diva do que objeto de cobiça, já que a regra é estar no avesso da heteronormatividade.

Premiado no Outfest, um dos principais festivais de cinema queer do mundo, em Los Angeles, o filme de Amanda Kramer é difícil de enquadrar numa sinopse. Talvez a melhor delas seja a lista de influências que a cineasta seguiu.

A essência de "The Rocky Horror Picture Show" guia a narrativa de um casal padrão que descobre um mundo de tensão e tesão à sua volta, passando a questionar a cartilha de valores que lhe foi imposta.

"Pink Narcissus" oferece as cores saturadas que empurram os protagonistas rumo ao desejo. A arte homoerótica de "Tom of Finland", por sua vez, veste a gangue de motoqueiros que provoca a mudança, com suas calças apertadas e os torsos vazando da jaqueta entreaberta.

Contrariando expectativas, Kramer adicionou à receita uma pitada de um de seus filmes favoritos, longes da fonte LGBTQIA+, "Beetlejuice" ou "Os Fantasmas se Divertem". Com sua indecisão entre o horror e a diversão, a fantasia de Tim Burton contaminou "Please Baby Please" com roxos e um humor desvairado.

Ele se mostra em cenas como a que um tipo rebelde apoia o braço na cabine de um banheiro e, quase que em rodopios, chega perigosamente perto do rapaz certinho.

As entradas definidas do abdome escapam do cropped, convidando o outro para um passeio pelo mau caminho. E ele, sem jeito, só consegue dizer que o clarinete que apareceu mais cedo tocando infelizmente está quebrado. Uma pena para alguém com dedos tão ágeis, responde o bad boy.

"Please Baby Please" também é musical, mas sem os grandes espetáculos do gênero, problemático mas apaixonante, segundo a cineasta.

"A música fala com a nossa alma. Quando você vê isso num filme, é como se tivesse seu espírito elevado. É um botão de prazer. O filme pode ser qualquer outra coisa — se há música, há prazer", diz Kramer. "E os musicais ainda são ótimos objetos antropológicos. Nos ajudam a entender a cultura de uma época."

O longa está posicionado em algum lugar dos anos 1950, seus figurinos sugerem, mas não impõem. Quando a música cresce, é mais para aturdir do que para contar a história. "Please Baby Please" prefere a experiência letárgica à narrativa clássica.

"Quem te fez, um anjo ou um demônio?", pergunta o protagonista certinho, enfeitiçado pelo machão da jaqueta de couro. Mas ele poderia muito bem trocar as palavras por sonho ou pesadelo. Afinal, ainda não decidiu o que representa a saída do casulo monótono em que vivia, em direção a outras possibilidades no sexo.

É curioso que o personagem que traça esse caminho seja vivido por Harry Melling, ator que conheceu a fama ainda criança, como o primo mimado e detestável de Harry Potter nos filmes sobre o bruxinho. Aqui, ele é o perseguido da vez —por algo que não entende, mas que se mostra cada vez mais delicioso.

Se juntam a ele Andrea Riseborough, recém-saída da disputa pelo Oscar de melhor atriz, como a mulher firme e também abatida pelo desejo, e Karl Glusman, que já mostrou muito mais de seu corpo em outra fantasia erótica, "Love", catarse sexual de Gaspar Noé. Demi Moore ainda faz uma participação especial, mas não menos espalhafatosa.

**Please Baby Please**
EUA, 2022. Direção: Amanda Kramer. Com: Harry Melling, Karl Glusman e Demi Moore. 18 anos. Disponível na Mubi

# Seriado faz ode a pênis de 25 cm de Nacho Vidal

## Recheada de sexo, produção dedicada ao ator espanhol quer humanizar figuras que fazem parte da indústria pornô

**Leonardo Sanchez**

SÃO PAULO Besuntado, o torso reflete as luzes coloridas da boate, numa dança que dispara feixes em direção aos homens e mulheres que acompanham a performance de alta voltagem sexual.

Quase nu, Martiño Rivas rebola, passeia com as mãos pelo corpo e faz cara de mau, enfeitiçando boa parte dos personagens ao longo dos oito episódios de "Nacho".

Não é à toa. A nova série do Lionsgate+, parte de um esforço colossal do streaming para produzir tramas em língua espanhola, quer escandalizar o público com a história de um dos nomes mais buscados do submundo da internet, o bem-dotado astro da pornografia espanhola Nacho Vidal.

O ator, de 49 anos, é em seu país de origem uma celebridade, conhecida por aqueles que assistiam aos seus vídeos e também pelos conservadores. É uma espécie de Alexandre Frota espanhol, que não enveredou para a política, mas acumulou uma bagagem de polêmicas com direito até a acusação de homicídio culposo num ritual envolvendo um sapo venenoso.

"Estou em preparação para este trabalho desde os meus 11 ou 12 anos", diz Rivas, dando a ampla dimensão de Nacho Vidal na Espanha. "Quando criança, via alguns filmes dele, assim como a maioria dos meus amigos. Foi minha introdução ao mundo da pornografia, que muita gente consome, apesar da hipocrisia que ele desperta."

É na vida pregressa do astro, no entanto, que "Nacho" se concentra. O primeiro episódio começa narrando a infância e a adolescência embalada por drogas e álcool.

À noite, ele caçava mulheres em boates. De dia, ganhava dinheiro fazendo o que gosta, transando —no caso, com mulheres mais velhas e ricas.

Ele se alista, contra a vontade, e após a temporada no Exército engata um romance com uma moça que o convence a usar seu talento para enriquecer. O talento é um pênis não apenas longo, mas grosso, que chama atenção dos donos de uma boate de shows eróticos e, depois, de figurões da indústria de filmes adultos.

"Este é um sujeito que decidiu viver a vida no limite e que era muito magnético. Sua história é como a de Billy Elliot, só que em vez de contrariar expectativas e a vontade dos pais por querer dançar, ele queria transar", diz a produtora Teresa Fernández-Valdés.

Sua vontade era investigar as figuras por trás do pornô, uma indústria que movimenta milhões, é consumida em larga escala e ainda é pouco discutida por causa do enorme preconceito que a ronda.

Atuar em cenas quentes é como qualquer trabalho, ela afirma, contando ainda que teve dificuldade em ter o projeto aprovado, ao contrário de uma série anterior, sobre narcotráfico, este sim ilegal.

Apesar do discurso bonito e da busca por temas universalmente humanos, "Nacho" tem uma dose de sexo gigantesca. O episódio inaugural pode até causar ansiedade naquele espectador que só está ali em busca de algo além das manjadas sequências mecânicas de transa do streaming.

As mais variadas posições do Kama Sutra se alternam com peitos e bundas, onipresentes no cinema e na televisão, nunca mostrando o dito-cujo de Nacho Vidal, mencionado a toda hora.

Até que o finzinho do capítulo alcança o clímax com um avantajado pênis ereto ocupando toda a tela, delineado por uma luz branca e etérea que o torna objeto de adoração. E não é de borracha, como costuma acontecer em Hollywood. É do próprio astro, consultor criativo da série, que o emprestou para a cena.

Não é nudez gratuita, defende Fernández-Valdés, que teve que brigar muito para manter o momento de grande revelação na produção. Além de sentir necessidade de naturalizar o corpo masculino em uma indústria que explora o feminino, ela sabia que os 25 centímetros eram essenciais para compreender o protagonista.

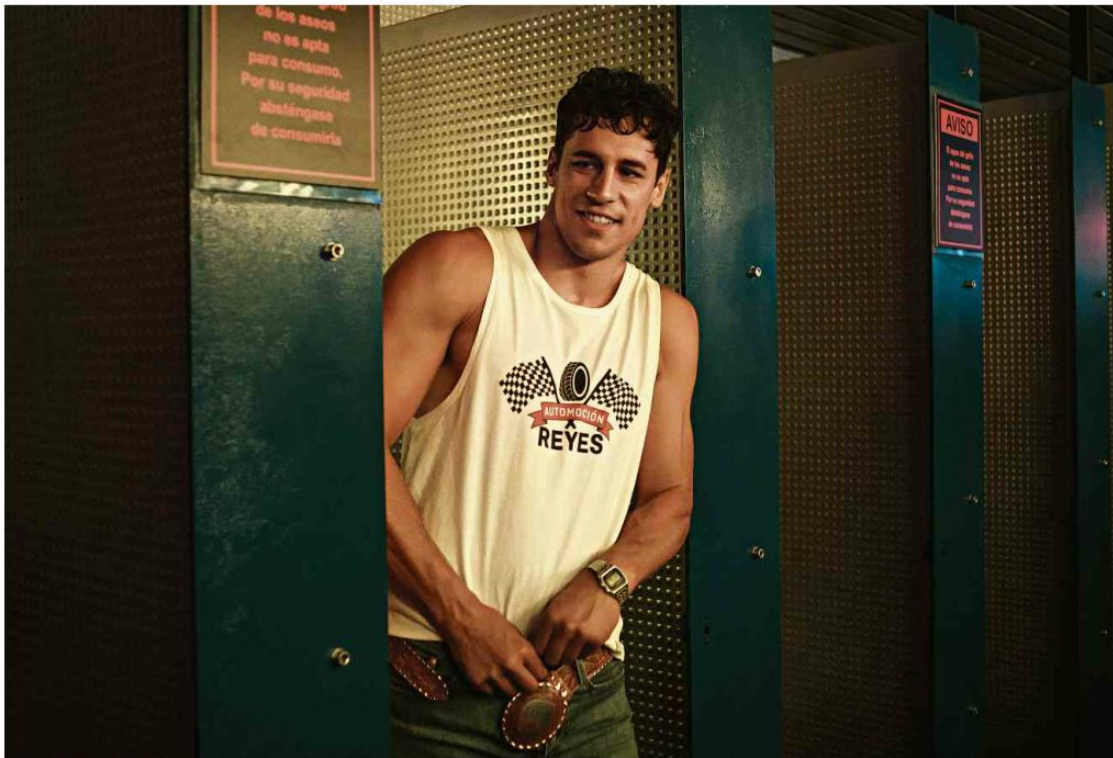
"Sua vida e sua fama são baseadas em seu pênis", afirma, emendando que nenhuma prótese ou dublê de corpo daria a dimensão correta.

Isso fica claro em cada frase do roteiro. "Enquanto sua família ia à igreja, ele encontrou seu próprio templo, onde era venerado como um ser superior", diz um narrador assim que Nacho Vidal começa a passar a noite transando com a namorada no palco de boate, enlouquecida a cada arrancada de cueca.

No imenso mar de plataformas oferecendo assinaturas aos espectadores hoje em dia, é neste tipo de conteúdo mais adulto que o Lionsgate+, antigo Starzplay, tem investido.

"Nacho" encontra ecos em "P-Valley", sucesso de crítica sobre o mundo do strip-tease, e em outros títulos para maiores do streaming, que vão do crime às drogas.

No que depender da grande capacidade da nova série de criar momentos polêmicos, não será problema se destacar. Sexo vende, como a carreira de Nacho Vidal provou.

**Nacho**
Espanha, 2022. Criação: Ramón Campos, Teresa Fernández-Valdés e Gema R. Neira. Com: Martiño Rivas, María de Nati e Andrés Velencoso. 18 anos. Disponível no Lionsgate+

Martiño Rivas como Nacho Vidal em cena de 'Nacho' Manuel Fernandez-Valdes/Divulgação

# Filme sobre o Pornhub tem falatório demais e sexo de menos

**STREAMING**
**Pornhub: Sexo Milionário**
★★☆☆☆
EUA, 2023. Direção: Suzanne Hillinger. Disponível na Netflix

**Teté Ribeiro**

Um pouco de honestidade não faz mal para ninguém —com moderação, sempre com moderação. Isso dito, vamos lá: por que a gente está tão obcecada por true crime?

O que a gente quer quando decide assistir a um programa que promete —ou ameaça?— mostrar todos os detalhes dos piores crimes praticados por um assassino canibal, dois adjetivos que costumam causar horror e repulsa?

É por sede de justiça? Para ver as instituições funcionando? Ou porque lembrar que um ser da mesma espécie que a nossa, um contemporâneo, é capaz de atos que a gente julga impossíveis de cometer, mas no fundo, no fundo, não tem 100% de certeza?

Não tenho a resposta. Mas a dúvida ficou martelando durante os 94 minutos do documentário "Pornhub: Sexo Bilionário", lançado com imensa expectativa e que a Netflix impediu que os jornalistas assistissem antes do lançamento.

O documentário é proibido para menores de 18 anos, portanto tirem as crianças da sala que o bicho vai pegar. É esta a promessa e ameaça, não? Mas não é isso que entrega.

Há várias entrevistas com atrizes, atores e influenciadores pornôs, e até uma ou outra cena ilustrando como é o trabalho deles na internet. Mas o grosso do filme —e agora as palavras parecem com duplo sentido— é falação sem fim.

São acusadores, defensores, advogados, leituras de trechos de processos e reproduções de audiências online que aconteceram durante a pandemia de Covid. Honestamente, e aqui sem nenhuma moderação, nada mais brochante do que isso.

A história é ótima, mas complicada para ser contada em uma hora e meia. Vou tentar em algumas frases: o Pornhub é um site canadense, braço da empresa MindGeek, criado em 2007 para compartilhamento de vídeos pornográficos, com abordagem pop.

Em vez de se ancorar na discrição, como acontece com quase tudo que tem a ver com sexo, o Pornhub comprava anúncios em telões gigantes e iluminados na Times Square, em Nova York. Convidava celebridades para dirigir vídeos, fazia campanhas pela proteção dos pandas, espécie ameaçada de extinção. Era o blockbuster da putaria.

Em 2020, no entanto, uma matéria do jornal New York Times que relatava inúmeros incidentes envolvendo menores de idade e cenas de sexo gravadas —e feitas— sem consentimento fez com que as principais operadoras de cartões de créditos cortassem seus serviços para o site.

O Pornhub removeu quase 10 milhões de vídeos considerados problemáticos. No ano seguinte, a casa de um dos três proprietários do site, o empresário Feras Antoon, avaliada em R$ 86 milhões, que estava quase pronta em um bairro sofisticado de Montreal, no Canadá, foi destruída em um incêndio considerado criminoso.

No documentário, os operários da indústria pornô, ou seja, aqueles que ganham a vida atuando em filmes, vídeos ou fotos pornográficas, declaram que essa confusão toda só serviu para tirar o ganha pão seguro que eles tinham quando se libertaram da indústria de filmes adultos e viraram seus próprios empresários, produtores e marqueteiros.

E que os criminosos mesmo, pessoas envolvidas em tráfico de menores de idade, facilitadores de prostituição infantil e estupradores, continuam existindo, mas agora estão muito mais difíceis de ser encontrados.

Do lado dos acusadores, a crítica mais contundente é que os donos do negócio enriqueceram sem dar importância para as diversas reclamações que receberam de pessoas que tiveram a intimidade, ou crimes cometidos enquanto estavam inconscientes, divulgadas de graça.

É complexo mesmo. Enquanto cenas amadoras, e muitas vezes criminosas, eram acessáveis de graça e à revelia de participantes, o trabalho de profissionais do sexo, adultos que sabiam e gostavam do que estavam fazendo, era bem remunerado e suas vidas menos inseguras do que quando trabalhavam para produtores de vídeos.

Para ir a fundo mesmo no assunto, destrinchar a dependência recíproca e as relações de causa e consequência entre a internet e a sexualidade humana, seria preciso examinar filosoficamente as entranhas da nossa natureza.

Ainda que a intenção da documentarista Suzanne Hillinger fosse bem mais singela, para contar a história de um site que dominou o seu ramo no mercado, mas sofreu um baque no meio do caminho, o sexo entra no meio e atrapalha —ou melhora— tudo. Seja como for, é uma distração poderosa demais para ser tratada apenas como tal.

E não é como se o futuro de todas as espécies animais do planeta não dependa disso.

# Bolsonaro passou pela alfândega

## Ex-presidente explica por que voltou

**Renato Terra**
Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu o documentário 'Uma Noite em 67'

*Jair Bolsonaro voltou ao Brasil sem problemas com a alfândega.*

*"Ele voltou sem joias, sem faixa presidencial, sem cartão corporativo, sem cloroquina, sem provas de fraudes, sem visto de permanência nos Estados Unidos, sem minuta golpista e sem emprego. A mala estava vazia e demos sinal verde", explicou o agente de Polícia Federal, que pediu para seu nome permanecer em anos em sigilo.*

*Em seguida, o agente ergueu a identidade, com nome: Alaôr Petrúcio Alberto Ferradurinha.*

*Sem receber a escolta de Carla Zambelli, sem os áudios de Adriano da Nóbrega e sem comprar chocolates Kopenhagen no Free Shop, o ex-presidente resolveu declarar o que veio fazer no Brasil.*

*"Tô sem saco, porra. O mundo tá muito chato. Só se fala em 'arcabouço fiscal', 'autonomia do Banco Central', 'impasse legislativo', 'taxa de juro consignado'. Puta que pariu, troço insuportável, viramos um cartório falante. Passamos um carnaval sem golden shower? O safado do Lula se vacina em público, diante de nossas crianças! Onde vamos parar?"*

*Em seguida, ao notar que estava sem uma balinha de menta, Bolsonaro tossiu. Mas logo recuperou sua fala.*

*"Venho liderar a oposição para trazermos os debates que de fato importam para o país."*

*Foi neste momento que entregou pen drives com uma apresentação dos assuntos importantes que busca destacar.*

*Arca Bolsa Chanel: "Denúncia! Tenho provas de que os mesmos artistas comunistas abocanharam um caminhão de dinheiro público para comprar bolsas de luxo. A própria ministra Margareth ficou cantando: 'Eu falei que é Dioooo-or! Eeeesse é Dior! Esse é Dior! É Prada, Prada, Prada, Prada, Fendi, Hermês'. E pior: sem passar pela alfândega! Canalhas!"*

*Autonomia do Primeiro Comando da Capital: "Campos Neto é cortina de fumaça, porra. Lula quer dar autonomia pro PCC invadir o nosso apartamento junto com Guilherme Boulos, George Soros e Pabllo Vittar. E, se a gente der mole, os invasores acabam instalando placas de energia solar na nossa propriedade. Hipócritas!"*

*Dízimo consignado: incentivado por sua base de apoio, Bolsonaro pretende apresentar à sociedade a proposta de abater o dízimo direto do pagamento. Nesse caso, a imensa base de pastores já se comprometeu a adotar teto de 9%.*

*No fim da tarde, Bolsonaro se emocionou. Mas, ao consultar os bolsos, notou que estava sem lenço e sem documento.*

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

# É HOJE EM CASA

**Tony Goes**
tonygoes@uol.com.br

## De volta à Globo, Ernesto Paglia faz série especial do Globo Repórter

**Globo Repórter**
Globo, 23h15, livre

Depois de quase 44 anos, o jornalista Ernesto Paglia deixou a Globo no final de 2022. Mas ele está de volta à antiga casa para apresentar um especial sobre tecnologia, o primeiro de cinco episódios em comemoração aos 50 anos do programa "Globo Repórter".

Paglia recria a primeira ligação por celular da história, que também completa meio século, e pede definição do programa ao ChatGPT.

**Uma Noite Sem Saber Nada**
Filmicca, 14 anos

Premiado em Cannes, o documentário de Payal Kapadia mistura fato e ficção para retratar as mudanças da Índia contemporânea, a partir do ponto de vista de uma universitária.

**Vício Perfeito**
Amazon Prime Video, 16 anos

Uma treinadora de MMA namora um lutador, mas ele trai a parceira com a irmã mais nova dela. Para se vingar do ex-namorado, a lutadora vai trabalhar com o arquirrival dele, que também é um lutador.

**Kill Boksoon**
Netflix, 16 anos

Para melhorar seu relacionamento com a filha adolescente, uma matadora de aluguel decide se aposentar. Mas sua última missão se revela mais complicada do que o esperado. Thriller sul-coreano, dirigido por Byung Sung-hyun.

**Um Pacto de Amizade**
Disney+, 10 anos

Uma estudante disposta a entrar na Universidade de Harvard começa a dar aulas particulares para um rapaz que ela detesta, porque o pai dele é influente na universidade.

**Educação e Culturas Indígenas**
YouTube do Museu da Língua Portuguesa, 19h30

O professor e ativista indígena André Baniwa, a professora e artesã Cristine Takuá e a professora Giovana de Cássia Ramos Fanelli debatem como inserir a cultura dos povos originários no ensino formal do Brasil.

**O Poderoso Chefão**
SBT, 23h15, 14 anos

A segunda parta da saga da família mafiosa Corleone ganhou seis prêmios Oscar em 1975, inclusive o de melhor filme, diretor para Francis Ford Coppola e ator coadjuvante para Robert De Niro.

# QUADRINHOS

**Piratas do Tietê** *Laerte*

**Daiquiri** *Caco Galhardo*

**Níquel Náusea** *Fernando Gonsales*

**Não Há Nada Acontecendo** *André Dahmer*

**Viver Dói** *Fabiane Langona*

**Péssimas Influências** *Estela May*

**Vida Besta** *Galvão Bertazzi*

# SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 6 | 7 | | | 5 | | | |
| | 5 | | | | | | 2 | 6 |
| | | | | 8 | | | 9 | |
| 2 | | | 5 | | 4 | 3 | 6 | |
| | | | | | | | | |
| | 3 | 5 | 2 | | 6 | | | 1 |
| | 2 | | | 9 | | | | |
| 7 | 9 | | | | | | 1 | |
| | | | 8 | | | 6 | 7 | |

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 6 | 7 | 3 | 2 | 5 | 1 | 4 | 8 |
| 8 | 5 | 3 | 1 | 4 | 9 | 7 | 2 | 6 |
| 1 | 4 | 2 | 6 | 8 | 7 | 5 | 9 | 3 |
| 2 | 8 | 9 | 5 | 1 | 4 | 3 | 6 | 7 |
| 6 | 7 | 1 | 9 | 3 | 8 | 4 | 5 | 2 |
| 4 | 3 | 5 | 2 | 7 | 6 | 9 | 8 | 1 |
| 5 | 2 | 6 | 7 | 9 | 1 | 8 | 3 | 4 |
| 7 | 9 | 8 | 4 | 6 | 3 | 2 | 1 | 5 |
| 3 | 1 | 4 | 8 | 5 | 2 | 6 | 7 | 9 |

# CRUZADAS

**HORIZONTAIS**

**1.** Um mamífero como o boto ou a beluga **2.** O sambista Barbosa (1910-1982) **3.** O ator Camilo, de "Carandiru" / (Fís.) Abreviatura de condições normais de temperatura e pressão **4.** Elemento de composição: meio ambiente, habitat / Mesa, aparador ou armário **5.** Grande cacto do NE, da caatinga **6.** Ouros, paus, copas e espadas **7.** Relativo ao lado do corpo onde estão as vértebras / Gene Hackman, ator de "Mississipi em Chamas" **8.** O prédio onde são realizadas as missas **9.** Lisa / Lamúrias, queixas **10.** Esticado / Prefixo: oposição **11.** Em música, mi menor / Largar **12.** Uma publicação como a "Vogue" **13.** Secreção de mucosa inflamada.

**VERTICAIS**

**1.** Variedade de feijoeiro, cujos frutos, tenros e com sementes pequenas, são usados cozidos na alimentação humana / (Zool.) Que tem duas asas ou apêndices semelhantes a duas asas **2.** O membro mais velho de uma academia, de uma corporação ou de uma profissão / Órgão de direção de barcos **3.** As artérias, direita e esquerda, responsáveis pela oxigenação cardíaca / Vinícius Cantuária, cantor e compositor de "Lua e Estrela" **4.** Prefixo: vinho / Dificuldade para interpretar corretamente coisas e fatos **5.** O titânio, para os químicos / Peixe fluvial, de carne apreciada / Em pintura, abreviatura de Óleo Sobre Tela **6.** Hérnia da porção final do tubo digestivo / O final feliz de uma internação hospitalar **7.** (Ingl.) Tela de pintura / Comer a refeição da noite **8.** Uma tecla muito utilizada pelo usuário de computadores / Pequeno instrumento musical de sopro **9.** Tecido aveludado, muito macio / Um pão redondo e achatado.

**HORIZONTAIS: 1.** Cetáceo, **2.** Adoniran, **3.** Gero, CNTP, **4.** Eco, Móvel, **5.** Mandacaru, **6.** Naipes, **7.** Dorsal, GH, **8.** Igreja, **9.** Plana, Ais, **10.** Teso, Anti, **11.** Em, Soltar, **12.** Revista, **13.** Catarro. **VERTICAIS: 1.** Vagem, Díptero, **2.** Decano, Leme, **3.** Coronárias, VC, **4.** Eno, Disgnosia, **5.** Ti, Mapará, OST, **6.** Arcocele, Alta, **7.** Canvas, Jantar, **8.** Enter, Gaita, **9.** Plush, Sírio.

Aline Souza

# Regulação das redes sociais

A internet não deve nem pode ser terra de ninguém

**Djamila Ribeiro**
Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

*A distância, acompanhei com coração apertado as notícias do ataque por um aluno da Escola Estadual Thomazia Montoro, que feriu cinco pessoas e matou a professora Elisabeth Tenreiro Moraes Barros.*

*A professora Elisabeth, conhecida carinhosamente como professora Beth, ou Betinha, era uma educadora querida por seus colegas de trabalho, alunos e alunas que tinham por ela respeito e admiração. Contava também com o amor da comunidade carnavalesca Tom Maior, que chora a partida de uma das mais velhas.*

*Prestou concurso e se tornou professora aos 60 anos, deixando a lição eternizada na voz de Milton Nascimento: "Os sonhos não envelhecem".*

*Era uma missão, disse uma de suas filhas. Deixa saudades em seus três filhos e quatro netos, a quem deixava inúmeras mensagens de carinho em sua rede social, em meio a outras mensagens de incentivo à vacinação contra a Covid-19.*

*Minha homenagem e solidariedade à sua família e a pessoas queridas. Ficam as saudades, mas também o legado de Beth da vida em alegria, da defesa da ciência e do amor pela educação.*

*Segundo noticiou Marie Declercq e Luis Adorno em reportagem publicada no TAB, do UOL, o atentado foi anunciado e estimulado em comunidades do Twitter, TikTok e Discord.*

*O adolescente estava em grupos de adoração a ataques violentos a escolas e postou o que faria no dia seguinte. Uma semana antes do ataque, o mesmo jovem proferiu ofensas racistas a um colega, sendo repreendido por uma professora.*

*São circunstâncias anteriores à tragédia que nos leva à reflexão e a um necessário debate. Quem me acompanha nesta coluna sabe como são recorrentes textos sobre os perigos da falta de regulação das empresas de redes sociais, que concentram discursos de ódio sem responsabilizar-se sobre as consequências.*

*O pior é que identificamos como o racismo e a misoginia são discursos lucrativos para essas corporações.*

*Em 2020, em conjunto com organizações do movimento negro, ingressei com uma representação do Ministério Público Federal, requerendo providências contra a exploração econômica do racismo e misoginia por essas empresas.*

*Infelizmente, três anos depois, pouco foi feito por aqueles que deveriam representar-nos nos tribunais brasileiros, mas vimos, com satisfação, o crescimento do debate pela regulamentação das atividades.*

*As crianças e adolescentes da sociedade brasileira precisam de tutela. Se até os dezoito anos não podem exercer uma série de atividades, como admitir que uma completa negligência para criação de uma conta e seu uso na rede social?*

*As redes sociais são infestadas de jogos e mecanismos para manter a criança e adolescente online. Um ambiente pretensamente jovem, hipnotizante que ilude os "consumidores", os quais não são avisados sobre os riscos da relação.*

*Defendemos que adultos devem ser constantemente alvos de campanhas de conscientização. Agora, em relação a crianças e adolescentes, a desproteção é uma covardia. São seres humanos em desenvolvimento expostos a um ambiente de discurso de ódio contra populações vulnerabilizadas e expostas, em muitos casos, como alvos desses mesmos discursos. Não podemos mais admitir isso.*

*Conforme apontam inúmeras pesquisas — e aqui destaco a obra "Discurso de Ódio nas Redes Sociais", do professor Luiz Valério Trindade—, a maioria dos "ataques digitais" são direcionados a mulheres negras. Também são direcionados a pessoas negras e mulheres em geral, pessoas LGBT+, entre outras identidades.*

*As consequências na vida das pessoas transcendem o que seria um mero "tweet" nas mãos de um adolescente desorientado. Há dois anos, pessoas se reuniram para gritar e intimidar funcionários na porta de um hospital em Recife, para intimidar uma menina negra vítima de estupro por um membro de sua família.*

*Os dados da criança foram divulgados nas redes sociais por dias, inclusive nos mais comentados do Twitter, até ser determinada a retirada das publicações por decisão judicial.*

*Este é um caso sobre o qual já escrevi nesta* **Folha** *várias vezes, mas a verdade é que poderíamos listar outros casos problemáticos advindos da desregulação da atividade dessas empresa todos os dias.*

*O que coloco para reflexão é que a internet não deve nem pode ser terra de ninguém. É preciso que o Estado regule as atividades dessas empresas que lucram bilhões todos os anos e, de forma conveniente, não se responsabilizam pelo antro de ódio que vem sendo fomentado nesses espaços.*

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | **SÁB. Mario Sergio Conti**

Simulação da fachada do pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza Gabriela de Matos e Paulo Tavares/Divulgação

# Bienal de Arquitetura vê Brasil questionar projeto de Brasília

Pavilhão do país em Veneza propõe olhar para estruturas indígenas e negras

**João Perassolo**

SÃO PAULO Brasília não foi construída no meio do nada. Os sinuosos edifícios brancos de Oscar Niemeyer subiram em território de quilombolas e indígenas, povos que acabaram expulsos pela imposição da cidade modernista.

A tese de que a capital do Brasil é fruto de um processo de colonização territorial é o ponto de partida para o projeto que vai ocupar o pavilhão brasileiro na próxima Bienal de Arquitetura de Veneza, que abre para o público em 20 de maio.

Ao questionarem o projeto da cidade do futuro no cerrado, os arquitetos e curadores do pavilhão, Gabriela de Matos e Paulo Tavares, propõem um olhar para o que chamam de arquiteturas ancestrais, as que são feitas por comunidades afrobrasileiras e indígenas.

Embora ambas tenham presença marcante no panorama do país, eram até pouco tempo invisibilizadas dentro do que se entende como arquitetura brasileira, afirma Matos.

O pavilhão será dividido em duas salas. A primeira, "Descolonizando o Cânone", problematiza a história oficial de Brasília com uma seleção de fotos de arquivo organizada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, um vídeo da cineasta Juliana Vicente e a exposição de dois mapas, um comissionado para a mostra, "Brasília Quilombola", e outro dos anos 1940 usado pelos povos indígenas para a reivindicação de direitos territoriais.

A segunda galeria reflete sobre o papel da terra na arquitetura brasileira. Os curadores defendem que o solo é o elemento comum nos terreiros das religiões com matriz africana e estruturas indígenas.

Tanto em uma estrutura quanto em outra, "a natureza é parte, não apartada", diz Matos. "Isso passa pela organização do espaço, por causar o menor dano possível no entorno e também pelo sistema construtivo que é utilizado."

Nesta galeria serão mostrados terreiros de Salvador e um vídeo do artista Ayrson Heráclito sobre edifícios na capital baiana ligados à história da escravidão, construções que dialogam com o tema desta 18ª bienal, que versa sobre descolonização e descarbonização na arquitetura do amanhã.

Os curadores resolveram estender sua discussão para a própria edificação do pavilhão brasileiro, localizado no Giardini. O piso será todo coberto por terra e a fachada vai receber gradis com o símbolo africano do sankofa —um pássaro que olha para trás antes de projetar o futuro—, ornamento comum em portões de casas brasileiras. A proposta tem caráter de reparação e está conectada com o pós-Black Lives Matter, de acordo com Tavares, o curador.

A bienal deste ano dá papel central à África. Dos 89 participantes da mostra principal, mais da metade tem origem em países do continente ou vem da diáspora africana.

A exposição, organizada pela acadêmica e arquiteta ganense-escocesa Lesley Lokko, gira em torno da diversidade e da inclusão de vozes marginalizadas na arquitetura e debate o que seria um futuro com cada vez menos carbono.

Segundo Lokko, a ideia é usar exemplos da África para pensar o que acontece no mundo todo. "[A África é] o continente com a população mais jovem do mundo, a urbanização mais rápida, crescendo a uma taxa de quatro por cento ao ano, muitas vezes às custas dos ecossistemas locais —portanto, também estamos na vanguarda das mudanças climáticas", diz.

# Flip 2023 atrasa definição de data e curadoria, e mês de julho já é descartado

**Walter Porto**

SÃO PAULO A Flip, Festa Literária Internacional de Paraty, ainda não bateu o martelo em relação a quando será sua edição deste ano, ainda que a prefeitura da cidade fluminense onde a festa literária acontece mantenha em seu site há meses que o evento terá lugar em julho.

O festival tradicionalmente ocorria na metade do ano, mas a edição de 2023 não seguirá esta regra, do mesmo modo que a anterior. A organização da Flip trabalha oficialmente com uma data entre setembro e dezembro.

Alguns fatores colaboraram para atrapalhar esta definição. Primeiro, a Flip de 2022 aconteceu no inusitado mês de novembro, numa edição extemporânea atrasada pela Covid após dois anos de encontros virtuais.

Naquela altura, o diretor artístico do festival literário, Mauro Munhoz, já dizia que não havia intenção de repetir a festa naquele período do ano. Segundo ele, firmar a data ao redor de julho era algo benéfico à indústria do turismo e ao comércio local.

Já então Munhoz afirmava preferir uma data em setembro para a edição que ocorreria em 2023. O calendário, porém, traz uma dificuldade. A Bienal do Livro do Rio de Janeiro, o mais massivo evento literário do ano no país, acontece nos dez primeiros dias daquele mês.

Fato é que a tomada da decisão está atrasada. Para usar de exemplo a última Flip antes da bagunça provocada pela pandemia, o mercado e os leitores já sabiam com ao menos dez meses de antecedência que a festa de 2019 aconteceria entre os dias 10 e 14 de julho.

Se o festival deste ano acontecer na data limite de dezembro e isso for divulgado agora, serão menos de nove meses de adiantamento. Também não há sinal do anúncio de curadoria ou autor homenageado —algo que, na edição de 2019, também se sabia mais de oito meses antes.

Outro fator central para retardar a decisão foram as mudanças na Lei Rouanet, desorganizada na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. A captação de recursos para a edição presencial de 2022 já foi atrapalhada por problemas com a norma, segundo a organização da festa.

A Flip tentou se adiantar para fazer a festa mais cedo este ano, mas o plano anual apresentado pelo festival ao governo, ainda no começo do ano passado, não foi aprovado a tempo. Isso dificultou que patrocinadores pudessem oficializar detalhes de suas contribuições à festa no último ano fiscal.

As mudanças apresentadas pelo Ministério da Cultura do governo Lula na semana passada levaram a Flip a revisar o processo de captação, o que a fez voltar alguns passos no tabuleiro.

A antecedência mais curta na divulgação de datas e temas da Flip torna mais desafiador que o festival consiga fechar com grandes nomes internacionais, por exemplo, e encarece a hospedagem em Paraty para profissionais que costumam comparecer todos os anos.

Para aliviar os problemas de comunicação, o festival acaba de criar o canal Flip-se Hospitalidade, em que interessados podem tirar dúvidas e receber informações através do email hospitalidade@flip.org.br

guiafolha

RZA, integrante do grupo de hip-hop Wu-Tang Clan, que faz show em São Paulo em abril Juan Pablo Pino/AFP

# Mês de abril em SP terá shows de Wu-Tang Clan, Kiss e Badsista

## Deep Purple, Scorpions, Alceu Valença, Joelma e Ana Castela fazem parte de escalação musical eclética da cidade

Laura Lewer

SÃO PAULO A agenda musical da cidade de São Paulo está carregada no mês de abril. Entre os destaques internacionais, vale citar a vinda ao Brasil do grupo de hip-hop americano Wu-Tang Clan e o festival Monsters of Rock, com shows de Kiss e Deep Purple.

Mas a programação nacional não fica para trás. Tocam ao longo do mês o rapper Emicida, o cantor Ednardo, importante nome da música cearense que revisita gravações de cinco décadas atrás, e revelações mais recentes, além da DJ e cantora Badsista.

Veja a programação a seguir.

**Alceu Valença e Falamansa**
Duas atrações tocam na mesma noite —Alceu Valença, com seu show "Forró Lunar", e o grupo Falamansa, que canta sucessos do gênero como "Xote da Alegria" e "Rindo à Toa".
Espaço Unimed - r. Tagipuru, 795, Barra Funda, região oeste, Instagram @espacounimed. Qui. (20), às 23h. A partir de R$ 140 em Tickets4Fun

**Alulu Paranhos**
Num casarão do Bexiga, a carioca mostra seu repertório tropical com influências da música dos anos 2000 presente em "Alulu", do ano passado.
Odette - r. Rui Barbosa, 663, Bexiga, região central, @odette.casa. Sex. (1º), às 19h. A partir de R$ 60 em Sympla

A DJ e cantora Badsista Pedro Pinho/Divulgação

O rapper Emicida Adriano Vizoni/Folhapress

Vic Fuentes, do grupo Pierce the Veil Matt Winkelmeyer/AFP

**Ana Castela**
Integrante do agronejo, braço do sertanejo com elementos de funk e pop, a cantora toca faixas como "Roça em Mim".
Villa Country - av. Francisco Matarazzo, 774, Água Branca, Instagram @villacountry. Noite de qui. (20) para sex. (21), à 0h30. A partir de R$ 60 em Ticket360

**Badsista**
A DJ e cantora apresenta "Gueto Elegance", seu primeiro disco solo, lançado em 2021. Pessoas trans e não binárias têm entrada gratuita no evento.
Casa Natura Musical - r. Artur de Azevedo, 2.134, Pinheiros, Instagram @casanaturamusical. Sáb. (15), às 22h. A partir de R$ 40 em Sympla

**Boogarins**
A banda de rock psicodélico apresenta músicas de álbuns como "Manual", de 2015, e "Lá Vem a Morte", de 2017.
Cine Joia - Pça. Carlos Gomes, 82, Liberdade, região central, @cine_joia. Sáb. (1º/4), às 24h. A partir de R$ 80 em Eventim

**Cymande e Yazmin Lacey**
A banda britânica de funk faz show numa noite que ainda tem apresentação da britânica Yazmin Lacey, que tem música regada a jazz e soul.
Audio - Av. Francisco Matarazzo, 694, Água Branca, região oeste, Instagram @audio. Qui. (13), às 21h. A partir de R$ 300 em Tickets360

**Ednardo**
O cantor cearense comemora os 51 anos da criação de "Sarau Vox 72" —lançado em 2022 com gravações feitas há cinco décadas em Fortaleza. Zeca Baleiro participa dos shows.
Sesc Belenzinho - r. Padre Adelino, 1.000, Belenzinho, Instagram @sescbelenzinho. Sáb. (1º), às 21h e dom. (2), às 18h. A partir de R$ 12 em Sesc

**Emicida**
O rapper segue com sua turnê baseada no álbum de sucesso "AmarElo", lançado em 2019 com participações de artistas como Pabllo Vittar, Zeca Pagodinho e Dona Onete.
Sesc Pompeia - r. Clélia, 93 - Água Branca, região oeste, @sescpompeia. Sex. (14) e sáb. (15), às 21h30 e dom. (16) às 18h30. A partir de R$ 15 em Sesc (venda online a partir de 4/4)

**Inimigos da HP e Jeito Moleque**
Dois nomes do pagode dividem o palco na apresentação, que traz sucessos do fim dos anos 1990 —é o caso de "Para Tudo" e "Toca um Samba Aí".
Tokio Marine Hall - r. Bragança Paulista, 1.281, Chácara Santo Antônio, região sul, @tokiomarinehall. Sex. (28), às 22h30. A partir de R$ 200 em Tokio Marine Hall

**Joelma**
Um dos maiores nomes da música paraense grava seu DVD "Isso É Calypso Tour Brasil" e desfila sucessos de sua antiga banda e também da carreira solo.
Centro de Tradições Nordestinas - r. Jacofer, 615, Limão, região norte, Instagram @ctnsp. Sex. (14), às 20h. A partir de R$ 80 em Ticket 360

**Monsters of Rock**
A sétima edição do evento faz os roqueiros acordarem cedo —já às 11h30 começam shows de nomes como Kiss, Scorpions, Deep Purple e Helloween.
Allianz Parque - av. Francisco Matarazzo, 1.705, Água Branca, região oeste, Instagram @allianzparque. Sáb. (22), às 11h30. A partir de R$ 780 em Eventim

**Pierce the Veil**
O grupo de post-hardcore chega ao Brasil com a turnê do trabalho "The Jaws of Life", lançado há pouco mais de um mês, mas também toca faixas de discos como "Collide with the Sky", de 2012.
Audio - Av. Francisco Matarazzo, 694, Água Branca, região oeste, Instagram @audio. Dom. (9), às 18h. A partir de R$ 230 em Clube do Ingresso

**Rachel Reis**
A artista que fez sucesso no ano passado com seu disco de estreia, "Meu Esquema", de sonoridade pop e tropical, toca também faixas do EP "Encosta", de 2021, e covers de nomes como Olodum e Alcione.
Casa Natura Musical - r. Artur de Azevedo, 2.134, Pinheiros, região oeste, Instagram @casanaturamusical. Sex. (28), às 22h. A partir de R$ 100 em Sympla

**Wu-Tang Clan**
A banda de hip-hop conhecida por ser a maior do gênero toca no Brasil e é precedida por apresentações de Planet Hemp, BK e Tasha & Tracie.
Arena Open Air - r. Tagipuru, 795, Barra Funda, região oeste, Instagram @espacounimed. Dom. (2), às 16h. A partir de R$ 440 em Eventim

**Zaz**
A famosa cantora francesa toca setlist que inclui canções seu disco recente, "Isa", de 2021—um resultado do período de isolamento pandêmico.
Espaço Unimed - r. Tagipuru, 795, Barra Funda, região oeste, Instagram @espacounimed. Sex. (14), às 22h. A partir de R$ 320 em Tickets4Fun

## Coala Festival terá BaianaSystem, Novos Baianos e Olodum

SÃO PAULO O Coala Festival fará a sua próxima edição entre os dias 15 e 17 de setembro, em São Paulo e anunciou nesta quinta-feira (29) os primeiros nomes do lineup.

No Memorial da América Latina toca o projeto Olodum-Baiana, uma união entre o grupo percussivo de Salvador e o BaianaSystem—o show estreia em São Paulo no festival.

A outra novidade é a reunião entre Baby do Brasil, Pepeu Gomes e Paulinho Boca de Cantor, feita para o Coala, que celebra os 50 anos da criação dos Novos Baianos, grupo de que fizeram parte.

Os ingressos para o Coala Festival custam a partir de R$ 240 e podem ser comprados pelo site Total Acesso (totalacesso.com).

## ESTREIAS DE TEATRO

**Até Quando Você Cabe em Mim?**
O espetáculo reflete sobre as angústias da maternidade.
Direção: Juliana Sanches. Com: Lídia Engelberg e Thiene Okumura. Teatro Sérgio Cardoso - r. Rui Barbosa, 153, Bela Vista. 14 anos. Sex. a dom., às 19h. 31/3 a 16/4. R$ 20, em sympla.com.br

**Uma Cinderela de Ritmo Frenético**
Uma dupla de atores representa os 11 personagens da peça, que segue a história original do clássico infantil.
Oficina Cultural Oswald de Andrade - r. Três Rios, 363, Bom Retiro, região central. Livre. Sáb., às 12h e às 15h. De 1º/4 a 27/5. Grátis

**Os Coveiros**
A leitura dramática traz a conversa entre um coveiro e o administrador do cemitério.
Direção: Eugênia Thereza de Andrade. Com: Fernando Paz e Iuri Saraiva. Sesc 24 de Maio - r. 24 de Maio, 109, República, região central. 12 anos. Ter. (4), às 19h. Grátis, em sescsp.org.br

**De Perto Ninguém É Normal**
Uma companhia de teatro vai estrear sua peça sem ter feito nenhum ensaio geral.
Direção: Gustavo Paso. Com: Milhem Cortaz, Luciana Fávero. Sesi - av. Paulista, 1.313, Bela Vista. 10 anos. Qui. a sáb., às 20h, dom., às 19h. De 1º/4 a 2/7. Grátis, em sesisp.org.br

**Gargalhada Selvagem**
Dois desconhecidos esbarram no mercado e passam a habitar os sonhos um do outro.
Direção: Guilherme Weber. Com: Alexandra Richter e Rodrigo Fagundes. Teatro Porto - al. Barão de Piracicaba, 740, Campos Elíseos. 14 anos. Sex. e sáb., às 20h, dom., às 17h. Até 28/5. A partir de R$ 50, em sympla.com.br

**Lá Vem Ela**
O espetáculo de dança presta uma homenagem a Rita Lee.
Direção: Jussara Setenta e Ana Paula Bouzas. Com: Ana Brandão e Luana Fulô. Teatro Unimed - al. Santos, 2.159, Jardins. Livre. Sex. e sáb., às 20h, dom., às 18h. Até 30/4. A partir de R$ 80, em sympla.com.br

**Mulheres que Nascem com os Filhos**
A trama acompanha a história de duas mães após o parto.
Direção: Rita Elmôr. Com: Samara Felippo e Caroline Figueiredo. Teatro MorumbiShopping - av. Roque Petroni Jr., 1.089. 12 anos. Sex. (31) e sáb. (1º), às 20h, dom. (2), às 19h. R$ 80, em teatromorumbishopping.com.br

**Querem Nos Enterrar, Mas Somos Sementes!**
A reestreia acompanha pais que perdem filhos. Um é morto pela polícia e a outra é vítima de tráfico internacional.
Direção: Camila Andrade. Com: Julieta Guimarães e Gleicy. Casa de Cultura da Brasilândia - pça. Benedicta Cavalheiro, s/nº, Freguesia do Ó. 12 anos. Sáb. (1º), às 19h30. Grátis

**Vingança Voyeur**
Mulheres organizam uma vingança contra o dono de um bar que assedia uma delas.
Bar Salve Jorge - pça. Antônio Prado, 33, Sé. 16 anos. Sáb. e dom., às 17h. De 1º/4 a 30/4. Grátis, na Galeria Olido

# O MELHOR DO FIM DE SEMANA

## PARA NERDS

### Belas Geek Day

Neste domingo (2), das 10h às 18h, o Cine Belas Artes (r. da Consolação, 2.423) recebe a segunda edição do evento voltado à cultura geek. Haverá uma exposição de consoles de videogames antigos e uma feira vendendo produtos como histórias em quadrinhos, mangás e bonecos. Também vão ser exibidos os filmes 'Akira' (10h30), 'Pokémon 2000' (12h50) e 'Nintendo e Eu' (19h30), além de uma exibição de 'Guardiões da Galáxia' acompanhada de uma banda ao vivo (17h). Já a lanchonete Shake Shake Milkshakes vai vender seus donuts, incluindo a rosquinha de Homer Simpson

Ambiente do Gum, novo bar de Santa Cecília, que funciona no mesmo prédio histórico do Mug Fotos Divulgação

## PARA CRIANÇAS

### Jump Around

A partir desta sexta (31), o Mooca Plaza Shopping (r. Cap. Pacheco e Chaves, 313, na região leste) recebe um castelo inflável com 2.500 metros quadrados de área que traz pula-pula, escorregadores gigantes, pistas de obstáculos e estruturas de escalada. O ingresso custa R$ 49,90 e dá direito a 30 minutos de brincadeira no Jump Around (cada minuto extra custa R$ 3 aos fins de semana; crianças menores de cinco anos devem ir acompanhadas de adultos, que não pagam a entrada). A atração fica disponível até 28/5, e é necessário chegar com 30 minutos de antecedência para fazer o check-in

## PARA BEBER

### Circuito de Drinques

Quarenta e um endereços da cidade participam do Gran Circuito de Coquetéis APTK, evento da marca homônima de drinques engarrafados que começa nesta sexta (31) e vai até o dia 4 de junho. Bares participantes, como o Astor e o Guilhotina, vão oferecer um coquetel autoral que usa como base itens produzidos pela APTK, que tem vodcas, vermutes e gins no seu portfólio. Entre as sugestões, está a receita do Vupá (R. Vupabussu, 29, Pinheiros), que é preparada com suco de cupuaçu, gim, limoncello e suco de limão-siciliano

# Mug oferece brunch e drinques em um casarão de Santa Cecília

Café inaugura quarta unidade no centro de São Paulo, com puxadinho etílico

**Nathalia Durval**

SÃO PAULO O Mug, café que tem feito sucesso na capital paulista com seus brunches, ganhou uma nova unidade, em um casarão histórico de Santa Cecília. No mesmo prédio que ocupa foi aberto também o bar Gum, do mesmo dono.

É preciso subir um lance de escadas para acessar o andar onde funciona a cafeteria, das 8h às 20h, todos os dias. Lá são servidos lanches, tostadas, doces, cafés, bebidas e menu-executivo. Aos fins de semana, é oferecido brunch.

A partir das 17h, o piso superior dá lugar ao bar Gum. A iluminação natural é substituída por luzes em neon rosa e o terraço ganha outro clima. Plantas, esculturas, letreiros e mesas com ladrilho azul claro compõem a decoração.

O bar fica aberto de quarta a domingo e traz um cardápio com pegada espanhola. Para comer, há pinchos — porções em fatias de pão, para comer com as mãos. O Donostia, por exemplo, custa R$ 16 e leva tentáculo de polvo, tomate e aïoli trufado no pão de fermentação natural.

Na carta, estão drinques clássicos e autorais, coquetéis sem álcool, vinhos e sangrias — essas são servidas na jarra, por R$ 120, em três versões: com vinho tinto, vinho branco ou espumante, que são misturados com frutas, soda, Cointreau e brandy ou rum.

Outras bebidas de origem espanhola são a água de Valência, feita com cava, um tipo de espumante, vodca e suco de laranja, e a água de Sevilha, que leva cava, Cointreau, vodca e suco de abacaxi. Ambas custam R$ 120 (a jarra).

O bar funciona até as 22h. O Gum surgiu como um irmão do Mug dedicado às bebidas, diz o proprietário Fabian Daltoé. "A ideia era fazer uma virada de chave para a noite, como um alter ego", afirma. Junto dele foi aberto o quarto endereço da cafeteria badalada.

Os dois negócios ocupam um casarão construído em 1909 na rua Barão de Tatuí. O prédio estava em restauração havia oito anos. Essa é a primeira locação comercial.

Daltoé começou o Mug em 2019, fazendo pães de fermentação natural e bolos em casa. No térreo da casa em que morava, no Jardim Paulista, ele abriu um café para vender as receitas que explorava na própria cozinha.

Cuidava de tudo sozinho, da montagem do menu e da decoração ao atendimento, com a ajuda de uma funcionária na limpeza. Passou a oferecer combos de brunch e logo o endereço começou a acumular filas aos fins de semana. Nos anos seguintes, vieram outras duas unidades, na Bela Vista e na avenida Paulista.

"Foi uma coisa de boca a boca, nunca investi em propaganda. O brunch ainda estava começando a dar as caras naquela época. Hoje, a gente tem os 'muggers', que é como chamo meus clientes, pela cidade inteira", diz Daltoé, que veio do interior de Santa Catarina e trocou a profissão de advogado pela panificação.

Ele diz que já está montando uma segunda unidade do bar Gum, que deve ocupar o porão de um casarão na Bela Vista.

R. Barão de Tatuí, 361, Santa Cecília, região central, @mug.sp

## É GRÁTIS

### Mulheres na História de SP

Ao longo de todos os sábados do mês de abril, a partir das 11h, acontece um tour guiado a pé pelo centro da capital paulista que tem como objetivo iluminar a participação feminina na construção da história da cidade. Na caminhada serão apresentados nomes como o de Bartira, uma das filhas do líder tupiniquim Tibiriçá, e o da marquesa de Santos, cujo solar (foto) integra o passeio, com duração de duas horas. O ponto de encontro para o tour guiado é a praça da Colmeia, na saída da estação São Bento do metrô, e as senhas devem ser retiradas às 10h30

## PARA COMER

### Restaurant Week

Um dos principais eventos de gastronomia do país chegou à sua 30ª edição. São cerca de 180 endereços participantes, na capital paulista e na Grande São Paulo. Os menus desta edição são inspirados nas raízes da cozinha brasileira e contemplam entrada, prato principal e sobremesa por preços a partir de R$ 54,90. Casas como Jacarandá (foto), Dasian, Tasca da Esquina, Paellas Pepe, Rendez-Vous, Rubaiyat e Banana Verde participam. As hamburguerias ganharam uma categoria chamada Burger Gourmet, com menu por R$ 39,90 que inclui o hambúrguer com acompanhamento

# Festival Quebrada Orgânica reúne apresentações culturais, debate e gastronomia na região sul de SP

**Marília Miragaia**

SÃO PAULO Em sua terceira edição, o Festival Quebrada Orgânica reúne debate, apresentações musicais e comida em um espaço às margens da represa Guarapiranga, na zona sul da cidade, neste sábado (1º) e domingo (2).

Com apoio da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, o evento traz, em seu primeiro dia, um bate-papo com mulheres sobre cultura e gastronomia periférica, apresentação de música de artistas locais e um menu de R$ 20, composto por dois bolinhos — um de "jacalhau" (com carne de jaca) acompanhado por creme de alho e guacamole e outro de mandioca com jaca.

A ideia é que os participantes aproveitem a programação, que vai das 11h às 18h, circulando entre os canteiros em que estão plantadas mudas de couve, de taioba e de Pancs (plantas alimentícias não convencionais) em um terreno de 1.000 m².

Bife de jaca ao molho de vinho servido no evento

No segundo dia, o festival começa às 16h e vai até 20h com projeções e intervenções poéticas ao anoitecer e um menu surpresa que inclui pratos como bife feito com jaca e molho de redução de vinho. Para prová-lo, o visitante faz uma contribuição voluntária e deve fazer reserva pelo perfil @quebradaorganica no Instagram — são apenas 50 lugares.

Na semana seguinte, na sexta (7) e no sábado (8), o evento continua a programação fazendo delivery de uma receita de bacalhau de jaca à Gomes de Sá (R$ 25) disponível para entrega na região sul, com pedidos via Instagram ou pelo WhatsApp (11) 93097-3355).

O Quebrada Orgânica é um espaço voltado a atividades de agricultura urbana com diferentes frentes de atuação, entre elas o cultivo de alimentos em módulos escaláveis na periferia, vivências rurais e oficinas de produção de hortas e de mudas.

R. Alecrim, 41, Riviera Paulista, zona sul, São Paulo

## ÚLTIMA CHANCE

### Todos os Tetos de Virginia Woolf

Este é o último fim de semana para assistir à mostra de filmes inspirados na obra da autora britânica no CCSP (r. Vergueiro, 1.000). Neste sábado (1º), às 19h30, passa 'As Horas', de Stephen Daldry, que rendeu um Oscar à atriz Nicole Kidman (foto) pelo papel da escritora. No domingo (2), às 15h, há uma sessão de 'Sob a Areia', de François Ozon, que traz Charlotte Rampling como uma mulher cujo marido desaparece durante as férias no sul da França. As exibições são gratuitas e os ingressos precisam ser retirados com uma hora de antecedência